



EMBRACE CHALLENGES TO IMPROVE

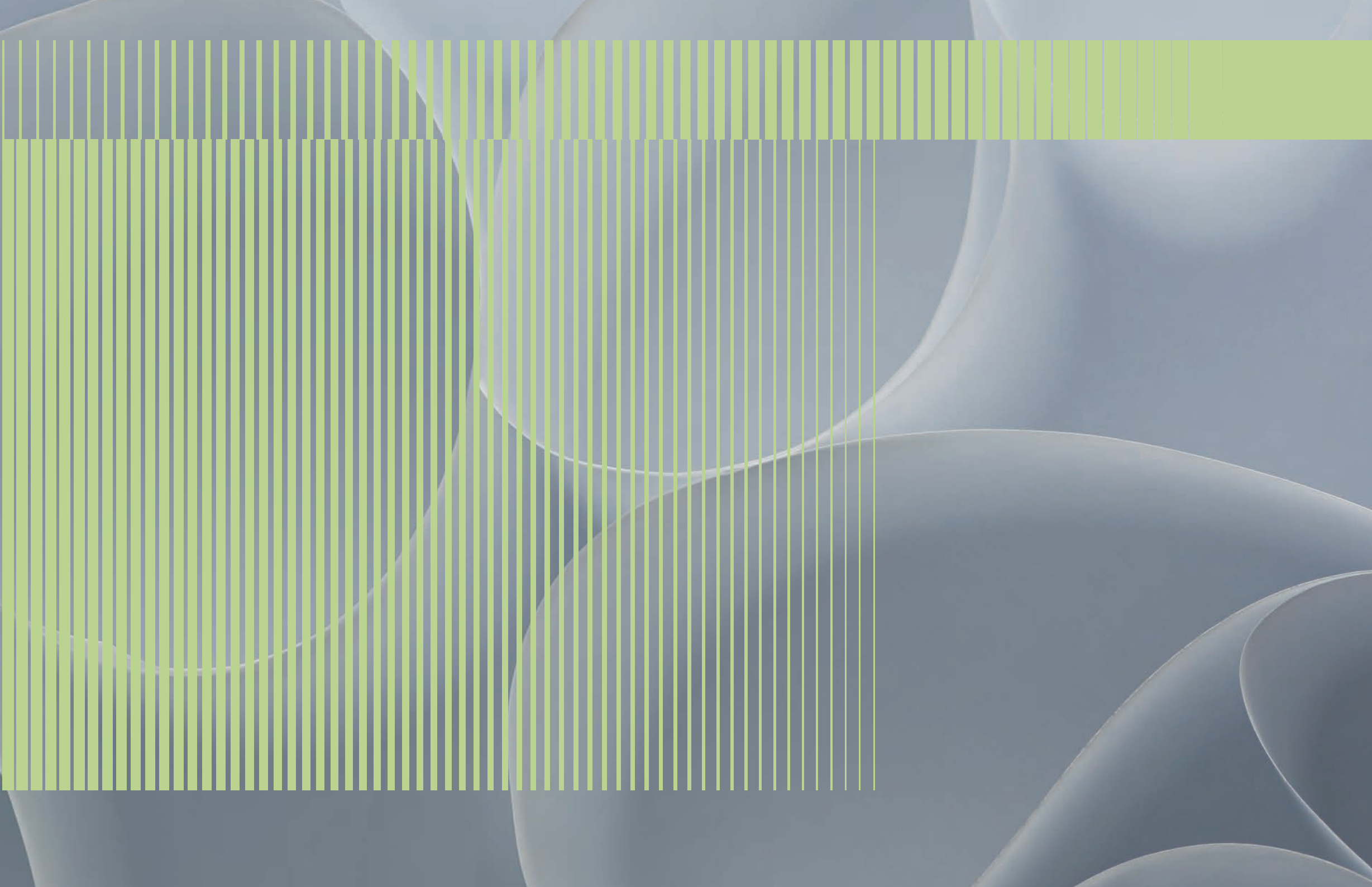


inapa

RELATÓRIO
ANUAL 2023

Versão não conforme com ESEF





NOTA:

Este documento integra uma versão não oficial e não auditada em formato PDF dos conteúdos do Relatório & Contas de 2023 do Grupo Inapa. Esta versão não se apresenta no formato previsto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial e auditada do Relatório & Contas 2023 no formato ESEF está disponível no website www.inapa.com. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.



INDICE

01

Grupo Inapa

1. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	6
2. Atividade do Grupo	9
3. Estrutura de participações	10
4. Inapa no mundo	11
5. Perfil do Grupo	12
6. História da Inapa	18
7. Mercados de atuação	20
8. Posicionamento estratégico	21
9. Órgãos sociais	24
10. Governo societário	25
11. Principais acionistas	28
12. Fatores de risco	29
13. Ética	34
14. Recursos humanos	37

02

Síntese da atividade

1. Principais indicadores de atividade	42
2. Factos relevantes do ano 2023	44
3. Enquadramento económico	45
4. Síntese consolidada	49
5. Desempenho das áreas de negócio	50
6. Síntese da atividade da Inapa - IPG	54
7. Perspetivas para 2024	55
8. Comportamento em bolsa	56
9. Ações próprias	58
10. Autorizações concedidas a negócios entre a Sociedade e os seus Administradores	58
11. Proposta de aplicação de resultados	58
12. Declaração de conformidade	59

03

Informação financeira

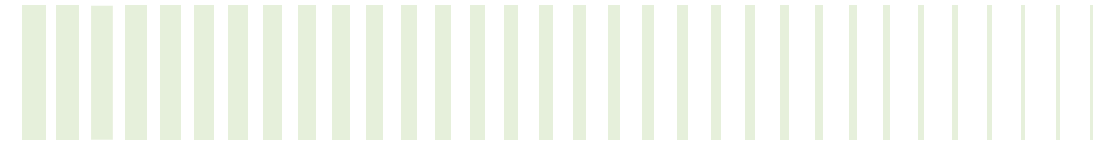
1. Contas consolidadas	64
2. Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	70
3. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada	130
4. Contas individuais	136
5. Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	140
6. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual	174
7. Relatório e parecer da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração	179

04

Relatório do governo da sociedade

Parte I	
Informação Obrigatória sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade	184
Parte II	
Avaliação do Governo Societário	229
Modelo de Relatório para divulgação de Informação Não Financeira	237

1. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	244	1. Certificação da Cadeia de Custódia	264
2. Estratégia e Sustentabilidade	245	2. Uso de materiais sustentáveis	268
3. Aprovisionamento	246	3. Avançar com fontes de energia renováveis	271
4. Conduta corporativa	254	4. O nosso consumo de água	275
5. Governança corporativa e princípios éticos	255	5. Biodiversidade	276
6. Compromisso dos <i>stakeholders</i>	258	6. As nossas emissões	277
7. Gestão Ecológica & Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	259	7. Resíduos	283



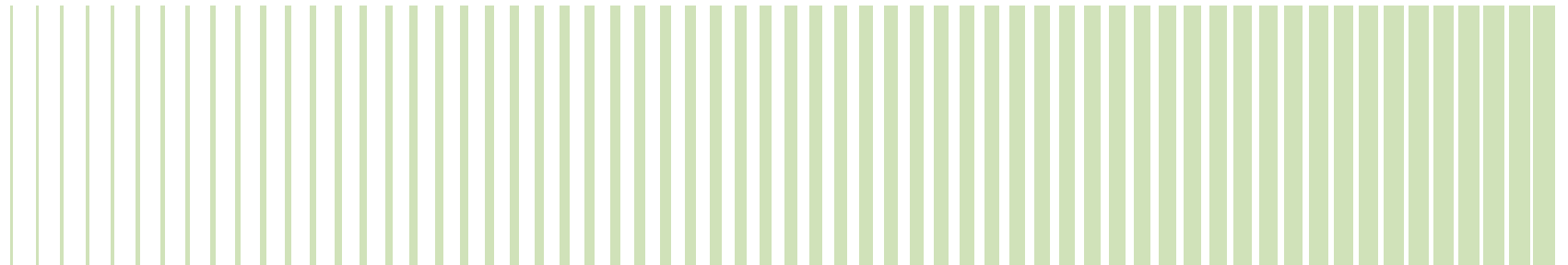
1. Diversidade e inclusão	288	Índice de GRI	334
2. Desenvolvimento dos colaboradores	314	Taxonomia (UE)	338
3. Promoção do bem-estar laboral	316	Participação em Associações e Entidades	344
4. Direitos humanos	319	Informação e Contactos	344
5. Compromisso com a comunidade	320		

Sustentabilidade

Ambiente

Responsabilidade social

Informação adicional





GRUPO INAPA

Valores que moldam o futuro



inapa

RELATÓRIO
ANUAL 2023

1. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2023 foi um período adverso e desafiante. A economia da União Europeia abrandou novamente e o contexto foi caracterizado por desafios associados a conflitos, catástrofes naturais e a um panorama monetário restritivo. A nível setorial, registou-se uma quebra substancial na procura de papel, associada a um processo de *destocking* ao longo de toda a cadeia de valor, mas também a uma redução efetiva da procura.

Neste contexto, intensificámos o processo de otimização e mantivemo-nos focados nas prioridades estratégicas – eficiência, crescimento em produtos não papel e sustentabilidade. Apesar de uma contração substancial de *performance* face a 2022, considero que foram dados passos importantes para consolidar a competitividade do Grupo e para reforçar a sua posição enquanto *player* de referência no setor da distribuição de papel na Europa Ocidental.

Em termos de *performance*, as receitas em 2023 foram 969 milhões de euros, o que representa uma redução de 243 milhões de euros face a 2022. Destacam-se, porém, aspetos positivos. Em primeiro lugar, o aumento da quota de mercado na distribuição de papel



Afonso Chaby
COO GRUPO INAPA

Inês Louro
CFO GRUPO INAPA

Frederico Lupi
CEO GRUPO INAPA

nas diferentes geografias onde estamos presentes. Em segundo lugar, o facto de, através de uma gestão criteriosa, termos atenuado o impacto da quebra de volumes de papel comercializado (23%), com uma redução menos acentuada das receitas (20%). Em terceiro lugar, o aumento de cerca de 5% dos negócios não papel, relacionado com um comportamento positivo na área de Comunicação Visual (suportado em crescimento orgânico e no impacto da aquisição da Loos em França no final de 2022).

A contração das receitas afetou substancialmente o EBITDA recorrente, que se cifrou em 33 milhões de euros, face a 87 milhões em 2022 (menos 62%). As condições de crédito mais exigentes agravaram a função financeira, contribuindo para um prejuízo líquido de 8 milhões de euros.

Em termos de balanço, prosseguimos com a trajetória de redução de dívida que temos vindo a apresentar consistentemente nos últimos anos. A dívida líquida em dezembro de 2023 estabeleceu-se em 207 milhões de euros, representando uma redução de 14 milhões de euros face ao período homólogo de 2022 (221 milhões de euros).

Conforme já referido, adotámos medidas de otimização, mas também de modernização e harmonização de processos. Para além das medidas inicialmente previstas, como a conclusão da implementação do novo ERP (concretizada em França no primeiro semestre), intensificámos ao longo do ano a nossa abordagem, implementando algumas medidas muito difíceis, porém necessárias. O principal enfoque foi na Alemanha, onde adaptámos

o *footprint* logístico e as equipas, o que implicou uma redução relevante no *headcount* desta geografia. Assinala-se que estas medidas, bem como as atualmente em curso, apenas terão pleno impacto em 2025.

Proseguimos com o compromisso estabelecido para 2024 relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A capacidade de concretização de algumas das metas foi impactada pelas adversidades e por um período de mudança relativamente acentuado. Destacam-se, no entanto, alguns progressos relevantes como o aumento do peso da comercialização de papel ecológico (de 78% para 85%), a redução das emissões diretas (em 14%), do consumo de energia (em 18%) e de água (em 10%).

O ano de 2024 será, seguramente, um período de enormes incertezas e desafios, mas também de oportunidades. Representará o fim do ciclo estratégico 2022-24, o que implicará um processo de adaptação e aprofundamento da abordagem estratégica que já estamos a desenvolver. Acreditamos, no entanto, que as medidas adotadas em 2023 e as atualmente em curso, tornam o Grupo mais ágil do que anteriormente, dando-lhe melhor capacidade de resposta aos diferentes cenários que possamos vir a enfrentar.

Ao ecossistema de colaboradores, comunidades, clientes, parceiros e acionistas que nos acompanham, agradecemos o apoio dado ao longo do tempo que nos permite continuar a nossa missão.





2. Atividade do Grupo

Posição de liderança nos principais mercados onde atua



Apresentação Grupo Inapa



Papel

Oferta de uma gama completa de produtos e serviços para a indústria gráfica e escritório (*Office*), com o mais vasto portfólio de produtos de papel, consumíveis gráficos e de escritório e serviços de logística.



Embalagem

Oferta de soluções à medida e de uma gama completa de produtos de embalagem: caixas, filmes, cintas, fitas, enchimentos, sacos, etiquetas e equipamentos.

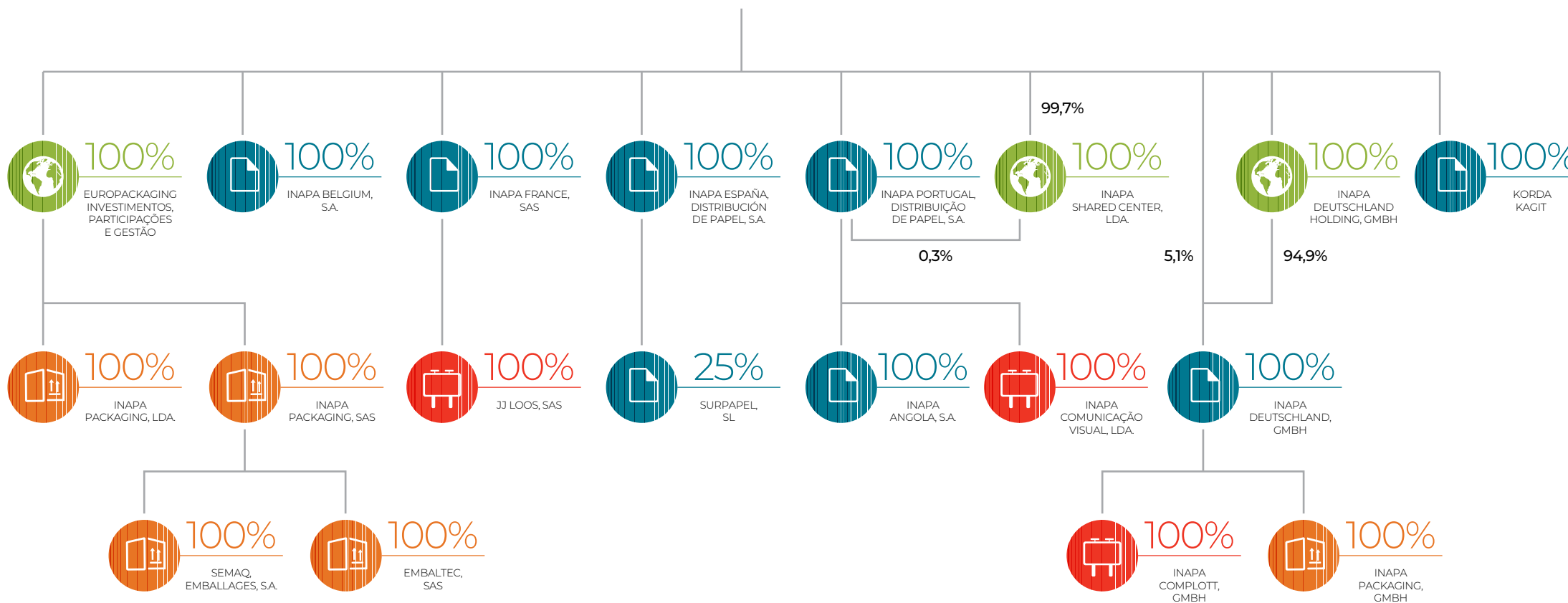


Comunicação Visual

Distribuição de uma gama abrangente de produtos e serviços para impressão digital de grande formato: impressoras, tintas/tinteiros, *media*, *software* e assistência técnica.

3. Estrutura de Participações

inapa INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.



Holding e Serviços Partilhados
 Papel
 Embalagem
 Comunicação Visual (Viscom)

4. Inapa no Mundo

Com uma equipa de **1 478 colaboradores**, o Grupo Inapa opera¹ em **10 países**.

- ALEMANHA ●●●
- FRANÇA ●●●
- BÉLGICA ●
- LUXEMBURGO ●
- ESPANHA ●
- PORTUGAL ●●●
- ÁUSTRIA ●
- PAÍSES BAIXOS ●
- TURQUIA ●
- ANGOLA ●



● Papel ● Embalagem ● Comunicação Visual (Viscom)

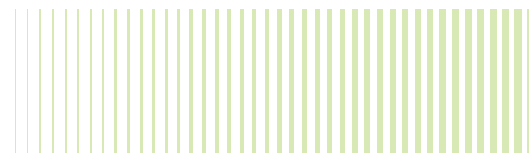
(1) O Grupo dispõe de equipas em 8 países.

5. Perfil do Grupo

A Inapa é uma empresa com sede em Portugal, cotada na Bolsa de Valores de Lisboa. Com um volume de negócios anual de cerca de 969 milhões de euros, mais de 95% originado em mercados internacionais, é um dos principais distribuidores de papel na Europa Ocidental.



Saiba mais sobre o Grupo Inapa



A Inapa percorreu um longo caminho desde 1965, ano em que foi fundada como a primeira fábrica de papel portuguesa em grande escala. Ao longo dos anos, as fronteiras geográficas do Grupo expandiram-se e a estratégia de negócio evoluiu, focando-se na distribuição de Papel e em duas áreas de negócio com elevado potencial de crescimento e rentabilidade: Embalagem e Comunicação Visual.

969 M€

VENDAS¹



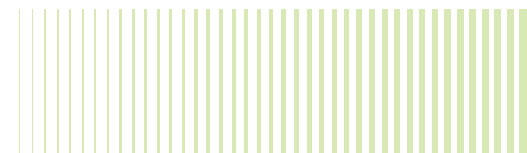
1 478

COLABORADORES

A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. é a sociedade que consolida as empresas operacionais do Grupo, que atuam nos setores do Papel, Embalagem e Comunicação Visual.

+ DE 50 k

CLIENTES

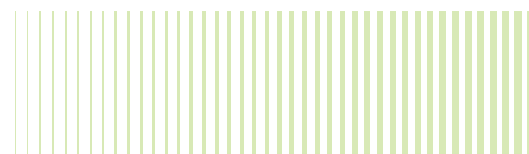


CERCA DE 400

CAMIÕES A CIRCULAR DIARIAMENTE

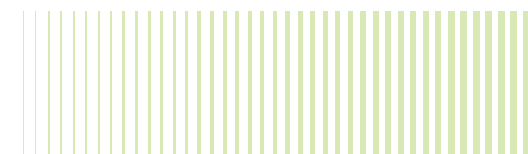
1980

ENTRADA NA
BOLSA DE VALORES DE LISBOA



10²

PAÍSES ONDE O GRUPO OPERA



(1) Ver Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nota 6).
(2) O Grupo dispõe de equipas em 8 países.

Papel

A Inapa é líder na distribuição de papel na Europa Ocidental.

O setor da distribuição de papel movimentou na Europa mais de 5 milhões de toneladas, representando um valor de cerca de 7 mil milhões de euros.

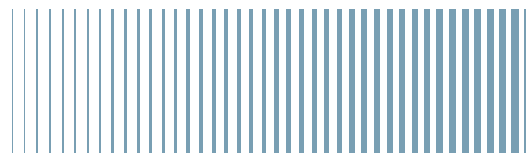
Com mais de 550 mil toneladas distribuídas anualmente, a Inapa é um dos principais distribuidores de papel na Europa Ocidental.

Para responder às necessidades dos seus clientes, a Inapa apresenta-se como um fornecedor global de serviços, complementando o negócio do papel com a oferta de consumíveis para o setor gráfico e de escritório, e também com o serviço de logística. Adicionalmente, e de forma a dar resposta à cada vez maior complexidade da impressão gráfica, o Grupo disponibiliza aos seus clientes equipas especializadas para aconselhamento técnico.

A Inapa assegura um serviço de entregas em 24 horas, em qualquer ponto dos mercados onde opera, sendo esse prazo de apenas 12 horas nos principais centros económicos.

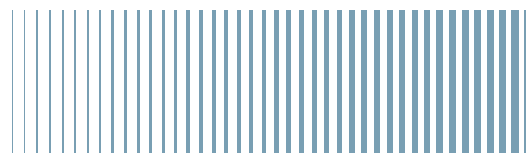
845 M€

VENDAS¹



1 089

COLABORADORES



550 k

TONELADAS DISTRIBUÍDAS NA EUROPA OCIDENTAL



Em 2023, a distribuição de papel representou cerca de 87% da faturação da Inapa.

(1) Ver Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nota 6).

Papel

Consumíveis Gráficos

O profundo conhecimento das necessidades dos clientes permitiu ao Grupo assumir-se como um fornecedor global para a indústria gráfica, levando a um crescimento acentuado desta área de negócio, que tem beneficiado de importantes sinergias com a área de distribuição de papel.

A carteira de consumíveis gráficos da Inapa foi desenvolvida através da criação de algumas parcerias com marcas de reconhecida notoriedade, que permitiram a constituição de um portfólio bastante abrangente de produtos, desde tintas a produtos de limpeza, aditivos a chapas de impressão e vernizes, produzidos com matérias-primas vegetais renováveis.

No âmbito do desenvolvimento deste negócio, a Inapa tem apostado em parcerias com empresas de referência no segmento dos consumíveis gráficos, promovendo a expansão do portfólio de produtos e fomentando o *cross-selling* na atual base de clientes.

Consumíveis de Escritório

No segmento de papéis de escritório, a base de clientes da Inapa é composta por empresas, profissionais especializados (*small office/home office*) e organismos públicos, que apresentam necessidades particulares e um nível de serviço bastante exigente. Com o objetivo de lhes proporcionar um ponto de contacto e um fornecimento único, a Inapa desenvolveu uma área de distribuição de consumíveis de escritório denominada *'Office Supplies'*. Para esse efeito,

foram estabelecidas parcerias com alguns operadores nesta área, entre eles a Spicers e a Waser, que disponibilizam aos clientes a mais vasta oferta de consumíveis de escritório e um elevado nível de serviço.

Neste contexto, destacamos também a parceria estabelecida entre a Inapa Portugal e o grupo espanhol Liderpapel, que é o distribuidor exclusivo em Portugal de várias marcas de prestígio internacional. Através desta parceria, a Inapa Portugal oferece ao mercado uma ampla gama de consumíveis de escritório, com mais de 8 500 referências, especialmente dirigida ao segmento das médias empresas.

A Inapa comercializa atualmente consumíveis de escritório em Portugal, Bélgica, França, Alemanha e Espanha.

Serviços de Logística

A experiência em logística e o profundo conhecimento da indústria de papel fazem com que a Inapa seja hoje uma empresa de referência em serviços logísticos para a indústria gráfica e transformadora.

Com uma área de armazenagem de aproximadamente 200 mil metros quadrados e cerca de 400 camiões em circulação – uma oferta singular no que toca a serviços de armazenagem e transporte – a Inapa ocupa uma posição privilegiada enquanto operador logístico.



Embalagem

A distribuição de soluções e materiais de embalagem é a segunda área de negócio mais importante da Inapa.

Com operações na Alemanha, França e Portugal, apresenta múltiplas sinergias com a distribuição de papel, registando um elevado potencial de *cross-selling* quer para os clientes da área gráfica, quer para os clientes do segmento de escritório (*Office*).

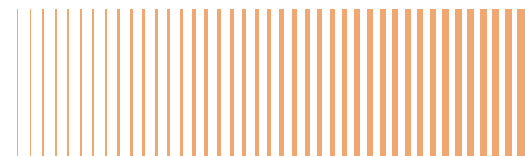
A globalização económica, no que se refere à especialização e concentração geográfica da produção, a alteração dos comportamentos do consumidor e, em particular, o aumento das vendas online determinou um aumento muito significativo das necessidades de um acondicionamento seguro, versátil e rápido do mais variado tipo de produtos, fazendo antever crescimento do consumo a médio e longo prazo.

Considerando que a embalagem é, em muitos casos, o primeiro contacto do cliente com o fornecedor e com o produto, o investimento das empresas neste domínio terá tendência a aumentar, sendo um fator adicional da dinamização deste segmento. A par da distribuição de soluções de embalagem, a Inapa desenvolve ainda tecnologias e conceitos de embalagem únicos, oferecendo aos clientes não só a conceção da sua embalagem exclusiva, como ainda os serviços de embalamento e de logística que lhe possam estar associados.

A aposta do Grupo nesta área de negócio passa pelo crescimento orgânico das unidades existentes, pela expansão deste segmento a outras geografias onde a Inapa opera e por eventuais oportunidades de M&A que possam surgir.

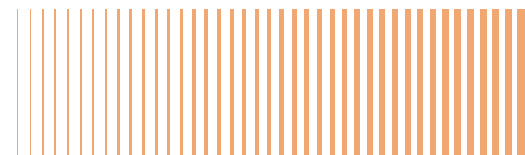
81 M€

VENDAS¹



189

COLABORADORES



(1) Ver Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nota 6).

Comunicação Visual

As novas tecnologias de impressão, a inovação ao nível dos materiais de suporte e os novos conceitos de comunicação, conduziram a um mercado específico: o da Comunicação Visual.



A Comunicação Visual é a área de negócio que apresenta a maior taxa de crescimento da indústria gráfica.

A Comunicação Visual (ou Viscom) é uma das áreas de negócio com maior crescimento na indústria gráfica, compreendendo não só os materiais de impressão, mas também os consumíveis, a venda dos equipamentos de impressão, *software* e a respetiva manutenção.

O rápido desenvolvimento da tecnologia de impressão digital em combinação com as impressoras de grande formato criaram um novo mercado de aplicações gráficas. As impressoras de grande formato, que operam entre os 60 centímetros e os 5 metros de largura, permitem o mais variado tipo de impressões num alargado conjunto de suportes, como o papel, lona, vinil, filme, tecido ou madeira.

Estes formatos permitem aplicações tão variadas como os painéis de publicidade exterior e interior, sinalética, impressões para utilização

em móveis ou eletrodomésticos, coberturas publicitárias de edifícios e meios de transporte.

Após a aquisição na Alemanha da ComPlott em 2007 (atualmente Inapa ComPlott), a Inapa é hoje um importante operador neste mercado, contando com um portfólio alargado de produtos e serviços, com cobertura nacional.

O Grupo detém, desde 2013, uma operação de comunicação visual em Portugal, com a aquisição da empresa Crediforma – atual Inapa Viscom – um dos maiores distribuidores da HP na impressão de grande formato.

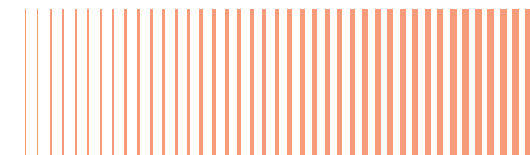
Em 2018, a Inapa France e a Inapa España celebraram acordos de representação com fabricantes de máquinas, alargando as operações comerciais na área de comunicação visual nesses mercados.

No final de 2022, o Grupo Inapa adquiriu a Loos, empresa francesa especializada na comercialização de equipamento de impressão e consumíveis para comunicação visual. Este foi um passo significativo para o crescimento e reforço da nossa presença nesta área de negócio no mercado francês, proporcionando as condições ideais para o desenvolvimento de sinergias comerciais e da cadeia de logística.

A Comunicação Visual apresenta expectativas positivas para o futuro, quer em termos de desempenho e crescimento nos mercados onde já se desenvolve, quer no que se refere ao possível alargamento desta área de negócio a novos mercados onde a Inapa opera.

42 M€

VENDAS¹

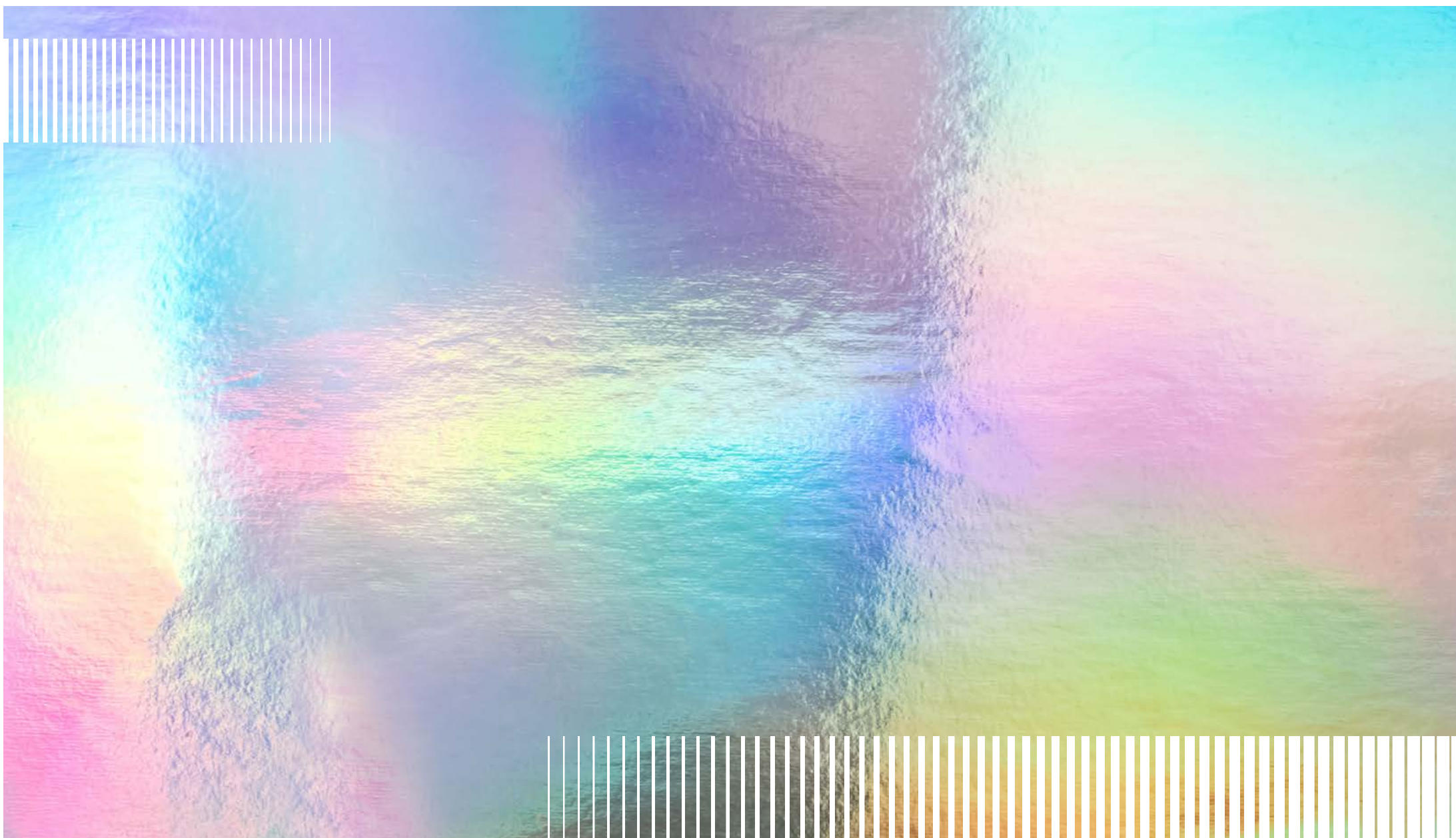


104

COLABORADORES



(1) Ver Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nota 6).



6. História da Inapa

Criação, maturidade,
expansão e crescimento

1965

A Inapa (Indústria Nacional de Papéis) **nasce** pela mão de dois visionários da indústria do papel, Joaquim Rasteiro e Vasco Quevedo Pessanha.

1992

Negócio da distribuição de papel expande-se em **Portugal, Espanha e Inglaterra**.

1980

As ações da Inapa são cotadas na **Bolsa de Valores de Lisboa**.

1998

Expansão do negócio da distribuição de papel em **França, Bélgica, Luxemburgo e Suíça**.

2000

O Grupo vende os seus ativos industriais, deixando a produção de papel para **focar-se apenas na sua distribuição**; Aquisição da **Papier Union**, o terceiro maior distribuidor de papel alemão.

2012

Aquisição das empresas de distribuição de **embalagem Semaq** (França) e **Da Hora** (Portugal).

2006

Aquisição de empresas de distribuição de **embalagem na Alemanha** (GmbH Verpackung e da Hennessen GmbH & Potthoff) e em **França** (Logistipack, SAS).

2013

Aquisição da empresa de comunicação visual **Crediforma** (Portugal); Aquisição das empresas de distribuição de embalagem **Trademba** (Portugal) e **Realpack** (Alemanha); Entrada no mercado turco através da aquisição da distribuidora de papel **Korda**.

Consolidação, crescimento e coesão

2015

Celebra-se o **50.º aniversário** da Inapa.

2017

É eleita, pelo quarto ano consecutivo, a **empresa portuguesa mais internacionalizada** pelo INDEG-ISCTE Executive Education; A **Papyrus France** funde-se com a Inapa France.

2019

Inapa conclui a aquisição da **Papyrus Deutschland GmbH & CO KG**, tornando-se no principal distribuidor de papel da Europa Ocidental.

2021

Migração das primeiras geografias (Alemanha, Bélgica e Portugal) para o **novo ERP (SAP S/4HANA)**.

2023

Conclusão da **implementação do novo ERP (SAP S/4HANA)** em França, na Turquia e no Grupo; **Premiação nos Euronext Lisbon Awards**, na categoria de **Equity Champion – SME** e nos **Prémios de Sustentabilidade** da revista World Finance, na categoria **Empresas Mais Sustentáveis – Pasta e Papel**.

2016

Compra da **Papyrus France**, tornando-se líder neste mercado; Aquisição da **Embaltec SAS**, empresa francesa de embalagem; Venda da sua operação na **Suíça**, onde era o quarto operador no mercado.

2018

Inapa assina acordo para aquisição da **Papyrus Deutschland GmbH & CO KG**, a empresa do **Optigroup** que opera na Alemanha.

2020

Fusão entre Papier Union e a Papyrus Deutschland dando origem à **Inapa Deutschland**; No último trimestre do ano, o Grupo celebra o seu **55.º aniversário**.

2022

O Grupo Inapa foi premiado na 12.ª edição dos **Prémios Exportação e Internacionalização**, na categoria de "Grandes Empresas – Internacionalização"; Aquisição da **Loos**, empresa de comunicação visual que opera em França.

7. Mercados de Atuação

O Grupo Inapa desenvolve a sua atividade em 10 países: Alemanha, França, Espanha, Portugal, Bélgica, Luxemburgo, Áustria, Países Baixos, Turquia e Angola. Com uma posição de liderança nas geografias em que está presente, é um dos três primeiros *players* do mercado. O Grupo tem sede em Portugal, mas a maioria das receitas provém das operações nos restantes países europeus, principalmente da Alemanha e da França, que são responsáveis por cerca de 89% dos rendimentos do Grupo.

A Inapa disponibiliza aos seus clientes um portfólio de milhares de referências de papel, consumíveis de escritório e embalagem e uma gama completa de soluções para comunicação visual e consumíveis gráficos. Com cerca de 400 camiões a circular diariamente e uma área de armazenagem de aproximadamente 200 mil metros quadrados, assegura anualmente a colocação de cerca de 551 mil toneladas de papel junto dos seus clientes.

Alemanha

A Inapa é um dos líderes na distribuição de papel na Alemanha, sendo a operação de maior volume de negócios no Grupo. Através da Inapa Deutschland, que resultou da fusão da Papier Union e Papyrus Deutschland, da Inapa Packaging e da Inapa ComPlott, nas áreas de Embalagem e de Comunicação Visual, respetivamente – esta operação representa aproximadamente 62% dos rendimentos do Grupo. Através da sua infraestrutura, realiza também a distribuição de papel na Áustria e Países Baixos.

França

Com a aquisição da operação francesa da Papyrus (2016), a Inapa tornou-se o maior distribuidor de papel neste mercado. Na área de negócio de embalagem, a Inapa detém a Inapa Packaging SAS, a Semaq e a Embaltec SAS. Na área de Viscom detém a Loos SAS. As vendas totais do Grupo nesta geografia representam aproximadamente 27% dos rendimentos do Grupo.

+ DE 12 K

REFERÊNCIAS DE PAPEL



+ DE 200 000 m²

ÁREA DE ARMAZENAGEM

Espanha

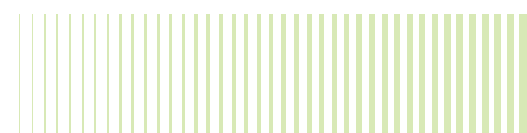
A Inapa Espanha é atualmente o terceiro maior *player* no mercado espanhol após a aquisição do negócio de distribuição de papel do Grupo Burgo em Espanha, sob a marca Ebix, em 2010. As suas receitas representam cerca de 3% dos rendimentos do Grupo.

Portugal

A subsidiária portuguesa da Inapa é líder em Portugal na área de distribuição de papel. Em Portugal, o Grupo conta ainda com a Inapa Packaging para o negócio da distribuição de embalagem e com a Inapa Viscom para a área de Comunicação Visual. Conjuntamente as receitas de Portugal representam 4% dos rendimentos do Grupo.

Bélgica/Luxemburgo

Na Bélgica e no Luxemburgo a Inapa está mais dedicada ao segmento *Office*, sendo líder na distribuição de papel nesse mercado.



+ DE 4 K

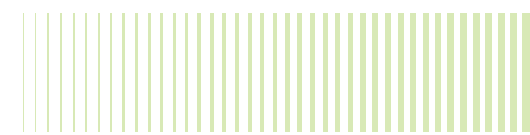
REFERÊNCIAS DE EMBALAGEM

Angola

Em 2009, o Grupo decidiu investir em Angola com o intuito de explorar o potencial existente em mercados menos maduros, no seguimento da sua estratégia de consolidação do setor do papel.

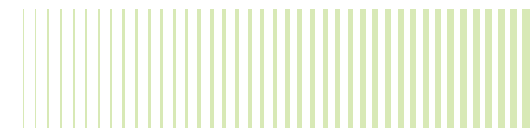
Turquia

Em 2013, o Grupo entrou no mercado turco com a aquisição da empresa de distribuição de papel Korda. A Korda é um dos poucos operadores com presença comercial à escala nacional (Istambul, Ankara, Izmir e Gaziantepe).



+ DE 16 K

REFERÊNCIAS DE CONSUMÍVEIS



8. Posicionamento Estratégico

As linhas estratégicas estabelecidas para o 2022-24 dão sequência à estratégia do ciclo anterior e centram-se em 3 pilares: **eficiência, crescimento e sustentabilidade.**

1. Eficiência

- A. Manter o foco na fidelização do cliente e posição de liderança da Inapa
- B. Aumentar o peso das vendas feitas por canais eletrônicos
- C. Racionalização contínua da infraestrutura e otimização da logística
- D. Implementação do novo ERP em todas as geografias aumentando o alcance de serviços compartilhados e adoção de novas tecnologias para diminuir custos

2. Crescimento

- A. Crescimento orgânico expressivo em produtos não-papel
- B. Explorar oportunidades de crescimento por aquisição nas áreas de Embalagem e Viscom

3. Sustentabilidade

- A. Continuar a tendência de redução da dívida, através do *cash flow* operacional e desinvestimento de ativos fixos, melhorando o rácio capital próprio/dívida
- B. Rejuvenescer a estrutura e atrair novos talentos com *skills* digitais
- C. Reduzir as emissões do Grupo, aumentando a geração de energia renovável e o uso de energia/combustíveis verdes nas operações
- D. Melhorar as emissões indiretas da cadeia de valor da Inapa, reduzindo as emissões atribuíveis a bens adquiridos e a transporte e distribuição a montante

Eficiência

O pilar da eficiência visa solidificar o posicionamento da Inapa no mercado e aumentar a sua rentabilidade.

Neste âmbito, em 2023, aumentámos a quota no mercado nas geografias onde estamos presentes, consolidando a posição de referência na distribuição de papel na Europa Ocidental. Através da comercialização de produtos de maior valor acrescentado, da dinamização das vendas feitas através de canais eletrónicos e de uma política de *pricing* muito disciplinada, atenuámos o impacto da contração de procura no mercado do papel na Europa Ocidental (superior a 25%), o que se refletiu numa quebra menos acentuada de volumes (23%) e das receitas (20 %).

Intensificámos medidas de otimização, com principal enfoque na reestruturação das nossas operações na Alemanha. Este processo, que se encontra em curso, incide sobretudo nas áreas de logística e organização comercial, implicando a adaptação do *footprint* logístico e das equipas. Perspetiva-se que o impacto total desta reestruturação ocorra em 2025.

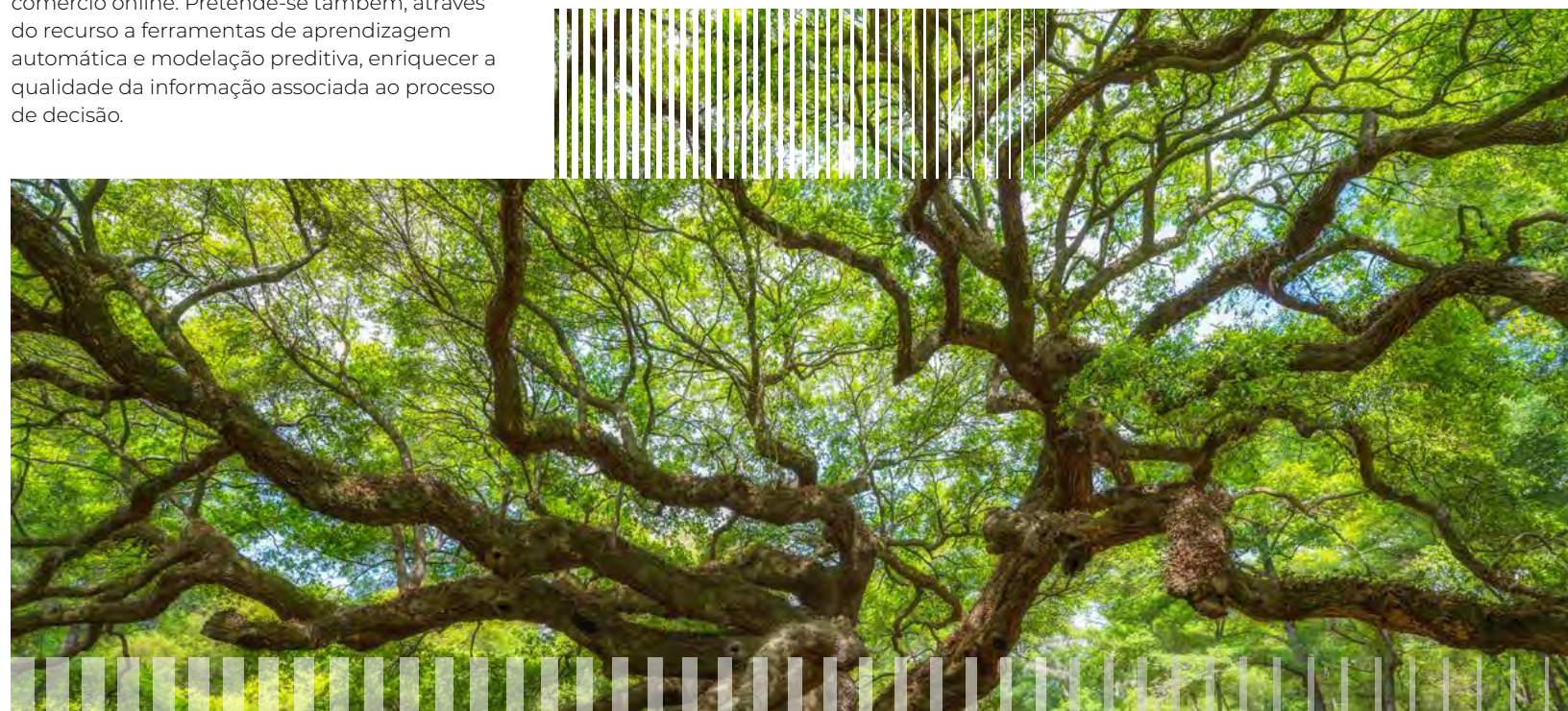
Concluiu-se o *roll out* do novo ERP (SAP S/4HANA) na Inapa France, o que marcou o fim do processo implementação do SAP nas empresas de papel do Grupo. Este passo é fundamental para a nossa estratégia de transformação digital e contribuirá para o aumento da eficiência dos processos e do alcance dos serviços partilhados. Avançaremos para a próxima fase desta estratégia, que será centrada na melhoria da experiência dos clientes e fomentará o aumento da importância do comércio online. Pretende-se também, através do recurso a ferramentas de aprendizagem automática e modelação preditiva, enriquecer a qualidade da informação associada ao processo de decisão.

Crescimento

O crescimento da Embalagem e Comunicação Visual é um pilar essencial na abordagem de desenvolvimento da Inapa.

Destaca-se, em 2023 o processo de integração em França, da Loos (adquirida no final de 2022). Esta aquisição contribuiu para o crescimento registado nas vendas da Comunicação Visual (35 %).

O processo supramencionado, dá sequência ao percurso dos últimos anos, que foi marcado por aquisições na área de Embalagem como, por exemplo, da Embaltec (2016, França) e da Special Pack (2019, França) e, posteriormente, a integração de outras estruturas de menor dimensão, também em França.



Sustentabilidade

Este pilar é suportado por linhas que visam assegurar a sustentabilidade do Grupo em termos financeiros, organizativos e sociais.

De um ponto de vista financeiro, a redução da dívida através da geração de *cash flows*, da otimização do fundo de maneo e da venda de ativos, tem sido um vetor fundamental da nossa atuação. Continuámos a desenvolver este percurso, registando uma redução da dívida líquida para 206,7 milhões de euros, face a 221,1 milhões de euros em dezembro de 2022.

Ao nível da sustentabilidade “não financeira”, estamos empenhados em concretizar a nossa missão de “melhorar o mundo”. Procuramos rejuvenescer a estrutura e atrair novos talentos, reduzir as emissões diretas e indiretas da nossa atividade e contribuir ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Face ao progresso observado nos últimos anos, reforçou-se, em 2023, a abrangência e contributo para a Agenda das Nações Unidas. Foram definidas novas metas para os ODS para 2024, abrangendo oito áreas prioritárias face a cinco em 2019-2022. O detalhe associado a este plano e ao seu progresso, encontra-se desenvolvido nos capítulos 5, 6 e 7 deste relatório.



Em 2023, a Inapa foi premiada pela revista World Finance, nos Prémios de Sustentabilidade, na categoria Empresas Mais Sustentáveis – Pasta e Papel. Reconhece-se o percurso desenvolvido ao nível da sustentabilidade e que resulta, entre outros aspetos, da consolidação de procedimentos, do investimento em infraestruturas, da crescente preparação dos colaboradores e do reforço da relação com o ecossistema.

Para concluir, assinala-se que 2024 marca o final deste ciclo estratégico, o que implicará um processo de aprofundamento e adaptação das orientações estratégicas. Até lá, seguiremos fiéis às prioridades estabelecidas, promovendo uma abordagem que sustente a nossa posição e desenvolvimento em momentos adversos, mas que assegure a capacidade de resposta em momentos de maior procura, otimizando a sustentabilidade e criação de valor do Grupo.



9. Órgãos Sociais

Por deliberação da Assembleia Geral de 31 de maio de 2007, a Sociedade adotou como modelo de administração e fiscalização o definido na alínea b) do n.º 1 do Art.º 278.º do CSC, a saber, Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas.

Mesa da Assembleia Geral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO^{1,2}

Frederico João de Moser Lupi

Vogal do CA e CE – Ano de eleição 2015
Presidente do CA e CE – desde 5 de junho de 2023

Inês Patrícia Arêde Simões Louro

Vogal do CA e CE – Ano de eleição 2019

Afonso Chaby Rosa

Vogal do CA e CE – Designação em junho de 2023

João Miguel Pacheco Sales Luís

Vogal do CA – Ano de eleição 2013

Victor Maurílio Silva Barros

Vogal do CA e Presidente da Com. Auditoria – Ano de eleição 2019

Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

Vogal do CA e da Com. Auditoria – Ano de eleição 2019

Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Vogal do CA e da Com. Auditoria – Ano de eleição 2019

Fernando Sanz Pinto

Vogal do CA – Eleição em maio de 2023

COMISSÃO EXECUTIVA²

Frederico João de Moser Lupi

Presidente

Inês Patrícia Arêde Simões Louro

Finanças

Afonso Chaby Rosa

Operações

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Ricardo Andrade Amaro

Presidente

Pedro Manuel Macedo Vilas Boas

Vogal

Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Vogal

COMISSÃO DE AUDITORIA

Victor Maurílio Silva Barros

Presidente

Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

Vogal

Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Vogal

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.

(1) Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2023, os acionistas presentes elegeram para administrador da sociedade e o triénio em curso de 2022-2024, Fernando Sanz Pinto.

(2) Em 5 de junho de 2023, Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende renunciou por motivos de ordem pessoal ao mandato de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão Executiva. Em reunião do Conselho de Administração desta data foi sucessivamente deliberado: cooptar para administrador da sociedade, para o mandato em curso de 2022-2024, Afonso Chaby Rosa; designar o administrador ora cooptado para membro da Comissão Executiva do Conselho de Administração; designar o administrador Frederico João de Moser Lupi para Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

10. Governo Societário

Assembleia Geral

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVOS			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVOS				
<p>Ricardo Andrade Amaro Presidente</p>								
<p>Pedro Manuel Macedo Vilas Boas</p>	<p>Frederico João de Moser Lupi Presidente</p>	<p>Inês Patrícia Arêde Simões Louro</p>	<p>Afonso Chaby Rosa</p>	<p>João Miguel Pacheco Sales Luís</p>	<p>Vítor Maurílio Silva Barros</p>	<p>Emília de Noronha Galvão Franco Frazão</p>	<p>Patrícia Isabel Sousa Caldinha</p>	<p>Fernando Sanz Pinto</p>
REVISOR OFICIAL DE CONTAS	COMISSÃO EXECUTIVA			COMISSÃO DE AUDITORIA				
<p>PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.</p>	<p>Frederico João de Moser Lupi Presidente</p>	<p>Inês Patrícia Arêde Simões Louro</p>	<p>Afonso Chaby Rosa</p>	<p>Vítor Maurílio Silva Barros Presidente</p>	<p>Emília de Noronha Galvão Franco Frazão</p>	<p>Patrícia Isabel Sousa Caldinha</p>		

O modelo de governo societário adotado atribui aos órgãos sociais as competências seguintes:

Ao **Conselho de Administração** compete a representação da sociedade, a par da sua gestão, subordinando-se neste particular, às deliberações dos acionistas ou às intervenções da Comissão de Auditoria, nos casos em que a lei ou os estatutos o determinem, deliberar sobre as matérias constantes das alíneas a) a n) do Art.º 406.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como:

- Delegar, numa comissão executiva, a gestão corrente da sociedade e as demais competências que vier a fixar em deliberação a adotar especialmente para o efeito;
- Delegar, nos limites consentidos por lei, num ou mais administradores da sociedade, poderes de gestão determinados, cujos limites necessariamente definirá;

- Deliberar, nos termos e limites da lei, sobre instruções vinculativas às Sociedades Subordinadas;
- Deliberar, sob proposta da Comissão Executiva, sobre o orçamento e o plano do Grupo;
- Deliberar, sob proposta da Comissão Executiva, sobre a fixação dos objetivos estratégicos em matéria de assunção de riscos e sobre os respetivos sistemas internos de controlo e gestão dos mesmos;
- Deliberar sobre a aquisição e alienação de participações sociais maioritárias ou de domínio bem como as sujeitas a processo especial de aquisição ou alienação nos termos do Código de Valores Mobiliários;
- Aprovar, sob parecer prévio e vinculativo da Comissão de Auditoria, o regulamento sobre transações com partes relacionadas e/ou suas alterações, bem como aprovar as transações com partes relacionadas nos termos estabelecidos no referido regulamento;
- Proceder à cooptação de administradores nos termos contemplados na lei e/ou estatutos da sociedade;
- Deliberar sobre qualquer assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

Impõe-se neste ponto em particular referir que aos administradores não executivos incumbe o acompanhamento da atividade desenvolvida pela Comissão Executiva e pela Comissão de Auditoria, pronunciarem-se sobre os temas da competência do órgão que integram ou que ao mesmo sejam apresentados por uma e outra das referidas Comissões, bem como um papel de aconselhamento da gestão executiva, tão mais relevante quanto o é, com perfeito

conhecimento de causa, mas descomprometido das exigências e constrangimentos da gestão diária.

O exercício destas atribuições por parte dos membros não executivos do Conselho de Administração tem-se demonstrado relevante para o adequado funcionamento deste modelo, não se tendo verificado, até ao presente, quaisquer constrangimentos.

À **Comissão Executiva** do Conselho de Administração incumbe assegurar a gestão corrente da sociedade bem como:

- Estabelecer os planos de política, de objetivos e de estratégia da sociedade e do Grupo, para aprovação em Conselho de Administração;
- Estabelecer as linhas gerais de organização interna societária, incluindo os sistemas internos de controlo e gestão de riscos, para aprovação em Conselho de Administração;
- Elaborar os orçamentos de exploração e dos planos de investimento e desenvolvimento a médio e longo prazo, para aprovação em Conselho de Administração;
- Acompanhar e coordenar, incluindo a definição das orientações de gestão e o controlo, das sociedades subordinadas;
- Prestar apoio financeiro às sociedades subordinadas nas modalidades e condições que houver por mais adequadas à defesa dos interesses da sociedade;

- Aprovar contratos de aquisição de bens ou serviços cujo valor para cada tipo de bens ou serviços seja inferior a 500 000 euros;
- Negociar e celebrar contratos de financiamento de curto prazo da sociedade, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da sociedade;
- Negociar e celebrar contratos de alteração, substituição ou renovação de contratos de financiamento da sociedade, incluindo programas de papel comercial, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da sociedade; os poderes constantes da presente alínea restringem-se a alterações não substanciais aos contratos de financiamento aqui contemplados;
- Negociar novos contratos de financiamento a mais de um ano e um dia da sociedade, de emissão de obrigações e de programas de papel comercial, ficando, porém, expressamente condicionada a vinculação da sociedade, neste tipo de operações, a uma deliberação prévia do Conselho de Administração;
- Adquirir, alienar ou onerar bens ou valores do ativo imobilizado da sociedade contemplados nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração;
- Adquirir, alienar ou onerar bens ou valores do ativo imobilizado da sociedade não contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração até ao valor individual de 1,5% do capital social realizado;
- Deliberar sobre a realização de investimentos, desinvestimentos e reestruturações nas, e pelas, sociedades subordinadas;
- Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou frações de imóveis;

- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, bem como propor e seguir quaisquer ações, confessá-las e delas desistir, transigir e comprometer-se em árbitos;
- Adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, desde que não excedam individualmente 2,5% do capital social realizado, carecendo as demais de prévia deliberação do Conselho de Administração;
- Celebrar, alterar e rescindir contratos de trabalho e exercer o poder disciplinar sobre o pessoal;
- Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
- Constituir mandatários da sociedade.

À **Comissão de Auditoria** incumbe:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;

- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração, do qual deverá constar a sua concordância ou não com o relatório de gestão e com as contas do exercício e incluir a declaração prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 29-G do Código dos Valores Mobiliários, subscrita por cada um dos seus membros;
- Convocar a Assembleia Geral quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado pela sociedade inclui os elementos referidos no Art.º 29-H do Código dos Valores Mobiliários;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas, aprovar anualmente o âmbito dos respetivos trabalhos de auditoria e os correspondentes honorários, aprovar quaisquer prestações de serviços adicionais diversos dos de auditoria e fiscalizar a sua independência;

- Emitir parecer prévio sobre o regulamento sobre transações com partes relacionadas e suas alterações, bem como sobre as transações com partes relacionadas, nos termos estabelecidos no referido regulamento;
- Participar ao Ministério Público os factos delituosos de que tenha tomado conhecimento e que constituam crimes públicos;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções.

Ao **Revisor Oficial de Contas** incumbe, por força da lei, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título; verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas; verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, de acordo com o normativo contabilístico e de relato aplicável.

11. Principais Acionistas

Os acionistas com participações qualificadas, tal como consideradas no Art.º 16 do Código dos Valores Mobiliários (CVM), eram, a 31 de dezembro de 2023, os seguintes:

	Ações ordinárias	% Ações ordinárias	% Direitos de voto
Parpública - Participações Públicas SGPS, S.A.	236 199 384	44,89%	33,33%
Nova Expressão SGPS, S.A.	57 117 000	10,85%	10,85%
Novo Banco, S.A.	34 445 831	6,55%	6,55%
Total Participações Qualificadas	327 762 215	62,29%	50,73%
Ações Ordinárias	526 225 508		

O volume de ações ordinárias transacionado no decorrer do ano de 2023 situou-se em 314 milhões de ações, valor que corresponde a cerca de 60% das ações representativas do capital social.



Durante o exercício de 2023, ao abrigo do Art.º 16 do CVM, foram comunicadas duas alterações relativamente a posições qualificadas. Em fevereiro, a posição do Banco Comercial Português, S.A. foi reduzida para uma participação qualificada abaixo do limiar de 10% e, em abril, para uma posição inferior a 5%.

A soma das participações qualificadas totaliza 62,29% das ações representativas do capital social, o que coloca o “free-float” da Inapa relativamente a estes títulos nos 37,71%.



12. Fatores de Risco

A principal atividade do Grupo é a distribuição de papel, servindo de elo entre, a montante, os produtores de papel e, a jusante, os consumidores intermédios (empresas e indústrias transformadoras do papel, tais como gráficas, empresas de publicidade, empresas de *media*, grupos editoriais e livreiros, entre outras), a distribuição moderna (empresas de grande distribuição e cadeias de retalho especializado) e os consumidores finais (empresas do segmento *office* e particulares).

O Grupo Inapa classifica os riscos a que está exposto, conforme matriz aprovada em Conselho de Administração, em quatro grandes categorias: riscos estratégicos, riscos operacionais, riscos de conformidade e riscos financeiros.

Riscos Estratégicos		
ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Tendências macroeconómicas	O comportamento da economia em geral pode impactar o desempenho do Grupo, nomeadamente ao nível do <i>top line</i> . Uma quebra dos níveis de atividade das economias ou uma redução dos índices de confiança dos agentes económicos poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura de papel, nomeadamente de papel de impressão e escrita, e por essa via afetar a atividade, as vendas, os resultados e a situação financeira do Grupo.	O negócio da Inapa, por se concentrar em 5 países da União Europeia, na Turquia e em Angola, representando a atividade externa mais de 95% do volume de negócios, está naturalmente exposto aos riscos decorrentes do desempenho específico de cada uma das economias em que opera. Por outro lado, tal circunstância constitui um fator de atenuação de risco em razão da menor provável ocorrência do mesmo padrão de comportamento económico em todos os mercados simultaneamente.
Alteração dos padrões de procura/consumo	O negócio de distribuição de papel é sensível a alterações nos padrões comportamentais da procura, principalmente em segmentos como a publicidade e os media, e é ainda sensível às alterações na estrutura da distribuição.	O Grupo Inapa opera em diferentes geografias e tem procurado diversificar a sua base de negócios, aumentando o peso de negócios complementares.
Equilíbrio entre oferta e procura	O equilíbrio entre a oferta e a procura de papel está dependente de diversos fatores, destacando-se a evolução das capacidades produtivas instaladas e o nível da atividade económica e a evolução dos padrões de consumo. Além das capacidades produtivas em diferentes geografias, o comportamento da procura de papel em mercados emergentes como a China e a Índia e o seu efeito nos fornecedores destes mercados, os efeitos cambiais na competitividade dos diversos mercados e algumas questões regulatórias que afetam o comércio internacional de papel, são fatores cujo impacto combinado ou isolado pode afetar de forma direta e indireta a atividade, a situação financeira e os resultados do Grupo.	O Grupo Inapa opera em diferentes geografias e tem procurado diversificar a sua base de negócios, desenvolvendo relações comerciais com produtores localizados em diferentes continentes e aumentando o peso de negócios complementares.

Riscos Estratégicos

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Estrutura do setor	A atividade de distribuição de papel tem sofrido alterações estruturais, com movimentos de concentração entre operadores, em particular na Europa. Este quadro concorrencial pode afetar de forma direta e indireta as decisões estratégicas futuras da empresa e, em consequência, o seu posicionamento em cada mercado, bem como os correspondentes resultados e alocação de ativos. Num contexto de consolidação do setor, a Inapa poderá ser alvo de uma oferta pública de aquisição.	O Grupo Inapa tem procurado alargar o seu portfólio de produtos e parceiros e investe de forma continuada na melhoria da eficiência por forma a garantir a sua competitividade.
Riscos ambientais	Atendendo à crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental, as exigências legais e regulatórias nesta área devem aumentar significativamente. O seu incumprimento pode resultar não apenas em penalidades financeiras, mas a dificuldades no acesso a financiamento e a danos reputacionais.	A Inapa incorporou no seu plano estratégico objetivos de sustentabilidade e a redução da pegada ecológica. A Inapa desenvolve a sua atividade procurando adotar práticas que promovam o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, através da promoção de produtos certificados e da redução da sua pegada ecológica. No setor do papel, a maior parte do impacto ambiental encontra-se a montante da operação da Inapa, na produção de papel. Por esta razão, a empresa implementou iniciativas em colaboração com os fornecedores, visando adotar práticas ambientalmente sustentáveis.

Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Eventos disruptivos: Desastres naturais	A atividade está exposta a possíveis desastres naturais e condições climáticas anormais, cuja frequência e intensidade tenderão a agravar-se como consequência das alterações climáticas.	Todos os armazéns da Inapa têm seguros que salvaguardam eventuais prejuízos causados por este tipo de fenómenos. Dado o elevado número de armazéns e a sua dispersão geográfica, consideramos que a exposição a este tipo de risco é relativamente reduzida, pois é possível prosseguir a atividade caso uma das localizações seja afetada.

Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Eventos disruptivos: Pandemias	A atividade operacional da empresa está sujeita aos riscos de surgimento de pandemias. A implementação de medidas que influenciem a mobilidade de pessoas ou mercadorias por parte de entidades governamentais pode ter um impacto significativo nas operações da empresa e no financiamento da atividade. Disrupções na cadeia de transporte a nível internacional ou em países em que o Grupo ou os seus principais fornecedores operam podem trazer limitações no abastecimento de produtos e influenciar a atividade do Grupo.	Os riscos operacionais estão mitigados (i) pela elevada dispersão geográfica das operações da Inapa, tanto ao nível do Grupo como de cada uma das operações nacionais e dos seus fornecedores e (ii) pelos planos de contingência adotados por cada empresa do Grupo, que permitem assegurar que, com exceção das áreas de armazenagem e transporte, que necessitam da presença física de trabalhadores, as demais possam ser asseguradas, no essencial, através de teletrabalho.
Eventos disruptivos: Conflitos armados	Conflitos armados e aplicação de sanções económicas internacionais podem ter impactos significativos na procura, disponibilidade ou preços dos produtos.	A dispersão geográfica de vendas e abastecimento mitiga estes riscos.
Flutuações de preços de aquisição/Gestão de pricing	A capacidade de refletir nos preços de venda dos produtos/serviços o aumento dos preços de papel e/ou combustíveis não é totalmente elástica. Pode suceder que as margens dos produtos vendidos/serviços prestados sejam afetadas de forma direta ou por via do aumento dos custos de transporte associados à distribuição, exercendo assim um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.	A Inapa tem à sua disposição alguns meios de mitigação deste risco, entre os quais se destacam os seus sistemas que, no processo de venda, introduzem níveis de autorização de acordo com a margem gerada pela operação. Adicionalmente, os níveis de stocks com que a Inapa opera minimizam impactos de alterações de preços.
Disrupções na armazenagem e distribuição	Interrupções significativas e/ou prolongadas na capacidade de servir o cliente em termos de distribuição pode levar à deterioração da imagem/reputação do Grupo Inapa, com impacto nas vendas.	As empresas do Grupo procuram constantemente melhorar os processos logísticos, de forma a maximizar a experiência do cliente ao menor custo.
Disrupções e danos patrimoniais	As unidades do Grupo estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes ou avarias que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na atividade.	Estes riscos são acompanhados pela Inapa de forma contínua, através dos processos e sistemas de informação implementados, estando alguns dos riscos operacionais cobertos por apólices de seguros. O normal desenvolvimento do negócio poderá ser afetado de forma transitória por riscos decorrentes de fusão ou reestruturação de subsidiárias.



Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Retenção/Fidelização de Clientes	O desempenho da Inapa depende da sua capacidade de assegurar a sua base de clientes.	Para além de um número muito significativo de clientes (mais de 50 000), da sua dispersão geográfica, da oferta de uma vasta gama de produtos, competitivos e de qualidade superior, a par de um adequado nível de serviço de pré e pós-venda, a Inapa tem vindo a desenvolver um programa de fidelização da sua base de clientes tradicional através da oferta integrada de serviços e de produtos complementares ao seu negócio principal, assumindo-se, cada vez mais, no mercado do papel como um Prestador Global de Serviços.
Risco de Crédito	A Inapa está exposta ao risco de crédito que concede aos seus clientes. Um agravamento das condições económicas pode originar dificuldades aos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações para com esta.	A Inapa tem mantido, desde 2011, um seguro para cobertura de risco de crédito das suas subsidiárias operacionais em empresas de seguros europeias de grande dimensão. Este seguro abrange os principais países do Grupo, cobrindo assim a maioria das vendas do Grupo. Independentemente da cobertura atrás referida, o Grupo tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito com vista a assegurar que as vendas são efetuadas a clientes com um perfil de crédito adequado. Estas políticas incluem nomeadamente a fixação de limites de crédito para os clientes, registados no sistema informático, que impedem novas encomendas a clientes cujo limite esteja totalmente utilizado, sendo a realização de vendas acima dos limites de crédito definidos apenas possível com aprovação superior. Estes limites de crédito são sujeitos a revisões periódicas, ou sempre que exista alguma informação relevante decorrente da recomendação dos sistemas de monitorização internos e externos. De referir ainda a existência de equipas internas dedicadas ao acompanhamento de crédito de clientes e a realização de reuniões periódicas de acompanhamento da antiguidade dos saldos de clientes por parte da gestão local.

Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Pessoas	A capacidade do Grupo implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade em manter e sempre que necessário recrutar os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função.	Apesar da política de recursos humanos do Grupo estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. De referir que tem havido um reforço contínuo de competências nesta área, ao nível corporativo.
IT	As operações desenvolvidas pelo Grupo estão ainda dependentes do processamento informático. Este envolve a manutenção e tratamento de registos de reporte financeiro, de monitorização e controlo das operações de logística, armazenamento e transporte bem como de contabilidade. A Inapa pode também estar exposta a riscos relacionados com processos de migração de sistemas base, que podem ter um efeito transitório na atividade.	<p>Não sendo possível garantir em absoluto a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, a Inapa procede a uma avaliação regular dos sistemas de informação, com vista a aferir a sua adequação às necessidades do Grupo.</p> <p>No sentido de mitigar os riscos associados com um potencial problema nos “datacenters” do Grupo, é efetuado anualmente um exercício de “disaster recovery” com vista a testar a infraestrutura alternativa e o processo de recuperação. Foi implementada recentemente (2022) uma nova solução de <i>backups</i>, amplamente reconhecida como das melhores do mercado, com a mais recente tecnologia disponível e com uma resiliência muito superior à solução anterior.</p> <p>No âmbito da implementação do novo ERP nas operações do Grupo, é realizado um conjunto alargado de testes para garantir a adequação da solução ao negócio e para assegurar que não haverá impactos nos países que utilizam o sistema. Durante o processo de migração de dados para o novo ERP, são realizados vários carregamentos de teste nos sistemas de qualidade ao longo do projeto e antes da migração final de dados para o sistema de produção. Foi ainda implementado, em 2022, um novo processo de “change management” no sentido de minimizar o risco de serem feitas alterações ao sistema produtivo do ERP que possa impactar a estabilidade do mesmo.</p>

Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Cyber security	O risco de fraude informática / <i>cyber attack</i> tem vindo a ganhar dimensão internacional, não sendo possível mitigar totalmente este risco, apesar das medidas e procedimentos implementados.	A Inapa tem vindo a investir significativamente em políticas de segurança que minimizem a sua exposição ao risco de <i>cyber attack</i> . São efetuados periodicamente <i>assessments</i> e são realizadas ações de formação aos colaboradores sobre as melhores práticas, estando os principais riscos cobertos por apólices de seguros.

Riscos de Conformidade

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Legal e Regulamentar	O Grupo poderá ser afetado negativamente por alterações na legislação e demais regulamentação aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.	A Inapa prossegue uma política de flexibilidade e adaptabilidade das suas operações e estrutura de custos, pelo que não se antecipam impactos muito significativos de eventuais novas regulamentações.
Contencioso /Litígios	A Inapa está sujeita a ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente e que possam vir a ser objeto de recurso pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças.	A Inapa conta com o apoio de equipas de assessoria jurídica locais que acompanham em cada geografia as empresas subsidiárias nas fases pré-contenciosa e contenciosa dos litígios, sendo acompanhadas/coordenadas pelo polo jurídico da sociedade-mãe sempre que a sua relevância ou especificidade o recomendam.

Riscos Financeiros¹

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Taxa de juro	Na medida em que a Inapa não cobre a sua exposição a variações adversas nas taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito negativo na sua atividade, situação financeira e resultados.	Como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitem minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro, acompanhando os gastos incorridos, assim como os valores esperados de gastos futuros. Tal é efetuado através de preparação de orçamentos, com base nas evoluções esperadas e razoavelmente possíveis e nas necessidades financeiras do Grupo. Consequentemente, a Empresa interage com os seus parceiros financeiros com o objetivo de assegurar o financiamento das operações e custos de financiamento competitivos.
Risco cambial	A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas (nomeadamente a lira turca e o kwanza), pode ter impacto na situação financeira da sociedade, já que a Inapa desenvolve atividades na Turquia e Angola. O Grupo tem ainda exposição ao dólar norte-americano por via das compras feitas nesta moeda em particular na operação na Turquia.	A exposição ao risco cambial é limitada, dado que o valor agregado das vendas em moeda distinta do euro (lira turca e kwanza) representa menos de 2% das vendas totais do Grupo. A Inapa procede a um acompanhamento constante de evolução cambial das geografias a que o Grupo está exposto.
Risco financeiro: Investimento	As atividades do Grupo exigem investimentos, existindo o risco de o Grupo Inapa não conseguir financiar a sua atividade, nomeadamente ao nível do investimento, ou de apenas o conseguir fazer a um custo mais elevado.	A Inapa prevê financiar os investimentos através da mobilização dos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais. Caso estas não gerem rendimentos suficientes, a Inapa poderá vir a ter de financiar uma parte dos investimentos previstos através do recurso a fontes externas, incluindo empréstimos bancários e/ou recurso aos mercados de capitais.





Riscos Financeiros⁽¹⁾

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Risco financeiro: Liquidez / Fundo de manei	Para o desenvolvimento das suas operações, a Inapa necessita de fundo de manei. Alterações de políticas comerciais e financeiras dos nossos parceiros, incluindo clientes, fornecedores, instituições financeiras e seguradoras de crédito (que cobrem riscos de cobrança quer a montante quer a jusante das nossas operações e que apresentam um elevado grau de concentração) podem criar necessidades de capital circulante pressionando os níveis de liquidez.	A Inapa gere o risco de liquidez do Grupo atuando por duas vias: procurando que a dívida financeira do Grupo apresente uma maturidade adequada à capacidade esperada de geração de fundos, e através do recurso a facilidades de crédito para apoio à tesouraria das operações (conta corrente, <i>confirming</i> , etc.). A gestão de tesouraria é feita localmente em cada empresa do Grupo supervisionada pela <i> Holding</i> . É feita uma atualização e um acompanhamento regular das previsões de <i>cash flow</i> . A Inapa mantém-se em estreito contacto com as instituições financeiras e seguradoras de crédito, com vista a assegurar níveis adequados de financiamento das suas operações.
Fundos de pensões	A Inapa concede aos trabalhadores das suas filiais Inapa Deutschland GmbH, Inapa France SAS, Inapa Packaging, SAS e Semaq SAS planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, procedendo à contabilização dos inerentes custos e dos encargos associados de acordo com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19 (IAS 19). O montante registado nas contas consolidadas referente às responsabilidades por pensões baseia-se em pressupostos atuariais pré-definidos, sendo que os beneficiários dos planos de pensões poderão viver mais anos que os previstos e, como tal, beneficiar do plano para além do dotado para o efeito, por se tratarem de planos de pensões de benefício definido. Assim, as responsabilidades relativas a pensões podem exercer uma pressão adversa sobre os fluxos de caixa.	A Inapa procede a uma revisão periódica dos cálculos atuariais, incluindo os custos e <i>cash flows</i> associados nos respetivos orçamentos anuais.
Consolidação de contas e reporte	Risco na existência de erros na elaboração de reportes internos e externos.	A Inapa dispõe de métodos de controlo internos e externos para mitigação destes riscos. A implementação do novo ERP em todas as empresas do Grupo trará forte contributo, para o alinhamento de processos /procedimentos.

(1) Nas notas às demonstrações financeiras consolidadas (3, 8 e 9) pode ser consultado um maior detalhe do que diz respeito à gestão do risco financeiro nas suas várias vertentes.

Matriz de Riscos

Na matriz seguinte, são apresentados os riscos identificados anteriormente, considerando a sua classificação de acordo com a respetiva probabilidade de ocorrência (baixa, média e alta) e impacto em caso de ocorrência (baixo, médio e alto).



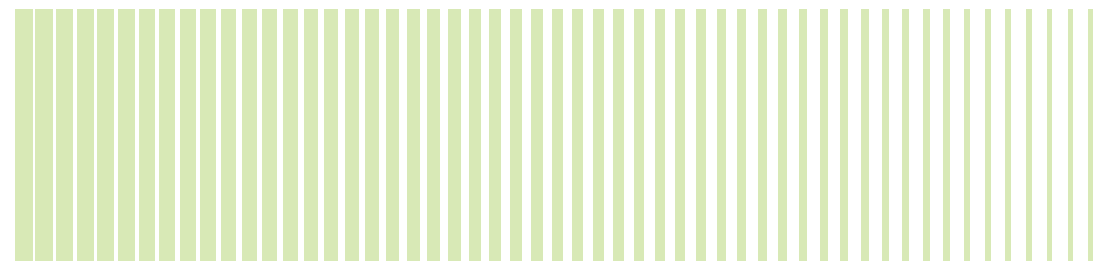
● Riscos estratégicos ● Riscos operacionais ● Riscos de conformidade ● Riscos financeiros

13. Ética

Fazer negócios com ética é uma **pedra basilar da cultura da Inapa** e está no cerne do nosso sucesso.

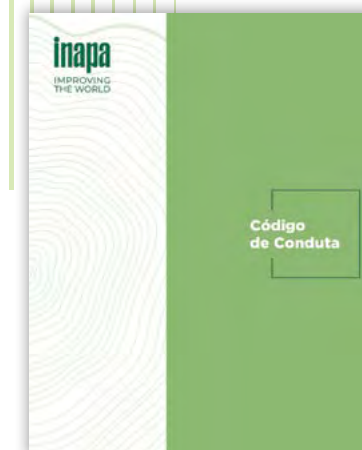
Ao agirmos com elevados padrões éticos criamos uma atmosfera positiva e colaborativa. A forma como fazemos negócios não é um objetivo de curto prazo, deverá antes contribuir para a sustentabilidade a longo prazo do Grupo.

As ações diárias dos colaboradores devem ir ao encontro dos mais elevados padrões éticos. Todos devem agir de acordo com fortes princípios morais, comunicar com transparência e tratar com estima, consideração, dignidade e tolerância todas as pessoas, independentemente da raça, nacionalidade, cor da pele, etnia, cidadania, religião, gênero, idade ou deficiência.



A Inapa está empenhada em seguir as melhores práticas internacionais ao nível do respeito pelos Direitos Humanos, do trabalho, de proteção ambiental e combate à corrupção, seguindo nomeadamente os 10 Princípios Universais do Pacto Global das Nações Unidas:

DIREITOS HUMANOS	1.	Respeitar e salvaguardar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
	2.	Garantir a não participação em violação dos direitos humanos.
PRÁTICAS LABORAIS	3.	Garantir a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva.
	4.	Abolir todas as formas de trabalho forçado e obrigatório.
	5.	Abolir de forma efetiva o trabalho infantil.
	6.	Eliminar a discriminação no emprego.
PROTEÇÃO AMBIENTAL	7.	Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
	8.	Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental.
	9.	Promover o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.
ANTICORRUPÇÃO	10.	Combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno.



Em 2017 foi lançado o Código de Conduta da Inapa, onde se procurou alinhar as boas práticas do modelo corporativo com a conduta de todos os colaboradores e parceiros, seguindo os mais elevados padrões éticos. Este documento está acessível a todos os colaboradores do Grupo, na sua língua, para consulta sempre que necessário. Nele estão delineadas as diretrizes em relação aos princípios a serem respeitados (integridade, respeito, transparência e conformidade) e instruções sobre como proceder em caso de reporte de uma eventual irregularidade. São também dadas orientações sobre como se devem comportar de forma a garantir a integridade perante os colegas, a empresa, os parceiros comerciais e a comunidade.



Consulte aqui o **Código de Conduta Inapa**

Os nossos valores moldam o nosso futuro

O Grupo Inapa rege-se por **quatro valores fundamentais**:

1. Foco no Cliente

Caminhamos lado a lado com o Cliente, conhecemos o seu negócio e procuramos antecipar as suas necessidades.

Acrescentamos valor através de um serviço personalizado. Queremos ser parte integrante da solução em cada desafio, de forma a responder e, sempre que possível, superar as suas expectativas.

2. Fiabilidade

Cumprimos o que prometemos.

Apostamos em relações de longo prazo construídas com base na confiança, somos consistentes na forma como trabalhamos e eticamente responsáveis. Oferecemos um serviço de excelência com o qual clientes, parceiros e fornecedores podem contar, sem reservas.

3. Agilidade

Temos capacidade para nos reinventarmos de novas e diferentes maneiras.

Valorizamos a possibilidade de mudar com o mercado para acompanhar a evolução tecnológica e as tendências comerciais em todo o mundo através de processos facilmente adaptáveis. Estamos preparados para os desafios de um mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo. Mantemos uma mente aberta para promover a eficiência nas respostas e soluções que oferecemos.

4. Sustentabilidade

Melhoramos o trabalho, a vida, o mundo.

A preocupação com a sustentabilidade financeira, social e ambiental faz parte do nosso quotidiano. Acreditamos que o futuro pertence a quem tem a capacidade de se reinventar, de manter uma perspetiva responsável sobre todas estas vertentes e de proporcionar essa aprendizagem a outros. Temos, por isso, uma abordagem consciente, através da promoção e otimização de processos sustentáveis, transversais a todo o Grupo.



Improving the World

Ao longo dos anos, o Grupo Inapa construiu uma base sólida que lhe permitiu alcançar uma posição de liderança nos mercados onde atua. Queremos continuar a crescer, com base num esforço conjunto. Apostamos numa abordagem focada em apresentar um serviço de excelência e um acompanhamento que assegure aos nossos clientes, parceiros, colaboradores e stakeholders um negócio sustentável, com um objetivo comum: melhorar o mundo.

Improving the World é a assinatura do Grupo Inapa, que está refletida em todas as suas ações, desde a vertente humana, às operações e ao caminho sustentável para reduzir o impacto ambiental da nossa atividade.



Para acompanhar estes valores, o Grupo definiu as competências-chave pessoais que todos os colaboradores devem ter:

- **Foco no Cliente**

O Cliente é o núcleo do nosso negócio, por isso todos os colaboradores da Inapa devem concentrar-se nas suas necessidades reais para apresentar as soluções adequadas, com base num acompanhamento próximo e personalizado.

- **Orientação para Resultados**

É a capacidade para se concretizar com eficiência e eficácia os objetivos do seu departamento/área e realizar as tarefas que lhe são atribuídas, garantindo que os resultados esperados são alcançados e, simultaneamente, impulsionando o desenvolvimento e crescimento da equipa.

- **Mindset da Sustentabilidade**

A sustentabilidade empresarial é fundamental. A contribuição de cada um através de pequenas ações no dia-a-dia pode fazer toda a diferença, como reduzir o consumo de energia por exemplo.

- **Otimização de Processos de Trabalho**

Promover mudanças com o objetivo de estimular todas as partes envolvidas a trabalhar harmoniosamente, evitando o desperdício de tempo e recursos.

- **Trabalho em Equipa & Colaboração**

A capacidade para integrar equipas de trabalho de constituição variada (dentro e fora do seu ambiente habitual de trabalho) e de colaborar com as outras equipas ou departamentos de forma ativa é fundamental. Saber ouvir e respeitar ideias divergentes, partilhar e desenvolver soluções em parceria é desafiante e enriquecedor.

14. Recursos Humanos

A Inapa tem adotado na sua política de Recursos Humanos uma correlação estreita entre as orientações estratégicas do Grupo, objetivos de desenvolvimento sustentável, e evolução dos negócios, tendo como base uma plataforma comum de processos e políticas que são seguidas pelas suas diferentes empresas.

Tendo presentes os valores comuns e princípios éticos, as políticas de Recursos Humanos são ancoradas em sete objetivos:

- Diversidade e igualdade;
- Atração e compromisso;
- Desenvolvimento e valorização;
- Reconhecimento e mérito;
- Prevenção e segurança;
- Gestão da mudança; e
- Conciliação da profissão com a vida pessoal.

O ano de 2023 foi marcado por uma conjuntura externa desafiante, bem como por um abrandamento significativo da procura no setor do Papel. A exigência do contexto levou a Inapa a intensificar e acelerar a adaptação da sua operação aos desafios e realidade do setor, tendo, por isso, ajustado a sua estrutura para 1 478 colaboradores, o que representa uma redução de 174 colaboradores face a 2022 (1 652).

A redução referida reflete o impacto do processo de adaptação em curso na Alemanha, com maior expressão no *footprint* logístico e equipas da Inapa Deutschland – onde se registou uma redução de 172 colaboradores, resultando num total de 717 colaboradores. Este processo contribuiu para uma redução relevante do *headcount* na maior geografia do Grupo, mas também na maior área: a operação alemã reduziu-se em 179 colaboradores (para 821, ou 56% do total); e a distribuição de papel assistiu a uma redução de 178 colaboradores (para 1 089, ou 74% do total). Paralelamente, destaca-se também uma redução de 4 colaboradores na Turquia (para 35).

Em termos de crescimento, destaca-se a área de Serviços Partilhados, situada em Portugal, que registou uma subida de 5 colaboradores para 79, motivada pelo aumento de competências e prestação de serviços transversais a todo o Grupo, contribuindo para maiores sinergias e eficiência operacional.

A dimensão das estruturas de França, Espanha e Bélgica, Portugal, e das áreas de Embalagem e Comunicação Visual (conjuntamente), e *Holding* manteve-se praticamente inalterada. As tabelas apresentadas neste subcapítulo detalham especificamente a evolução em cada país e área de atividade.

Evolução da repartição de colaboradores por empresas (dez. 2020–2023)

Área de Negócio	Empresa	País	2020	2021	2022	2023	Var. 22-23
Papel	Inapa Deutschland GmbH	Alemanha	932	910	889	717	-172
	Inapa France	França	223	199	194	188	-6
	Inapa Portugal	Portugal	60	61	64	61	-3
	Inapa España	Espanha	64	52	53	52	-1
	Inapa Belgium	Bélgica	28	28	23	24	1
	Inapa Angola	Angola	4	4	5	12	7
	Korda	Turquia	41	41	39	35	-4
	Total		1 352	1 295	1 267	1 089	-178
Embalagem	Inapa Packaging	Alemanha	50	45	40	37	-3
	Inapa Packaging	França	39	40	38	39	1
	Semaq	França	39	41	40	42	2
	Embaltec	França	28	27	28	31	3
	Inapa Packaging	Portugal	38	39	39	40	1
	Total		194	192	185	189	4
Comunicação Visual	Inapa ComPlott	Alemanha	73	65	71	67	-4
	Inapa Comunicação Visual	Portugal	8	8	7	7	0
	Loos ¹	França	0	0	31	30	-1
	Total		81	73	109	104	-5
<i> Holding </i>	Inapa - IPG	Portugal	14	16	17	17	0
Serviços Partilhados	Inapa Shared Center	Portugal	68	67	74	79	5
	Total		1 709	1 643	1 652	1 478	-174

(1) Aquisição em final de 2022.

Evolução da repartição de colaboradores por país (dez. 2020–2023)

País	2020	2021	2022	2023	Var. 22-23
Alemanha	1 055	1 020	1 000	821	-179
França	329	307	331	330	-1
Portugal	188	191	201	204	3
Espanha	64	52	53	52	-1
Bélgica	28	28	23	24	1
Angola	4	4	5	12	7
Turquia	41	41	39	35	-4
Total	1 709	1 643	1 652	1 478	-174

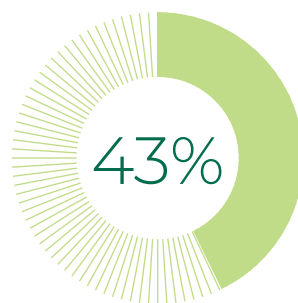
Face à natureza comercial do Grupo, por categoria, a área comercial concentrava em dezembro de 2023 cerca de 33% dos colaboradores, assim como a área de logística e transporte com 43%. Quanto às áreas de suporte – área do pessoal técnico, administrativo e de *BackOffice* – estas representavam 13% dos colaboradores do Grupo.

Os quadros superiores, membros da direção e administração representavam 11% do número total de colaboradores do Grupo.

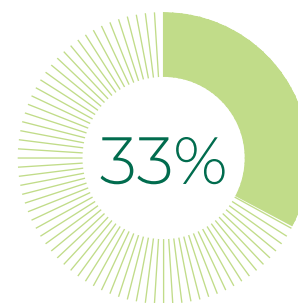
O quadro seguinte ilustra a repartição dos nossos colaboradores por categorias profissionais.

Colaboradores por categoria profissional

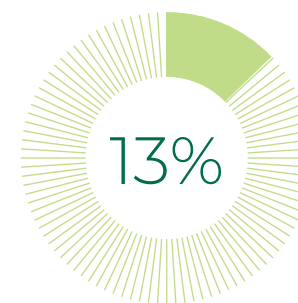
2023



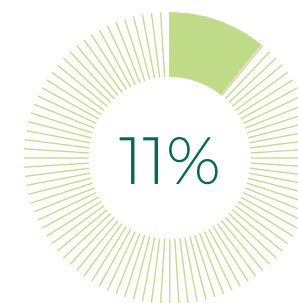
LOGÍSTICA/
OUTROS



COMERCIAIS



TÉCNICOS/
PESSOAL
ADMINISTRATIVO



ADMINISTRAÇÃO/
DIREÇÃO E QUADROS
SUPERIORES

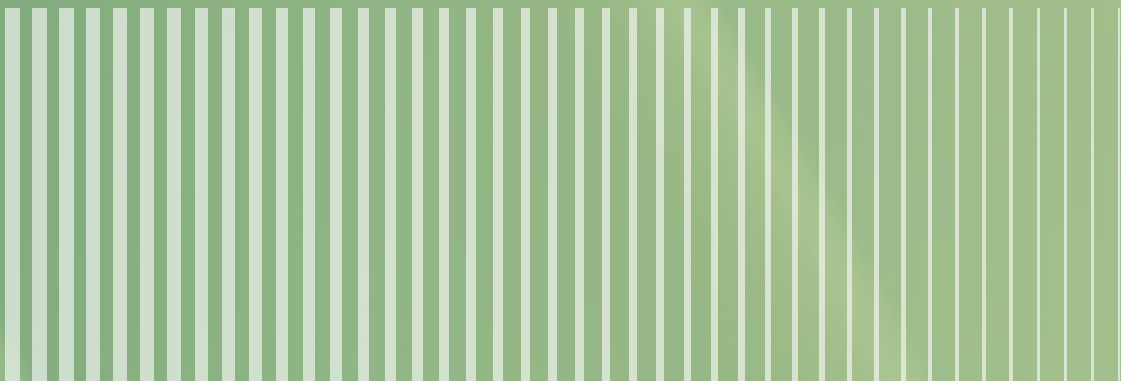






SÍNTESE DA ATIVIDADE

Agilidade e capacidade de adaptação



1. Principais Indicadores de Atividade

Glossário

Vendas: Vendas de mercadorias e de outros produtos [Nota 25]. **Margem Bruta:** Vendas de mercadorias e de outros produtos [Nota 25] – Custo das vendas [Nota 13] + Descontos de pronto pagamento líquidos [Nota 25]. **Custos de exploração líquidos:** Custos de exploração – Proveitos de exploração. **Proveitos de exploração:** Proveitos com prestações de serviços e Outros rendimentos exceto Descontos de pronto pagamento líquidos [Nota 25]. **Custos de exploração:** Custos com pessoal [Nota 26] + Outros custos (exceto Descontos de pronto pagamento líquidos, Provisões e Imparidades de clientes) [Nota 27], excluindo Custos não recorrentes. **Imparidades de clientes:** Provisões e Imparidades de clientes constantes em Outros custos [Nota 27]. **Re-EBITDA:** Resultado antes de Depreciações e amortizações [Nota 28], dos

Encargos Financeiros, de Custos não recorrentes e de Imposto sobre o rendimento [Nota 30]. **Re-EBITDA (%):** Re-EBITDA/Vendas. **Custos não recorrentes:** Respeitante essencialmente a custos associados a reestruturações, nomeadamente indemnizações por rescisões de contratos de trabalho [Nota 26]. **EBIT:** Resultados antes dos Encargos Financeiros e de Imposto sobre o rendimento [Nota 30]. **EBIT (%):** EBIT/Vendas. **Encargos financeiros:** Resultados financeiros [Nota 29] + Ganhos/(Perdas) em associadas [Nota 10]. **Dívida líquida:** Dívida bruta – Caixa e seus equivalentes [Nota 21]. **Dívida líquida excluindo Trade Finance:** Dívida líquida – Trade Finance [Nota 21]. **Cobertura encargos financeiros:** Re-EBITDA/Encargos Financeiros. **Capitais circulantes:** Clientes + Inventários – Fornecedores.

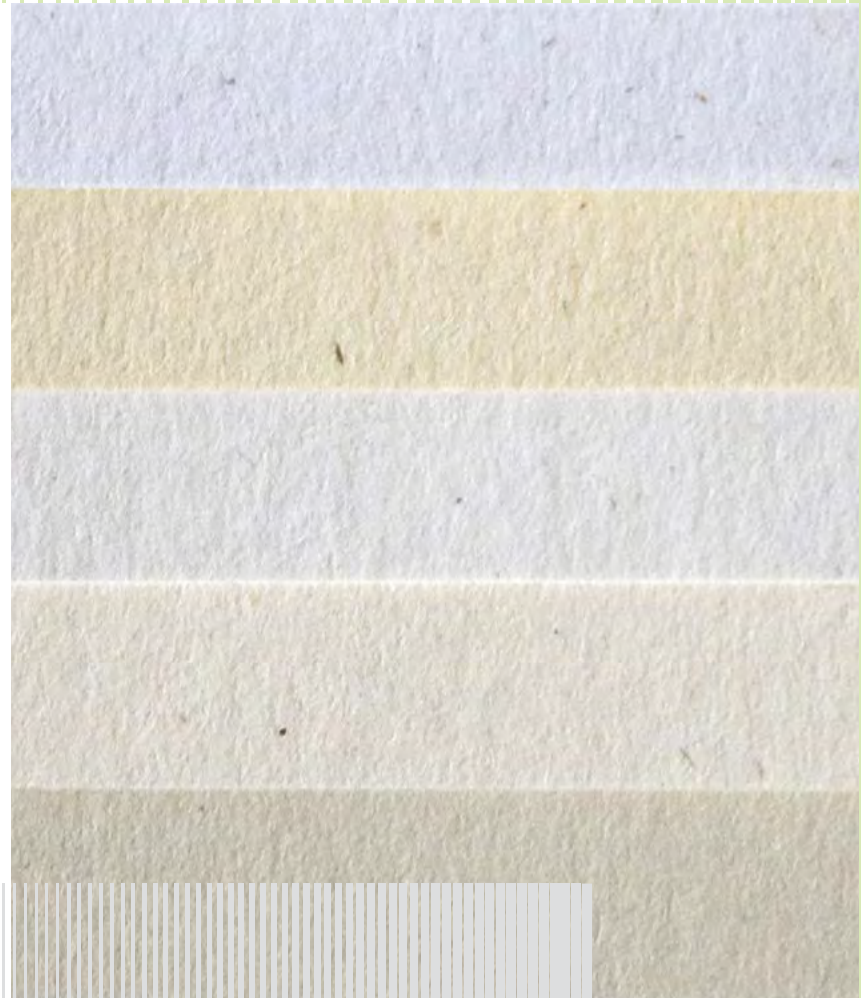
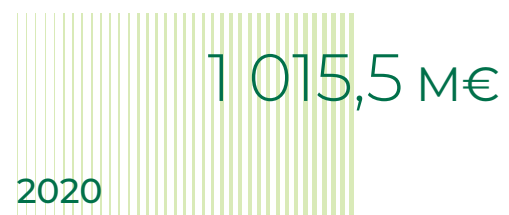
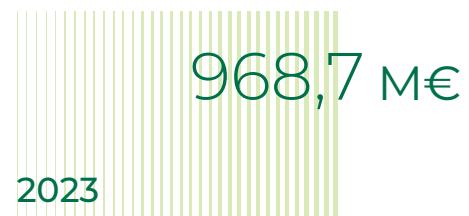
(Milhões de euros, exceto quando especificamente mencionado)

	2023	2022	2021	2020	VAR. 23/22
Toneladas ('000)	551	714	841	913	-22,9%
Vendas	968,7	1 211,7	964,6	1 015,5	-20,1%
Margem bruta	175,1	242,7	179,3	185,5	-27,8%
<i>Margem bruta (%)</i>	18,1%	20,0%	18,6%	18,3%	-1,9 p.p.
Custos de exploração líquidos	141,3	154,7	146,2	156,6	-8,6%
Proveitos de exploração	23,9	30,5	28,8	23,6	-21,7%
Custos de exploração	165,2	185,2	175,0	180,2	-10,8%
Imparidades de clientes	0,5	1,1	1,6	1,5	-57,4%
Re-EBITDA	33,3	86,9	31,5	27,4	-61,6%
<i>Re-EBITDA (%)</i>	3,4%	7,2%	3,3%	2,7%	-3,7%
Custos não recorrentes	4,8	10,8	0,7	11,6	-6,0
EBITDA	28,6	76,1	30,8	15,8	-62,5%
<i>EBITDA (%)</i>	2,9%	6,3%	3,2%	1,6%	-3,3 p.p.
EBIT	10,8	52,8	15,5	-2,7	-79,5%
<i>EBIT (%)</i>	1,1%	4,4%	1,6%	-0,3%	-3,2%
Encargos financeiros	20,0	16,0	14,2	15,5	25,0%
Resultado antes de impostos	-9,2	36,8	1,3	-18,2	-46,0
Imposto sobre o rendimento	1,2	-19,1	2,0	2,8	20,3
Resultado líquido	-8,0	17,8	3,3	-15,5	-25,8

	31/12/23	31/12/22	31/12/21	31/12/20	VAR. 23/22
Dívida líquida	206,7	221,1	261,8	315,0	-6,5%
Dívida líquida/Re-EBITDA	6,2 x	2,5 x	8,3 x	11,5 x	3,7 x
Dívida líquida excluindo Trade Finance	190,4	202,9	241,8	258,7	-6,2%
Cobertura encargos financeiros	1,7 x	5,4 x	2,2 x	1,8 x	-3,8 x
Capitais circulantes	3,1	35,8	11,4	73,0	-91,4%

A Inapa apresenta um quadro de indicadores de atividade alternativo ao das Demonstrações Financeiras, aproximando a análise da evolução do negócio à que a gestão utiliza no seu acompanhamento, estando também, desta forma, alinhada com o que é praticado pelos diferentes intervenientes no mercado.

Vendas



2. Factos Relevantes do Ano 2023

01 MARÇO

Participação Qualificada BCP (para um limiar inferior a 10%)

04 MAIO

Anúncio de resultados de 2022

Convocatória para Assembleia Geral Ordinária e publicação de Relatório e Contas

25 MAIO

Assembleia Geral Ordinária

Eleição de novo Administrador

15 SETEMBRO

Plano para a Igualdade de Género 2024

28 SETEMBRO

Anúncio de resultados do primeiro semestre 2023

26 ABRIL

Participação Qualificada BCP (para um limiar inferior a 5%)

05 JUNHO

Alteração da composição do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Factos subsequentes

Até à data de publicação do relatório não foram registados eventos subsequentes.

3. Enquadramento Económico

Enquadramento macroeconómico

A economia global abrandou novamente em 2023, mas evidenciou sinais de resiliência. Num contexto de incertezas políticas, conflitos, catástrofes naturais e políticas monetárias restritivas, o crescimento foi de 2,7% e a inflação de 5,7%.

Observaram-se divergências em termos geográficos. Nas economias designadas pelo Banco Mundial de “avançadas” (EUA, Japão e Zona Euro), destaca-se o crescimento positivo dos EUA, que atingiu os 2,5%, relacionado com níveis robustos de consumo e uma política fiscal expansionista. A inflação foi de 4,1%.

O crescimento na União Europeia foi moderado, registando uma evolução de 0,5%, em comparação com os 3,4% registados em 2022. Este crescimento ocorre após um período de dois anos de impulso económico pós-pandémico, que terminou de forma abrupta no final de 2022. Seguiu-se uma estagnação num contexto de redução do poder de compra das famílias, estrangulamentos na procura externa e políticas económicas restritivas. No entanto, destaca-se uma diminuição da inflação para 6,3% em 2023, em comparação com 9,2% em 2022, atribuída à redução da inflação energética, devido a uma menor dependência do gás russo.

Para o ano de 2024, antecipa-se um crescimento global de 2,4% e uma taxa de inflação de 3,9%, o que representa, pelo terceiro ano consecutivo, um abrandamento do crescimento económico. Esta evolução reflete os efeitos de políticas monetárias e condições de crédito restritivas e níveis de comércio internacional e investimento anémicos. As perspetivas divergem geograficamente. No caso das economias “avançadas” prevê-se um atenuar do crescimento, derivado de um abrandamento nos EUA e no Japão. Por outro lado, antecipa-se uma melhoria de desempenho em alguns dos “mercados emergentes e economias em desenvolvimento”, que dispõem de aspetos fundamentais considerados sólidos.

A União Europeia inicia o ano de 2024 numa posição enfraquecida, após evitar a recessão técnica na segunda metade de 2023 e depois de um ano de contração da economia alemã. Observam-se, no entanto, sinais positivos. Apesar da pressão nos custos de transporte, decorrente das perturbações no Mar Vermelho, a inflação continua numa tendência descendente.

As condições de crédito são ainda restritivas mas os mercados aguardam uma fase de flexibilização que, combinada com o desdobramento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), deverá beneficiar o investimento. As previsões apontam para um crescimento de 0,9% em 2024 e uma inflação de 3,0%.

Produto Interno Bruto, volume

(VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL, 2019-2024F)

	2019	2020	2021	2022	2023F	2024F
Global	2,5%	-3,3%	5,8%	3,0%	2,7%	2,4%
Zona Euro (20)	1,6%	-6,1%	5,9%	3,4%	0,5%	0,8%
União Europeia	1,8%	-5,6%	6,0%	3,4%	0,5%	0,9%
Alemanha	1,1%	-3,8%	3,2%	1,8%	-0,3%	0,3%
França	1,8%	-7,5%	6,4%	2,5%	0,9%	0,9%
Espanha	2,0%	-11,2%	6,4%	5,8%	2,5%	1,7%
Portugal	2,7%	-8,3%	5,7%	6,8%	2,3%	1,2%
Bélgica	2,2%	-5,3%	6,9%	3,0%	1,5%	1,4%
Turquia	0,8%	1,9%	11,4%	5,5%	3,5%	2,7%
Angola	-0,7%	-5,5%	1,2%	3,0%	3,5%	3,6%

Fonte: Global, Turquia e Angola: Nações Unidas - World Economic Situation Prospects 2022-2024 (janeiro 2022, 2023 e 2024); Restantes geografias: Comissão Europeia - Winter 2024 Forecast (fevereiro 2024).



Apresentam-se em seguida alguns comentários relativos à evolução económica em 2023, e perspetivas futuras nos países onde o Grupo Inapa tem operações.

Em 2023, a contração da **economia alemã** foi de 0,3%. O poder de compra diminuiu, afetando o consumo privado. O investimento na construção e energia foi limitado devido aos elevados custos de construção, financiamento e à escassez de mão de obra. A inflação decresceu para 6,0%, face a 8,7% em 2022, refletindo um decréscimo dos preços da energia no mercado atacadista e a introdução de medidas de apoio energético (descontinuadas em novembro de 2023). Para 2024, prevê-se um crescimento de 0,3%, devendo ser afetado por níveis de confiança limitados, reduzido crescimento do investimento (face aos níveis pré-Covid 19), escassez de mão de obra e políticas e condições fiscais restritivas. O comércio internacional não deverá ter um impacto assinalável, uma vez que as importações e exportações deverão ter uma evolução semelhante. É de assinalar positivamente que as condições de financiamento têm vindo a ser moderadamente aliviadas e que os rendimentos reais poderão beneficiar de um mercado laboral robusto e de aumentos salariais, estimulando, o desenvolvimento do consumo nos próximos anos. A inflação deverá ser de 2,8% em 2024, impulsionada sobretudo pelo aumento dos salários no setor dos serviços.

A **economia francesa** registou um crescimento de 0,9% em 2023. No entanto, a inflação e as condições financeiras restritivas tiveram um impacto negativo na sua *performance*. O crescimento do consumo interno foi limitado, mas as exportações líquidas, impulsionadas por uma diminuição da importação de bens, tiveram um impacto positivo. A inflação foi de 5,7%, atingindo um máximo de 7,0% no primeiro trimestre, e decresceu posteriormente devido à redução dos preços da energia e *commodities*. Em 2024, prevê-se um crescimento de 0,9%, com um dinamismo que se espera intensificar no segundo semestre. O consumo privado, estimulado pela inflação decrescente, deverá determinar o crescimento. O investimento deverá ser limitado no primeiro semestre, recuperando no segundo semestre em função da flexibilização das condições de financiamento. Prevê-se uma inflação de 2,8% para 2024, apesar dos aumentos salariais e da pressão associada a um aumento dos preços da energia previsto em 10% (como resultado de alterações fiscais).

Em 2023, a **economia espanhola** expandiu-se em 2,5%, estimulada sobretudo pelo consumo privado, mas também pelo investimento. A procura externa teve um contributo negativo no segundo e terceiro trimestre, mas progrediu no último trimestre. A inflação situou-se nos 3,4% refletindo a diminuição dos preços da energia. Para 2024, prevê-se um crescimento de 1,7%. O consumo e o investimento deverão sustentar a expansão económica. O consumo privado deverá ser estimulado por aumentos reais nos rendimentos, pela utilização dos ainda elevados níveis de poupança das famílias e por um aumento do emprego. O investimento deverá ser impulsionado pela implementação

do MRR, pela saúde financeira das entidades não-financeiras e pela flexibilização das condições de financiamento. A nível externo, a redução do ímpeto do turismo e a condição económica dos principais parceiros comerciais deverão condicionar as exportações. Os efeitos relacionados com as taxas de juro e endividamento elevados deverão ter um impacto negativo no crescimento, principalmente na procura interna. A inflação prevista para 2024 é de 3,2%.

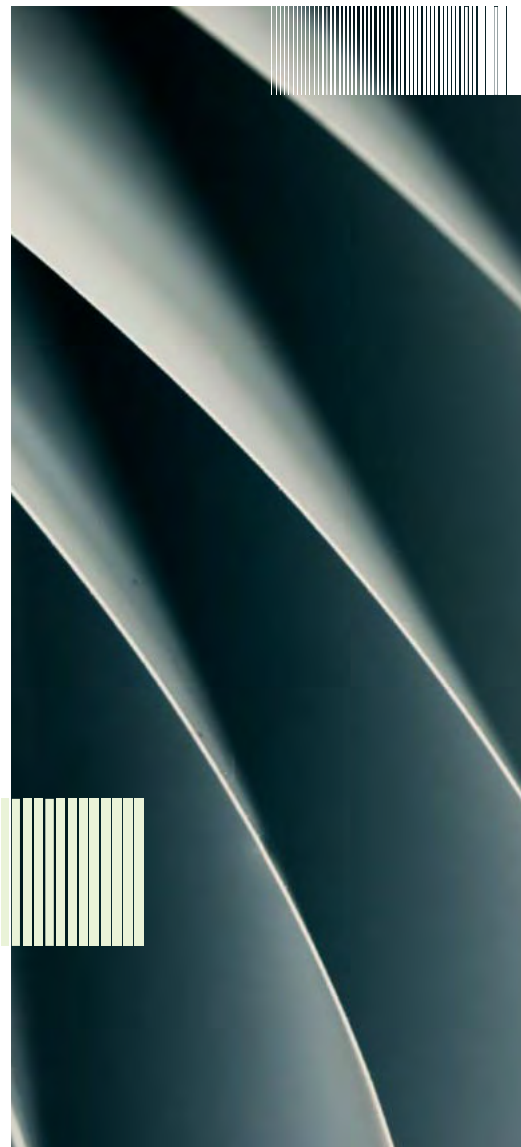
A **economia portuguesa** cresceu 2,3% em 2023, tendo, após uma contração no terceiro trimestre, registado uma melhoria de performance no final do ano, refletindo um contexto de recuperação no sentimento económico e de crescimento no emprego. O abrandamento face a 2022 (crescimento de 6,8%), esteve inicialmente relacionado com o investimento e consumo privado, refletindo o impacto de taxas de juro elevadas. Porém, na segunda metade do ano, observou-se uma retoma no consumo e o investimento. Por outro lado, verificou-se um efeito negativo das exportações líquidas relacionado com um enfraquecimento do turismo externo e com uma redução das exportações. A inflação foi de 5,3%, o que representa uma redução relevante face a 2022 (8,1%) tendo sido influenciada pela evolução dos preços da energia, alimentos e produtos industriais não energéticos. Face à procura dos principais parceiros comerciais, prevê-se um crescimento económico limitado no início de 2024, evoluindo posteriormente de forma gradual. Antecipa-se crescimento anual de 1,2%. O consumo privado será estimulado pelo aumento do emprego e dos salários. A implementação do MRR deverá suportar

o investimento. As importações deverão crescer a um ritmo mais acentuado que as exportações. No primeiro semestre, a desinflação deverá ser contida, o que está relacionado, entre outros aspetos, com a reposição do IVA do cabaz alimentar. A inflação prevista para 2024 é de 2,3%.

A **economia belga** cresceu 1,5%, estimulada pela resiliência do consumo privado, que foi suportado na indexação automática dos salários e benefícios sociais à inflação e manutenção do poder de compra das famílias. Destaca-se também o aumento do investimento impulsionado pelas empresas. A inflação foi de 2,3%, refletindo o rápido decréscimo e transmissão de preços do mercado de energia atacadista para o retalho (gás e eletricidade), juntamente com medidas do governo para atenuar aumentos de preços. Para 2024, antecipa-se um crescimento de 1,4%. O consumo das famílias deverá continuar em expansão à medida que o aumento dos preços reduz e o emprego aumenta. A transição energética e a implementação do MRR contribuirão para o aumento da formação bruta de capital fixo e o investimento público deverá aumentar até ao ciclo eleitoral. No curto prazo, o aumento do investimento em construção deverá ser limitado pelos elevados custos de financiamento. O comércio internacional deverá aumentar o dinamismo.



Em 2023, o crescimento da **economia turca** foi de 3,5%. No início do ano, o país foi afetado por terremotos que resultaram em dezenas de milhares de fatalidades e danos substanciais. Após as eleições de maio, e num contexto de inflação elevada, verificaram-se aumentos significativos nas taxas de juro. Alterações regulatórias contribuíram também para limitar a expansão do crédito, afetando o crescimento. Contudo, a economia expandiu-se mais do que se antecipava, o que se deveu a um consumo privado resiliente, mas também às despesas associadas ao processo de recuperação pós-terramotos. A inflação ultrapassou os 60% no segundo semestre, atingindo um valor anual de 55,2%. Para 2024, prevê-se um crescimento de 2,7%, antecipando-se um processo de endurecimento monetário e consolidação fiscal. Espera-se também uma crescente estabilização financeira, um aumento de exportações líquidas e um reequilíbrio da atividade económica. A inflação deverá permanecer elevada no primeiro semestre, reduzindo no segundo semestre e contribuindo para sustentar o consumo privado.



Enquadramento do setor

O ano de 2023 foi adverso para o setor. Nos três primeiros trimestres, os volumes de papel consumidos na Europa Ocidental diminuíram face a 2022. A partir do final do terceiro trimestre, verificou-se uma ligeira melhoria na procura.

A evolução da procura em 2023 foi em grande parte influenciada por um processo de redução dos elevados níveis de stock (*destocking*) que tinham sido constituídos em 2022 ao longo de toda a cadeia de valor. Este aumento de stocks em 2022 relacionou-se com problemas globais na cadeia de abastecimento e uma perceção generalizada de escassez de disponibilidade de papel, num contexto de aumento de preços. Na sequência da normalização das cadeias de abastecimento, no segundo semestre de 2022, assistiu-se ao início de um processo de ajustamento de stocks, e que se prolongou para 2023. Apesar de uma ligeira recuperação da procura no segundo semestre verificou-se uma redução efetiva da procura de Papel.

Na Europa Ocidental, em 2023, a redução no consumo de papel para artes gráficas, escrita e impressão foi, segundo a EuroGraph (European Association of Graphic Producers) de 25,4% (no primeiro semestre a redução foi de 29,9%). Essa redução afetou a procura de papéis revestidos (*coated woodfree*) e não revestidos (*uncoated woodfree*). É de salientar que, em termos globais, o decréscimo do consumo de papel na Europa Ocidental comparativamente com o período pré-pandemia foi de cerca de 40%.

Os principais mercados de atuação da Inapa – Alemanha, França, Espanha, Portugal e Bélgica – registaram uma redução conjunta de volumes de 26,0%. Tal como no ano anterior, todos estes países registaram quebras da procura. De acordo com a EuroGraph, a Alemanha registou uma redução de 25,6%, França de 25,0%, Espanha de 29,0% e Portugal de 28,4%. Estes dados referem-se ao consumo de papéis revestidos e não revestidos – o que representa cerca de 90% dos papéis comercializados – não incluindo as restantes subfamílias que incluem especialidades, cartolinas e autoadesivos, entre outros. No Benelux (Bélgica e Luxemburgo), onde a Inapa está principalmente representada no segmento de papel de escritório, o decréscimo foi de 18,6%. Na Europa, a redução total nos volumes agregados de papel revestido e não revestido foi de 25,0%.

Relativamente à produção de papel, de acordo com as estatísticas da CEPI (Confederation of European Papier Industries), registou-se uma queda de 12,8% face a 2022, para 74,3 milhões de toneladas. Os principais fatores que motivaram esta queda foram o contexto macroeconómico, os elevados custos de energia e produção, bem como o já referido processo de *destocking*. Registaram-se períodos mais longos de inatividade nas fábricas. Verificou-se uma diminuição na produção de papéis revestidos *woodfree* em 31,2% e papéis não revestidos *woodfree* em 23,9%. O papel de jornal manteve a tendência de queda com um decréscimo de 19,9%.

Os papéis revestidos e não revestidos de pasta mecânica registaram decréscimos de produção de 24,4% e 23,4%, respetivamente.

A produção de papel e cartão para embalagem apresentou um decréscimo mais moderado, reduzindo-se em 9,1% face a 2022. Dentro das categorias de embalagem, o cartão ondulado – usado principalmente para embalagens de transporte e caixas de cartão ondulado – registou uma queda de 4,7%. A produção de cartão para embalagens e outros cartões de embalagem usados sobretudo para embalagens de retalho, diminuiu 17,3%. A produção das categorias de embrulho – usadas para produção de sacos de papel – diminuiu 15,9%.

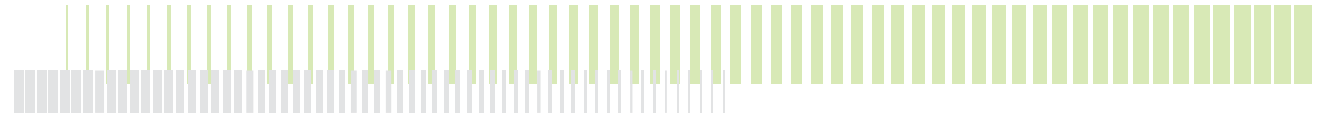
Resumidamente, o peso das categorias gráficas na produção total diminuiu para 22,6% em 2023, face 25,9% em 2022. O peso do papel e cartão para embalagem foi de 62,3% (comparativamente com 60,1% em 2022) e a importância das restantes categorias de papel e cartão para fins especiais e de uso industrial diminuiu para 4,8%. Por fim, salienta-se que o segmento de tissue aumentou o seu peso para 10,3% em 2023.

No ano em análise, o preço dos papéis revestidos diminuiu cerca de 16,0%, dependendo da gramagem, enquanto o preço dos papéis de escritório em geral caiu 17,9% e o preço do papel de jornal caiu 27,7% (de janeiro a dezembro – índices Fastmarkets¹ FOEX para a Europa). Os produtores de papel enfrentaram pressões de custo relacionadas com os preços da pasta, energia e direitos de emissão de CO₂.

Verificaram-se também questões contínuas de custos associadas à paragem das máquinas. No primeiro semestre de 2024, prevêem-se aumentos adicionais nos preços da pasta de papel. Potenciais disrupções nas cadeias de abastecimento devido aos conflitos no Médio Oriente poderão contribuir de forma moderada para aumentos de preços nos primeiros meses de 2024.



(1) Fastmarkets é uma empresa independente que publica estatísticas de preços para celulose, papel, papel reciclado e biomassa de madeira.



4. Síntese Consolidada

O ano de 2023 foi um período de crescimento económico moderado na União Europeia, mas de contração na economia alemã, geografia com maior relevância para o Grupo Inapa, num contexto de inflação e de taxas de juro elevadas.

A nível setorial observou-se um decréscimo na procura de papel superior a 25%, em grande medida explicado por uma redução dos stocks ao longo de toda a cadeia de valor (destocking), mas refletindo também uma contração efetiva do consumo. Verificaram-se igualmente pressões de custos (ex. energia, emissões de CO₂ e paragem de máquinas) e, em paralelo, decréscimos nos preços do papel. Estes aspetos afetaram genericamente a dinâmica e rentabilidade de produtores e distribuidores em toda a Europa, nomeadamente nas atividades de *office* e *graphic*.

Neste contexto de queda da procura, as vendas consolidadas do Grupo Inapa em 2023 foram de 968,7 milhões de euros, registando um decréscimo expressivo de 20,1% face a 2022, com os preços médios do papel de venda sob pressão, mas a mostrarem resiliência. De referir que em 2023 obtivemos um ganho de quota de mercado no setor da distribuição de papel.

As vendas relacionadas com os negócios complementares de embalagem, comunicação visual e consumíveis de escritório registaram em 2023 um crescimento de 5,5% comparativamente com 2022. As diferentes áreas apresentaram comportamentos distintos, com o negócio da embalagem a registar uma queda (-5,2% quando

comparado com o ano anterior), impactado pelo contexto de pressões inflacionistas, que levou a uma maior pressão sobre os preços de venda. A área da comunicação visual registou um aumento de 34,7% em 2023 face a 2022, suportado num crescimento orgânico e impulsionado pelo impacto da aquisição da Loos, cuja integração teve efeitos a 1 de janeiro de 2023.

A margem bruta de 2023 ascendeu a 18,1% das vendas, -1,9 p.p. relativamente a 2022, refletindo as atuais condições do mercado, e mais em linha com os níveis médios de 2020 e 2021, após um ano de 2022 muito excecional. Em 2023 mantivemos uma gestão criteriosa do pricing e mix de vendas, continuando a apostar em produtos de margens mais elevadas, num contexto de ligeiro decréscimo dos preços do lado dos produtores.

Os custos de exploração líquidos, excluindo imparidades de clientes, registaram um decréscimo de 13,4 milhões de euros, resultante essencialmente da evolução dos encargos com pessoal (refletindo a redução de *headcount*, na sequência de medidas de reestruturação em curso, e de custos variáveis relacionados com vendas) e dos custos de transporte. De destacar o processo de reestruturação significativo em curso nas nossas operações na Alemanha, em particular nas áreas de logística e de organização comercial, que apresentam ainda oportunidades de otimização relevantes. Este processo, iniciado em 2023, decorrerá ainda em 2024, devendo os seus efeitos em termos de redução de custos ser visíveis na totalidade em 2025.

As imparidades de clientes ascenderam em 2023 a 0,5 milhões de euros, um decréscimo de 0,6 milhões de euros face ao ano de 2022. Esta evolução reflete a estrita monitorização dos riscos mantida pela Inapa, seguindo rigorosos procedimentos internos de controlo de crédito da sua carteira de clientes, trabalhando sempre em articulação próxima com a seguradora de crédito do Grupo.

Refletindo a pressão sentida em 2023 ao nível do *top line*, o EBITDA recorrente em 2023 foi de 33,3 milhões de euros, 3,4% sobre as vendas, -3,7 p.p. do que em 2022, mas apresentando uma melhoria da rentabilidade face a 2021. A redução dos custos variáveis e os ganhos resultantes das medidas de eficiência operacional implementadas na Alemanha não foram ainda suficientes para compensar a queda nas vendas e a redução na margem.

Os custos não recorrentes totalizaram 4,8 milhões de euros e dizem respeito essencialmente a despesas com o já referido processo de reestruturação ainda a decorrer na Alemanha.

Em 2023, o EBITDA totalizou 28,6 milhões de euros (equivalente a 2,9% das vendas).

Os resultados operacionais (EBIT) foram de 10,8 milhões de euros positivos, apresentando uma evolução negativa de 42,0 milhões face ao ano anterior.

Os encargos financeiros de 2023 aumentaram 4,0 milhões de euros para 20,0 milhões de euros

(16,0 milhões de euros em 2022). Esta progressão deveu-se ao aumento do custo médio da dívida, com a subida progressiva das taxas de referência desde 2022, apesar da redução da dívida registada em 2023.

Os resultados consolidados antes de impostos foram de -9,2 milhões de euros (36,8 milhões de euros em 2022). O Imposto sobre o Rendimento foi de 1,2 milhões de euros positivos, dos quais cerca de 4,3 milhões de euros positivos relativos a impostos diferidos e 3,1 milhões de euros relativos a impostos correntes. O resultado líquido de 2023 foi negativo em 8,0 milhões de euros.

O Capital circulante registou um decréscimo de 32,7 milhões de euros face a dezembro de 2022, para 3,1 milhões de euros. Esta evolução encontra-se essencialmente impactada pela redução expressiva do nível de inventários, mantendo-se o número médio de dias de cobrança e pagamento a fornecedores em linha com os de 2022.

A dívida líquida consolidada a 31 de dezembro de 2023 situou-se em 206,7 milhões de euros, uma redução de 14,4 milhões de euros comparativamente com dezembro de 2022, traduzindo-se num rácio Dívida líquida/Re-EBITDA de 6,2x. Concluímos no primeiro semestre de 2023 a renegociação de um financiamento da nossa subsidiária alemã junto de um consórcio bancário com extensão da maturidade até final de 2025, situando-se assim a dívida corrente excluída do *Trade Finance* a dezembro de 2023 nos 52,5 milhões de euros, ou seja, 24% da dívida bruta total (vs 27% em dezembro de 2022).

5. Desempenho das Áreas de Negócio

Em 2023 continuou-se a assistir, ainda que de forma mais moderada do que nos anos anteriores, à consolidação da importância da procura de embalagens de papel e cartão. Esta tendência, acentuada na pandemia Covid-19 e período subsequente, relaciona-se com a alteração dos padrões de consumo. Esta alteração materializa-se no desenvolvimento do *e-commerce* e consequentemente numa maior utilização de embalagens (essenciais para o transporte de produtos transacionados nas plataformas digitais). À semelhança dos últimos anos também o segmento de *tissue* (onde não temos presença), acentuou a sua relevância. Por outro lado, os papéis mais tradicionais de escrita e impressão registaram quedas relevantes de procura. Porém, e apesar da contração registada nos últimos anos, observam-se sinais positivos relativamente ao futuro do papel enquanto meio sustentável de comunicação. A sua utilização é considerada por muitos como importante para assegurar a gestão sustentável do ecossistema ambiental, concretamente das florestas - de onde as as matérias-primas utilizadas para produzir papel são provenientes. Paralelamente, existem diferentes preocupações crescentes relativamente ao potencial de

exclusão e riscos associados à utilização de meios digitais. Por exemplo, a digitalização poderá contribuir para “desconectar” da sociedade pessoas vulneráveis que dependem dos meios tradicionais de comunicação, tais como: idosos, deficientes, residentes em áreas rurais, ou pessoas com rendimentos reduzidos. Existem também diversos riscos “percebidos” ao nível de segurança. Uma *survey* recentemente divulgada pela Two Sides¹, refere que 56% dos inquiridos tem preocupações relacionadas com a segurança das comunicações digitais, nomeadamente associadas ao risco de roubo de informação ou *hacking*.

Ao longo do ano de 2023, os preços médios dos produtores de papel mantiveram-se elevados, suportados, por um lado, no custo dos vários fatores produtivos (pasta de papel, químicos, energia) e, por outro, no equilíbrio entre procura e oferta, com novas decisões de encerramento de fábricas e inerente redução da oferta.

A distribuição de papel, *core business* do Grupo Inapa, esteve sujeita às dinâmicas de mercado atrás descritas, tendo as vendas em 2023 apresentado uma queda de 23% quando

comparadas com 2022, representando 87% do volume de negócios total do Grupo. A Inapa manteve-se focada na otimização de margens, no crescimento orgânico e na implementação de medidas de redução de custos, com vista a criar estruturas mais flexíveis. Nesse contexto, foi iniciado em 2023 um processo de reestruturação significativo nas nossas operações na Alemanha, geografia com maior peso no Grupo, que decorrerá ainda em 2024, devendo os seus efeitos em termos de redução de custos ser visíveis na totalidade em 2025.

Os negócios complementares de embalagem e comunicação visual registaram um crescimento global de 5,5% comparativamente com 2022. A área da embalagem tem mostrado uma grande resiliência na atual conjuntura de menor procura, tendo incrementado a sua quota de mercado.

Quanto à comunicação visual, assistimos a uma evolução muito positiva do negócio ao longo de 2023 quer por via da integração da Loos em França, quer por crescimento orgânico.

A Inapa continua a explorar as oportunidades de *cross-selling* de soluções de embalagem,

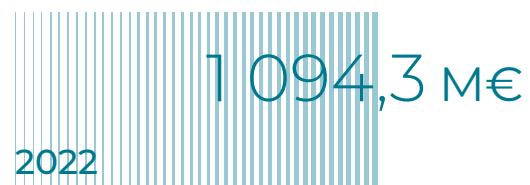
produtos de higiene e segurança, na parte de equipamentos de proteção e distanciamento social, *sign & display* e *adhesive & floor marking*, entre outros, como forma de aumentar a penetração de vendas nos clientes, com vista a compensar o decréscimo sentido no segmento do papel.

(1) A Two Sides é uma organização global dedicada a promover a sustentabilidade e a atratividade da impressão e do papel. Tem como objetivo desmistificar ideias erradas sobre o impacto ambiental da impressão e do papel, bem como advogar pela produção e uso responsáveis desses materiais.

Papel

Em 2023, o negócio das empresas de Papel do Grupo Inapa representou 845 milhões de euros de vendas, apresentando uma queda de cerca de 23% face ao período homólogo de 2022.

Vendas – Papel



Depois de um primeiro semestre em que a distribuição de papel esteve sujeita à dinâmica de normalização das cadeias de abastecimento que impactou fortemente o mercado, com o processo de *destocking* a revelar-se mais prolongado do que se estimava, assistiu-se a uma ligeira recuperação no segundo semestre de 2023, no entanto insuficiente para retornar aos níveis de procura do ano anterior, verificando-se assim uma efetiva redução do consumo. No total do ano, a Europa Ocidental registou uma redução no consumo de papel de 25,4% comparativamente com 2022. Nos países europeus onde a Inapa atua o consumo diminuiu 26,0% face a 2022.

Neste contexto, as vendas em volume no ano de 2023 foram de 551 mil toneladas, o que representa uma queda de 23% face ao período homólogo de 2022. Em valor, as vendas ascenderam a 845,0 milhões de euros (uma queda de 23% face a 2022), com o preço do papel a manter-se em 2023 em média em linha com 2022. A evolução de vendas da Inapa, com uma performance acima do mercado, reflete o ganho de quota de mercado conseguido em 2023.

Ao longo do ano continuámos a explorar as oportunidades de *cross-selling* de soluções de embalagem, produtos de higiene e segurança, na parte de equipamentos de proteção e distanciamento social, *sign & display* e *adhesive & floor marking*, entre outros, como forma de aumentar a penetração de vendas nos clientes, procurando compensar o decréscimo no segmento do papel.

A Inapa prosseguiu com a estratégia de melhoria do *mix* de vendas, num contexto onde os preços no produtor, apesar de se ter verificado um ligeiro ajustamento em baixa, se mantêm num nível elevado, em grande medida determinado pelo custo dos fatores de produção (nomeadamente pasta de papel, energia e produtos químicos). Mantém-se por parte dos produtores uma estratégia comercial mais reativa e de curto prazo, com seleção de encomendas (e cancelamento) e a descontinuação de negócios menos rentáveis. Atendendo ao contexto atual de mercado, verificou-se uma redução do preço médio de venda¹, em particular a partir do final do primeiro semestre de 2023, motivada pelo difícil contexto da procura, com a consequente redução da margem sobre vendas de 2023.

Em 2023, continuámos focados na constante melhoria dos níveis de eficiência e na procura de novas formas de otimização das estruturas. Reduzimos os custos operacionais por via dos encargos com pessoal (associado à redução de *headcount* na sequência de medidas de reestruturação em curso na Alemanha e à queda nas vendas) e dos custos de transporte (por via de uma maior eficiência operacional a par da redução do volume de vendas).

Na Alemanha, face à evolução adversa do mercado, iniciámos um profundo processo de reestruturação com a implementação de diversas medidas de redução de custos, nomeadamente nas áreas de logística e

organização comercial, que apresentam ainda oportunidades de otimização muito relevantes. Esta reestruturação ficará concluída ao longo do ano de 2024, devendo os seus efeitos em termos de redução de custos ser visíveis na totalidade em 2025.

.Em França, apesar da queda no volume de faturação e margem, mantivemos níveis de rentabilidade acima da média do mercado, alicerçados numa estrutura de custos otimizada e flexível, servindo de referência ao processo de reestruturação em curso na Alemanha. No segundo trimestre de 2023 efetuámos a migração para o novo ERP do Grupo (SAP S/4HANA), relevante para a operação continuar a assegurar níveis elevados de eficiência.

A performance do negócio do papel em 2023 foi fortemente impactada pela pressão sentida ao nível do *top line*, com a estrutura de custos a não beneficiar ainda dos *savings* significativos que resultarão do processo de reestruturação iniciado na Alemanha (com reflexos numa base anual em 2025). Os resultados foram ainda expressivamente impactados pelos custos não recorrentes associados a este processo, registados em 2023.

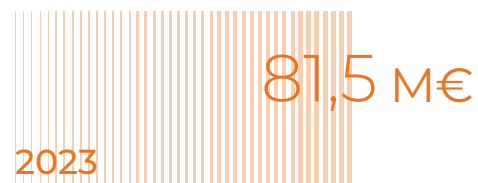
Neste contexto, os resultados operacionais do negócio do papel foram de 7,4 milhões de euros positivos, representando 0,9% das vendas (50,6 milhões de euros e 4,6% em 2022).

(1) Preço médio de venda: vendas de papel/toneladas.

Embalagem

Em 2023, o negócio das empresas de Embalagem do Grupo Inapa representou 81,5 milhões de euros de vendas, apresentando uma queda de cerca de 5% face ao período homólogo de 2022.

Vendas – Embalagem



O ano de 2023 foi caracterizado por um abrandamento da procura de materiais de embalagem, nomeadamente para o setor do retalho (por exemplo, papel de embrulho utilizado na produção de sacos) e *e-commerce*, regressando aos níveis de consumo pre-Covid. Segundo as estatísticas da CEPI (Confederation of European Paper Industries), estima-se que a produção tenha caído cerca de 9,1% comparativamente com o ano anterior, representando 62,3% da produção global de papel e cartão (60,1% em 2022). Neste contexto, o segmento da embalagem da Inapa mostrou alguma resiliência, tendo registado uma queda de vendas de cerca de 5% face ao período homólogo de 2022.

O setor da embalagem continuou a beneficiar do efeito de substituição que resulta das normas comunitárias de *phase-out* das embalagens de plástico. As embalagens de papel podem ser facilmente recicladas e não representam ameaça para o ambiente. Com a crescente procura nas suas distintas utilizações, como para alimentos e bebidas (*Thermal packaging* ou *Packaging for food*) ou em outros setores da indústria e para transporte (*Lightweight packaging*), espera-se que a sua procura cresça de forma sustentável nos próximos anos.

Na Alemanha, continuámos a trabalhar na estratégia de promoção das diferentes gamas de produtos do nosso portfólio, em particular na área das soluções de *e-commerce* e transporte marítimo, uma das áreas de maior crescimento

no mercado alemão de embalagens, bem como na venda de produtos standard da Inapa Packaging (soluções *Stop Gliss* entre outras). Concluímos com sucesso a harmonização do portfólio de produtos através da cadeia de *sourcing* da Inapa Deutschland, permitindo desta forma otimizar os custos e aumentar a rentabilidade. Prosseguimos com a abordagem de maior penetração no mercado dinamizada por uma equipa de vendas renovada.

Em 2023, o negócio da embalagem em França acompanhou a tendência do mercado, tendo-se assistido a uma queda do volume de vendas comparativamente com o período homólogo de 2022, fruto da retração na procura e inerente pressão sobre os preços de venda. Ainda assim, conseguimos assegurar a manutenção de níveis de rentabilidade adequados, beneficiando do dinamismo das equipas comerciais e da capacidade negocial junto de fornecedores. Continuámos a desenvolver o negócio dos produtos sob medida e embalagens técnicas (caixas à medida, *technical and manual stretch films*), de forma a compensar a queda na procura dos produtos mais tradicionais (caixas, adesivos, etc). Por fim, iniciámos em 2023 um plano de reestruturação da área logística que pretende adequar as instalações ao volume de negócios das empresas e oferecer níveis superiores de serviço ao cliente. Iremos concentrar as operações em três armazéns principais situados nas regiões de Paris, Bordeaux e Nieppe-Lile, num processo que estimamos concluir até ao final de 2024.

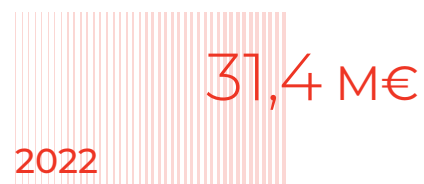
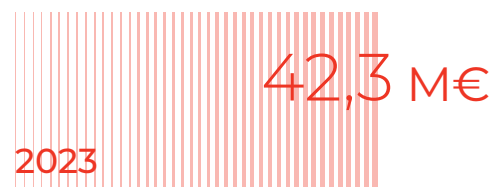
Em Portugal mantivemos a tendência de crescimento suportada numa oferta diversificada de soluções de *Tailor-Made, Technical & Engineered Packaging*, em particular no canal de *key & major accounts*. Trabalhámos igualmente a entrada em novos segmentos de mercado (por exemplo, soluções acústicas, isolamento térmico, produtos de selagem), que permitiu alavancar de forma muito positiva a nossa margem bruta e rentabilidade, num contexto de forte pressão inflacionista, que obriga a um reforço do controlo e otimização da estrutura de custos para manter níveis de eficiência operacional e comercial adequados.

Os resultados operacionais na área da embalagem foram de 4,5 milhões de euros, representando 5,6% das vendas (3,9 milhões de euros e 4,5% em 2022).

Comunicação Visual

Em 2023, o negócio das empresas de Comunicação Visual do Grupo Inapa representou 42,3 milhões de euros de vendas, apresentando um crescimento de cerca de 35% face ao período homólogo de 2022.

Vendas – Comunicação Visual



A evolução do negócio da comunicação visual em 2023 reflete, por um lado, um crescimento orgânico de cerca de 8% suportado num maior fluxo de encomendas, em particular no segmento do LFP (*Large Format Printing*) nas suas componentes de *Media*, *Hardware* e *Inks*, e no crescimento das áreas de *Sign Making Media & Systems* e dos serviços de manutenção e peças supletas, e por outro lado, o impacto positivo da aquisição da Loos, em França, cuja integração teve efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023.

Na Alemanha, continuámos focados na dinamização das vendas suportada na realização de *in-house workshops* de assistência técnica e *in-house fairs* nas diferentes localizações da Inapa ComPlott. Mantivemos igualmente a aposta em programas de formação técnica na área dos serviços de manutenção do segmento do LFP, uma área de elevado valor acrescentado. A fim de otimizar a estrutura de custos, e consolidar a equipa de vendas, transferimos a equipa comercial do escritório de Frankfurt para as instalações de Kelkheim e instalámos um novo *showroom*.

Desde o final do ano de 2022, o Grupo Inapa detém 100% do Capital Social da Loos, empresa francesa especializada na comercialização de equipamento de impressão e consumíveis para comunicação visual. A Loos tem a sua sede em Mulhouse, França, na região da Alsácia, onde é líder de mercado. Ao longo de 2023 trabalhamos na otimização dos processos e na sua integração com a Inapa France, nomeadamente nas áreas

comercial (*BackOffice*), compras, marketing e financeira. Realizámos ações para incentivar as vendas, nomeadamente de *Hardware*, através de *Open House days* e emitimos um novo catálogo de produtos.

Em Portugal, registámos um crescimento de vendas e margem bruta face a 2022 decorrente do lançamento de novos modelos/equipamentos e do incremento de encomendas, em particular no segmento de LFP (*Large Format Printing*) nas componentes de *Hardware*, *Inks*, *Service & Parts*.

Em 2023, os resultados operacionais foram positivos de 0,2 milhões de euros, representando 0,4% das vendas (*break-even* em 2022).



6. Síntese da Atividade da Inapa-IPG

A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Inapa - IPG), como *holding* do Grupo, assume a definição da política estratégica do Grupo, a coordenação das atividades operacionais das filiais nos vários mercados em que opera e a procura de obtenção de sinergias existentes entre os vários negócios. No exercício em curso, a atividade da empresa estendeu-se às seguintes áreas de intervenção:

- Definição de linhas estratégicas do Grupo;
- Coordenação da execução do Plano estratégico ao nível dos mercados onde o Grupo opera;
- Definição das linhas de orientação da política comercial a seguir em cada mercado;
- Definição da política de compras e negociação com os principais fornecedores do Grupo;
- Definição da política de financiamento e coordenação da sua implementação;
- Coordenação da tesouraria e desenvolvimento de relações com o sistema financeiro;
- Gestão do seu património imobiliário através de sucursal que criou para o efeito em Espanha;
- Planeamento e controlo de gestão;
- Definição das políticas contabilísticas do Grupo;
- Auditoria interna;
- Definição e monitorização dos principais riscos;
- Desenvolvimento de relações com acionistas, investidores e regulador do mercado de capitais;



- Definição da política de investimento e coordenação da sua implementação;
- Coordenação da gestão dos sistemas de informação;
- Comunicação institucional;
- Assessoria jurídica do Grupo.

A Inapa-IPG, encerrou o exercício com um resultado líquido negativo de 8,0 milhões de euros, que compara com um resultado positivo de 17,8 milhões de euros no exercício anterior.

As vendas e serviços prestados e outros rendimentos e ganhos (decorrente dos serviços prestados às subsidiárias, da negociação das compras com os principais fornecedores do Grupo e gestão das marcas próprias) atingiram os 10,8 milhões de euros. O resultado operacional em 2023 foi positivo de 1,1 milhões de euros.

A situação líquida a 31 de dezembro de 2023 era de 166,7 milhões de euros. O ativo líquido ascendeu a 370,0 milhões de euros, que compara com 365,9 milhões de euros do período homólogo.

7. Perspetivas para 2024

O ano de 2024 deverá ser altamente desafiante. As adversidades de 2023, bem como a incerteza e volatilidade verificada em diferentes vertentes externas, dificultam o desenvolvimento de perspetivas de curto prazo.

Apesar da resiliência demonstrada, o crescimento da economia global deverá abrandar pelo terceiro ano consecutivo. Na União Europeia, o crescimento previsto é moderado, enquanto as condições financeiras devem permanecer restritivas, apesar da tendência de redução da inflação, não é possível prever o momento ou magnitude de eventuais descidas das taxas de juro.

Situações climáticas extremas e um contexto geopolítico incerto serão fatores de incerteza. Os conflitos na Ucrânia e Médio Oriente deverão persistir e prevê-se um ciclo de eleições em grande escala - países com cerca 50% da população global terão eleições.

De um ponto de vista setorial, após um longo período de destocking que se iniciou no final de 2022 e de uma redução estrutural da procura, prevê-se um crescimento moderado da procura nos primeiros meses de 2024.

Antecipa-se um aumento nos preços do papel na Europa durante o primeiro semestre, devido a possíveis acréscimos de procura e reduções de oferta. Pressões na cadeia de abastecimento relacionadas, por exemplo, com os custos de energia e pasta de papel, direitos de emissão de CO₂ e adversidades decorrentes da crise no Canal do Suez, poderão também impactar os preços.

Na Inapa assinala-se o final do ciclo estratégico 2022-24, o que implicará um processo de adaptação e aprofundamento da abordagem estratégica, agora para um horizonte temporal mais alargado. Até lá, prosseguiremos com a implementação da estratégia definida, promovendo a eficiência, o crescimento no negócio não papel e no impacto positivo ao nível da sustentabilidade.

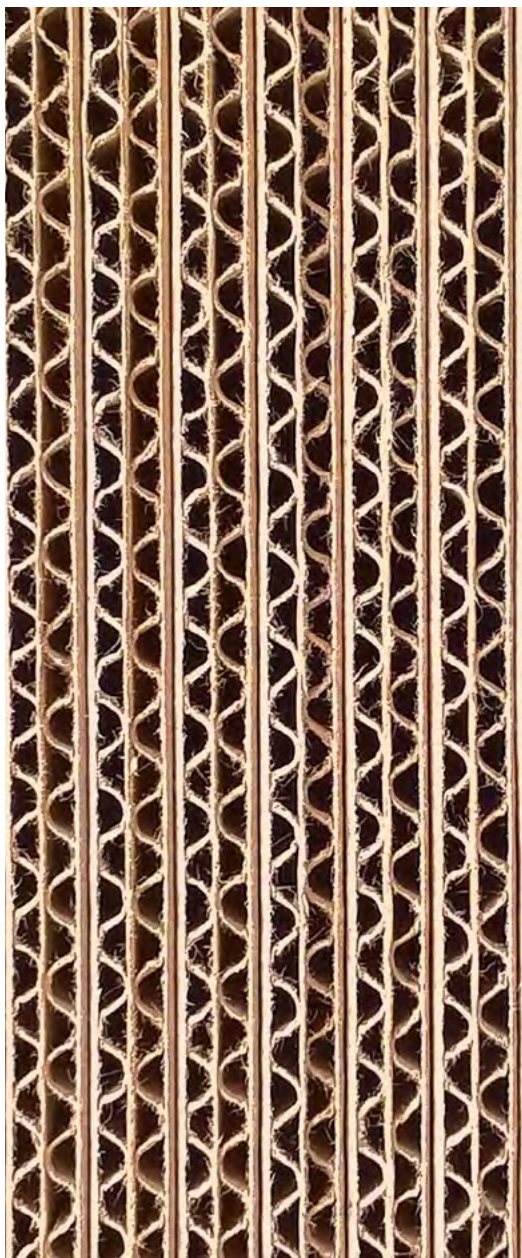
Tal como em 2023, procuraremos reforçar a liderança na distribuição de papel, através do aumento da quota de mercado nos diferentes países em que atuamos. Paralelamente, pretendemos acentuar a importância dos negócios packaging e viscom.

Será mantido o foco nas margens, quer através da otimização do *product mix* e da dinamização de vendas de produtos de maior valor acrescentado, quer através de canais eletrónicos e de uma política de *pricing* muito disciplinada.

Continuaremos, em todas as geografias, com a reestruturação e otimização da operação, com particular ênfase na componente logística. Pretende-se, assim, prosseguir com o processo de adaptação às condições de mercado, assegurando a manutenção de um elevado nível de serviço.

É expectável que o novo ERP, já em pleno funcionamento em 2024, traga melhorias significativas de eficiência e de integração de dados, representando assim um pilar essencial na consolidação. Esta ferramenta será complementada por um investimento em inovação e ciência de dados, nomeadamente em competências de aprendizagem automática e modelação preditiva, que deverão estimular aumentos de eficiência e o enriquecimento do processo de tomada de decisão.

A sustentabilidade financeira continuará a ser essencial no contexto inflacionário e de taxas de juro elevadas. A redução de dívida observada nos últimos anos ilustra a nossa ambição e percurso que pretendemos continuar a percorrer. Procuraremos ainda melhorar o nosso impacto ao nível das vertentes não financeiras da sustentabilidade, através da redução da pegada ecológica, rejuvenescimento e habilitação das nossas equipas e do impacto geral na sociedade.

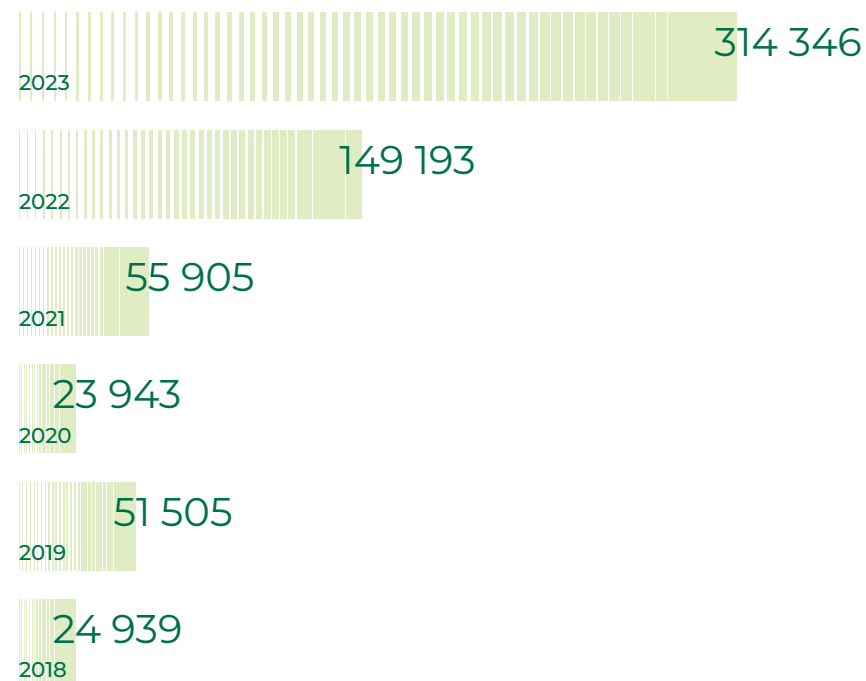


8. Comportamento em Bolsa

Em 2023, o volume de atividade das ações da Inapa em bolsa aumentou 111%, resultando num total de 314 milhões de ações transacionadas. Durante este período, verificou-se uma depreciação de 16% na cotação das ações da Inapa, relacionada sobretudo com a evolução dos preços no último trimestre. Em fevereiro, a Inapa foi distinguida com o prémio Equity Champion SME atribuído pela Euronext, sendo reconhecido o seu desempenho no mercado bolsista durante o período anterior.

Em termos de atividade, 2023 foi, face ao histórico, um período de elevado dinamismo, tendo sido o ano com maior volume transações desde 2009 (ano em que se transacionaram 349 milhões de ações). Foram transacionadas mais de 314 milhões de ações, o que corresponde a cerca de 60% das ações representativas do capital social e a um incremento de atividade de 111% face 2022. Verifica-se ainda que foi no primeiro trimestre que se transacionaram mais títulos (36% do total anual).

Total de ações ordinárias transacionadas (MILHARES DE AÇÕES)



Relativamente à cotação, houve uma variação de 0,037 € no início do ano para 0,031 € no final de dezembro. O valor máximo atingido foi de 0,067 €, registado nos dias 24 de janeiro, 2 e 3 de fevereiro. O menor valor foi de 0,031 €, registado no último dia do ano.

Evolução da cotação das Ações Ordinárias – 2023



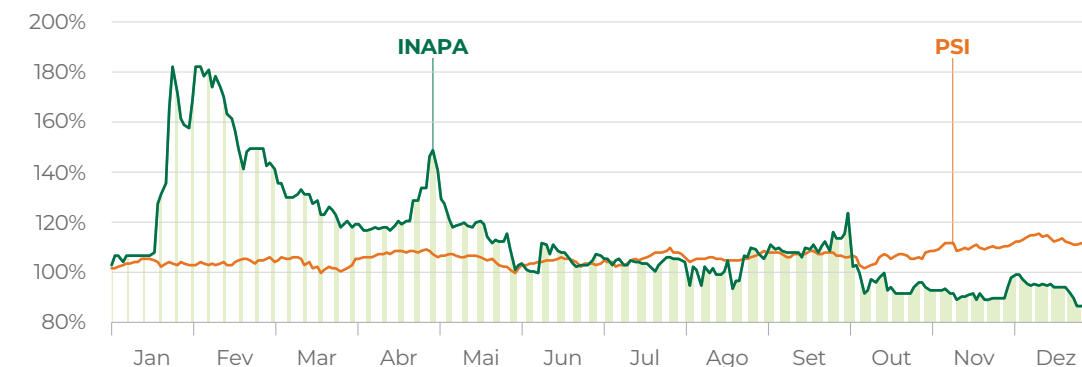
Legenda:

1. 28/02 – Inapa distinguida pela Euronext com o prémio de Equity Champion – SME
2. 01/03 – Participação Qualificada BCP (para um limiar inferior a 10%)
3. 26/04 – Participação Qualificada BCP (para um limiar inferior a 5%)
4. 04/05 – Anúncio de resultados 2022
5. 25/05 – Assembleia Geral Ordinária
6. 25/05 – Eleição de novo Administrador
7. 05/06 – Alteração da composição do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
8. 28/09 – Anúncio resultados do primeiro semestre 2023

A performance das ações da Inapa em 2023 foi inferior à do índice PSI (+12%) e à generalidade dos mercados bolsistas que, apesar de um contexto desafiante a nível económico, financeiro e geopolítico, registaram desempenhos positivos. O referido contraste observou-se sobretudo a partir do último trimestre do ano, período em que a tendência de depreciação da cotação das ações da Inapa foi mais notória.

Evolução da cotação da Inapa vs PSI – 2023

(INDEX = 100)



Finalmente destaca-se que, em fevereiro, a Inapa recebeu o prémio de Equity Champion SME da Euronext, que reconhece a empresa cotada com o maior retorno total, refletindo a evolução dos preços das ações e o pagamento de dividendos.¹ Este prémio relaciona-se com o comportamento das ações no período antecedente. Em 2022, as ações da Inapa registaram uma valorização de 68%.



**DISTINÇÃO
EURONEXT 2023
PRÉMIO EQUITY
CHAMPION – SME**

(1) São elegíveis as empresas cotadas nos mercados geridos pela Euronext Lisbon. O prémio é atribuído em duas categorias: Blue Chip e SME. Para efeitos de atribuição deste prémio, uma empresa é considerada Blue Chip se apresentar, no final do ano anterior, uma capitalização bolsista igual ou superior a 1 000 milhões de euros, e é considerada SME se apresentar uma capitalização bolsista inferior a esse montante.



9. Ações Próprias

No decorrer do ano de 2023, a Sociedade não alienou nem adquiriu quaisquer ações próprias, pelo que terminou o exercício sem que detivesse ações próprias em carteira.

10. Autorizações concedidas a negócios entre a Sociedade e os seus Administradores

Não ocorreram, durante o exercício transato, quaisquer transações entre a Sociedade e qualquer um dos seus administradores, acrescendo ainda que, à Sociedade, não foi solicitada qualquer autorização nesse sentido.

11. Proposta de Aplicação de Resultados

Atento ao disposto nos Art.ºs 32.º e 33.º do CSC, propomos que os resultados líquidos negativos da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A., no montante de 7 996 248,87 euros (sete milhões novecentos e noventa e seis mil duzentos e quarenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), sejam levados à conta de Resultados Transitados.



12. Declaração de Conformidade

Para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do Art.º 29.º-G do Código de Valores Mobiliários, aplicável por força do disposto no n.º 1 do Art.º 19 da Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro, cada um dos membros do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, nas contas anuais e nos demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas exigidos por lei ou regulamento referentes a 31 de dezembro de 2023, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios sociais, do desempenho e da posição desta sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que tais empresas se defrontam.

Lisboa, 30 de abril de 2024

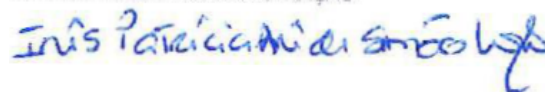
Frederico João de Moser Lupi

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



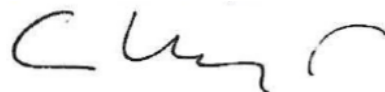
Inês Patrícia Arêde Simões Louro

ADMINISTRADORA E VOGAL DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Aronso Chaby Rosa

ADMINISTRADOR E VOGAL DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



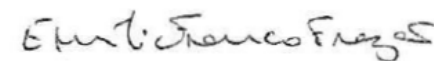
Victor Maurílio Silva Barros

ADMINISTRADOR E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

ADMINISTRADORA E VOGAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Patrícia Isabel Sousa Caldinha

ADMINISTRADORA E VOGAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Miguel Pacheco de Sales Luís

ADMINISTRADOR



Fernando Sanz Pinto

ADMINISTRADOR



02 Síntese da Atividade do Grupo







SEPARADOR IMPRESSO EM Munken 240gr

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Fiabilidade e confiança



inapa

RELATÓRIO
ANUAL 2023

1. Contas consolidadas

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022	01 jan 2022
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	21 465	30 822	57 390
Goodwill	8	228 971	228 971	232 620
Ativos sob direito de uso	9	42 800	34 596	33 105
Ativos intangíveis	9	129 747	129 401	125 471
Partes de capital em empresas associadas	10	1 294	1 346	2 260
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	11	123	119	120
Outros ativos não correntes	15	2 910	2 749	3 373
Ativos por impostos diferidos	12	41 700	34 998	47 004
Total do ativo não corrente		469 010	463 002	501 343
Ativo corrente				
Inventários	13	49 144	89 956	55 032
Clientes	14	41 614	49 281	65 801
Imposto sobre o rendimento a recuperar	15	1 032	1 321	652
Outros ativos correntes	15	40 312	53 017	60 481
Caixa e equivalentes de caixa	16	15 389	16 503	7 982
Total do ativo corrente		147 491	210 078	189 950
Total do ativo		616 502	673 079	691 293

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022	01 jan 2022
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	18	180 135	180 135	180 135
Prêmios de emissão de ações	19	431	431	431
Reservas	19	19 254	21 282	19 782
Resultados transitados	19	-25 167	-42 926	-46 240
Resultado líquido do período	20	-7 996	17 759	3 314
Total do capital próprio		166 656	176 681	157 422
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Empréstimos	21	153 345	155 395	183 408
Passivos por impostos diferidos	12	62 359	60 081	58 474
Provisões	22	227	453	62
Benefícios concedidos a empregados	23	16 836	16 866	21 780
Outros passivos não correntes	24	-	17	17
Total do passivo não corrente		232 766	232 811	263 742
Passivo corrente				
Empréstimos	21	68 717	82 183	86 387
Fornecedores	24	87 682	103 428	109 470
Imposto sobre o rendimento a pagar	24	12 209	13 302	11 189
Provisões	22	3 190	7 389	1 542
Outros passivos correntes	24	45 281	57 284	61 542
Total do passivo corrente		217 079	263 587	270 129
Total do capital próprio e passivo		616 502	673 079	691 293

Demonstração dos resultados consolidados do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	31 dezembro 2023	2.º semestre de 2023 ¹	31 dezembro 2022	2.º semestre de 2022 ¹
TONELADAS¹		550 767	271 130	714 356	324 471
Vendas e Prestação de serviços	25	982 443	456 467	1 230 390	607 204
Outros rendimentos	25	12 643	5 406	16 164	9 402
Total de rendimentos		995 086	461 872	1 246 554	616 605
Custos dos produtos vendidos	13	-796 070	-368 748	-973 364	-485 342
Custos com pessoal	26	-92 757	-47 015	-107 193	-54 992
Outros custos	27	-77 708	-37 236	-89 936	-42 718
Resultados operacionais antes de depreciações e amortizações		28 552	8 873	76 060	33 553
Depreciações e amortizações	28	-17 744	-9 372	-23 239	-13 787
Resultados operacionais		10 808	-499	52 822	19 767
Ganhos/(Perdas) em associadas	10	34	-4	188	34
Resultados financeiros	29	-20 032	-10 543	-16 187	-8 157
Resultados antes de impostos		-9 190	-11 045	36 823	11 644
Imposto sobre o rendimento	30	1 194	2 083	-19 064	-9 846
Resultado líquido do período		-7 996	-8 962	17 759	1 799
Atribuível a:					
Detentores do capital da empresa-mãe		-7 996	-8 962	17 759	1 799
Resultado por ação - euros					
Básico	20	(0,0152)	(0,0170)	0,0337	0,0034
Diluído	20	(0,0129)	(0,0144)	0,0272	0,0028

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

(1) Não auditado.

Demonstração do rendimento integral consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	31 dezembro 2023	2.º semestre de 2023 ¹	31 dezembro 2022	2.º semestre de 2022 ¹
Resultado líquido do período		-7 996	-8 962	17 759	1 799
Saldos que não serão reclassificados para resultados					
Remensurações de responsabilidades por benefícios definidos	19 e 23	-325	-387	2 270	-275
Outras variações		-	-	102	-
Saldos que poderão no futuro ser reclassificados para resultados					
Diferenças de conversão cambial	19	-1 703	-902	-872	-356
Total de outros rendimentos integrais		-2 028	-1 289	1 500	-529
Total dos rendimentos integrais		-10 025	-10 251	19 259	1 269
Atribuível a:					
Detentores do capital da empresa-mãe		-10 025	-10 251	19 259	1 269
		-10 025	-10 251	19 259	1 269

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

(1) Não auditado.

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do período findo em 31 de dezembro 2023 e 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	Atribuível aos detentores de capital próprio do Grupo						Total Capital Próprio
		Capital social	Prêmios de emissão de ações	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Saldo em 1 de janeiro de 2022		180 135	431	19 782	-46 240	3 314	157 422	157 422
Total do rendimento integral		-	-	1 500	-	17 759	19 259	19 259
Aplicação dos resultados do exercício anterior		-	-	-	3 314	-3 314	-	-
Total do período		-	-	1 500	3 314	14 445	19 259	19 259
Saldo em 31 de dezembro de 2022		180 135	431	21 282	-42 926	17 759	176 681	176 681
Saldo em 1 de janeiro de 2023		180 135	431	21 282	-42 926	17 759	176 681	176 681
Total do rendimento integral	19	-	-	-2 028	-	-7 996	-10 025	-10 025
Aplicação dos resultados do exercício anterior	18 e 19	-	-	-	17 759	-17 759	-	-
Total do período		-	-	-2 028	17 759	-25 755	-10 025	-10 025
Saldo em 31 de dezembro de 2023		180 135	431	19 254	-25 167	-7 996	166 656	166 656

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

Notas	31 dezembro 2023	2.º semestre de 2023 ¹	31 dezembro 2022	2.º semestre de 2022 ¹
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	1 156 924	556 377	1 441 412	718 465
Pagamentos a fornecedores	-878 463	-411 331	-1 159 959	-588 463
Pagamentos ao pessoal	-87 015	-43 929	-89 914	-45 064
Fluxos gerados pelas operações	191 446	101 116	191 540	84 937
(Pagamento)/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-5 622	-623	-4 421	-3 216
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional	-146 956	-62 890	-129 714	-59 632
Fluxos de caixa das atividades operacionais	 1 38 869	37 603	57 404	22 089
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	-	-	1 994	894
Ativos fixos tangíveis	2 149	1 628	11 297	86
	2 149	1 628	13 291	980
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-	-	-3 500	-3 500
Ativos fixos tangíveis	-2 443	-1 571	-1 739	-1 134
Ativos intangíveis	-2 344	-1 240	-833	-376
	-4 788	-2 811	-6 072	-5 009
Fluxos de caixa das atividades de investimento	 2 -2 639	-1 183	7 219	-4 029

Notas	31 dezembro 2023	2.º semestre de 2023 ¹	31 dezembro 2022	2.º semestre de 2022 ¹
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	146 245	63 665	198 706	69 214
Juros e proveitos similares	-	-	33	33
	16 146 245	63 665	198 739	69 247
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-156 167	-78 265	-219 701	-80 964
Amortizações de contratos de locação	-12 763	-7 735	-22 923	-11 772
Juros e custos similares	-14 617	-7 817	-12 068	-5 531
	16 -183 547	-93 818	-254 692	-98 267
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	 3 -37 302	-30 153	-55 953	-29 020
Variação de caixa e seus equivalentes	4 = 1 + 2 + 3 -1 072	6 267	8 670	-10 960
Efeito das diferenças de câmbio	-41	78	-80	-54
	-1 113	6 346	8 590	-11 013
Caixa e seus equivalentes no início do período	16 15 599	8 141	7 009	26 612
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16 14 487	14 487	15 599	15 599
	-1 113	6 346	8 590	-11 013

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

(1) Não auditado.



2. Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (valores expressos em milhares de euros, exceto quando especificamente referido)

1. Introdução

A Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Inapa – IPG, Empresa, Sociedade, Entidade ou Grupo) é a sociedade dominante do Grupo Inapa e tem por objeto social a propriedade e a gestão de bens, móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras sociedades, a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais, próprios ou alheios, e a prestação de assistência às empresas em geral. O Grupo Inapa tem como atividades principais a distribuição de papel, a atividade de embalagem e a atividade de comunicação visual. A Inapa-IPG encontra-se cotada na Euronext Lisboa.

Designação: Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Sede Social: Rua das Cerejeiras, nº 5-11, 2710-632 Sintra, Portugal

Capital Social: 180 135 111 euros

N.I.P.C.: 500 137 994

Em resultado do seu plano de desenvolvimento e internacionalização, o Grupo Inapa detém participações, principalmente na área da Distribuição, em vários países da Europa, nomeadamente (i) Inapa Deutschland Holding, GmbH sediada na Alemanha, que detém participações na Inapa Deutschland, GmbH, que detém participações no capital das sociedades Inapa Packaging, GmbH, Inapa ComPlott GmbH, Inapa Logistics, GmbH, Inapa Vertriebs GmbH igualmente sediadas nesse país e Inapa Netherlands BV sediada na Holanda, (ii) Inapa France, S.A., (iii) J.J. Loos, SAS (empresa adquirida em 2022 e que desenvolve a sua atividade na área da comunicação visual) (iv) Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A., empresa portuguesa do Grupo que detém participação na Inapa Angola, Distribuição de Papel, S.A., e Inapa Comunicação Visual, Lda., (v) Inapa España Distribución Ibérica, S.A., operando em Espanha e que detém uma participação na Surpapel, SL (empresa que desenvolve a sua atividade de comercialização de papel), (vi) EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda., sediada em Portugal, que desenvolve atividade em Portugal e em França através das suas subsidiárias, Inapa Packaging, Lda., Embaltec, Inapa Packaging SAS e Semaq, (vii) uma empresa localizada no Reino Unido – Inapa Merchants Holding, Ltd, empresa sem atividade, (viii) Inapa Bélgica que opera no mercado Benelux e (ix) Korda Kağit Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi, que opera no mercado turco.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Inapa-IPG em 30 de abril de 2024 estando sujeitas à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. É opinião do Conselho de Administração que estas refletem de forma apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição financeira.

2. Política contabilística

As informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Inapa são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations

Committee (SIC), tal como adotadas pela União Europeia e em vigor em 1 de janeiro de 2023.

A base de mensuração das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Inapa é o custo histórico, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, suportada na projeção de fluxos de caixa de curto prazo, nomeadamente no que diz respeito aos fluxos de caixa operacionais estimados, bem como na capacidade de obtenção de suporte financeiro (Nota 21) a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Esta conclusão não é afetada pelo rácio passivo corrente / ativo corrente em 31 de dezembro de 2023, uma vez que o mesmo decorre da forma de financiamento da atividade, com recurso

nomeadamente a operações de factoring (Nota 21) que se encontram negociadas num horizonte temporal que se estende para além de doze meses após a data de aprovação das demonstrações financeiras, tendo ainda em consideração as linhas de financiamento atualmente disponíveis.

O Conselho de Administração não considera que cenários mais pessimistas sejam prováveis ou que tenham impacto suficiente para colocar em causa a continuidade das operações. Desta forma, é convicção do Conselho de Administração que a continuidade das operações e liquidez da Empresa se encontram asseguradas, tendo por base o financiamento das necessidades de tesouraria estimadas a esta data, para o prazo de doze meses.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação da política contabilística do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 5.

2.2 Bases de Consolidação

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, o poder de controlar as entidades, foram incluídas nas demonstrações financeiras anexas pelo método de consolidação integral (Nota 34). O poder de controlar uma entidade ocorre quando a Inapa – IPG se encontra exposta ou é detentora de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a

mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a entidade (subsidiária). O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses que não controlam. As subsidiárias são incluídas na Consolidação desde a data em que o controlo é adquirido até à data em que o mesmo termine efetivamente.

A contabilização da aquisição de subsidiárias é efetuada pelo método de compra, sendo que na data de aquisição os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor, de acordo com o estabelecido na IFRS 3. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (*goodwill*), o qual se encontra detalhado na Nota 8, e no caso de défice, após reanálise do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício. Os interesses de acionistas minoritários são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Transações de alienação ou de aquisição de participações a interesses que não controlam não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida em Capital Próprio.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para as adequar à política contabilística em vigor no Grupo. As transações intercompanhias, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo, bem como os ganhos não realizados são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas também são eliminadas salvo se não puderem ser recuperadas em resultado de evidência de imparidade.

Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas nas quais a Inapa IPG exerça, direta ou indiretamente, influência significativa mas não possua controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto (associadas), são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos. A variação do capital próprio das associadas, resultante do resultado líquido, é registada por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como ativo (*goodwill* implícito) e mantidas no valor do investimento em associadas (Nota 10). Se essas diferenças forem negativas, são registadas como proveito do período na rubrica Ganhos / (perdas) em associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, as mesmas são objeto de reversão.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na associada, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da associada.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para as adequar à política contabilística em vigor no Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas salvo se não puderem ser recuperadas em resultado de evidência de imparidade.

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 10.



2.3 Goodwill

O *goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição (Nota 8). O *goodwill* é registado na moeda de reporte das subsidiárias, sendo convertido para a moeda de reporte do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras do Grupo. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

Para efeitos de análise de imparidade, o *goodwill* é imputado ao grupo de unidades geradoras de caixa que beneficiam dos respetivos benefícios futuros inerentes.

O *goodwill* não é amortizado, sendo realizados anualmente testes de imparidade e, sempre que o valor do *goodwill* for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados. Estas perdas de imparidade não podem ser revertidas.

O valor recuperável é determinado com base no valor de uso da unidade geradora de caixa, sendo o cálculo efetuado pela atualização dos fluxos de caixa estimados, atendendo aos riscos do negócio, ao valor temporal e às condições de mercado.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o *goodwill*, é efetuada, sempre

que exista um racional, a revisão da alocação do *goodwill* às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem baseada no valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

2.4 Conversão cambial

As demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico onde operam. A moeda funcional e de relato do Grupo é o euro.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa em vigor na data de cada operação. As diferenças resultantes desta conversão são registadas na demonstração dos resultados.

Os resultados e a posição financeira das unidades operacionais estrangeiras do Grupo que têm moeda funcional, em que a moeda é de um país cuja economia foi considerada hiperinflacionária, são convertidos para a moeda de apresentação à taxa de fecho do período de relato, o mesmo acontecendo para os saldos e transações do período comparativo, após correção do impacto das taxas de inflação.

Para efeitos de conversão das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

pelo método integral que utilizam uma moeda funcional diferente da moeda de relato do Grupo, foram utilizados os seguintes critérios:

Ativos e Passivos: Paridades cambiais vigentes na data do relato financeiro.

Ganhos e Perdas: Paridades cambiais médias verificadas no período.

As diferenças de conversão cambial resultantes do processo descrito acima são registadas em rubrica específica do Capital próprio (Reserva de conversão cambial).

As taxas de câmbio para conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias Inglesa, Angolana e Turca foram as seguintes:

- Câmbio da libra esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 1,1497 euros;
- Câmbio da libra esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 1,1537 euros;
- Câmbio do kwanza utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 0,0013 euros;
- Câmbio do kwanza utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 0,0011 euros;
- Câmbio da lira turca utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 0,0388 euros.
- Câmbio da lira turca utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 0,0306 euros.

2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas de imparidade, e só são reconhecidos na medida em que sejam identificáveis, seja provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e desde que o seu valor possa ser medido com fiabilidade.

A rubrica Ativos intangíveis (Nota 9) é constituída, essencialmente, por marcas identificadas aquando da aquisição de subsidiárias e registadas inicialmente pelo seu justo valor, utilizadas por Inapa Deutschland, GmbH, Inapa France, S.A. e Inapa Portugal, S.A., as quais não são objeto de amortização anual dado que foram avaliadas como tendo uma vida útil indefinida, e são regularmente sujeitas a testes de imparidade efetuados internamente pelo Grupo. Quando as perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objeto de reversão, com o objetivo de determinar o seu valor recuperável (valor de uso).

Encontram-se também registados nesta rubrica software, patentes e outras licenças, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre três e doze anos, bem como o custo de aquisição de carteiras de clientes que são amortizadas por um período entre dez e vinte anos.



2.6 Ativos fixos tangíveis

Conforme disposição transitória prevista na IFRS 1, os terrenos foram registados pelo seu justo valor à data da transição para as IAS / IFRS (1 de janeiro de 2004). Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos terrenos foram registados por contrapartida de capital próprio.

Os outros ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2003, encontram-se registados ao seu "deemed cost", que corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2004 encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são iniciadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada pelo Grupo do ativo em causa, do seu desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de ativos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o ativo será usado.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a taxas representativas da vida útil estimada, como segue:

Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	7,14% - 12,5%
Equipamento de transporte	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 33%

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

Se o montante registado é superior ao valor recuperável do ativo, efetua-se a sua redução para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas de imparidade.

Aquando de um abate ou alienação, a diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia registada do ativo, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros custos.

2.7 Contratos de locação

O Grupo reconhece na demonstração da posição financeira os ativos fixos tangíveis utilizados sob contratos de locação (ativos sob direito de uso). O Grupo adota a exceção de reconhecimento prevista respeitante à locação de ativos de baixo valor e a contratos de locação de prazo inferior

a 12 meses, cujos pagamentos são efetuados e reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, de forma linear ao longo da locação.

O ativo sob direito de uso é registado pelo seu custo na demonstração da posição financeira, quando o ativo fica disponível para uso pela sociedade.

O passivo de locação é registado na demonstração da posição financeira, pelo valor atual dos pagamentos da locação, para o período não cancelável do contrato. Para esse valor atual, o Grupo utiliza a taxa de financiamento incremental à data do início do contrato.

A depreciação e as perdas por imparidade dos ativos sob direito de uso são calculadas e registadas conforme estabelecido na Nota 2.6 para ativos fixos tangíveis, sendo depreciado desde a data de início até ao final da vida útil do ativo ou até ao fim do prazo de locação, dos dois o menor.

Os juros incluídos nos pagamentos da locação, depreciações e as perdas por imparidade são registadas na demonstração dos resultados como gasto do período a que se referem. O gasto de juro é apresentado em atividades de financiamento, na demonstração de fluxos de caixa.

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, o Grupo não detém nenhuma posição contratual em que atue como locador.

2.8 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor for principalmente recuperável através de alienação e não do seu uso continuado. Para que estes ativos sejam objeto de tal classificação, impõe-se que estejam disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, a venda seja altamente provável e o Conselho de Administração se haja comprometido a executar tal venda, a ocorrer num período de 12 meses, conforme estabelecido na IFRS 5.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda, são registados pelo seu valor contabilístico ou pelo seu justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda, consoante o que for menor.

Os ativos e os passivos relacionados com operações descontinuadas são apresentados pelo seu valor de realização numa rubrica própria, respetivamente, no ativo e no passivo e o resultado do período destas operações é registado de forma autónoma na demonstração dos resultados consolidados.



2.9 Ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, pelo justo valor através outro rendimento integral ou pelo justo valor através dos resultados tendo por base, tanto o modelo de negócio para gerir esses ativos financeiros, como as características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

O Grupo classifica os ativos financeiros como segue:

Custo amortizado: Instrumentos de dívida (incluindo instrumentos híbridos que não cumpram com os critérios de separação), somente com fluxos de capital e juros indexados, e que se insiram no modelo de negócio de manter o instrumento para receber os fluxos contratuais. Os saldos relativos a estes ativos encontram-se registados na Demonstração da posição financeira nas rubricas de Clientes, Outros ativos correntes e não correntes e Caixa e equivalentes de caixa;

Justo valor através de outro rendimento integral (com reciclagem): Instrumentos de dívida (incluindo instrumentos híbridos), somente com fluxos de capital e juros indexados, e que se insiram no modelo de negócio de alienar o instrumento e receber os fluxos contratuais. Estes ativos são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os dividendos obtidos destes ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados na data em que são atribuídos;

Justo valor através de resultados: Ativos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização no curto prazo e inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura. Inclui igualmente instrumentos que não incluam somente fluxos de capital e juros indexados, ou em que a empresa tenha designado os instrumentos, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados a justo valor, de forma a evitar desequilíbrios contabilísticos. Estes ativos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados;

Justo valor através de outro rendimento integral (sem reciclagem): Instrumentos de capital próprio, em que a empresa opte irrevogavelmente no seu reconhecimento inicial, para que o instrumento seja desta forma classificado. Estes ativos e passivos são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros serão reclassificados se forem afetados por uma alteração do seu modelo de negócios de gestão de acordo com a classificação mais apropriada, dentro das limitações definidas no normativo.

Os ativos financeiros são classificados como ativos não correntes, exceto se o seu vencimento previsível for inferior a 12 meses da data do relato financeiro.

Os investimentos e desinvestimentos são reconhecidos à data da assinatura dos respetivos contratos de formalização, independentemente da data de liquidação financeira.

Os ativos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição que corresponde ao seu justo valor naquela data, e as despesas de transação são reconhecidas em resultados do período (quando os ativos sejam classificados ao justo valor através de resultados).

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através da demonstração dos resultados e de outro rendimento integral são mensurados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do relato financeiro. Caso correspondam a instrumentos representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas, são igualmente registados ao justo valor (o qual, em casos raros, pode corresponder ao custo de aquisição).

Aos instrumentos de dívida, que não os registados ao justo valor por via de resultados, aplica-se o método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos ao justo valor por via de outro rendimento integral (com reciclagem) são registados no capital próprio até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, altura em que o ganho ou perda acumulada que se encontrava registada no capital próprio é registada na demonstração dos resultados.

O Grupo avalia, de forma prospetiva, as perdas por imparidade associadas a ativos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

O Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para as contas a receber decorrentes de contratos com clientes. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do terceiro.



2.10 Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando, e só quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- Transfere o ativo financeiro e a transferência satisfaz as condições para o desreconhecimento.

Especificamente para o caso de transferências de ativos financeiros respeitantes a contratos de titularização de saldos de clientes, os mesmos só são desreconhecidos caso se verifiquem em simultâneo as seguintes condições:

- Transferência do direito a receber a remuneração subjacente ao ativo;
- Não retenção de parte substancial dos riscos e benefícios associados ao ativo; e
- Transferência do controlo sobre as operações.

O Grupo só efetua o desreconhecimento de saldos de clientes ou de outros valores a receber (removidos do ativo) quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção daqueles ativos conforme referido acima. Caso não sejam cumpridos os critérios para o desreconhecimento, os saldos a receber não vencidos são incluídos na rubrica de Clientes e os fundos recebidos pela operação de titularização são registados na rubrica de Empréstimos (Nota 21).

2.11 Passivos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados: Passivos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização no curto prazo e inclui os passivos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura. Estes passivos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados; e

Outros passivos financeiros: Passivos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontram cotados em mercados líquidos. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos (Nota 2.18), Fornecedores e Outros passivos correntes e não correntes (Nota 2.22). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros não são reclassificados após a sua classificação inicial.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.12 Imparidade de ativos não financeiros

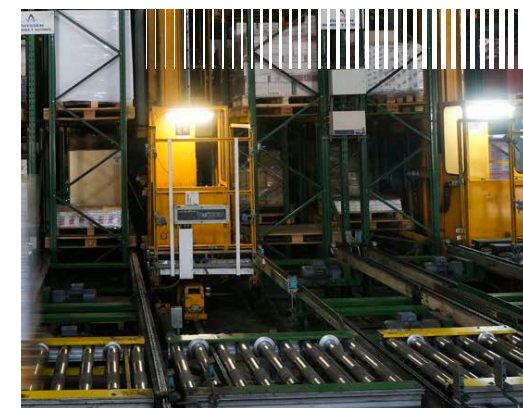
É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos à data do relato financeiro e sempre que ocorra uma alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado (Nota 17). No caso dos ativos não correntes que não são amortizados devido a não terem uma vida útil finita, são efetuados testes de imparidade com frequência anual.

Sempre que o valor pelo qual um ativo se encontra registado se mostre superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, que é registada na demonstração dos resultados, ou no capital próprio quando o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a respetiva revalorização será diminuída. A quantia recuperável é o valor mais alto de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos da venda e o seu valor de uso.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir (com exceção de *goodwill*). A reversão é registada na demonstração dos resultados, exceto quando o ativo tenha sido reavaliado e a respetiva revalorização registada no capital próprio tenha sido diminuída em resultado da perda de imparidade.

2.13 Inventários

As mercadorias, que incluem o material de embalagem, são valorizadas ao mais baixo de entre o valor realizável líquido e o custo de aquisição, incluindo as despesas necessárias à sua colocação em armazém. O método do custeio das saídas utilizadas pelo Grupo é o do custo médio ponderado. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor contabilístico a diferença é registada em resultados do período. Face às atividades desenvolvidas pelo Grupo, os inventários compreendem papel, consumíveis gráficos, caixas, filmes, cintas, fitas, enchimentos, sacos, impressoras e tintas/toners, entre outros.



2.14 Clientes e Outros ativos correntes

Como indicado na Nota 2.9., o Grupo aplica o modelo simplificado da IFRS 9 para as contas a receber decorrentes de contratos com clientes. Na prática, as dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de Outros custos - Imparidade de ativos correntes, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido, tendo em conta as perdas de crédito esperadas ("Expected credit losses").

Como prática corrente, o Grupo recorre a seguros de crédito. Os saldos aos quais se aplica o seguro de crédito cumprem com as seguintes condições, entre outras:

- domicílio nos países em que o seguro está em vigor e o Grupo atua;
- resultantes das atividades comerciais normais do Grupo;
- relacionados com transações no período da apólice;
- para os quais exista um Limite de crédito válido para o Cliente;
- para os quais os termos de pagamento acordados com o Cliente estejam abaixo do limite máximo na apólice contratada.

A cobertura contratada encontra-se referida na Nota 3.b).

Os montantes cobertos por seguro são considerados na análise de imparidade de saldos a receber.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data de cada relato financeiro são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do recebimento das mesmas.

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inferior a 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos.

2.16 Capital social e ações próprias

As ações ordinárias e as ações preferenciais sem direito a reembolso são registadas em Capital social. Os custos atribuíveis diretamente à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao montante recebido em resultado da emissão e encontram-se registados em capital próprio.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados no capital próprio.

2.17 Dividendos

Os dividendos são registados como passivo no período em que a sua distribuição é aprovada pelos acionistas da Inapa-IPG até à data do seu pagamento.

2.18 Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente registados no passivo pelo seu valor nominal, líquido de despesas de emissão e subsequentemente ao custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, incluindo prémios e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios e adicionados ao passivo corrente, quando não sejam liquidados durante o exercício.

Os empréstimos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo tiver o direito incondicional de diferir o reembolso do empréstimo por um período não inferior a 12 meses a contar da data do relato financeiro.

2.19 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui impostos correntes e impostos diferidos.

A Inapa-IPG e as suas subsidiárias sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas

empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC. A Inapa-IPG, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do Grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas, pertencentes ao Grupo. As subsidiárias estrangeiras da Sociedade são tributadas de acordo com as regras fiscais vigentes nos respetivos países de origem (ver Nota 30).

São reconhecidas contabilisticamente, se relevantes, as situações de diferimento de impostos. Os impostos diferidos reconhecidos, correspondem a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais que se encontram em vigor, ou substancialmente em vigor à data do relato financeiro, que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou seja liquidado o passivo. Os ativos por impostos diferidos são registados quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada relato financeiro é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento

inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo. Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados, exceto quando relacionados com valores que tenham sido reconhecidos no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento igualmente no capital próprio.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Administração sobre o tratamento fiscal aplicável às transações realizadas, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada. Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pela Autoridade Fiscal, estas são avaliadas relativamente à probabilidade de haver lugar a uma correção desfavorável ao Grupo, se provável, dando origem ao registo de um passivo apresentado sob Imposto sobre o rendimento a pagar na demonstração da posição financeira consolidada, se improvável poderá traduzir-se na divulgação de uma contingência.

2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e apenas quando, face a uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são valorizadas pelo seu valor presente, são revistas na data de cada relato financeiro, e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 22). Apenas são apresentadas como passivo sob Provisões na Demonstração da posição financeira consolidada, itens que não sejam tratados especificamente por outros normativos (ver Nota 2.19 – Imposto sobre o rendimento).

As provisões para ações judiciais em curso são avaliadas pela Administração quanto à conclusão mais provável, tendo por base a sua probabilidade de sucesso, assim como a estimativa de valores a despendar, na sequência de discussões com os consultores legais do Grupo, sendo reconhecido um passivo quando for provável um desfecho desfavorável, e sendo apenas divulgado como contingência caso seja improvável mas possível um desfecho favorável.

2.21 Benefícios concedidos a empregados

Planos de complementos de reforma – benefício definido

As subsidiárias Inapa France, S.A. e Inapa Deutschland, GmbH assumiram a responsabilidade de pagar complementos de pensões de reforma a alguns dos seus funcionários através de planos de pensões de benefício definido.

A responsabilidade da Inapa-IPG relativa a cada um destes planos é estimada, no mínimo anualmente, na data de relato de cada exercício, por entidades especializadas e independentes utilizando o método das unidades de crédito projetadas. De acordo com a IAS 19, os custos relacionados com as responsabilidades assumidas são registados à medida que os serviços são prestados pelos funcionários beneficiados pelos planos constituídos.

O valor presente das obrigações de benefícios definidos de uma entidade e os custos dos serviços relacionados é determinado utilizando o método da unidade de crédito projetada, no qual cada período de serviço dá origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e estima-se cada unidade separadamente para determinar a obrigação final. É atribuído um benefício ao período corrente (custo do serviço corrente estimado) e aos períodos corrente e anteriores (estimativa do valor presente das obrigações de benefícios definidos).

O benefício é atribuído aos períodos de serviço, utilizando a fórmula de benefícios do plano, a não ser que se estime serviços de anos posteriores com benefícios mais elevados que em anos anteriores, caso em que, se estima numa base de método linear.

As responsabilidades por serviços passados apuradas, deduzidas do valor de mercado dos fundos que tenham sido constituídos para fazer face a estas responsabilidades e das perdas e ganhos atuariais, são registadas na rubrica de Benefícios concedidos a empregados. Na demonstração dos resultados são registados os custos dos serviços correntes e o custo dos juros líquido do rendimento esperado dos fundos. O valor relativo a perdas e ganhos atuariais decorrentes da aplicação de um método atuarial de avaliação, e da utilização de pressupostos atuariais, é reconhecido diretamente em Capital próprio na rubrica de Outras reservas.

Planos de complementos de reforma – contribuição definida

As contribuições efetuadas periodicamente para planos de contribuição definida são registadas como um custo na demonstração dos resultados, não assumindo a empresa qualquer responsabilidade adicional.

Benefícios na data da reforma

De acordo com a legislação local, as subsidiárias sediadas em França têm a responsabilidade de pagar aos seus funcionários na data de reforma uma prestação determinada com base no número de anos de trabalho na empresa. O valor desta responsabilidade, em resultado dos serviços passados, é estimado, no mínimo anualmente, na data do relato financeiro de cada exercício, por entidades especializadas e independentes utilizando o método das unidades de crédito projetadas e é registada na rubrica de Benefícios concedidos a empregados, utilizando uma metodologia semelhante à dos planos de benefícios definidos acima referidos, pelo que os ganhos e perdas atuariais são registados também no Outro rendimento integral.

2.22 Fornecedores e Outros passivos

Os saldos a pagar relativos a fornecedores, impostos e a outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal, que na data do registo inicial corresponde ao seu justo valor. Para determinados fornecedores, mediante o seu acordo, a Empresa permite o recebimento dos montantes devidos, com instituições financeiras suas parceiras, em modalidade de *confirming*. Face aos prazos estabelecidos, e sua natureza, os saldos mantêm-se reconhecidos em Fornecedores.

2.23 Reconhecimento de gastos e rendimentos

O rédito de contratos com clientes é reconhecido na demonstração dos resultados consolidados de acordo com o modelo de 5 passos preconizado na norma IFRS 15. O princípio subjacente é que a entidade reconhece o rédito da transferência de bens ou serviços para clientes pelo valor que espera obter em troca desses mesmos bens e serviços, na medida em que forem cumpridas as obrigações de desempenho contratadas. O rédito do Grupo resulta essencialmente da venda de papel, materiais de embalagem e de impressão e outros similares. As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

De forma semelhante, e de forma muito menos expressiva, o Grupo presta serviços logísticos de armazenagem e transporte a terceiros, tendo por base os recursos utilizados na sua atividade principal, os quais são reconhecidos e faturados à medida que os serviços são prestados.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, nas rubricas de Outros ativos correntes e de Outros passivos correntes (Notas 15 e 24).

2.24 Relato por segmentos

Um segmento operacional é um componente identificável do Grupo, que desenvolve atividades de negócio e cuja informação financeira é utilizada no processo de decisão desenvolvido pela Administração do Grupo.

O Grupo identificou três segmentos operacionais: a atividade de distribuição de papel, a atividade de embalagem e a atividade de comunicação visual. Na Nota 6 é apresentada a informação financeira relativamente aos diferentes segmentos operacionais. A atividade de distribuição de papel é desenvolvida em todos os países onde o Grupo está presente, a atividade de embalagem é desenvolvida em França, na Alemanha e em Portugal e a atividade de comunicação visual é principalmente desenvolvida na Alemanha, França e em Portugal.

2.25 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados no anexo (ver Nota 32), a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação. São reconhecidas provisões para as situações que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.20.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.26 Justo valor de ativos e passivos

Se existir um mercado ativo, o justo valor de um ativo ou passivo corresponde ao seu preço de mercado.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

Quando necessário, o Grupo aplica técnicas de valorização. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados (nível 2 ou nível 3).

a) Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor contabilístico à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

b) Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro atuais de mercado. À data de reporte, o seu valor contabilístico é aproximadamente o seu justo valor.

c) **Credores e acréscimos**

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Os conceitos de nível previstos no normativo respeitante a justo valor de ativos e passivos mensurados ao justo valor podem ser descritos como:

- a) **Nível 1:** o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de relato;
- b) **Nível 2:** o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- c) **Nível 3:** o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

2.27 Resultado por ação

O cálculo do resultado líquido por ação básico corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação. O cálculo do resultado líquido por ação diluído corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas e potenciais acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias e opções de conversão em ações.

2.28 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do relato financeiro que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data de relato que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de relato são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (ver Nota 38).

2.29 Novas normas, interpretações e alterações a normas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:



Norma/Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 1 – Divulgação de política contabilística	1-jan-23	Requisito de divulgação de informações materiais sobre a política contabilística, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de política contabilística e alterações de estimativas contabilísticas
IFRS 17 – Contratos de seguro	1-jan-23	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (alteração)	1-jan-23	Esta alteração permite evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas da IFRS 9
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação (alteração)	1-jan-23	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/passivo da locação e provisões para desmantelamento/ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais
IAS 12 Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Imediatamente ou 1-jan-23	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos)

Exceto quanto aos impactos das alterações à IAS 12, decorrente da adoção das restantes normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo Inapa.

No que respeita especificamente ao Pilar Dois, o mesmo é um regime criado para abranger empresas que pertençam a grupos multinacionais com receitas anuais nas demonstrações financeiras consolidadas acima de 750 milhões de euros, no qual o Grupo Inapa se inclui. Essas entidades passarão a estar sujeitas a um nível de tributação mínimo de 15% aferido por jurisdição.

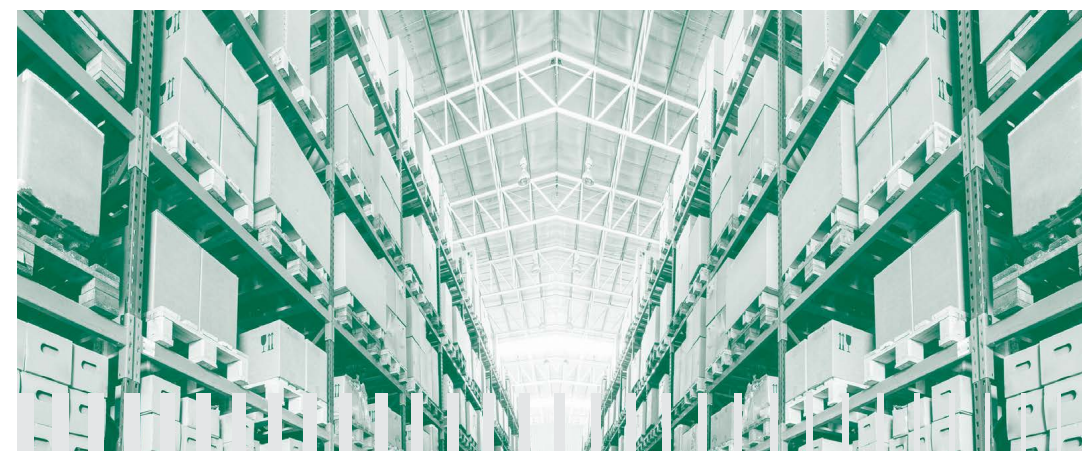
Este mecanismo entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024, não antecipando a Entidade que a mesma tenha impactos significativos nas suas demonstrações financeiras ou níveis de tributação.

Na sequência da alteração da política contabilística de apresentação de impostos diferidos relativos a ativos de direito de uso e passivos de locação, valores que antes eram apresentados pelo líquido, passam agora a ser apresentados pelo seu valor ativo e passivo, de forma separada, apresentando-se de forma reexpressa os valores apresentados anteriormente. É de notar que a reexpressão efetuada não altera nem os valores de Capital próprio nem os Resultados do exercício apresentados em exercícios anteriores, e a reexpressão agora efetuada, traduz-se num aumento dos valores de ativo e passivo (só se apresenta as rubricas alteradas).

A reexpressão teve principais impactos nas Notas 5 e 12.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “covenants” (alteração)	1-jan-24	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação (alteração)	1-jan-24	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis



Demonstração da posição financeira	31-12-2022 divulgado	Efeito da reexpressão	31-12-2022 Reexpresso	01-01-2022 divulgado	Efeito da reexpressão	01-01-2022 Reexpresso
Ativos por impostos diferidos	25 911	9 087	34 998	37 148	9 856	47 004
Total do ativo não corrente	453 914	9 087	463 002	491 487	9 856	501 343
Total do ativo	663 992	9 087	673 079	681 437	9 856	691 293
Passivos por impostos diferidos	50 993	9 087	60 081	48 618	9 856	58 474
Total do passivo não corrente	223 724	9 087	232 811	253 886	9 856	263 742
Total do capital próprio e passivo	663 992	9 087	673 079	681 437	9 856	691 293

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, emendas e revisões foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	1-jan-24	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	1-jan-25	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo Inapa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.



3. Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo expõem-no a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de mercado (inclui risco cambial e risco associado à taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. A exposição do Grupo a riscos financeiros encontra-se essencialmente associada aos saldos a receber de clientes e aos empréstimos obtidos junto de entidades financeiras, dos quais resultam riscos derivados do incumprimento das condições contratadas e riscos de flutuação das taxas de juro.

A gestão do risco financeiro é conduzida centralmente pela Direção Financeira localizada em Portugal, de acordo com a política aprovadas pela Administração, e em estreita cooperação com as diversas subsidiárias.

As flutuações do mercado financeiro, nomeadamente, no que se refere às taxas de juro, são analisadas continuamente sendo tomadas as medidas consideradas necessárias para minimizar a exposição do Grupo ao risco financeiro.

O Grupo tem como objetivos gerais a otimização do negócio do papel, crescimento diversificado e garantia de sustentabilidade do Grupo em termos financeiros. Para esse efeito, a Empresa implementou práticas para gerir o seu capital, com vista a assegurar o financiamento dos objetivos. Tal inclui a gestão de caixa e equivalentes de caixa (que inclui descobertos bancários – ver Nota 16) assim como

financiamentos obtidos, que no seu conjunto contribuem para o conceito de dívida líquida (ver Nota 21). A metodologia inclui a definição de orientações por parte da Administração, que depois podem ser geridos com autonomia definida, pelos responsáveis locais, nas operações do dia-a-dia. As operações mais relevantes incluem a participação da Administração e Direção Financeira da Inapa - IPG que ou acompanha, ou é responsável (consoante a instituição financeira), pela comunicação com os parceiros financeiros, pelas negociações e pela concordância de termos relevantes. A monitorização é assegurada através de reporte regular de posições e análise das necessidades financeiras futuras.

A Administração acompanha a gestão de capital, principalmente através dos seguintes conceitos:

(MILHÕES DE EUROS, EXCETO QUANDO ESPECIFICAMENTE MENCIONADO)

	2023	2022
Dívida líquida	206,7	221,1
Dívida líquida/Re-EBITDA (x)	6,2 x	2,5 x
Dívida líquida excluindo <i>Trade Finance</i>	190,4	202,9
Cobertura dos encargos financeiros (x)	1,7 x	5,4 x
Capitais circulantes	3,1	35,8

Nota: Conforme definições no glossário no capítulo 2.

a) Risco de mercado

Risco de taxas de câmbio

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas, nomeadamente o kwanza e a lira turca, pode ter impacto na situação financeira da sociedade, já que o Grupo desenvolve atividades em Angola e na Turquia.

Muito embora estes mercados não representem em 2023 mais do que 1,82% das vendas do Grupo, eventuais desvalorizações destas moedas face ao euro, poderão ter um impacto negativo na atividade, situação financeira e nos resultados.

O Grupo tem ainda uma exposição indireta ao dólar norte-americano e outras divisas por via do impacto que variações nestas moedas têm na sua competitividade, uma vez que sempre que o euro valoriza face a outras divisas, os distribuidores que se situam numa zona de influência destas divisas ganham competitividade face aos produtores europeus, que são os principais fornecedores do Grupo.

Na prossecução dos objetivos gerais indicados acima, o Grupo implementou práticas internas de acompanhamento por parte da Administração e gestores locais, para acompanharem o risco cambial. Tal inclui a monitorização da sua evolução, assim como a avaliação do potencial impacto cambial em novas decisões a tomar. A Empresa não recorre a derivados para a fixação da taxa de câmbio.

A tabela seguinte apresenta a exposição do Grupo ao risco da taxa de câmbio a 31 de dezembro, com base nos valores dos ativos e passivos financeiros do Grupo:

Em 31 de dezembro de 2023 uma variação positiva do euro em 10% face às restantes moedas resultaria num impacto positivo no capital próprio de 39 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 60 milhares de euros).

31 de dezembro de 2023	Euro	Kwanza	Lira Turca	Total
ATIVOS				
Caixa e seus equivalentes	15 028	55	306	15 389
Clientes e Outros Ativos	77 402	159	2 044	79 606
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	123	-	-	123
Total de ativos financeiros	92 553	214	2 350	95 118
PASSIVOS				
Empréstimos e outros financiamentos	220 406	-	1 656	222 062
Fornecedores e outros passivos	125 118	135	1 171	126 423
Total de passivos financeiros	345 524	135	2 826	348 485
Posição financeira líquida	-252 970	81	-475	-253 366
31 de dezembro de 2022	Euro	Kwanza	Lira Turca	Total
ATIVOS				
Caixa e seus equivalentes	16 206	55	242	16 503
Clientes e Outros Ativos	97 602	219	3 838	101 658
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	119	-	-	119
Total de ativos financeiros	113 927	274	4 079	118 281
PASSIVOS				
Empréstimos e outros financiamentos	234 760	3	2 814	237 578
Fornecedores e outros passivos	142 319	206	1 941	144 466
Total de passivos financeiros	377 079	209	4 754	382 043
Posição financeira líquida	-263 152	66	-675	-263 762



Risco de taxas de juro

O custo da maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo está indexado a taxas de referência variáveis, estando atualmente o Grupo por essa via exposto ao risco de taxa de juro. Na medida em que a Inapa não efetua a cobertura de exposição a variações adversas nas taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito material negativo na sua atividade, situação financeira e resultados. Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo segue em permanência o desenvolvimento do mercado estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro, acompanhando os gastos incorridos, assim como os valores esperados de gastos futuros. Tal é efetuado através de preparação de orçamentos, com base nas evoluções esperadas e razoavelmente possíveis e nas necessidades financeiras do Grupo. Consequentemente, a Empresa interage com os seus parceiros financeiros com o objetivo de assegurar o financiamento das operações e custos de financiamento competitivos.

Em 31 de dezembro de 2023, caso a taxa de referência utilizada nos empréstimos contraídos varie em 0,25%, mantendo todas as restantes variáveis constantes, os encargos financeiros anualizados teriam uma variação de cerca de 725 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 813 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o desenvolvimento dos ativos e passivos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de revisão da taxa de juro (Euribor 1, 3 ou 6 meses) é apresentado como se segue:



31 dezembro 2023	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
ATIVOS						
Não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	22	101	123
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa	15 389	-	-	-	-	15 389
Total de ativos financeiros	15 389	-	-	22	101	15 512
PASSIVOS						
Não correntes						
Empréstimos	15 312	12 420	79 535	3 421	2 981	113 669
Obrigações convertíveis	-	-	-	6 000	-	6 000
Passivos de locação	231	-	33 444	-	-	33 676
Correntes						
Empréstimos	1 073	8 761	24 819	2 321	316	37 290
Obrigações convertíveis	-	-	3 000	-	-	3 000
Trade Finance	239	16 021	-	-	-	16 260
Passivos de locação	236	-	11 932	-	-	12 168
Total de passivos financeiros	17 091	37 202	152 731	11 742	3 296	222 062
31 dezembro 2022	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
ATIVOS						
Não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	22	97	119
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa	16 503	-	-	-	-	16 503
Total de ativos financeiros	16 503	-	-	22	97	16 622
PASSIVOS						
Não correntes						
Empréstimos	-	14 517	91 053	5 551	4 258	115 378
Obrigações convertíveis	-	-	-	9 000	-	9 000
Passivos de locação	343	-	30 673	-	-	31 017
Correntes						
Empréstimos	16 753	6 657	22 967	3 704	367	50 448
Obrigações convertíveis	-	-	3 000	-	-	3 000
Trade Finance	144	17 984	-	-	-	18 128
Passivos de locação	904	-	9 703	-	-	10 607
Total de passivos financeiros	18 144	39 158	157 396	18 254	4 625	237 578

b) Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito que concede aos seus clientes. O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito que asseguram que as vendas sejam efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado.

Na prossecução dos objetivos gerais já indicados anteriormente, o Grupo segue uma política criteriosa e permanente de monitorização das contas de clientes, nomeadamente tendo em consideração a sua antiguidade e riscos associados e no caso de se verificarem riscos de cobrabilidade, estes são alvo do reconhecimento de uma perda de imparidade.

As empresas do Grupo recorrem a serviços de informação empresarial e, sempre que a solução se mostra adequada às contingências com que se confrontam, recorrem à cobertura destes riscos através da contratação de seguros de crédito.

As práticas comuns do Grupo incluem a fixação de limites de crédito para os clientes, existência de equipas internas dedicadas ao acompanhamento de crédito de clientes e reuniões periódicas de acompanhamento da antiguidade dos saldos de clientes por parte da gestão local.

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contabilísticos dos ativos financeiros apresentados nos quadros seguintes, relativos à concentração do risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a antiguidade dos saldos de clientes e outros ativos financeiros e o valor limite dos créditos contratados para a carteira de clientes é como se segue:

	2023		2022	
	Clientes	Outros Ativos financeiros	Clientes	Outros Ativos financeiros
Valores não vencidos	19 482	4 913	30 350	17 635
Valores vencidos				
de 1 a 30 dias	7 964	370	5 685	944
de 31 a 60 dias	6 038	124	5 355	148
de 61 a 90 dias	3 562	107	4 055	566
+ de 91 dias	4 491	32 478	3 734	33 085
	41 536	37 993	49 178	52 377
Com risco de cobrança	9 227	1 239	9 336	1 109
Imparidades	-9 149	-1 239	-9 234	-1 109
Saldo líquido	41 614	37 993	49 281	52 377
Limite de seguro de crédito contratado	635 687		642 986	

Os outros ativos financeiros correspondem às rubricas de Outros ativos não correntes e Outros ativos correntes deduzidas dos Custos diferidos e do saldo de Outros impostos a recuperar (ver Nota 15).

Relativamente aos saldos vencidos, sem imparidade reconhecida, a Inapa-IPG considera não haver riscos relevantes de perdas com a sua cobrança.

O Grupo tem uma apólice de seguro de crédito contratada com a Atradius Crédito y Caución,



O risco de crédito de ativos financeiros respeitantes a Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Caixa e Equivalentes de caixa Instituições Financeiras por rating	2023	2022
AA-	13 341	11 262
A	685	695
BB	618	3 996
Depósito garantido na totalidade	437	237
Outros	308	313
Total	15 389	16 503

Dos montantes de Caixa e equivalentes de caixa, 437 milhares de euros (2022: 237 milhares de euros) encontram-se em depósitos à ordem garantidos na totalidade por Fundo de garantia de depósitos. Do restante montante apresentado em outras categorias, cerca de 1 406 milhares de euros (2022: 2 387 milhares de euros) encontram-se também garantidos por Fundo de garantia de depósitos.

Os montantes em “Outros” referem-se a depósitos bancários em bancos ou entidades sem notação de rating.

c) Concentrações de risco de crédito

Concentração de ativos financeiros por setor de atividade

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, de acordo com os valores dos ativos financeiros, categorizados por setor de atividade:

	Distribuição Papel	Embalagem	Comunicação Visual	Outros negócios e atividades	Total
31 dezembro 2023					
ATIVOS					
Caixa e seus equivalentes	13 108	1 288	785	208	15 389
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	10	101	0	13	123
Clientes e Outros Ativos	53 274	12 778	5 636	7 918	79 606
Total de Ativos	66 392	14 166	6 422	8 139	95 118
31 dezembro 2022					
ATIVOS					
Caixa e seus equivalentes	10 319	1 560	1 001	3 624	16 503
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	10	97	0	13	119
Clientes e Outros Ativos	72 728	12 854	5 686	10 390	101 658
Total de Ativos	83 056	14 511	6 687	14 026	118 280

Concentração de ativos financeiros por área geográfica

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 de acordo com os valores dos ativos financeiros, categorizados por área geográfica:

	Alemanha	França	Portugal	Espanha	Outros	Total
31 dezembro 2023						
ATIVOS						
Caixa e seus equivalentes	1 064	12 389	888	500	549	15 389
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	0	107	13	0	3	123
Clientes e Outros Ativos	21 220	25 947	20 308	8 571	3 561	79 606
	22 284	38 442	21 208	9 071	4 113	95 118
31 dezembro 2022						
ATIVOS						
Caixa e seus equivalentes	2 359	8 930	4 199	529	487	16 503
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	0	103	13	0	3	119
Clientes e Outros Ativos	22 430	38 001	26 100	9 424	5 704	101 658
	24 789	47 034	30 311	9 952	6 194	118 280

d) Risco de liquidez

A Inapa – IPG gere o risco de liquidez do Grupo atuando em duas vias: garantindo que a componente de médio e longo prazo da sua dívida financeira se adequa à capacidade esperada de geração de fundos e dispondo de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento (linhas em conta corrente).

O quadro seguinte analisa os passivos financeiros remunerados do Grupo em 31 dezembro de 2023 e de 2022 por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual. Os montantes que constam da tabela são cash flows contratuais não descontados incluindo juros.

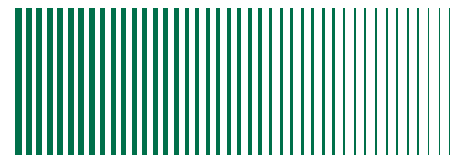
31 dezembro 2023	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS						
Empréstimos						
Papel comercial	71	5 304	1 467	11 773	-	18 614
Empréstimos bancários	2 162	5 740	34 249	85 817	48 035	176 002
Trade finance	382	2 302	14 478	-	-	17 162
Obrigações convertíveis	115	-	3 304	6 380	-	9 799
Passivos de locação	1 261	2 492	10 070	28 543	9 810	52 176
	3 990	15 838	63 568	132 513	57 844	273 753
31 dezembro 2022						
PASSIVOS						
Empréstimos						
Papel comercial	160	4 686	2 072	15 334	-	22 252
Empréstimos bancários	1 873	5 710	45 577	67 837	62 532	183 529
Trade finance	75	1 454	17 285	-	-	18 814
Obrigações convertíveis	157	-	3 428	9 833	-	13 418
Passivos de locação	1 124	2 261	8 739	19 946	13 147	45 217
	3 389	14 111	77 100	112 950	75 680	283 231



4. Ativos e passivos financeiros

A reconciliação da demonstração da posição financeira com as diversas categorias dos ativos e passivos financeiros detalha-se como se segue:

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9	TOTAL
31 de dezembro de 2023					
ATIVOS					
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	123	-	-	123
<i>Outros ativos não correntes</i>	2 910	-	-	-	2 910
Clientes e Outros ativos correntes	76 696	-	-	5 231	81 927
Caixa e seus equivalentes	15 389	-	-	-	15 389
Total de ativos	94 995	123	-	5 231	100 349
PASSIVOS					
Empréstimos não correntes	-	-	119 669	33 676	153 345
Outros passivos não correntes	-	-	-	-	-
Empréstimos correntes	-	-	56 550	12 168	68 717
Fornecedores e outro passivos correntes	-	-	122 918	10 044	132 963
TOTAL DE PASSIVOS	-	-	299 137	55 888	355 025
31 de dezembro de 2022					
ATIVOS					
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	119	-	-	119
<i>Outros ativos não correntes</i>	2 749	-	-	-	2 749
Clientes e Outros ativos correntes	98 909	-	-	3 389	102 298
Caixa e seus equivalentes	16 503	-	-	-	16 503
Total do ativos	118 161	119	-	3 389	121 670
PASSIVOS					
<i>Empréstimos não correntes</i>	-	-	124 378	31 017	155 395
Outros passivos não correntes	-	-	17	-	17
Empréstimos correntes	-	-	71 576	10 607	82 183
Fornecedores e outro passivos correntes	-	-	144 449	16 263	160 712
TOTAL DE PASSIVOS	-	-	340 420	57 887	398 308



Os passivos de locação, apesar de serem passivos financeiros não estão incluídos no âmbito da IFRS 9, pelo que no quadro acima encontram-se incluídos em Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é semelhante ao seu valor contabilístico.

Em 2023 e 2022 os ganhos e perdas com ativos e passivos financeiros analisam-se como segue:

Ganhos e perdas com ativos e passivos

	2023	2022
Ganhos/(perdas) de empréstimos e contas a receber	-658	-940
Provenientes de empréstimos e outras contas a receber	183	64
Juros e outras perdas suportadas:		
Provenientes de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	-14 465	-10 501
Custos com comissões, garantias e out. custos com passivos financeiros	-5 480	-5 965
Total ganhos e perdas líquidos	-20 420	-17 342

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras foi realizada em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, por recurso a estimativas e suposições que afetam os montantes reportados de ativos e passivos e de proveitos e custos durante o período de reporte. Será de referir que, apesar de as estimativas se terem baseado no melhor conhecimento do Conselho de Administração em relação aos eventos e ações correntes, os resultados reais podem, em última análise, vir a diferir das mesmas.

As estimativas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

a) Estimativa de imparidade das diferenças do *goodwill* e marcas

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade do *goodwill*, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.3. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas cujas principais variáveis relevantes são a taxa de atualização e a expectável evolução das vendas (Nota 8).

De igual forma são efetuados testes de imparidade para as marcas registadas em outros ativos intangíveis, no âmbito dos quais foram utilizadas estimativas (Nota 9).

b) Pressupostos atuariais

As responsabilidades com benefícios definidos (Nota 23) são calculadas com base em determinados pressupostos atuariais. A diferença verificada entre os pressupostos utilizados e a realidade pode dar origem a efeitos mais ou menos relevantes nas demonstrações financeiras.

c) Imposto sobre o rendimento

O Grupo está sujeito a impostos sobre o rendimento em diversas jurisdições sendo que o cálculo do imposto efetuado pelo Grupo (Notas 12 e 30) está sujeito a revisão pelas diversas autoridades fiscais. Quando o resultado final dessas revisões é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos saldos dos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

Adicionalmente, os ativos por impostos diferidos correspondem ao valor de prejuízos fiscais para o qual existe expectativa de recuperação no futuro. A não recuperação dos prejuízos fiscais ou a alteração em futuros exercícios das expectativas de recuperação terão impacto nos resultados do exercício em que a situação se verificar.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Conforme referido na Nota 2.10, o Grupo só efetua o desreconhecimento de saldos de clientes ou de outros valores a receber (removidos do ativo) quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios

associados à detenção daqueles ativos. Para esse efeito, é aplicado julgamento na interpretação dos contratos com entidades financeiras parceiras, assim como na análise do cumprimento dos critérios para o desreconhecimento.

6. Relato por segmentos

A apresentação da informação por segmentos é efetuada de acordo com os segmentos operacionais identificados, que são a atividade de distribuição de papel, a atividade de embalagem e a atividade de comunicação visual.

A atividade de distribuição de papel corresponde à oferta de produtos para a indústria do gráfico e escritório (*office*), com portefólio de produtos de papel, consumíveis gráficos, bem como serviços de logística associados. A atividade de embalagem envolve o fornecimento de soluções à medida e oferta de produtos tais como: caixas, filmes, cintas, fitas, enchimentos, sacos, etiquetas e equipamentos. A atividade de comunicação visual envolve a distribuição de produtos e serviços para impressão digital de grande formato: impressoras, tintas/toners, media, software e assistência técnica. Não incluídos acima, estão as Outras atividades que incluem as atividades desenvolvidas pelas holdings e outras empresas não imputadas aos negócios identificados, onde se incluem as atividades de serviços partilhados, investimento e gestão de participações.

Para efeitos de determinação dos segmentos, para a análise da Administração foi considerado

como relevante a organização e verticalização dos produtos/serviços prestados que partilham os mesmos métodos de distribuição, sendo este o formato em que a Administração acompanha a atividade. Não se procedeu à agregação de segmentos reportáveis.

Os resultados e os ativos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são diretamente atribuíveis ou os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos, com base na informação de gestão. As transferências intersegmentais são efetuadas a preços de mercado e não são materialmente relevantes.

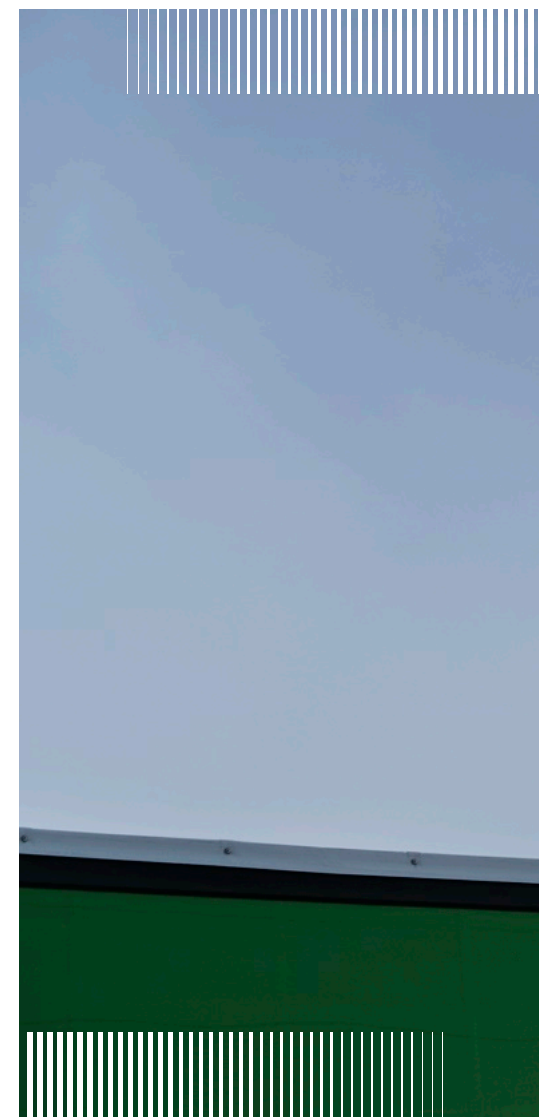


Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a informação financeira por segmentos operacionais, analisa-se da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2023					
	Papel	Embalagem	Comunicação visual	Outras Atividades	Eliminação de consolid.	Consolidado
RÉDITOS						
Vendas externas (Nota 25)	844 977	81 460	42 254	1	-	968 691
Vendas Inter-segmentais	486	2 159	697	-	-3 341	-
Outros rendimentos	25 106	1 928	1 783	13 526	-15 948	26 394
Réditos totais	870 568	85 547	44 734	13 526	-19 290	995 086
RESULTADOS						
Resultados segmentais	7 398	4 547	187	-617	-707	10 808
Resultados operacionais						10 808
Ganhos/(perdas) em associadas	34	-	-	-	-	34
Gastos de juros	-13 965	-1 447	-748	-14 829	10 409	-20 580
Proveito de juros	8 936	73	10	1 431	-9 903	547
Resultado Antes de Imposto	2 403	3 174	-551	-14 015	-201	-9 190
Impostos s/lucros	1 717	-1 236	23	690	-	1 194
Resultados de atividades ordinárias						-7 996
Resultado consolidado líquido	4 120	1 938	-528	-13 325	-201	-7 996
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Ativos do segmento	491 562	48 452	15 521	19 267	-	574 802
Impostos diferidos ativos						41 700
Ativos totais consolidados						616 502
Passivos do segmento	245 716	26 461	6 707	108 602	-	387 487
Impostos diferidos passivos						62 359
Passivos totais consolidados						449 846
Dispêndios de capital fixo	4 048	1 705	846	139	-	6 738
Depreciações e amortizações	13 978	2 076	1 020	670	-	17 744
Imparidade de clientes e outros ativos correntes e não correntes	(267)	(2)	29	130	-	-110



	31 de dezembro de 2022					
	Papel	Embalagem	Comunicação visual	Outras Atividades	Eliminação de consolid.	Consolidado
RÉDITOS						
Vendas externas (Nota 25)	1 094 347	85 956	31 358	-	-	1 211 661
Vendas Inter-segmentais	286	1 997	920	-	-3 203	-
Outros rendimentos	30 107	2 517	1 622	13 383	-12 736	34 893
Réditos totais	1 124 740	90 471	33 900	13 383	-15 940	1 246 554
RESULTADOS						
Resultados segmentais	50 567	3 864	-13	-4 232	2 636	52 822
Resultados operacionais						52 822
Ganhos/(perdas) em associadas	188	-	-	-	-	188
Gastos de juros	-11 989	-1 020	-453	-9 676	5 956	-17 182
Proveito de juros	5 582	24	95	868	-5 575	995
Resultado Antes de Imposto	44 348	2 869	-372	-13 040	3 018	36 823
Impostos s/lucros	-18 532	-1 162	24	606	-	-19 064
Resultados de atividades ordinárias						17 759
Resultado consolidado líquido	25 816	1 707	-348	-12 434	3 018	17 759
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Ativos do segmento	552 269	48 088	16 370	21 354	-	638 081
Impostos diferidos ativos						34 998
Ativos totais consolidados						673 080
Passivos do segmento	275 460	24 711	7 412	128 736	-	436 318
Impostos diferidos passivos						60 081
Passivos totais consolidados						496 398
Dispêndios de capital fixo	5 877	973	1 084	163	-	8 098
Depreciações e amortizações	16 865	2 016	742	3 616	-	23 239
Imparidade de clientes e outros ativos correntes e não correntes	298	22	18	118	-	456



Apresenta-se abaixo a divisão geográfica dos Ativos dos segmentos no final do período e Réditos totais para o Grupo como um todo:

	2023		2022	
	Ativos	Réditos totais	Ativos	Réditos totais
Alemanha	411 296	616 496	439 161	794 192
França	105 956	272 161	120 925	321 149
Portugal	44 693	42 794	56 738	45 661
Espanha	3 781	33 652	7 177	46 557
Outros	9 075	29 983	14 081	38 995
	574 801	995 086	638 081	1 246 554

Não existem clientes que representem mais de 10% das vendas do Grupo.



Ativos não correntes por repartição geográfica

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os valores dos ativos não correntes de acordo com a sua localização são os seguintes:

2023						
ATIVOS	Alemanha	França	Portugal	Espanha	Outros	Total
Ativos fixos tangíveis	3 380	15 827	1 586	198	474	21 465
Ativos sob direito de uso	27 958	6 600	6 311	1 226	705	42 800
Partes de capital relacionadas	-	-	-	1 294	-	1 294
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	107	13	-	3	123
Outros ativos não correntes	-	1 995	857	-	58	2 910
	31 338	24 528	8 767	2 718	1 241	68 592
2022						
ATIVOS	Alemanha	França	Portugal	Espanha	Outros	Total
Ativos fixos tangíveis	11 171	15 715	3 124	307	504	30 822
Ativos sob direito de uso	21 697	5 175	4 638	2 130	956	34 596
Partes de capital relacionadas	-	-	-	1 346	-	1 346
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	103	13	-	3	119
Outros ativos não correntes	-	1 831	860	-	58	2 749
	32 869	22 825	8 635	3 783	1 520	69 633

Informação respeitante à distribuição por segmento do *goodwill* pode ser consultado na nota respetiva (Nota 8).

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e outros	Em curso	Total
Ativos fixos tangíveis							
Custo de aquisição							
Saldo em 1 de janeiro de 2023	8 994	44 340	10 539	3 945	14 293	363	82 474
Diferenças cambiais	-	8	-11	-14	19	-41	-39
Aumentos	-	483	901	854	206	68	2 512
Alienações/Transferências/Abates	-2 065	-17 973	-2 265	-4 005	-368	80	-26 597
Varição no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6 929	26 857	9 163	780	14 151	471	58 350
Depreciações acumuladas							
Saldo em 1 de janeiro de 2023	-	28 751	7 762	2 659	12 479	-	51 652
Diferenças cambiais	-	6	1	-15	-21	-	-29
Reforço	-	1 034	663	534	730	-	2 961
Alienações/Transferências/Abates	-	-11 927	-1 579	-3 827	-366	-	-17 699
Varição no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	17 863	6 846	-648	12 821	-	36 885
Valor líquido	6 929	8 994	2 317	1 428	1 329	471	21 465

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e outros	Em curso	Total
Ativos fixos tangíveis							
Custo de aquisição							
Saldo em 1 de janeiro de 2022	18 474	63 410	16 618	5 809	15 429	457	120 198
Diferenças cambiais	-	-8	-13	-9	-15	-	-46
Aumentos	-	353	1 429	386	319	22	2 510
Alienações/Transferências/Abates	-9 480	-19 484	-7 495	-2 242	-1 458	-117	-40 277
Variação no perímetro de consolidação	-	69	1	1	17	-	88
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8 994	44 340	10 539	3 945	14 293	363	82 474
Depreciações acumuladas							
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	31 995	13 454	4 322	13 035	-	62 808
Diferenças cambiais	-	-6	-13	-9	-14	-	-41
Reforço	-	7 707	769	498	907	-	9 881
Alienações/Transferências/Abates	-	-10 946	-6 449	-2 152	-1 449	-	-20 996
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	28 751	7 762	2 659	12 479	-	51 652
Valor líquido	8 994	15 589	2 778	1 286	1 814	363	30 822

Nas alienações de 2022, destacam-se as operações de sale and leaseback dos armazéns de Leganés, Espanha e Sintra, Portugal (com valor líquido contabilístico de 19,3 milhões de euros à data da operação), na sequência do qual foram reconhecidos Ativos sob direito de uso (no montante de 6,1 milhões de euros – ver Nota 9) e Passivos de locação (7,7 milhões de euros – ver Nota 21).

A 31 de dezembro de 2023, não existiam compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

8. Goodwill

A variação do saldo registado na rubrica Goodwill durante os exercícios de 2023 e 2022 foi a seguinte:

GOODWILL

1 de janeiro de 2022

Valor de aquisição	244 386
Perdas de imparidade acumuladas	-11 766

Saldo em 1 de janeiro de 2022 232 620

Movimentos em 2022

Diferenças cambiais	0
Aumentos	1 937
Reduções por imparidade	0
Transferências e abates	-5 586

228 971

31 de dezembro de 2022

Valor de aquisição	240 737
Perdas de imparidade acumuladas	-11 766

Saldo em 31 de dezembro de 2022 228 971

Movimentos em 2023

Diferenças cambiais	0
Aumentos	0
Reduções por imparidade	0
Transferências e abates	0

228 971

31 de dezembro de 2023

Valor de aquisição	240 737
Perdas de imparidade acumuladas	-11 766

Saldo em 31 de dezembro de 2023 228 971

O Grupo consolidou as operações da J.J. Loos, SAS a 31 de dezembro de 2022. A empresa foi adquirida pela Inapa France, com referência a 31 de dezembro de 2022, por 3 500 milhares de euros, o qual originou o reconhecimento de um *goodwill* de 1 937 milhares de euros, considerando um justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos de 1 563 milhares de euros (ver Nota 37).

Em 2022, a rubrica de Transferências e abates incluía um ajustamento de -5 586 milhares de euros decorrente do reconhecimento de um ativo de indemnização respeitante à aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG em 2019, não reconhecido inicialmente. O ajustamento não foi aplicado retrospectivamente, dada a sua imaterialidade no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

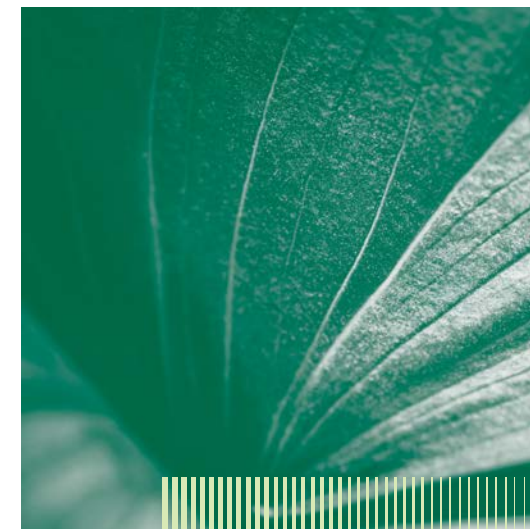
Aquando da aquisição de subsidiárias, que operam nos três segmentos de atividade em que o Grupo atua, nomeadamente, distribuição de papel, embalagem e comunicação visual, são apurados montantes de *goodwill*, correspondentes à diferença entre o valor de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

No processo de avaliação e consequente determinação do valor de aquisição, são considerados os benefícios económicos futuros que decorrem essencialmente das sinergias e efeitos de escala alcançados com a concentração de atividades, obtidos ao nível do conjunto de cada segmento operacional, e que não podem ser imputados a unidades geradoras de caixa individuais.

Consequentemente, e atendendo a que o segmento de negócio é o nível mais baixo no seio do Grupo utilizado pelo Conselho de Administração para monitorização do *goodwill*, aquelas diferenças foram imputadas ao conjunto de unidades geradoras de caixa que representam o segmento de negócio desenvolvido pela subsidiária adquirida. Esta abordagem é seguida de modo consistente ao nível dos três segmentos de atividade do Grupo.

Nestas circunstâncias a alocação do *goodwill* analisa-se como se segue:

	Papel	Embalagem	Com. Visual	Total
<i>Goodwill</i>	203 780	15 657	9 536	228 971



Conforme já foi referido na Nota 2.3, os valores registados em *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor dos mesmos. O Grupo procede anualmente ao cálculo do valor recuperável dos ativos e passivos associados à atividade de distribuição de Papel, bem como às atividades de Embalagem e de Comunicação Visual, através da determinação do valor de uso, de acordo com o método DCF (*Discounted Cash Flows*).

A análise efetuada calcula de uma forma integrada o valor recuperável do negócio (e consequentemente do *goodwill*), comparando-o com o ativo líquido contabilístico do conjunto de unidades geradoras de caixa, que inclui, entre outros, o *goodwill*, as marcas, ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis. É ainda efetuada uma análise adicional referente apenas ao valor recuperável das marcas (ver Nota 9).

Os testes de imparidade efetuados para efeitos das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foram suportados em projeções de *cash flows* até 2028, elaboradas tendo por base os planos aprovados pelo Conselho de Administração. As projeções de *cash flows* para além de 2028 resultam da aplicação de taxas de crescimento na perpetuidade, que não excedem a taxa média de crescimento a longo prazo das operações. As margens EBITDA e a taxa de desconto assumidas nos testes de imparidade refletem as expectativas da gestão quanto ao desenvolvimento do mercado e das operações.

Para o cálculo da taxa de desconto aplicada nos testes de imparidade do *goodwill* dos diversos Grupos de unidades geradoras de caixa, recorreu-se à seguinte abordagem:

- Taxa de juro sem risco: média da *yield das Bonds* do Estado Alemão com maturidade média implícita de 10 anos;
- Custo da dívida: custo médio ponderado da dívida da Inapa a 31.12.2023, considerando dívida a taxa fixa e a taxa variável;
- Beta alavancado: apurado com base em informação de mercado de empresas europeias da indústria de Papel, ajustado pelas diferenças de estrutura de capital e efeitos fiscais;
- Prémio de risco de mercado: valor médio para mercado sem risco;
- Prémio de risco de país: média ponderada de risco de país dos mercados nos quais a Inapa opera;
- Estrutura de capitais objetivo: de acordo com avaliação da gestão;
- Taxa de imposto: média ponderada das taxas de imposto nominais dos mercados nos quais a Inapa opera.

Os pressupostos para cada uma das variáveis utilizadas no cálculo da taxa de desconto podem observar-se no quadro seguinte:

	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
Taxa de juro sem risco	2,46%	2,14%
Custo da dívida	5,71%	5,42%
Beta alavancado	1,06	1,06
Prémio de risco de mercado	5,94%	5,94%
Prémio de risco de país	0,48%	0,56%
Estrutura de capitais objetivo (D/(D+E))	46%	46%
Taxa de imposto	28%	28%

Os principais pressupostos que serviram de base aos testes de imparidade à atividade de distribuição de Papel foram os seguintes:

	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
Taxa nominal de crescimento na perpetuidade	0,00%	0,00%
Margem EBITDA (EBITDA/Vendas)	5,86%	5,91%
Taxa de desconto antes de imposto	9,56%	9,28%

A Margem EBITDA apresentada refere-se à média no período da projeção; a Taxa de desconto antes de imposto é obtida de forma iterativa para cada Grupo de unidades geradoras de caixa, como preconizado na IAS 36.

A Empresa procedeu a análises de sensibilidade aos testes de imparidade do *goodwill* dos diversos Grupos de unidades geradoras de caixa, simulando isoladamente o impacto de uma variação de 50 pontos base na taxa de crescimento, na Margem EBITDA e na taxa de desconto, tendo-se concluído pela inexistência de indícios de imparidade.

Relativamente ao teste de imparidade à atividade de distribuição de Papel, uma eventual variação nos pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, simulados isoladamente, só representaria uma perda por imparidade para uma variação negativa de 695 pontos base na taxa de crescimento, uma variação negativa de 135 pontos base na margem EBITDA e uma variação positiva de 420 pontos base na taxa de desconto. O Conselho de Administração não considera estas variações de pressupostos como prováveis, tendo por base a estratégia operacional definida para o Grupo Inapa e as estimativas macroeconómicas e de mercado conhecidas a esta data.

9. Ativos intangíveis e Ativos sob direito de uso

a) Ativos intangíveis

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foram os seguintes:

	Software, patentes e propriedade industrial	Marcas	Carteira de clientes	Ativos em curso e adiantamentos	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de janeiro de 2023	45 471	130 692	6 096	1 488	183 747
Diferenças cambiais	33	-	-	9	42
Aumentos	3 718	-	-	507	4 225
Alienações/Transferências/abates	16	-	-	-346	-330
Variação no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	49 238	130 692	6 096	1 657	187 684
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2023	23 760	27 464	3 121	-	54 345
Diferenças cambiais	29	-	-	-	29
Reforço	3 371	-	212	-	3 583
Alienações/Transferências/abates	-22	-	-	-	-22
Variação no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27 138	27 464	3 333	-	57 395
Custo de aquisição	49 238	130 692	6 096	1 657	187 684
Amortizações acumuladas	27 138	-	3 333	-	30 471
Perdas por imparidade acumuladas	-	27 464	-	-	27 464
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	22 100	103 227	2 762	1 657	129 747

	Software, patentes e propriedade industrial	Marcas	Carteira de clientes	Ativos em curso e adiantamentos	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de janeiro de 2022	50 647	130 692	6 096	3 699	191 135
Diferenças cambiais	-20	-	-	-	-20
Aumentos	3 850	-	-	1 738	5 588
Alienações/Transferências/abates	-9 061	-	-	-3 950	-13 011
Variação no perímetro de consolidação	55	-	-	-	55
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45 471	130 692	6 096	1 488	183 747
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2022	35 289	27 464	2 909	-	65 662
Diferenças cambiais	-15	-	-	-	-15
Reforço	3 225	-	212	-	3 437
Alienações/Transferências/abates	-14 793	-	-	-	-14 793
Variação no perímetro de consolidação	54	-	-	-	54
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23 760	27 464	3 121	-	54 345
Custo de aquisição	45 471	130 692	6 096	1 488	183 747
Amortizações acumuladas	23 760	-	3 121	-	26 881
Perdas por imparidade acumuladas	-	27 464	-	-	27 464
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	21 711	103 227	2 974	1 488	129 401

A 31 de dezembro de 2023, não existiam compromissos para a aquisição de ativos intangíveis.

As variações ocorridas na rubrica de Software, patentes e propriedade industrial em 2023 e 2022 devem-se, essencialmente, ao investimento em infraestruturas informáticas e ao desenvolvimento e implementação do novo ERP do Grupo (software SAP).

O saldo apresentado como ativos em curso e adiantamentos que a 31 de dezembro de 2023 ascendem a 1 657 milhares de euros (2022: 1 488 milhares de euros), correspondem essencialmente ao investimento no novo ERP do Grupo.

A Inapa-IPG identificou como ativos intangíveis de vida útil indefinida, um conjunto de Marcas registadas aquando da aquisição das subsidiárias

que as detinham, para as quais não existe um limite temporal a partir do qual deixem de gerar benefícios económicos para o Grupo, sendo estes os únicos ativos intangíveis do Grupo com vida útil indefinida.

O valor dos ativos intangíveis em causa é sujeito a testes de imparidade anuais em harmonia com o disposto na IAS 36 de que resultou uma perda de imparidade de 27 464 milhares de euros

registada em 2006, fixando-se o seu valor líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no montante de 103 227 milhares de euros.

O valor contabilístico das Marcas diz respeito ao segmento de Papel, comercializadas principalmente em França, Alemanha e Portugal.

Em 2023 foi efetuada uma avaliação que procedeu ao cálculo do valor estimado das Marcas utilizando o método DCF (*Discounted Cash Flows*), tendo em conta as respetivas rentabilidades totais.

Os testes de imparidade efetuados para efeitos das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foram suportados em projeções de *cash flows* até 2028, elaboradas tendo por base os planos aprovados pelo Conselho de Administração. As projeções de *cash flows* para além de 2028 resultam da aplicação de taxas de crescimento na perpetuidade, que não excedem a taxa média de crescimento a longo prazo das operações.

A metodologia para o apuramento da taxa de desconto foi a adotada para efeitos de realização dos testes de imparidade ao *goodwill* (ver Nota 8).

Os principais pressupostos que serviram de base aos testes de imparidade às Marcas foram os seguintes:

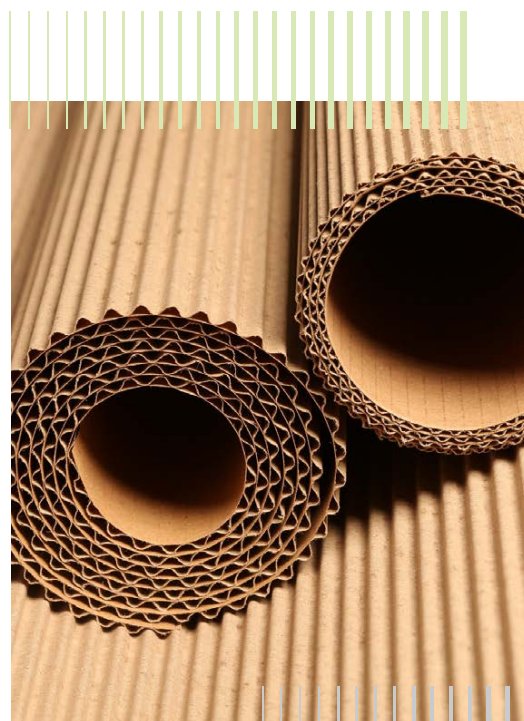
	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
Taxa nominal de crescimento na perpetuidade	0,00%	0,00%
Taxa de desconto antes de imposto	9,31%	8,85%

A avaliação efetuada resultou nos seguintes montantes de valor recuperável por marca:

Designação	Valor da avaliação
Inapa Tecno	70 989
Inapa Imagine	10 450
Galaxi	6 071
Bavaria	7 434
Prima	3 451
Outros	39 027
	137 422

Após a realização dos testes de imparidade, não foi identificada perda por imparidade a registar.

A Empresa procedeu a análises de sensibilidade ao teste de imparidade das Marcas, simulando isoladamente o impacto de uma variação de 50 pontos base na taxa de crescimento e na taxa de desconto, tendo-se concluído pela inexistência de indícios de imparidade.



b) Ativos sob direito de uso

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações foram os seguintes:

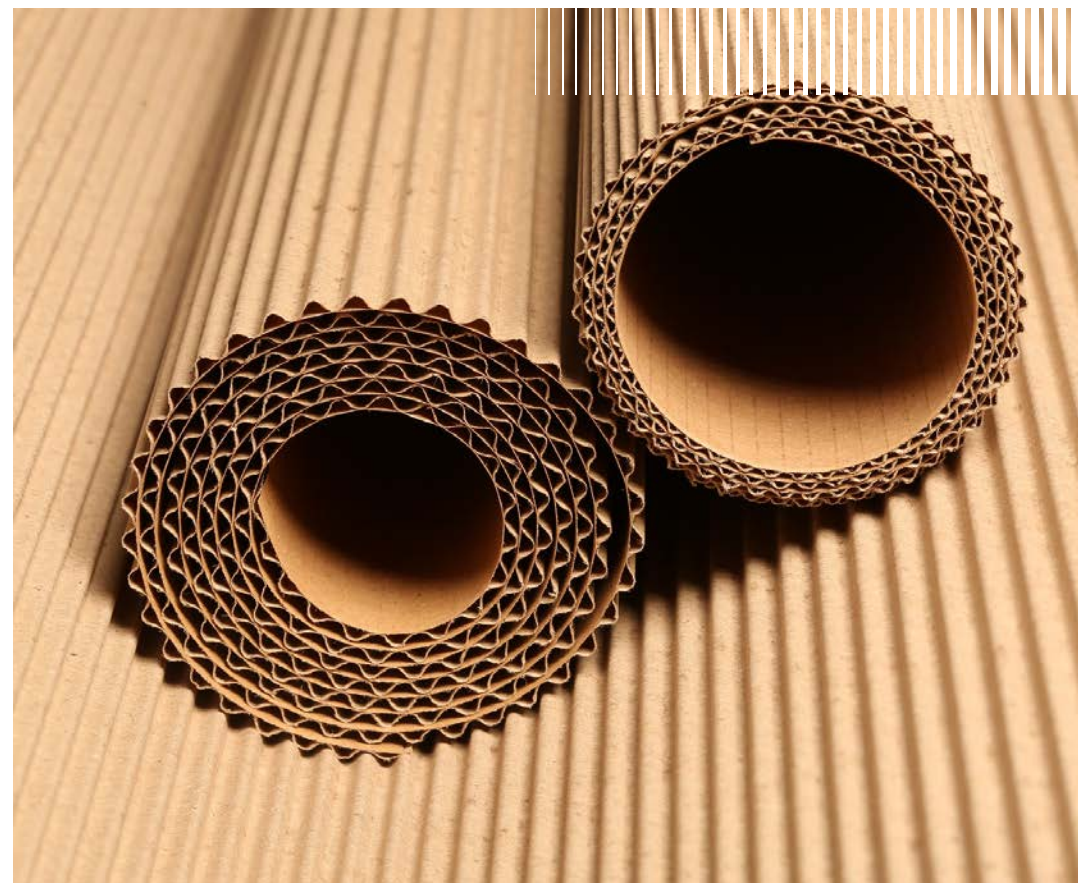
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2023	51 125	12 199	1 106	64 430
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Aumentos	9 788	5 055	1 750	16 593
Alterações contratuais/Abates	4 248	-3 982	-138	128
Variação no perímetro de consolidação	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	65 161	13 272	2 718	81 151
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2023	23 662	5 986	186	29 834
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Reforço	7 801	3 112	287	11 200
Alterações contratuais/Abates	1 431	-3 976	-138	-2 682
Variação no perímetro de consolidação	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32 893	5 122	335	38 352
Custo de aquisição	65 161	13 272	2 718	81 151
Depreciações acumuladas	32 894	5 122	335	38 352
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	32 267	8 150	2 382	42 800

	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	46 828	13 072	594	60 494
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Aumentos	12 698	3 831	530	17 060
Alterações contratuais/Abates	-8 402	-4 705	-18	-13 124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	51 125	12 199	1 106	64 430
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	19 770	7 558	61	27 389
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Reforço	6 644	3 134	143	9 920
Alterações contratuais/Abates	-2 752	-4 706	-18	-7 476
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23 662	5 986	186	29 834
Custo de aquisição	51 125	12 199	1 106	64 430
Depreciações acumuladas	23 662	5 986	186	29 834
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	27 463	6 213	920	34 596

As alterações contratuais/abates respeitam essencialmente a contratos de locação que terminaram durante o período.

Os ativos que se encontram registados nesta rubrica dizem respeito, essencialmente, a contratos de locação de armazéns e escritórios e de veículos utilizados pelo Grupo na sua atividade nas diversas geografias, tendo sido

consideradas as condições contratuais relativas a extensões ou renovações do período do contrato, quando existentes, no apuramento do valor do ativo sob direito de uso e do passivo de locação.



10. Partes de capital em empresas associadas

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os investimentos em empresas associadas, tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Surpapel, SL	1 294	1 346
Römerturm Feinstpapier GmbH & Co KG	-	-
	1 294	1 346



Em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo naquela data, a informação financeira relativamente a participações registadas em Partes de capital em empresas associadas é a seguinte:

Empresa	Sede social	Ativos	Capitais próprios	Proveitos	Resultado líquido	% capital detido	Resultado apropriado	Valor de balanço
Surpapel, SL	Polígono Industrial	7 448	2 158	14 471	137	25%	34	1 294
	Guadalquivir, c/ Tecnología, 1 41120 Gelves Sevilha							
							34	1 294

Empresa	Sede social	Capitais próprios (a)	% capital detido (b)	(a) x (b)	Goodwill implícito	Valor de balanço
Surpapel, SL	Polígono Industrial	2 158	25%	540	755	1 294
	Guadalquivir, c/ Tecnología, 1 41120 Gelves Sevilha					

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, na rubrica de Partes de capital em empresas associadas, foi o seguinte:

Saldo em 1 de janeiro de 2022	2 260
Aquisições	-
Alienações	-1 100
Distribuição de dividendos	-
Resultado apropriado	186
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1 346
Aquisições	-
Alienações	-
Distribuição de dividendos	-86
Resultado apropriado	34
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	1 294

Em 2022 foi alienada a participação na Römerturm Feinstpapier GmbH & Co KG.

11. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica Ativos financeiros ao justo valor através de resultados tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Não corrente		
Outros	123	119
Corrente		
Outros	-	-
	123	119

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, na rubrica Ativos financeiros ao justo valor através de resultados foi o seguinte:

Saldo em 1 de janeiro de 2022	120
Aquisições	-
Alienações	-
Variação de justo valor	-1
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	119
Aquisições	-
Alienações	-
Variação de justo valor	4
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	123



12. Impostos diferidos

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Em 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

	01-01-2023	Transferências	Reservas de justo valor e outras reservas	Resultado do exercício (Nota 30)	31-12-2023
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS					
Provisões tributadas	1 540	-	-	-859	681
Prejuízos fiscais reportáveis	17 423	-	-	7 140	24 563
Outros	16 035	-	140	280	16 456
	34 998	-	140	6 561	41 700
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS					
Reavaliação de ativos tangíveis	-2 666	-	-	60	-2 606
Amortizações	-23 297	-	-	-1 475	-24 772
Outros	-34 118	-	-	-864	-34 982
	-60 081	-	-	-2 279	-62 359
Impostos diferidos líquidos	-25 082	-	140	4 282	-20 659

	01-01-2022	Transferências	Reservas de justo valor e outras reservas	Resultado do exercício (Nota 30)	31-12-2022
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS					
Provisões tributadas	663	-	-	877	1 540
Prejuízos fiscais reportáveis	27 574	-	-	-10 151	17 423
Outros	18 766	-1 810	-1 026	105	16 035
	47 004	-1 810	-1 026	-9 169	34 998
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS					
Reavaliação de ativos tangíveis	-1 261	-	-	-1 405	-2 666
Amortizações	-23 646	1 935	-	-1 585	-23 297
Outros	-33 567	-124	-	-427	-34 118
	-58 474	1 810	-	-3 417	-60 081
Impostos diferidos líquidos	-11 471	-	-1 026	-12 586	-25 082

Na sequência da alteração da política contabilística de apresentação de impostos diferidos relativos a ativos de direito de uso e passivos de locação, valores que antes eram apresentados pelo líquido, passam agora a ser apresentado pelo seu valor ativo e passivo, de forma separada (Nota 2.29), os valores apresentados anteriormente relativos a 1 de janeiro de 2022 e a 31 de dezembro de 2022 foram reexpressos.

Em 2023, dos 140 milhares de euros reconhecidos acima em Reservas de justo valor e outras reservas, 210 milhares de euros estão apresentados em Remensurações de responsabilidades por benefícios definidos na demonstração do rendimento integral (Nota 23), -70 milhares de euros estão apresentados em Diferenças de conversão cambial, na mesma demonstração.

Em 2022, dos 1 026 milhares de euros negativos reconhecidos acima em Reservas de justo valor e outras reservas, -1 000 milhares de euros estão apresentados em Remensurações de responsabilidades por benefícios definidos na demonstração do rendimento integral (Nota 23), -26 milhares de euros estão apresentados em Diferenças de conversão cambial, na mesma demonstração.

Os passivos por impostos diferidos apresentados em Outros acima dizem essencialmente respeito à valorização das Marcas (Nota 9), no valor de 23 226 milhares de euros.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respetivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros. O Grupo reconheceu impostos diferidos ativos no valor de 24 563 milhares de euros referentes a prejuízos fiscais que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, e que se detalham como se segue:

Empresa	Valor do imposto 2023	Valor do imposto 2022	Data limite de utilização
Inapa France	3 391	4 574	ilimitado
Inapa España	5 000	5 000	ilimitado
Inapa Deutschland	16 172	7 849	ilimitado
	24 563	17 423	

Tendo em consideração que não existe limite temporal nos países onde o Grupo INAPA tem prejuízos fiscais acumulados, a Empresa considera que há uma maior probabilidade na realização dos impostos diferidos ativos.

No presente exercício, para as entidades acima que apresentam um prejuízo fiscal, a Administração avaliou a probabilidade de recuperação, através de projeções de resultados fiscais futuros, tendo em conta a data limite de utilização dos mesmos prejuízos, adaptando-se os cálculos, embora as entidades não sejam consideradas unidades geradoras de caixa, por si só. A taxa de crescimento após o prazo de 5 anos foi a utilizada para a realização dos testes de imparidade ao *goodwill* (segmento de

distribuição de papel) e às marcas (Notas 8 e 9). A Empresa considera que são recuperáveis os prejuízos fiscais reportáveis considerando as projeções de resultados fiscais futuros, tendo por base as projeções do Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo INAPA para o período 2024 a 2028, tendo sido efetuada uma linearização dos resultados fiscais para os períodos remanescentes.

Considerando os pressupostos referidos, é expectável a recuperação da totalidade dos ativos por impostos diferidos num período entre 3 a 16 anos, consoante a geografia.



13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os Inventários decompõem-se como se segue:

	2023	2022
Produtos acabados e intermédios	651	651
Mercadorias	51 455	91 384
	52 106	92 035
Ajustamento para valor de realização (Nota 17)	-2 962	-2 079
	49 144	89 956

Não foram consignadas existências como garantia do cumprimento de obrigações contratuais.

O custo dos produtos vendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 ascendem a 796 070 e 973 364 milhares de euros, respetivamente e foi apurado como segue:

	2023	2022
Inventários iniciais	92 035	56 514
Variações de perímetro (Nota 37)	-	1 101
Compras e regularizações de existências	755 258	1 007 188
Inventários finais	52 106	92 035
	795 187	972 768
Perdas por imparidade (Nota 17)	1 100	1 392
Reversões de perda por imparidade (Nota 17)	-218	-796
	796 070	973 364

14. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os Clientes decompõem-se como segue:

	2023	2022
Clientes		
Clientes c/corrente	36 603	42 104
Clientes c/letras	4 934	7 075
Clientes cobrança duvidosa	9 227	9 336
	50 764	58 514
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	-9 149	-9 233
Clientes - saldo líquido	41 614	49 281

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, o Grupo reconheceu uma perda por imparidade no montante 451 milhares de euros e de 702 milhares de euros respetivamente, relativo ao reforço da imparidade de clientes, o qual foi registado na rubrica de Outros custos (Notas 17 e 27).

O saldo apresentado de Clientes é fortemente influenciado pela realização de operações de cessão de créditos através da realização de contratos de *factoring* nas operações francesa e alemã do Grupo que abrange a maioria dos saldos de clientes nessas geografias (ver Nota 21). A cessão de créditos ao abrigo destes contratos reúne as condições que permitem o respetivo desreconhecimento (Nota 2.10).

15. Impostos a recuperar e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica de Impostos a recuperar decompõe-se como se segue:

	2023	2022
Imposto sobre o Rendimento	1 032	1 321
	1 032	1 321

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos das rubricas Outros ativos correntes e não correntes analisam-se como segue:

	2023	2022
OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES		
Outros investimentos	562	558
Outros devedores	3 043	2 886
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	-695	-695
	2 910	2 749
OUTROS ATIVOS CORRENTES		
Adiantamentos a fornecedores	2 362	2 369
Outros devedores	22 056	34 032
Outros impostos a recuperar	2 309	928
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	-544	-414
	23 821	34 545
Acréscimo de proveitos	11 207	13 641
Custos diferidos	2 921	2 461
	40 312	53 017

A rubrica de Outros devedores não correntes inclui, entre outros, depósitos garantia junto de empresas de factoring no montante de 840 milhares de euros (2022: 791 milhares de euros) e Empréstimos concedidos no montante de 1,2 milhões de euros (2022: 1,1 milhões de euros).

A rubrica de Outros devedores correntes inclui os saldos a receber de fornecedores e de seguradoras de crédito nas diversas geografias, assim como montantes a receber decorrente da cessão de créditos de clientes através de contratos de factoring (ver Nota 14 e Nota 21 d)).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica de Acréscimo de proveitos corresponde, fundamentalmente, à especialização no final do exercício do valor a receber relativo a proveitos obtidos pelo Grupo resultantes de processos de negociação, sobre compras e bónus sobre compras, a receber dos fornecedores.

16. Caixa e equivalentes de caixa

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 analisa-se como se segue:

	2023	2022
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	15 386	16 500
Numerário	3	3
Caixa e seus equivalentes no balanço	15 389	16 503
Descobertos bancários	-902	-904
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	14 487	15 599

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Empréstimos (Nota 21).

Procedeu-se à reconciliação entre os movimentos das rubricas de financiamento constantes da demonstração da posição financeira e os fluxos de caixa respeitantes para os períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022.



	2023					
	A 1 de janeiro de 2023	Recebimentos provenientes de atividades de financiamento	Pagamento respeitantes a atividades de financiamento	Movimentos não monetários	Ajustamento cambial	A 31 de dezembro de 2023
Passivo não Corrente						
Empréstimos	155 395	133 544	-32 230	-102 734	-629	153 345
Passivo Corrente						
Empréstimos	82 183					68 717
Descobertos bancários	-904					-902
Subtotal	81 279	12 701	-130 737	106 755	-2 182	67 816
Outros passivos correntes - especialização de juros (Nota 24)	380	-	-20 579	21 088	-	889
	237 054	146 245	-183 546	25 109	-2 811	222 050

	2022					
	A 1 de janeiro de 2022	Recebimentos provenientes de atividades de financiamento	Pagamento respeitantes a atividades de financiamento	Movimentos não monetários	Ajustamento cambial	A 31 de dezembro de 2022
Passivo não Corrente						
Empréstimos	183 408	179 463	-30 791	-176 460	-225	155 395
Passivo Corrente						
Empréstimos	86 387					82 183
Descobertos bancários	-974					-904
Subtotal	85 413	19 276	-206 718	181 541	1 767	81 279
Outros passivos correntes - especialização de juros (Nota 24)	1 609	-	-17 182	15 953	-	380
	270 430	198 739	-254 692	21 034	1 542	237 054

Os movimentos não monetários incluem as reclassificações de Passivo não corrente para Passivo corrente ao longo do período, especializações de gastos, assim como operações financeiras sem fluxo financeiro associado.



17. Imparidades

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, as imparidades de ativos reconhecidas tiveram os seguintes movimentos:

	Goodwill	Outros ativos intangíveis	Inventários	Clientes	Outros ativos correntes e não correntes	Total
	(Nota 8)	(Nota 9)	(Nota 13)	(Notas 14 e 27)	(Notas 15 e 27)	
Saldo em 1 de janeiro de 2022	11 766	27 464	1 482	10 556	1 592	52 861
Reforço	-	-	1 392	702	420	2 514
Utilizações/transferências	-	-	-	-1 189	-876	-2 065
Reversões	-	-	-796	-639	-27	-1 462
Ajustamento cambial	-	-	-	-198	-	-198
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11 766	27 464	2 079	9 233	1 109	51 651
Reforço	-	-	1 100	451	130	1 681
Utilizações/transferências	-	-	-	396	.	396
Reversões	-	-	-218	-691	-	-909
Ajustamento cambial	-	-	-	-240	-	-240
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11 766	27 464	2 962	9 149	1 238	52 580

O efeito em resultados dos reforços e reversões das imparidades de inventários encontra-se registado nos custos das vendas (Nota 13).

Os reforços e reversões de inventários apresentam a seguinte divisão por segmentos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023				Total
	Distribuição Papel	Embalagem	Comunicação Visual	Outros negócios e atividades	
Reforço imparidade de inventários	594	300	206	-	1 100
Reversão imparidade de inventários	-6	-212	-	-	-218

	2022				Total
	Distribuição Papel	Embalagem	Comunicação Visual	Outros negócios e atividades	
Reforço imparidade de inventários	685	212	-	496	1 392
Reversão imparidade de inventários	-640	-155	-	-	-796

18. Capital social

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é representado por 526 225 508 ações, das quais todas têm natureza ordinária. O capital social, no valor de 180 135 milhares de euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2023, os acionistas da Inapa– Investimentos, Participações e Gestão, S.A. aprovaram a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, nos termos da qual o resultado líquido positivo do exercício de 2022, no montante de 17 758 630,01 euros, foi transferido para resultados transitados.

Em 2023, a Inapa-IPG foi sendo notificada ao abrigo do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários e do Regulamento da CMVM 4 / 2023, da alteração de participações qualificadas.

As ações ordinárias são transacionadas com o ISIN PTINAQAP0008.

A estrutura acionista a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro 2022 é a seguinte:

Acionista	31 de dezembro de 2023		
	Nº de Ações ordinárias	% de Ações ordinárias	% Direitos de Voto
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Nova Expressão SGPS, SA	57 117 000	10,85%	10,85%
Novo Banco, SA	34 445 831	6,55%	6,55%
Total de participações qualificadas	327 762 215	62,28%	50,73%

Acionista	31 de dezembro de 2022		
	Nº de Ações ordinárias	% de Ações ordinárias	% Direitos de Voto
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Participação imputável ao MillenniumBCP	71 097 348	13,51%	13,51%
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	-	0,00%	0,00%
Banco Comercial Português	71 097 348	13,51%	13,51%
Nova Expressão SGPS, SA	52 625 000	10,00%	10,00%
Novo Banco, SA	34 445 831	6,55%	6,55%
Total de participações qualificadas	394 367 563	74,94%	63,39%

Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Inapa-IPG não detinha ações próprias.



19. Prémios de emissão de ações, Reservas e Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as rubricas Prémios de emissão de ações, Reservas e Resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	2023	2022
Prémios de emissão de ações	431	431
Reserva de conversão cambial	-12 858	-11 155
Reservas de reavaliação	31 532	31 532
Reserva legal	7 574	7 574
Outras reservas	-6 994	-6 669
Reservas	19 254	21 282
Resultados transitados	-25 167	-42 926

Os Prémios de emissão de ações correspondem à diferença entre o valor nominal das ações da Inapa-IPG adquiridas e o seu valor de realização e não são distribuíveis sob a forma de dividendos, mas poderão ser utilizados para incorporação no Capital ou para cobertura de prejuízos.

A Reserva de conversão cambial inclui a diferença da conversão cambial de todos os ativos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do relato financeiro. A variação negativa de 1 703 milhares de euros é apresentada na demonstração do rendimento integral sob a designação Saldos que poderão no futuro ser reclassificados para resultados. A

variação negativa de Outras reservas no montante de 325 milhares de euros respeita principalmente a saldos que não serão reclassificados para resultados, mais precisamente, a remensurações de responsabilidades por benefícios definidos e respetivos impostos diferidos (ver Notas 23 e 12).

As Reservas de reavaliação correspondem maioritariamente ao valor dos bens reavaliados à data de transição para as IAS/IFRS.

A variação ocorrida na rubrica de Resultados transitados reflete a aplicação dos resultados do ano anterior.

No período atual, não foram reclassificados valores anteriormente apresentados em rendimento integral para resultados do exercício.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

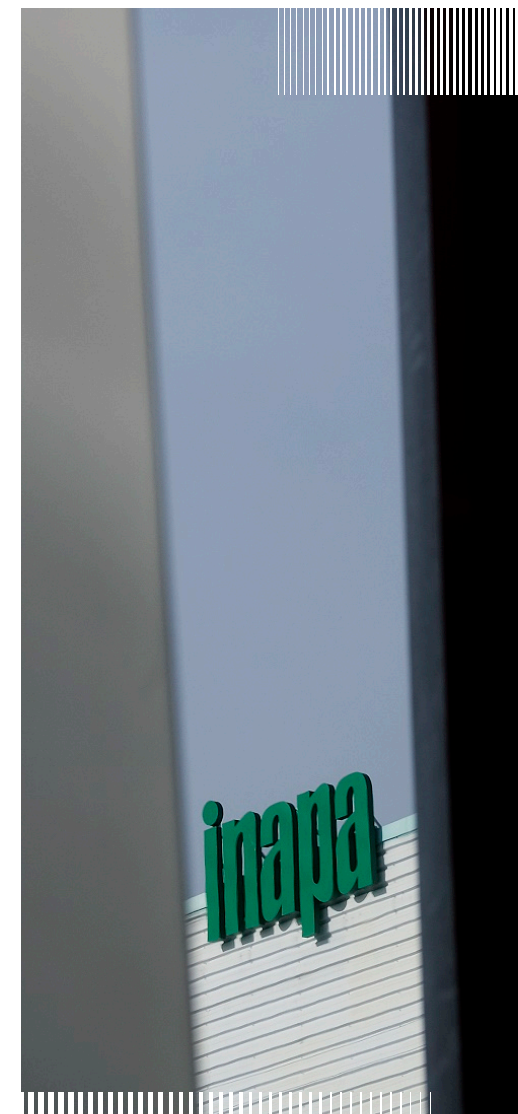
20. Resultados por ação

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no resultado líquido atribuível aos acionistas da Inapa-IPG e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação. O resultado básico por ação e o resultado diluído por ação são conforme segue:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	-7 996	17 759
Número médio ponderado de ações - em milhares	526 226	526 226
Obrigações convertíveis - ações potenciais - em milhares	94 311	125 747
Resultado básico por ação - em euros	-0,0152	0,0337
Resultado diluído por ação - em euros	-0,0129	0,0272

De referir ainda que, de acordo com o parágrafo n.º 69 da IAS 33, mesmo quando se está na presença de um resultado líquido negativo devem ser aplicadas as mesmas regras na determinação dos valores a considerar no cálculo do resultado por ação.

As Obrigações convertíveis – ações potenciais correspondem às obrigações convertíveis emitidas no âmbito da aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG (ver Nota 21). Estas obrigações atribuem ao detentor a opção de conversão (de tipo americana) em 15% (2022: 19,3%) de ações ordinárias da Inapa-IPG (*fixed-for-fixed*).



21. Empréstimos e outros financiamentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a dívida tinha a seguinte composição:

		2023	2022
Dívida corrente			
Empréstimos bancários			
Descobertos bancários	a)	902	904
Financiamentos de curto prazo	a)	14 369	14 157
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal	b)	5 750	5 750
Financiamento de médio e longo prazo (parcela com maturidade até 1 ano)	c)	16 269	29 637
		37 290	50 448
Obrigações convertíveis	e)	3 000	3 000
Trade Finance	d)	16 260	18 128
Passivos de locação		12 168	10 607
Total da dívida corrente		68 717	82 183
Dívida não corrente			
Empréstimos bancários			
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal	b)	11 041	13 791
Financiamento de médio e longo prazo	c)	102 628	101 587
		113 669	115 378
Obrigações convertíveis	e)	6 000	9 000
Passivos de locação		33 676	31 016
Total da dívida não corrente		153 345	155 395
		222 062	237 578

- a) Os descobertos bancários e financiamentos de curto prazo têm períodos de renovação anuais e vencem juros à taxa Euribor a 1, 3, 6 ou 12 meses acrescidos de um *spread*.
- b) A dívida relativa a Papel comercial detalha-se como se segue:

O Grupo tem programas de emissão de papel comercial negociados com maturidade contratual até um ano que classifica como passivo corrente. Nos casos em que o Grupo tem prazos de maturidade negociados superiores a um ano apresenta a parcela a vencer-se até um ano como passivo corrente e o valor remanescente como passivo não corrente.

Emitente	Montante em dívida	Maturidade	Taxa de juro	Modalidade de reembolso
Inapa-IPG e Inapa Portugal	13 041	setembro 25	Taxa variável	prestações semestrais
Inapa-IPG e Inapa Portugal	500	setembro 25	Taxa variável	prestações semestrais
Inapa-IPG	3 250	fevereiro 24	Taxa variável	Integral na maturidade

- c) O financiamento de médio e longo prazo, incluindo a parcela com maturidade de até 1 ano, detalha-se, essencialmente, como se segue:

Empréstimos bancários

Montante em dívida	Maturidade	Taxa de juro	Modalidade de reembolso
44 943	abril 33	Taxa variável	prestações anuais
34 671	junho 35	Taxa variável	prestações semestrais
6 364	novembro 33	Taxa variável	prestações mensais
15 312	dezembro 25	Taxa variável	prestações mensais a partir de julho 25 e um pagamento final em dezembro 25
2 345	março 25	Taxa variável	prestações trimestrais e um pagamento final em março 25
2 423	novembro 29	Taxa fixa	prestações trimestrais
874	dezembro 29	Taxa fixa	prestações trimestrais
1 503	dezembro 27	Taxa variável	prestações mensais
780	outubro 24	Taxa variável	prestações mensais
453	junho 24	Taxa variável	prestações mensais

O Grupo contratou em 2020 linhas de crédito específicas disponibilizadas no contexto do Covid-19, cujos montantes a 31 dezembro 2023 detalham-se como segue:

- i) Financiamentos com a garantia do Estado francês no valor de 4 747 milhares de euros (7 814 milhares de euros a 31 dezembro 2022). Vencem juros à taxa fixa, sendo reembolsados até maio de 2026.
- ii) Financiamentos com garantia do Estado português no valor de 1 800 milhares de euros. Vencem juros mensalmente à taxa Euribor 6 meses acrescida de 1,50 pontos percentuais. A reembolsar em prestações mensais até 2026, tendo havido um período de carência até 18 meses.

- d) Empréstimos bancários associados a operações de factoring no valor de 16 260 milhares de euros, sendo o capital garantido pelas faturas dos clientes.
- e) Obrigações convertíveis emitidas no valor de 15 000 milhares de euros e cujo montante em dívida a 31 de dezembro de 2023 é de 9 000 milhares de euros (12 000 milhares de euros a 31 dezembro 2022). As mesmas foram emitidas a favor da Papyrus GmbH, como parte da contrapartida pela aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG. Vencem juros trimestralmente à taxa fixa de 5,00%. A reembolsar em 5 prestações, a primeira em julho de 2022 e a última em julho de 2026.

Conforme indicado acima, em 31 de dezembro 2023, o Grupo apresenta obrigações convertíveis emitidas no valor de 9 mil milhares de euros. Estas obrigações, que atribuíram ao detentor em 2019 a opção de conversão (de tipo americana) da totalidade das obrigações emitidas em 23% de ações ordinárias da Inapa – IPG - *fixed-for-fixed* - foram emitidas a favor da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG, tendo a parte vendedora ficado ainda credora de uma *vendur note* pelo valor remanescente da aquisição, que já foi totalmente liquidada. A avaliação implícita da opção deve assim ser vista estritamente no contexto da operação de aquisição da Papyrus, na sua globalidade, não constituindo referencial relevante de valorização fora este enquadramento. De acordo com os princípios, de mensuração da IAS 32, uma vez que a taxa de juro das obrigações nesta transação excede juros comparáveis, não foi atribuído valor à opção para efeitos de registo contabilístico. Em 2023, a opção de conversão corresponde a 15% (2022: 19,3%).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a dívida relativa a Passivos de locação era a seguinte:

	2023	2022
Dívida relativa a Passivos de locação		
Não correntes	33 676	31 016
Correntes	12 168	10 607
	45 843	41 624
Dívidas com Passivos de locação		
Valor das rendas - não descontado		
a menos de 1 ano	12 791	12 571
a mais de 1 ano e a menos de 5 anos	28 605	26 708
a mais de 5 anos	9 243	7 004
	50 640	46 283
Encargo financeiro a suportar	-4 797	-4 660
	45 843	41 624



Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os empréstimos obtidos não correntes, correntes e as responsabilidades com passivos de locação apresentam os seguintes termos e prazos de reembolso:

2023						
	Moeda	Tx. de juro média	Inferior a 1 ano	1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Descobertos bancários e financiamentos de curto prazo	Eur	7,8%	14 922	-	-	14 922
Descobertos bancários e financiamentos de curto prazo	TRY	45,2%	348	-	-	348
Papel Comercial	Eur	8,2%	5 750	11 041	-	16 791
Financiamentos	Eur	6,7%	16 269	64 057	38 571	118 897
Trade finance	Eur	5,5%	16 260	-	-	16 260
Obrigações convertíveis	Eur	5,1%	3 000	6 000	-	9 000
Passivos de locação	Eur	4,0%	12 168	25 195	8 480	45 843
			68 717	106 293	47 052	222 062

2022						
	Moeda	Tx. de juro média	Inferior a 1 ano	1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Descobertos bancários e financiamentos de curto prazo	Eur	6,5%	13 555	-	-	13 555
Descobertos bancários e financiamentos de curto prazo	TRY	15,1%	1 506	-	-	1 506
Papel Comercial	Eur	6,2%	5 750	13 791	-	19 541
Financiamentos	Eur	5,2%	29 637	49 492	52 095	131 224
Trade finance	Eur	3,7%	18 128	-	-	18 128
Obrigações convertíveis	Eur	5,1%	3 000	9 000	-	12 000
Passivos de locação	Eur	4,1%	10 607	18 347	12 670	41 623
			82 184	90 630	64 765	237 578

A taxa de juro média na Turquia deve-se essencialmente ao risco País e à elevada inflação observada.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tinha disponíveis cerca de 31 100 milhares de euros relativos a linhas de crédito que não se encontravam utilizadas, nomeadamente factoring (31 de dezembro de 2022: 31 000 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o montante líquido da dívida financeira consolidada é o seguinte:

	2023	2022
Empréstimos		
Correntes	37 290	50 448
Não correntes	113 669	115 378
	150 959	165 826
Trade Finance	16 260	18 128
Obrigações convertíveis	9 000	12 000
Passivos de locação	45 843	41 624
	222 062	237 578
Caixa e seus equivalentes (Nota 16)	15 389	16 503
	15 389	16 503
	206 673	221 075

Os financiamentos contratados pelo Grupo poderão estar sujeitos a *covenants* financeiros que, se não cumpridos, podem obrigar ao seu reembolso antecipado.

A 31 de dezembro de 2023 não existem *covenants* em vigor.



22. Provisões

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de Provisões:

	Não Corrente	Corrente	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	62	1 542	1 604
Reforço (Notas 26 e 27)	358	7 360	7 718
Utilizações	-	-1 444	-1 444
Reversões	-	-69	-69
Transferências	-	-	-
Variações no perímetro de consolidação (Nota 38)	33	-	33
Saldo em 31 de dezembro de 2022	453	7 389	7 842
Reforço (Notas 26 e 27)	-	1 045	1 045
Utilizações	-	-5 244	-5 244
Reversões (Nota 25)	-226	-	-226
Transferências	-	-	-
Variações no perímetro de consolidação (Nota 38)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	227	3 190	3 417

O saldo desta rubrica corresponde a provisões para fazer face a gastos de reestruturação e aos riscos inerentes a litígios associados a processos judiciais em curso.

O reforço de 2023 deveu-se na sua vasta maioria aos procedimentos de reestruturação em curso na Alemanha.

23. Benefícios concedidos a empregados

Conforme referido na Nota 2.21, o Grupo implementou planos de pensões de benefícios definidos, relativamente a alguns dos seus trabalhadores. Adicionalmente, atribui outro tipo de benefícios pós-emprego conforme abaixo discriminados.

	2023	2022
Saldos no balanço para:		
Benefícios concedidos a empregados:		
Complementos de pensões de reforma - benefícios definidos	13 028	12 878
Outros benefícios pós-emprego - benefícios definidos	3 809	3 988
	16 836	16 866
Gastos na demonstração de resultados:		
Complementos de pensões de reforma - benefícios definidos	462	-247
Outros benefícios pós-emprego - benefícios definidos	260	131
	722	-115
Montante reconhecido em reservas:	2023	2022
Complementos de pensões de reforma - benefícios definidos	600	-3 100
Outros benefícios pós-emprego - benefícios definidos	-96	-170
	505	-3 270

Os montantes totais das responsabilidades por serviços passados e dos respetivos fundos relativos aos planos de benefícios definidos concedidos a empregados são como segue:



31 de dezembro de	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Responsabilidades por serviços passados	-16 836	-16 866	-21 780	-24 316	-24 618	-6 676	-6 731
Fundo	-	-	-	-	-	-	-
Excedente ou défice do plano	-16 836	-16 866	-21 780	-24 316	-24 618	-6 676	-6 731
Ajustamentos de experiência passivos do plano	6	6	6	6	6	6	-30
Ajustamentos de experiência ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-6

a) Planos de pensões de benefícios definidos

Empresas localizadas em Portugal

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem quaisquer planos de pensões para membros dos órgãos sociais ou empregados das sociedades portuguesas do Grupo.

Inapa France, S.A.

Em anos anteriores, havia um plano de benefício definido para três colaboradores da Inapa France, cuja gestão era efetuada por uma entidade externa. No decorrer de 2022, este plano foi liquidado, não existindo qualquer responsabilidade a 31 de dezembro de 2023 e 2022.



O movimento registado nas responsabilidades com serviços passados relativas a complementos com pensões e respetivo fundo constituído foi como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	-	838
Serviços correntes	-	-
Custo dos juros	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Benefícios pagos	-	-441
Regularizações	-	-397
Saldo Final	-	-

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	-	-
Custo de juros	-	-
Regularizações	-	-397
Total incluído em Custos com pessoal	-	-397

Inapa Deutschland, GmbH

Proveniente da ex-Papier Union GmbH (agora parte integrante da Inapa Deutschland, GmbH), está atualmente atribuído a 8 dos seus ex-colaboradores pensionistas, um esquema de complemento de pensões de reforma (trancado em 1982), calculado tendo por base 0,4% do salário auferido em cada ano de serviço na empresa até ao máximo de 12%. A responsabilidade relativa a este plano de pensões não está coberta por qualquer fundo constituído para o efeito, pelo que se encontra integralmente registada na demonstração da posição financeira do Grupo.

Proveniente da ex-Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG (agora parte integrante da Inapa Deutschland, GmbH), está atualmente atribuído a 411 dos seus atuais colaboradores e ex-colaboradores, ativos e pensionistas, um esquema de complemento de pensões de reforma de benefícios definidos diferenciados. Os planos de benefícios incluem: pensões fixas dependendo do número de anos de serviço; pensões fixas decorrentes dos primeiros 10 anos de serviço, com um aumento anual subsequente de um valor fixo de pensão; compromissos individuais de pensão, tais como pensões fixas e pensões baseadas nas respetivas remunerações; e remunerações diferidas no âmbito de acordos anuais de dispensa de remuneração/pagamento único do benefício. A responsabilidade relativa a estes planos de pensões não está coberta por qualquer fundo constituído para o efeito, pelo que se encontra integralmente registada na demonstração da posição financeira do Grupo.

A responsabilidade da Inapa Deutschland, GmbH, apurada tendo por base um estudo atuarial efetuado por uma entidade independente, para efeitos de aplicação da IAS 19, é reconhecida na demonstração da posição financeira na rubrica de Benefícios concedidos a empregados e ascende, em 31 de dezembro de 2023, a 13 028 milhares de euros (2022: 12 878 milhares de euros).

O estudo atuarial efetuado por uma entidade independente, reportado a 31 de dezembro de 2023, considera os seguintes pressupostos atuariais:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,20%	2,20%
Taxas de desconto	3,20%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	1,80%
Tábua de mortalidade	RT 2018 G	RT 2018 G

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2023, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como se segue:

Saldos do balanço	2023	2022
Responsabilidades por serviços passados	13 028	12 878
Responsabilidade reconhecida	13 028	12 878

O movimento registado nas responsabilidades com serviços passados foi como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	12 878	16 802
Serviços correntes	4	21
Custo dos juros	459	130
Perdas/(ganhos) atuariais	600	-3 100
Regularizações	-	-
Benefícios pagos	-913	-976
Saldo Final	13 028	12 878

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	4	21
Custo de juros	459	130
Regularizações	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	463	151

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2023	2022
Reconhecimento de perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	600	-3 100
	600	-3 100

b) Outros benefícios definidos pós-emprego

De acordo com a legislação local, as subsidiárias francesas são obrigadas a pagar aos seus funcionários na data da reforma e de uma única vez, um montante definido com base no número de anos de trabalho na empresa, na categoria profissional e no salário auferido à data da reforma. O valor dessas responsabilidades que se encontra registado na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 da Inapa França ascende a cerca de 2 630 milhares de euros (2022: 2 753 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,50%
Taxas de desconto	3,25%	3,70%
Tábua de mortalidade	INSEE 2017-2019	INSEE 2016-2018

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2023	2022
Responsabilidades por serviços passados	2 630	2 753

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	2 753	2 994
Serviços correntes	126	148
Custo dos juros	97	28
Perdas/(ganhos) atuariais	-43	-191
Benefícios pagos	-241	-113
Outros	-62	-112
Saldo Final	2 630	2 753

As perdas e ganhos atuariais incluem um aumento de 98 milhares de euros relativo ao efeito das alterações dos pressupostos demográficos e financeiros utilizados no cálculo da responsabilidade e uma diminuição de 141 milhares de euros relativo a outros ajustamentos atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	64	36
Custo de juros	97	28
Total incluído em Custos com pessoal	161	64

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2023	2022
Reconhecimento de perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	-43	-191
	-43	-191

De igual modo, relativamente ao mesmo benefício previsto na legislação francesa, a responsabilidade registada na demonstração da posição financeira da subsidiária Inapa Packaging, SAS a 31 de dezembro de 2023 ascende a cerca de 261 milhares de euros (2022: 221 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,50%
Taxas de desconto	3,25%	3,70%
Tábua de mortalidade	INSEE 2017-2019	INSEE 2016-2018

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2023	2022
Responsabilidade reconhecida por serviços passados	261	221

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	221	251
Serviços correntes	19	25
Custo dos juros	8	2
Perdas/(ganhos) atuariais	22	-57
Benefícios pagos	-	-
Outros	-9	-1
Saldo Final	261	221

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	10	24
Custo de juros	8	2
Total incluído em Custos com pessoal	18	26

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2023	2022
Reconhecimento de perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	22	-57
	22	-57

Ainda relativo ao mesmo benefício previsto na legislação francesa a subsidiária Semaq a 31 de dezembro de 2023 registava uma responsabilidade na demonstração da posição financeira de cerca de 425 milhares de euros (2022: 356 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,50%
Taxas de desconto	3,25%	3,70%
Tábua de mortalidade	INSEE 2017-2019	INSEE 2016-2018

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2023	2022
Responsabilidades por serviços passados	425	356

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	356	406
Serviços correntes	27	30
Custo dos juros	13	4
Perdas/(ganhos) atuariais	36	-56
Benefícios pagos	-	-
Outros	-7	-28
Saldo Final	425	356

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	20	3
Custo de juros	13	4
Regularizações	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	32	6

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2023	2022
Reconhecimento de perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	36	-56
	36	-56

Ainda relativo ao mesmo benefício previsto na legislação francesa, a subsidiária Embaltec a 31 de dezembro de 2023 registava uma responsabilidade na demonstração da posição financeira de cerca de 139 milhares de euros (2022: 147 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,50%
Taxas de desconto	3,25%	3,70%
Tábua de mortalidade	INSEE 2017-2019	INSEE 2016-2018

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2023	2022
Responsabilidades por serviços passados	139	147

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	147	194
Serviços correntes	14	15
Custo dos juros	5	2
Perdas/(ganhos) atuariais	17	-38
Benefícios pagos	-3	-8
Outros	-41	-18
Saldo Final	139	147

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	-27	-3
Custo de juros	5	2
Total incluído em Custos com pessoal	-22	-1

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2023	2022
Reconhecimento de perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	17	-38
	17	-38

Ainda relativo ao mesmo benefício previsto na legislação francesa a subsidiária J. J. Loos, SAS a 31 de dezembro de 2023 registava uma responsabilidade na demonstração da posição financeira de cerca de 70 milhares de euros (2022: 67 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,50%
Taxas de desconto	3,25%	3,70%
Tábua de mortalidade	INSEE 2017-2019	INSEE 2016-2018

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2023, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2023	2022
Responsabilidades por serviços passados	70	67
Responsabilidade reconhecida	70	67

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	67	-
Serviços correntes	5	-
Custo dos juros	2	-
Perdas/(ganhos) atuariais	5	-
Regularizações	-1	-
Benefícios pagos	-8	-
Varição no perímetro de consolidação	-	67
Saldo Final	70	67

Adicionalmente, a Inapa France atribui gratificações por antiguidade aos seus colaboradores que atinjam um determinado número de anos de casa, calculado da seguinte forma:

Antiguidade	Montante*
20 anos	300 €
30 anos	500 € + 1 dia de folga
35 anos	700 €
40 anos	1 000 € + 1 dia de folga

*APÓS DEDUÇÃO DE VALORES JÁ ATRIBUÍDOS NAS CONDIÇÕES ANTERIORES

As responsabilidades em 31 de dezembro de 2023, ascendendo a 71 milhares de euros (2022: 74 milhares de euros), encontram-se totalmente registadas na demonstração da posição financeira. Estas foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base o valor atual dos salários projetados, para o pessoal no ativo:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,50%
Taxas de desconto	3,25%	3,70%
Tábua de mortalidade	INSEE 2017-2019	INSEE 2016-2018

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	74	97
Serviços correntes	4	6
Custo dos juros	3	1
Perdas/(ganhos) atuariais	4	-16
Benefícios pagos	-14	-10
Outros	-	-3
Saldo Final	71	74

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	4	2
Custo de juros	3	1
Total incluído em Custos com pessoal	7	3

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2023	2022
Reconhecimento de perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	4	-16
	4	-16

A Inapa Packaging, SAS atribui igualmente gratificações por antiguidade, aos seus colaboradores, calculada da seguinte forma:

Antiguidade	Montante
20 anos	500 €
30 anos	500 €
35 anos	500 €
40 anos	500 €

As responsabilidades em 31 de dezembro de 2023, ascendendo a 11 milhares de euros (2022: 10 milhares de euros), encontram-se totalmente registadas na demonstração da posição financeira. Estas foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,50%
Taxas de desconto	3,25%	3,70%
Tábua de mortalidade	INSEE 2017-2019	INSEE 2016-2018

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios de reforma foram como se segue:

Responsabilidades	2023	2022
Saldo inicial	10	12
Serviços correntes	1	1
Custo dos juros	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	1	-3
Benefícios pagos	-1	-1
Saldo Final	11	10

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	1	1
Custo de juros	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	1	1

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2023	2022
Reconhecimento de perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	1	-3
	1	-3

De acordo com a legislação local, a subsidiária Korda é obrigada a fazer na data da reforma e de uma única vez, um pagamento de um montante definido com base no número de anos de trabalho na empresa e o salário auferido à data da reforma. Na Turquia, esses pagamentos são calculados com base em períodos sucessivos de 30 dias (limitado a um máximo de salário auferido de 19 983 liras turcas por ano de emprego, entre janeiro e junho de 2023, e 23 490 liras turcas por ano de emprego, entre julho e dezembro de 2023).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2023	2022
Taxas previstas de evolução salarial	24,61%	11,63%
Taxas de desconto	2,72%	-0,93%

A responsabilidade reconhecida na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2023 é de 202 milhares de euros (2022: 361 milhares de euros).

Responsabilidades	2023	2022
Saldo Inicial	361	186
Efeito da variação cambial	-78	-48
Serviços correntes e custos de juros	56	32
Perdas/(ganhos) atuariais	-137	192
Saldo final	202	361

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2023	2022
Custos dos serviços correntes	-	-
Custo de juros	56	32
Total incluído em Custos com pessoal	56	32

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2023	2022
Reconhecimento de perdas/(ganhos) atuariais	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais	-137	192
	-137	192

Análise de sensibilidade às variações dos principais pressupostos:

Empresa/Plano	Responsabilidade a 31.12.2023	Variação taxa de desconto		Variação taxas previstas de evolução salarial		Duração média do Plano (em anos)
		+0,5%	-0,5%	+1%	-1%	
Planos de pensões de benefícios definidos	13 028	12 507	13 549	13 028	13 028	9
Outros benefícios definidos pós-emprego	3 809	3 651	3 976	4 152	3 503	10
TOTAL	16 836	16 158	17 525	17 179	16 530	



24. Imposto sobre o rendimento a pagar, Outros passivos não correntes, Fornecedores e Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica de Imposto sobre o rendimento a pagar decompõe-se como se segue:

	2023	2022
Imposto sobre o rendimento a pagar	12 209	13 302
	12 209	13 302

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de Imposto sobre o rendimento a pagar inclui uma provisão para processos fiscais em curso no montante de 8,1 milhões de euros, bem como a estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício no montante de 3 088 milhares de euros (Nota 30). Adicionalmente, encontra-se registado no ativo um saldo a receber relativo a Imposto sobre o rendimento no montante de 1 032 milhares de euros (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica de Outros passivos não correntes, Fornecedores e Outros passivos correntes, decompõe-se como se segue:

	2023	2022
Outros passivos não correntes		
Outros credores	-	17
	-	17
Fornecedores		
Conta corrente	84 634	100 489
Faturas em receção e conferência	3 047	2 940
	87 682	103 428
Outros passivos correntes		
Adiantamentos de clientes	2 124	2 041
Outros credores	11 892	14 365
Outros impostos a pagar	10 044	16 263
Acréscimos e diferimentos	21 221	24 615
	45 281	57 284

Os Outros impostos a pagar correspondem principalmente a imposto sobre o valor acrescentado a pagar e os Outros credores dizem principalmente respeito a saldos a pagar a credores não operacionais do grupo, assim como responsabilidades perante clientes por responsabilidades decorrentes de descontos de volume sobre vendas anuais.

A rubrica de Acréscimos e diferimentos analisa-se como se segue:

	2023	2022
Custos com o pessoal a pagar	6 933	8 542
Impostos a pagar	51	70
Especialização de juros	889	380
Custos com transportadores	2 048	2 277
Honorários	355	684
Apoio marketing	1 625	1 177
Seguros	488	1 565
Descontos creditados a clientes	6 878	8 763
Outros	1 955	1 156
	21 221	24 615



25. Vendas e prestação de serviços e Outros rendimentos

As Vendas e prestações de serviços, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, distribuem-se da seguinte forma:

	2023	2022
Vendas de mercadorias e de outros produtos	968 691	1 211 661
Prestações de serviços	13 752	18 728
	982 443	1 230 390

Em 2023 e 2022, os saldos da rubrica Outros rendimentos analisam-se como se segue:

	2023	2022
Descontos de pronto pagamento líquidos	2 500	4 370
Reversões de imparidade de clientes (Nota 17)	691	639
Reversões de provisões (Nota 22)	226	69
Outros rendimentos	9 226	11 086
	12 643	16 164

Os Outros rendimentos referem-se a serviços debitados a clientes, publicidade, recuperação de dívidas, rendas por aluguer de espaço, entre outros.

26. Custos com pessoal

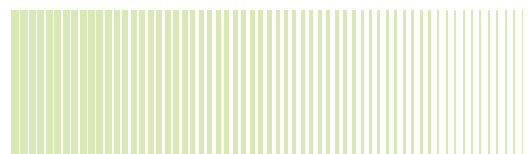
Em 2023 e 2022, os saldos da rubrica Custos com pessoal analisam-se como se segue:

	2023	2022
Salários e ordenados	70 883	78 015
Contribuições para a Segurança Social	15 939	17 018
Gastos líquidos com pensões (Nota 23)	722	-115
Provisões (Nota 22)	1 045	7 360
Outros custos com pessoal	4 167	4 916
	92 757	107 193

A rubrica de salários e ordenados inclui o montante de 1 092 milhares de euros relativo a remunerações do Conselho de Administração (2022: 1 100 milhares de euros).

Os Outros custos com pessoal incluem gastos com reestruturação no montante total de 1 749 milhares de euros (2022: 1 916 milhares de euros).

O Grupo teve ao seu serviço, em média, ao longo do ano, 1 478 empregados (2022: 1 621), dos quais 1 274 (2022: 1 420) em empresas sediadas no estrangeiro.



27. Outros custos

Em 2023 e 2022, os saldos da rubrica Outros custos analisam-se como se segue:

	2023	2022
Gastos administrativos e comerciais	70 698	81 045
Impostos indiretos	4 739	5 409
Provisões (Nota 22)	-	358
Imparidade de clientes (Nota 17)	451	702
Imparidade de ativos correntes e não correntes (Nota 17)	130	420
Outros custos	1 690	2 002
	77 708	89 936

Os gastos administrativos e comerciais podem ser decompostos como segue:

	2023	2022
Gastos de transporte	39 657	46 898
Gastos com publicidade	3 457	3 284
Gastos com manutenção e facilities	18 603	17 895
Deslocações e estadas e outros gastos relacionados com o pessoal	6 936	7 010
Gastos com informática	2 046	1 469
Outros	-	4 489
	70 698	81 045

28. Depreciações e amortizações

Em 2023 e 2022, os saldos desta rubrica analisam-se como se segue:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	2 961	9 881
Ativos intangíveis (Nota 9)	3 583	3 437
Ativos sob direito de uso (Nota 9)	11 200	9 920
	17 744	23 239



29. Resultados financeiros

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios de 2023 e de 2022 têm a seguinte composição:

	2023	2022
Proveitos financeiros		
Juros obtidos	154	48
Diferenças de câmbio favoráveis	364	931
Outros proveitos e ganhos financeiros	30	16
	547	995
Custos financeiros		
Juros suportados	14 465	10 501
Diferenças de câmbio desfavoráveis	634	716
Outros custos e perdas financeiros	5 480	5 965
	20 579	17 182
Resultados financeiros	-20 032	-16 187

A rubrica de Outros custos e perdas financeiros engloba, entre outros, custos associados com comissões bancárias (2023: 1 279 milhares de euros; 2022: 2 063 milhares de euros), imposto de selo (2023: 273 milhares de euros; 2022: 254 milhares de euros) e financiamentos - *factoring* (2023: 3 787 milhares de euros; 2022: 3 239 milhares de euros).

30. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Imposto corrente	-3 088	-6 478
Imposto diferido (Nota 12)	4 282	-12 586
	1 194	-19 064

De acordo com a legislação fiscal em vigor em cada país, as declarações fiscais das empresas incluídas na consolidação estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período, que em Portugal e na Alemanha é de 4 anos e em França de 3 anos. Na generalidade dos países onde o Grupo desenvolve atividade, os prejuízos fiscais podem ser deduzidos à coleta apurada em exercícios seguintes, sendo em todos os países por um período ilimitado, estando, contudo, sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

As empresas portuguesas do Grupo encontram-se sujeitas a IRC à taxa normal de 21%, acrescida de 1,5% de derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 22,5% (com derrama estadual aplicável a lucros tributáveis superiores a 1,5 milhões de euros). As empresas francesas do Grupo encontram-se sujeitas a uma taxa de imposto de 25%. As empresas alemãs do Grupo estão sujeitas a dois tipos de tributação, ambos

enquadráveis na IAS 12 enquanto imposto sobre o rendimento, incidindo sobre conceitos de resultados diferentes, com taxas de *trade tax* de 8,75% a 20,3% (dependendo do estado) e *corporate tax* de 15,83%, traduzindo-se numa taxa média de 30,6%.

O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correções que possam ser efetuadas pelas autoridades fiscais como resultado de inspeções/revisões não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023.

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como se segue:

	2023	2022
Resultado líquido antes de imposto sobre os lucros	-9 190	36 823
Valor apurado à taxa nominal média sobre o lucro	2 757	-11 047
Valor do imposto sobre o rendimento	1 194	-19 064
	-1 563	-8 017
Diferenças - Portugal	-798	513
Diferenças - França	356	-58
Diferenças - Alemanha	-1 287	-5 218
Diferenças - Turquia	-192	146
Diferenças - outros países	358	-3 400
	-1 563	-8 017

Em 2023 a taxa nominal média ponderada do imposto sobre os lucros foi de 30% (2022: 30%).

A taxa nominal média de imposto resulta da média de taxas nominais dos vários países em que o Grupo se encontra inserido.

Em 2023, nas diferenças face ao valor de imposto apurado com base na taxa nominal média, totalizando -1 563 milhares de euros, 685 milhares de euros respeitam a diferenças entre a taxa estatutária de cada país e a taxa média nominal e -2 248 milhares de euros correspondem a diferenças permanentes. A rubrica de Diferenças - outros países inclui ajustamentos de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais em Espanha e Bélgica no valor de -288 milhares de euros.

Em 2022, nas diferenças face ao valor de imposto apurado com base na taxa nominal média, totalizando -8 017 milhares de euros, 1 614 milhares de euros respeitam a diferenças entre a taxa estatutária de cada país e a taxa média nominal e -9 631 milhares de euros correspondem a diferenças permanentes. A rubrica de Diferenças - outros países inclui ajustamentos de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais em Espanha e Bélgica no valor de 3 536 milhares de euros.

31. Compromissos

a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as responsabilidades assumidas, pelo Grupo, perante terceiros, por garantias prestadas, eram as seguintes:

	2023	2022
Garantias bancárias		
A favor de instituições financeiras	116 032	109 300
Garantias reais		
Sobre ativos fixos tangíveis	30 201	28 146
Total	146 232	137 445

As garantias bancárias prestadas dividem-se da seguinte forma, por geografia:

	2023	2022
Portugal	54 632	52 881
Alemanha	40 735	43 735
Outros	20 665	12 684
Total	116 032	109 300

Tanto as garantias bancárias, como as garantias reais, foram prestadas no âmbito de financiamentos contraídos (ver Nota 21), respondendo apenas na medida das responsabilidades dos mesmos.

32. Contingências

Passivos contingentes

Em 1 de agosto de 2007, Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A. interpôs contra Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. e suas subsidiárias Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, S.A. (sociedade extinta) e Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A. uma ação na qual pede, em síntese:

- a anulação dos seguintes atos:
 - de constituição em junho de 2006 de um penhor mercantil para contragarantia das cartas de conforto emitidas por Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. como garantia dos financiamentos mantidos por aquela sociedade junto ao Banco Espírito Santo e à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
 - dos negócios efetuados em 1991 de concentração das atividades de distribuição de papel na SDP (atual Inapa Portugal) e de produção e comercialização de envelopes na Papelaria Fernandes;
 - da aquisição em 1994 da participação detida pela Papelaria Fernandes na SDP (atual Inapa Portugal);
 - da compensação de créditos levada a cabo, também em 1994, entre a Papelaria Fernandes e a Inaprest.

- a condenação da Inapa:
 - a manter as cartas de conforto emitidas em favor do Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
 - a indemnizar a Papelaria Fernandes em caso de eventual mobilização do penhor mercantil como contragarantia das cartas de conforto.

A Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A. veio, posteriormente, a regularizar as suas responsabilidades perante o Banco Espírito Santo e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo pelo que:

- as cartas de conforto emitidas pela Inapa-IPG deixaram de ter objeto tendo sido devolvidas pelos respetivos beneficiários;
- esta sociedade comunicou, em consequência, à Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A. a verificação da condição resolutive do penhor mercantil por esta constituído em seu favor.

A ação, à qual foi atribuída um valor de 24 460 milhares de euros, foi contestada pela Inapa-IPG e pela sua subsidiária Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A., aguardando-se presentemente que o Tribunal determine os efeitos na ação da dissolução/liquidação de Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, S.A.. O Grupo entende que deste processo não deverão resultar impactos financeiros, não tendo em consequência sido constituída qualquer provisão.



33. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 com entidades relacionadas do Grupo são os seguintes:

2023						
	Clientes	Depósitos à ordem	Outros ativos correntes e não correntes	Empréstimos bancários	Passivos de locação	Outros passivos correntes e não correntes
Surpapel SL	55	-	-	-	-	31
SCI Gauba	-	-	58	-	-	-
	55	-	58	-	-	31

2022						
	Clientes	Depósitos à ordem	Outros ativos correntes e não correntes	Empréstimos bancários	Passivos de locação	Outros passivos correntes e não correntes
Surpapel SL	19	-	-	-	-	14
BCP	1	92	-	85 987	-	519
	20	92	-	85 987	-	533

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo com o BCP inclui o valor corrente de 7 910 milhares de euros.

As partes relacionadas consideradas relevantes para efeitos das demonstrações financeiras foram as associadas, mencionadas na Nota 10, os acionistas com participação superior a 20%, mencionados na Nota 18, elementos chave de gestão e quaisquer empresas relacionadas com os mesmos. Apesar da participação do Banco Comercial Português ter passado a ser inferior a 20% no final do ano de 2022, a mesma ainda foi considerada parte relacionada durante o ano de 2022, para efeitos de divulgações. Os financiamentos obtidos do BCP foram contratados em condições normais de mercado.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, as transações efetuadas com entidades relacionadas do Grupo, foram como se segue:

2023					
	Vendas e prestações de serviços	Outros proveitos	Proveitos financeiros	Outros custos	Custos financeiros
Surpapel SL	225	-	-	30	-
SCI Gauba	-	-	-	98	-
	225	-	-	129	-

2022					
	Vendas e prestações de serviços	Outros proveitos	Proveitos financeiros	Outros custos	Custos financeiros
Surpapel SL	92	-	-	17	-
BCP	-	-	-	-	3 986
	92	-	-	17	3 986

Remuneração dos elementos chave de gestão

Os elementos chave de gestão correspondem aos membros dos órgãos de gestão da Empresa e os responsáveis, que, não sendo membros desses órgãos, têm direta ou indiretamente autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo das atividades da Empresa.

As remunerações pagas aos membros dos elementos chave de gestão em 2023 e 2022, analisam-se como se segue:

O aumento de remunerações em 2023 decorre de uma redefinição interna dos membros, e consequente aumento, do grupo de pessoas consideradas enquanto Outros elementos chave de gestão.

	2023	2022
Conselho de Administração		
Remunerações	1 092	1 100
Outros elementos chave de gestão		
Remunerações	3 814	1 540

34. Empresas incluídas na consolidação

As subsidiárias incluídas na consolidação, mediante a aplicação do método da consolidação integral, à data de 31 de dezembro de 2023, são conforme segue:



DESIGNAÇÃO	SEDE SOCIAL	% DE PARTICIPAÇÃO DO GRUPO	ATIVIDADE	DETENTORA DIRETA	DATA DE INCORPORAÇÃO
Inapa Portugal - Distribuição de Papel, S.A.	Rua das Cerejeiras, 5, Vale Flores 2710-632 Sintra - Portugal	100	Distribuição papel	Inapa – IPG, S.A.	dez/88
Inapa España Distribución de Papel, S.A.	Calle Delco, n.º 1-3 Polígono Industrial Ciudad del Automóvil 28914 Leganés, Madrid - Espanha	100	Distribuição papel	Inapa – IPG, S.A.	dez/98
Inapa France, S.A.	11 rue de la Nacelle - Villabé 91813 Corbeil-Essonnes Cedex - França	100	Distribuição papel	Inapa – IPG, S.A.	mai/98
Inapa Belgium	Vaucampslaan, 30 B-1654 Huizingen - Bélgica	100	Distribuição papel	Inapa – IPG, S.A.	mai/98
Inapa Packaging, SAS	14, Impasse des Moines 91410 Dourdon - França	100	Embalagem	EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	jan/08
Inapa Deutschland Holding GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg - Alemanha	100	Holding	Inapa – IPG, S.A.	abr/00
Inapa Deutschland GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg - Alemanha	100	Distribuição papel	Inapa Deutschland Holding GmbH	abr/00
Inapa Packaging GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg - Alemanha	100	Embalagem	Inapa Deutschland GmbH	2006
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	39 Hendon Lane Finchley Central, London, N3 1RY Reino Unido	100	Holding	Inapa – IPG, S.A.	1995
Inapa ComPlott GmbH	Industriestraße 7 40822 Mettmann - Alemanha	100	Comunicação Visual	Inapa Deutschland GmbH	jan/08
Edições Inapa, Lda.	Rua Braamcamp, 40 - 9.º D, 1250-050 Lisboa - Portugal	100	Editorial	Inapa – IPG, S.A.	Nov/09
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	Rua Braamcamp, 40 - 9.º D, 1250-050 Lisboa - Portugal	100	Holding	Inapa – IPG, S.A.	Oct/11



DESIGNAÇÃO	SEDE SOCIAL	% DE PARTICIPAÇÃO DO GRUPO	ATIVIDADE	DETENTORA DIRETA	DATA DE INCORPORAÇÃO
Inapa Angola – Distribuição de Papel, S.A.	Largo 17 de Setembro n.º 3 – 3.º andar – Sala 302 Edifício Presidente Business Center Luanda, Angola	100	Distribuição papel	Inapa Portugal - Distribuição de Papel, S.A.	dez/09
Societe D'emballage et de Manutention D'Aquitaine Sarl	Bordeaux Fret – Z.I de Bruges Rue de Strasbourg, 33521 BRUGES cedex - França	100	Embalagem	Inapa Packaging, SAS	fev/12
Inapa Shared Center, Lda.	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra - Portugal	100	Serviços Partilhados	Inapa – IPC, S.A. e Inapa Portugal - Distribuição de Papel, S.A.	jul/12
Inapa Comunicação Visual, Lda.	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra - Portugal	100	Comunicação Visual	Inapa Portugal - Distribuição de Papel, S.A.	jan/13
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret An.ºnim Şirketi	Kasap Sokak. Konak Azer Ishani 34394 Istanbul - Turquia	100	Distribuição papel	Inapa-IPC, S.A.	set/13
Inapa Packaging, Lda.	Rua Gonçalves Zarco, 3386 4450-822 Santa Cruz do Bispo - Portugal	100	Embalagem	EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	set/13
Embaltec, SAS	Z.A.E. de l'EpINETTE 59850 NIEPPE - França	100	Embalagem	Inapa Packaging, SAS	nov/16
Inapa Deutschland Vertriebs GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg - Alemanha	100	Holding	Inapa Deutschland GmbH	set/12
Inapa Logistics GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg - Alemanha	100	Holding	Inapa Deutschland GmbH	set/12
Inapa Netherlands BV	Nassauplein 30 NL-2585 Den Haag - Holanda	100	Distribuição papel	Inapa Deutschland Holding GmbH	mai/18
J.J. Loos, SAS	11 Avenue de Bruxelles 68350 Didenheim - França	100	Comunicação Visual	Inapa France, S.A.	dez/22



Todos os saldos e transações com as subsidiárias foram anulados no processo de consolidação.

A J.J. Loos, SAS passou a fazer parte do Grupo, na sequência da sua aquisição, em 2022 (Notas 8 e 37).

35. Empresas excluídas da consolidação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todas as entidades controladas pela Inapa foram incluídas na consolidação.

36. Custos suportados com serviços prestados pelos atuais auditores/revisores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os valores suportados com serviços prestados, às empresas subsidiárias, pelos principais auditores/revisores, foram os seguintes:

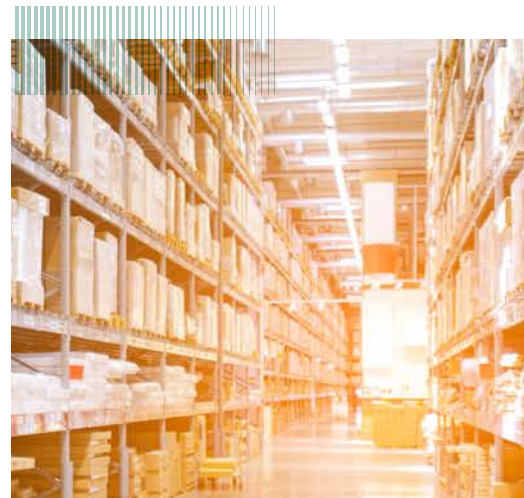
	2023	2022
Serviços de Revisão Legal de Contas e de auditoria	513	473
Serviços de Revisão Limitada	18	17
Outros serviços	14	42
	545	533

Valores sem despesas

Nos serviços prestados acima, inclui-se custos com serviços prestados pela Mazars França no valor de 146,8 milhares de euros (2022: 167,8 milhares de euros), relativos a Serviços de Revisão Legal de Contas e de Auditoria e 6 milhares de euros referentes a Outros serviços.

37. Variação de perímetro

O Grupo consolidou as operações da J.J. Loos, SAS a 31 de dezembro de 2022. A empresa foi adquirida pela Inapa France, com referência a 31 de dezembro de 2022, por 3 500 milhares de euros, o qual originou o reconhecimento de um *goodwill* de 1 937 milhares de euros (Nota 8), considerando um justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos de 1 563 milhares de euros.



Os ativos e passivos (apresentados de forma agregada) resultantes da aquisição são como seguem:

	2022
	Entradas
Rubricas	JJ Loos
Ativos fixos tangíveis, Ativos sob direito de uso e Ativos intangíveis	1 368
Outros ativos não correntes	58
Inventários	1 101
Clientes	1 119
Outras contas a receber e outros ativos	251
Caixa e equivalentes de caixa	894
Total de ativos consolidados pelo método integral	4 791
Passivos de locação - não corrente	1 063
Benefícios concedidos a empregados	67
Provisões	33
Outras contas a pagar - não corrente	-
Passivos de locação - corrente	217
Fornecedores	1 441
Outras contas a pagar	408
Total de passivos consolidados	3 228
Justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data da compra/venda	1 563

O Grupo consolidou as operações da J.J. Loos, SAS a 31 de dezembro de 2022. O valor de resultado e rédito da J.J. Loos, SAS para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 correspondeu a 120 milhares de euros negativos e 7 620 milhares de euros, respetivamente.

38. Eventos subsequentes

Até à data de publicação das contas não foram registados eventos subsequentes.

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do n.º 1 do Art.º 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informamos não serem as empresas consolidadas devedoras de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social e ao Estado.

3. Certificação legal das contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 616.502 milhares de euros e um total de capital próprio de 166.656 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo do período de 7.996 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Recuperabilidade do valor do Goodwill e das marcas

Divulgações relacionadas com Goodwill e marcas apresentadas nas notas 2.3, 2.5, 2.12, 5, 8 e 9 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2023, na demonstração da posição financeira consolidada do Grupo encontra-se registado na rubrica de Goodwill um valor de 228.971 milhares de euros. Adicionalmente, na rubrica de Ativos intangíveis encontra-se registado um valor de 103.227 milhares de euros, líquido de imparidades acumuladas, relativo a marcas cuja vida útil foi considerada indefinida, pelo que não se encontra sujeito a amortização.

De acordo com o normativo aplicável (IFRS), estes ativos devem ser sujeitos a testes de imparidade com regularidade anual. Para esse efeito, o valor recuperável é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados, os quais requerem a utilização de estimativas e pressupostos definidos pelo Conselho de Administração, com base em projeções económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere aos fluxos de caixa associados à atividade operacional, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto.

Importa referir que eventuais variações futuras desfavoráveis entre os fluxos de caixa reais e os estimados no *Business Plan* podem originar impactos relevantes no cálculo do valor recuperável dos referidos ativos e afetar consequentemente, de forma significativa, a posição financeira e económica do Grupo.

Face à magnitude dos montantes envolvidos, à complexidade dos modelos de avaliação, aos pressupostos utilizados e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que lhe estão inerentes, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a obtenção e análise dos testes de imparidade do Goodwill e das marcas.

Efetuámos a avaliação da adequação do modelo de imparidade utilizado pelo Conselho de Administração e a reexecução matemática dos cálculos.

Foi apreciada a razoabilidade das estimativas e julgamentos realizados pelo Conselho de Administração, subjacentes aos pressupostos relevantes utilizados nos modelos dos testes de imparidade e respetivas análises de sensibilidade.

Efetuámos a reconciliação das projeções dos fluxos de caixa futuros com o *Business Plan* aprovado pelo Conselho de Administração. Foi igualmente avaliada a razoabilidade da definição da unidade geradora de caixa, ao nível da qual foram realizados os testes de imparidade.

Inquirimos a Gestão quanto à adequação dos pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor recuperável, nomeadamente a evolução das receitas e a margem de EBITDA. Foi igualmente realizada uma análise à adequação da taxa de desconto e da taxa de crescimento na perpetuidade, com recurso a análises comparáveis e outra informação disponível no mercado. Foram ainda desenvolvidas análises de sensibilidade aos principais pressupostos de modo a determinar qual o nível de variações que, individualmente ou no seu conjunto,

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
	<p>poderiam originar perdas por imparidade nos ativos testados.</p> <p>Os procedimentos acima descritos, realizados para avaliar a razoabilidade dos pressupostos e metodologia associada ao modelo de imparidade, foram realizados com o apoio da nossa equipa de peritos internos.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, em especial as que se referem às estimativas e pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor recuperável baseado no valor de uso, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.</p>
Continuidade das operações	
<i>Divulgações relacionadas com a continuidade das operações apresentadas nas notas 2.1 e 3 das demonstrações financeiras consolidadas.</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo INAPA apresentam um passivo corrente superior ao ativo corrente em 69.588 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 53.509 milhares de euros).</p> <p>Conforme divulgado na nota 2.1 das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base a posição financeira existente em 31 de dezembro de 2023, bem como informação adicional relevante disponível para o efeito, nomeadamente o orçamento de tesouraria para 12 meses após a data de reporte financeiro, as disponibilidades e fontes de financiamento existentes em 31 de dezembro de 2023, incluindo as linhas de crédito disponíveis e não utilizadas.</p> <p>Conforme igualmente divulgado na nota 2.1 das demonstrações financeiras consolidadas, em</p>	<p>Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a avaliação da adequação da utilização do pressuposto da continuidade das operações, utilizado pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, com base na análise de razoabilidade efetuada aos pressupostos e metodologia associada ao orçamento de tesouraria para 12 meses, após a data de reporte financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração.</p> <p>No âmbito da análise efetuada, inquirimos o Conselho de Administração sobre o racional e pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria e sua avaliação dos potenciais efeitos da evolução estimada da inflação, dos preços do papel e das taxas de juro e respetivo impacto no desempenho operacional e na liquidez do Grupo.</p> <p>Foram igualmente analisados cenários de sensibilidade aos principais fatores de risco de</p>

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades. Consequentemente, é convicção do Conselho de Administração de que a continuidade das operações e liquidez do Grupo se encontram asseguradas, tendo por base as necessidades de tesouraria estimadas, a esta data, para o prazo de 12 meses.</p> <p>Face à posição financeira corrente do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que estão associados aos pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria, à incerteza da evolução da atividade desenvolvida pelo Grupo e ao impacto que estes fatores têm na análise da liquidez e continuidade das operações, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>liquidez identificados pelo Grupo, tendo por base a posição financeira de 31 de dezembro de 2023 e a perspectiva de geração de fluxos de caixa dos próximos 12 meses.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a) a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de maio de 2022 para o mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 30 de abril de 2024.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

30 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, ROC n.º 1432
Registado na CMVM com o n.º 20161042



4. Contas individuais

Demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	198	174
Propriedades de investimento	7	-	-
Ativos sob direito de uso	8	63	45
Ativos intangíveis	8	138	109
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	320 220	303 668
Participações financeiras - outros métodos		13	13
Outros ativos não correntes	13	17 683	24 822
Ativos por impostos diferidos	10	26	27
Total do ativo não corrente		338 341	328 858
Ativo corrente			
Clientes	11	9 085	7 052
Imposto sobre o rendimento a recuperar	12	543	723
Outros ativos correntes	13	21 726	26 275
Diferimentos		176	216
Caixa e equivalentes de caixa	4	93	2 794
Total do ativo corrente		31 623	37 060
Total do ativo		369 964	365 918

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo.

	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	15	180 135	180 135
Prémios de emissão	15	432	432
Reservas legais	15	7 574	7 574
Outras reservas	15	890	890
Resultados transitados	15	15 240	14 803
Ajustamentos em ativos financeiros	15	-29 619	-44 912
Resultado líquido do período		-7 996	17 759
Total do capital próprio		166 656	176 681
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos	16	76 780	85 905
Total do passivo não corrente		76 780	85 905
Passivo corrente			
Fornecedores		638	481
Imposto sobre o rendimento a pagar	12	-	-
Empréstimos	16	87 039	72 851
Outros passivos correntes	17	38 852	29 999
Total do passivo corrente		126 528	103 331
Total do passivo		203 308	189 237
Total do capital próprio e passivo		369 964	365 918

Demonstração individual dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	5 e 18	1 617	1 472
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	9	-5 580	17 322
Fornecimentos e serviços externos	19	-1 367	-1 860
Gastos com o pessoal	20	-2 018	-2 383
Outros rendimentos e ganhos	18	9 228	12 343
Outros gastos e perdas	21	-674	-2 464
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 206	24 430
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	22	-126	-410
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 080	24 020
Juros e rendimentos similares obtidos	23	2 543	1 418
Juros e gastos similares suportados	23	-10 832	-7 012
Resultados antes de impostos		-7 209	18 426
Imposto sobre o rendimento do período	10	-787	-667
Resultado líquido do período	26	-7 996	17 759
Resultado por ação básico	26	-0,0152	0,0337
Resultado por ação diluído	26	-0,0129	0,0272

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo.

Demonstração do rendimento integral individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			
		-7 996	17 759
Saldos que não serão reclassificados para resultados			
Ajustamentos de equivalência patrimonial		-325	2 372
Saldos que poderão no futuro ser reclassificadas para resultados			
Ajustamentos de equivalência patrimonial		-1 703	-872
Total de outros rendimentos integrais	9	-2 028	1 500
Total de rendimentos integrais		-10 025	19 259
Atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		-10 025	19 259
		-10 025	19 259

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo.



Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2022		180 135	432	7 574	890	15 134	-50 057	3 314	157 422
Alterações no exercício									
Reclassificação de equivalência patrimonial do período anterior	15	-	-	-	-	-3 645	3 645	-	-
Outro rendimento integral	9	-	-	-	-	-	1 500	-	1 500
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	17 759	17 759
Total		-	-	-	-	-3 645	5 145	17 759	19 259
Operações de capital no exercício									
Operação com outros detentores de capital									
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	-	3 314	-	-3 314	-
		-	-	-	-	3 314	-	-3 314	-
A 31 de dezembro de 2022		180 135	432	7 574	890	14 803	-44 912	17 759	176 681
Alterações no exercício									
Reclassificação de equivalência patrimonial do período anterior	15	-	-	-	-	-17 322	17 322	-	-
Outro rendimento integral	9	-	-	-	-	-	-2 028	-	-2 028
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-7 996	-7 996
Total		-	-	-	-	-17 322	15 293	-7 996	-10 025
Operações de capital no exercício									
Operação com outros detentores de capital									
Aplicação do resultado líquido	15	-	-	-	-	17 759	-	-17 759	-
		-	-	-	-	17 759	-	-17 759	-
A 31 de dezembro de 2023		180 135	432	7 574	890	15 240	-29 619	-7 996	166 656

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo.



Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		-	-
Pagamentos a fornecedores		-80	-63
Pagamentos ao pessoal		-2 071	-2 229
Fluxos gerados pelas operações		-2 150	-2 292
(Pagamento)/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 192	-1 117
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		7 777	27 537
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1	4 434	24 129
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	23
Empréstimos concedidos		3 020	19 682
		3 020	19 705
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-13	-
Ativos intangíveis		-71	-18
Empréstimos concedidos		-12 800	-20 615
		-12 883	-20 633
Fluxos de caixa das atividades de investimento	2	- 9 863	-929

	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		141 606	162 012
Recebimentos de juros		2	-
	4	141 608	162 012
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-134 142	-172 844
Amortização dos contratos de locação		-70	-6 152
Juros e gastos similares		-4 668	-3 933
	4	-138 880	-182 930
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	3	2 728	-20 917
Variação de caixa e seus equivalentes	1+2+3	-2 701	2 283
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
		-2 701	2 283
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2 794	511
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	93	2 794
		-2 701	2 283

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo.

5. Notas às demonstrações financeiras

do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (valores expressos em milhares de euros, exceto quando especificamente referido)

1. Introdução e identificação

A Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Inapa-IPG, Entidade, Empresa ou Sociedade) é a sociedade dominante do Grupo Inapa e tem por objeto social a propriedade e a gestão de bens móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras empresas, a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais próprios ou alheios e a prestação de assistência a empresas em geral. A Inapa-IPG encontra-se cotada na Euronext Lisboa. Os detentores de participações mais relevantes encontram-se mencionados na Nota 15.

Designação: Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Sede Social: Rua das Cerejeiras, nº 5-11, 2710-632 Sintra, Portugal

Capital Social: 180 135 111 euros

N.I.P.C.: 500 137 994

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de abril de 2024 estando sujeitas à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Inapa-IPG, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico na preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras separadas da Inapa-IPG são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), tal como adotadas pela União Europeia e em vigor em 1 de janeiro de 2023.

A base de mensuração das demonstrações financeiras da Inapa-IPG é o custo histórico, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

2.2 Novas normas, interpretações e alterações a normas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Norma/Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Requisito de divulgação de informações materiais sobre a política contabilística, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas
IFRS 17 – Contratos de seguro	1-jan-23	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação

Norma/Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9
IAS 12 – Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/passivo da locação e provisões para desmantelamento/ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais
IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos)

Decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Inapa-IPG.

No que respeita especificamente ao Pilar Dois, o mesmo é um regime criado para abranger empresas que pertençam a grupos multinacionais com receitas anuais nas Demonstrações Financeiras consolidadas acima de 750 milhões de euros, no qual o Grupo Inapa se inclui. Essas entidades passarão a estar sujeitos a um nível de tributação mínimo de 15% aferido por jurisdição.

Este mecanismo entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024, não antecipando a Entidade que a mesma tenha impactos significativos nas suas demonstrações financeiras ou níveis de tributação.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Inapa-IPG em 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.



As seguintes normas contabilísticas e interpretações, emendas e revisões foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Inapa-IPG no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras da Empresa.

3. Política contabilística

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Esta conclusão não é afetada pelo rácio passivo corrente/ativo corrente, uma vez que: i) o mesmo resulta de classificação em passivo de curto prazo de uma emissão de obrigações, integralmente colocada junto à subsidiária Inapa France, S.A.S,

cuja renovação, na data do respetivo vencimento para o médio/longo prazo, depende da intenção da Empresa e se prevê ocorrer no ano seguinte e ii) existe intenção de adiar o vencimento de outros passivos com empresas do Grupo no decorrer de 2024 (ver nota 5). Decorrente da avaliação da projeção de fluxos de caixa de curto prazo, o Grupo do qual a Entidade é sociedade dominante dispõe de recursos financeiros adequados à renovação do vencimento destes passivos.

As informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

(i) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as IFRS e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método de quotas constantes em

conformidade com o período de vida útil estimado para cada um e que correspondem às seguintes taxas:

Edifícios e outras construções	2% - 5%
Equipamento básico	7,14% - 12,5%
Equipamento de transporte	20% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 12,5%

O processo de depreciação, por duodécimos, tem início no mês do exercício em que o respetivo bem se encontra em condições de ser utilizado.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

(ii) Propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objetivo de valorização do capital e a obtenção de rendas.

A propriedade de investimento é valorizada inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo os gastos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Uma vez que as propriedades de investimento são integralmente arrendadas a empresas do Grupo, após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são valorizadas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas

pelo método de quotas constantes pelo período de vida útil estimado, utilizando-se as mesmas taxas dos ativos fixos tangíveis.

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

(iii) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Sociedade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Sociedade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o método de quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

Os ativos intangíveis registados são amortizados por um período de 5 anos.

(iv) Contratos de locação

A Empresa reconhece na Demonstração da posição financeira os ativos sob contratos de locação (ativos sob direito de uso). Tal inclui os classificados de baixo valor ou de prazo inferior a 12 meses, cujos pagamentos são efetuados e reconhecidos como gasto na Demonstração de Resultados no período em que ocorrem, de forma linear ao longo da locação.

O ativo sob direito de uso é registado pelo seu custo, na Demonstração da posição financeira, quando o ativo fica disponível para uso pela Sociedade.

O passivo de locação é registado na Demonstração da posição financeira, pelo valor atual dos pagamentos da locação, para o período não cancelável do contrato. Para esse valor atual, a Empresa utiliza a taxa de financiamento incremental à data do início do contrato.

A depreciação e as perdas por imparidade dos ativos sob direito de uso são calculadas e registadas conforme estabelecido na nota 3. i) para ativos fixos tangíveis, sendo depreciado desde a data de início até ao final da vida útil do ativo ou até ao fim do prazo de locação, dos dois o menor.

Os juros incluídos nos pagamentos da locação, depreciações e as perdas por imparidade são registadas na Demonstração dos resultados como gasto do período a que se referem. O gasto de juro é apresentado em atividades de financiamento, na demonstração de fluxos de caixa.

Quando a entidade é locadora, as rendas a receber são reconhecidas de forma linear ao longo do contrato.

(v) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial.

As subsidiárias correspondem às participações financeiras em empresas nas quais a Inapa-IPG detenha, direta ou indiretamente, o poder de controlar as entidades. O poder de controlar uma entidade ocorre quando a Inapa-IPG se encontra exposta ou é detentora de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a entidade (subsidiária).

As associadas correspondem às participações financeiras em empresas nas quais a Inapa-IPG exerça, direta ou indiretamente, influência significativa mas não possua controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos. A variação do capital próprio das associadas, resultante do resultado líquido, é registada por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como ativo (*goodwill* implícito) e mantidas no valor do investimento em associadas (Nota 9). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas.

De acordo com o normativo, deverá ser feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, as mesmas são objeto de reversão. A Empresa utiliza o seu processo de análise de imparidade ao *goodwill* ao nível das demonstrações financeiras consolidadas para este propósito.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Sociedade no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre as empresas do Grupo Inapa, incluindo as associadas, são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias ou associadas são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o valor do investimento, o Grupo reconhece perdas adicionais no futuro, se o Grupo tiver incorrido em obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada ou da subsidiária.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

A política contabilística aplicada pelas subsidiárias e associadas é alterada, sempre que necessário, de forma a garantir, que a mesma é aplicada de forma consistente pela Inapa-IPG e pelas suas subsidiárias e associadas.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na Nota 9.

(vi) Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

A Empresa classifica os ativos financeiros, tendo em consideração a sua mensuração subsequente, pelo custo amortizado, pelo justo valor através outro rendimento integral ou pelo justo valor através dos resultados tendo por base, tanto o modelo de negócio para gerir esses ativos financeiros, como as características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

A Inapa-IPG classifica os ativos financeiros como segue:

Custo amortizado: Instrumentos de dívida (incluindo instrumentos híbridos que não cumpram com os critérios de separação), somente com fluxos de capital e juros indexados, e que se insiram no modelo de negócio de manter o instrumento para receber os fluxos contratuais. Os saldos relativos a estes ativos encontram-se registados na Demonstração da posição financeira nas rubricas de Clientes, Outros ativos correntes e não correntes e Caixa e equivalentes de caixa. Estes ativos são

subsequentemente mensurados com base no método da taxa de juro efetiva, deduzidos de perdas por imparidade. Os juros destes ativos financeiros são reconhecidos nos rendimentos e ganhos financeiros.

Justo valor através de outro rendimento integral (com reciclagem): Instrumentos de dívida (incluindo instrumentos híbridos), somente com fluxos de capital e juros indexados, e que se insiram no modelo de negócio de alienar o instrumento e receber os fluxos contratuais. Estes ativos e passivos são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os dividendos obtidos destes ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados na data em que são atribuídos;

Justo valor através de resultados: Ativos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização no curto prazo e inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura. Inclui igualmente instrumentos que não incluam somente fluxos de capital e juros indexados, ou em que a empresa tenha designado os instrumentos, na sua injeção, para serem mensurados a justo valor, de forma a evitar desequilíbrios contabilísticos. Estes ativos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados;

Justo valor através de outro rendimento integral (sem reciclagem): Instrumentos de capital próprio, em que a empresa opte no seu reconhecimento inicial, para que o instrumento seja desta forma classificado. Estes ativos e passivos são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros serão reclassificados se forem afetados por uma alteração do seu modelo de negócios de gestão de acordo com a classificação mais apropriada, dentro das limitações definidas no normativo.

Os ativos financeiros são classificados como ativos não correntes, exceto se o seu vencimento previsível for inferior a 12 meses da data do relato financeiro.

Participações financeiras – outros métodos

As participações financeiras correspondentes a instrumentos de capital próprio (que não subsidiárias e associadas) são mensuradas ao seu justo valor.

Clientes e Outros ativos

As rubricas de Clientes e Outros ativos constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio da Sociedade, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável (Notas 11 e 13).

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual considera as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para as contas a receber decorrentes de contratos com clientes. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente (Nota 14).

Para Outros ativos que não decorrem de contratos com clientes (ao abrigo da IFRS 15), que se referem na sua generalidade a entidades subsidiárias, os mesmos encontram-se sujeitos ao modelo geral de imparidade da IFRS 9 (modelo das três etapas). Tendo em conta que o risco de crédito das subsidiárias é considerado reduzido, com acesso a informação financeira atual e prospetiva e atual, a estimativa de imparidade corresponde geralmente à primeira etapa do modelo com a avaliação do risco de incobrabilidade dos fluxos de caixa dos próximos 12 meses.

No histórico da Inapa – IPG, valores desreconhecidos por falta de pagamento têm sido raros e muito pouco significativos.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A entidade desreconhece um ativo financeiro quando, e só quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- Transfere o ativo financeiro e a transferência satisfaz as condições para o desreconhecimento.

A Empresa só efetua o desreconhecimento de saldos de clientes ou de outros valores a receber (removidos do ativo) quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção daqueles. Caso não sejam cumpridos os critérios para o desreconhecimento, os saldos a receber não vencidos são incluídos na rubrica de Clientes e os fundos recebidos são registados na rubrica de Empréstimos.

Passivos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

Justo valor através de resultados: Passivos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização no curto prazo e inclui os passivos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura. Estes passivos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados; e

Outros passivos financeiros: Passivos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontram cotados em mercados líquidos. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos, Fornecedores e Outros passivos correntes e não correntes. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros não são reclassificados entre categorias após a sua classificação inicial.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos

Os Empréstimos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor

nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os Empréstimos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente (Nota 16).

Fornecedores e Outros passivos

As rubricas de Fornecedores e Outros passivos constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

(vii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e risco de variação de justo valor reduzido, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).

(viii) Imparidade de ativos não financeiros

A Sociedade efetua uma avaliação à imparidade dos ativos na data de relato financeiro e sempre que ocorra uma alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado (Nota 14). No caso dos ativos não correntes que não são amortizados devido a não terem uma vida útil finita, são efetuados testes de imparidade com frequência anual.

Sempre que o valor pelo qual um ativo se encontra registado se mostre superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade/provisão, que é registada na demonstração dos resultados ou no capital próprio quando o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a respetiva revalorização será diminuída. A quantia recuperável é o valor mais alto de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos da venda e o seu valor de uso.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir (com exceção do *goodwill*). A reversão é registada na demonstração dos resultados, exceto quando o ativo tenha sido reavaliado e a respetiva revalorização registada no capital próprio tenha sido diminuída em resultado da perda de imparidade.

(ix) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são valorizadas pelo seu valor presente, são revistas na data de cada relato financeiro e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

As provisões para ações judiciais em curso são avaliadas pela Administração quanto à conclusão mais provável, tendo por base a sua probabilidade de sucesso, assim como a estimativa dos valores a despendar, na sequência da sua análise com os consultores legais da Entidade, sendo reconhecido um passivo quando for provável um desfecho desfavorável, e sendo apenas divulgado como contingência caso seja improvável mas possível um desfecho favorável.

(x) Rédito

O rédito de contratos com clientes é reconhecido na demonstração dos resultados de acordo com o modelo de 5 passos preconizado na norma IFRS 15. O princípio subjacente é que a entidade reconhece o rédito da transferência de bens ou serviços para os clientes pelo valor que espera obter em troca desses mesmos bens e serviços, na medida em que forem cumpridas as obrigações de desempenho contratadas. O rédito da entidade resulta essencialmente da gestão e intermediação em contratos de fornecimento, serviços administrativos prestados a entidades do Grupo, royalties provenientes das marcas detidas e juros por financiamentos concedidos. As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido de acordo com o regime de periodização económica e atendendo à substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade e é contabilizado na rubrica de Outros rendimentos e ganhos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

(xi) Especialização do exercício

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros ativos correntes e Outros passivos correntes.

(xii) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas do relato financeiro. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data

do relato financeiro, foram registados como rendimentos e gastos do exercício.

Para efeitos de conversão das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras em que as participações financeiras se encontram valorizadas pelo método de equivalência patrimonial e que utilizam uma moeda funcional diferente da moeda de relato da Empresa, foram utilizados os seguintes critérios:

Ativos e Passivos: Paridades cambiais vigentes na data do relato financeiro.

Ganhos e Perdas: Paridades cambiais médias verificadas no período.

As diferenças de conversão cambial resultantes do processo descrito acima são registadas no Capital próprio (Ajustamentos em ativos financeiros).

As taxas de câmbio para conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias Inglesa, Angolana e Turca foram as seguintes:

- Câmbio da libra esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 1,1497 euros;
- Câmbio da libra esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 1,1537 euros;
- Câmbio do kwanza utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 0,0013 euros;
- Câmbio do kwanza utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 0,0011 euros;

- Câmbio da lira turca utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 0,0388 euros.
- Câmbio da lira turca utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 0,0306 euros.

(xiii) Impostos sobre rendimentos

O imposto sobre o rendimento inclui impostos correntes e impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigor à data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expetativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou

ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

No final de cada período é efetuado a revisão do cálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Administração sobre o tratamento fiscal aplicável às transações realizadas, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada. Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pela Autoridade Fiscal, estas são avaliadas relativamente à probabilidade de haver lugar

a uma correção desfavorável à Inapa-IPG, se provável, dando origem ao registo de um passivo apresentado sob Imposto sobre o rendimento a pagar na Demonstração da posição financeira, se improvável poderá traduzir-se na divulgação de uma contingência.

No que respeita a imposto corrente, conforme indicado na Nota 10, a Sociedade e suas subsidiárias sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades. A Inapa-IPG, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas. A Inapa-IPG:

- reconhece a totalidade do montante de imposto corrente a receber/pagar às autoridades fiscais na sua Demonstração da posição financeira individual;
- reconhece como gasto de imposto corrente na sua Demonstração individual dos resultados apenas o seu contributo individual para o apuramento do imposto sobre o rendimento; e
- reconhece um valor a receber/pagar com as suas subsidiárias que fazem parte do regime especial de tributação de grupos de sociedades pelo seu contributo para o do montante de imposto corrente a receber/pagar.

(xiv) Justo valor de ativos e passivos

Se existir um mercado ativo, o justo valor de um ativo ou passivo corresponde ao seu preço de mercado.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

Quando necessário, a Inapa-IPG aplica técnicas de valorização. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados (nível 2 ou nível 3).

a) Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor contabilístico à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

b) Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro atuais de mercado. À data de reporte, o seu valor contabilístico é aproximadamente o seu justo valor.

c) Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Os conceitos de nível previstos no normativo respeitante a Justo Valor de ativos e passivos da Entidade, mensurados ao justo valor, podem ser descritos como:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de relato;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

(xv) Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras foi realizada em conformidade com os princípios contábilísticos geralmente aceites, por recurso a estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados de ativos e passivos e de proveitos e custos durante o período de reporte. Será de referir, que apesar de as estimativas se terem baseado no melhor conhecimento do Conselho de Administração em relação aos eventos e ações correntes, os resultados reais podem, em última análise, vir a diferir das mesmas.

As estimativas que apresentam um risco mais significativo de originar um ajustamento material no valor contábilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

a) Estimativa de imparidade de participações financeiras

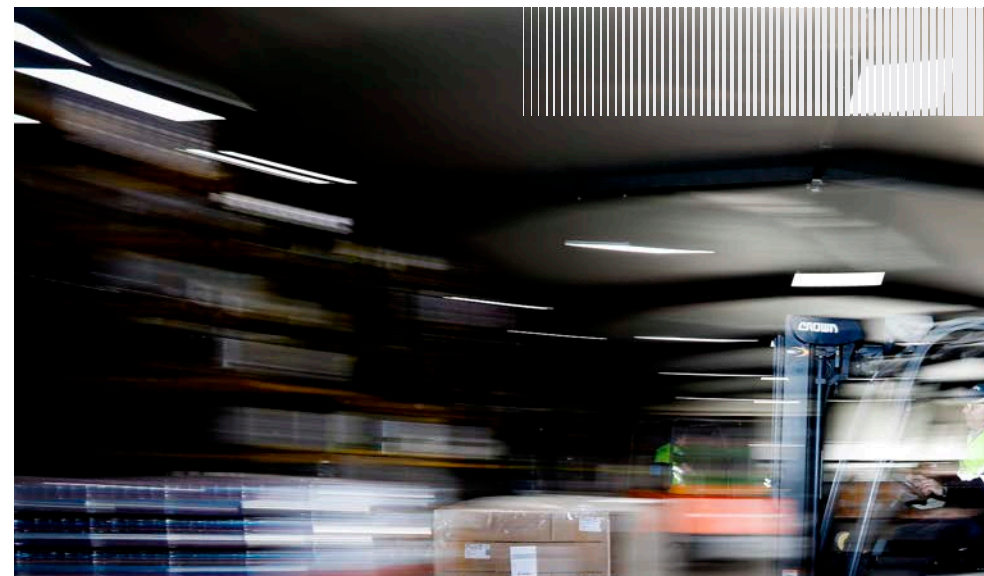
De acordo com o normativo, no caso de existirem indícios de que uma participação financeira possa estar em imparidade, a Inapa-IPG deverá testar se existe ou não imparidade nos investimentos em subsidiárias e associadas. Esta análise é efetuada considerando a informação preparada para efeitos de análise de imparidade do *goodwill* ao nível das demonstrações financeiras consolidadas. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

4. Fluxos de Caixa

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 analisa-se como se segue:

	2023	2022
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	93	2 794
Numerário	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	93	2 794

Procedeu-se à reconciliação entre os movimentos das rubricas de financiamento constantes da Demonstração da posição financeira e os fluxos de caixa respeitantes para os períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022.



	2023				
	A 1 de janeiro de 2023	Recebimentos provenientes de atividades de financiamento	Pagamentos respeitantes a atividades de financiamento	Movimentos não monetários	A 31 de dezembro de 2023
Passivo não corrente					
Empréstimos	85 905	3 250	-11 179	-1 196	76 780
Passivo corrente					
Empréstimos	72 851	138 358	-116 869	-7 301	87 039
Outros passivos correntes - especialização de juros	-	-	-10 832	10 832	-
	158 756	141 608	-138 880	2 334	163 818

Os movimentos não monetários incluem as reclassificações de Passivo não corrente para Passivo corrente ao longo do período, especializações de gastos, assim como operações financeiras sem fluxo financeiro associado.

5. Partes relacionadas

5.1 Relacionados com a empresa-mãe

Conforme referido na Nota 1, a Inapa-IPG é a sociedade-mãe do Grupo Inapa, sendo que na Nota 5.3 são divulgados os saldos com acionistas.

5.2 Elementos chave de gestão

Os elementos chave de gestão correspondem aos membros dos órgãos de gestão da Empresa e os responsáveis, que, não sendo membros desses órgãos, têm direta ou indiretamente autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo das atividades da Empresa.



	2022				
	A 1 de janeiro de 2022	Recebimentos provenientes de atividades de financiamento	Pagamentos respeitantes a atividades de financiamento	Movimentos não monetários	A 31 de dezembro de 2022
Passivo não corrente					
Empréstimos	100 775	158 749	-14 347	-159 272	85 905
Passivo corrente					
Empréstimos	68 558	3 263	-161 572	162 602	72 851
Outros passivos correntes - especialização de juros	219	-	-7 012	6 793	-
	169 552	162 012	-182 930	10 123	158 756

As remunerações pagas pelo Grupo Inapa aos membros dos elementos chave de gestão em 2023 e 2022, analisam-se como se segue:

	2023	2022
Conselho de Administração		
Remunerações	1 092	1 100
Outros elementos chave de gestão		
Remunerações	3 814	1 540

O aumento de remunerações em 2023 decorre de uma redefinição interna dos membros e consequente aumento do grupo de pessoas consideradas enquanto Outros elementos chave de gestão.

5.3 Saldos com outras partes relacionadas

A Sociedade mantém com as subsidiárias relações comerciais e de financiamento.

As subsidiárias detidas diretamente pela Sociedade, à data de 31 de dezembro de 2023, são conforme segue:

Designação	Sede Social	% de Participação direta	Atividade
Inapa France, S.A.	11 rue de la Nacelle – Villabé 91813 Corbeil-Essonnes Cedex – França	100,00	Distribuição papel
Inapa Deutschland Holding GmbH	Osterbekstraße 90 D-22083 Hamburg – Alemanha	100,00	Holding
Inapa Deutschland GmbH	Osterbekstraße 90 D-22083 Hamburg – Alemanha	5,10*	Distribuição papel
Edições Inapa, Lda.	Rua Braamcamp, 40 – 9.º D 1250-050 Lisboa – Portugal	100,00	Editorial
EUROPACKAGING – Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	Rua Braamcamp, 40 – 9.º D 1250-050 Lisboa – Portugal	100,00	Holding
Inapa Portugal, S.A.	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra – Portugal	100,00	Distribuição papel
Inapa España Distribución de Papel, S.A.	Calle Delco, n.º 1-3 Polígono Industrial Ciudad del Automóvil 28914 Leganés, Madrid – Espanha	100,00	Distribuição papel
Inapa Belgium	Vaucampsiaan, 30 B-1654 Huizingen – Bélgica	100,00	Distribuição papel
Inapa – Merchants, Holding, Ltd.	39 Hendon Lane Finchley Central, London, N3 1RY – Reino Unido	100,00	Holding
Inapa Shared Center, Lda.	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra – Portugal	99,75	Serviços Partilhados
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	Kasap Sokak, Konak Azer Ishani 34394 Istanbul – Turquia	100,00	Distribuição papel

(*) Participação indireta de 100% através da Inapa Deutschland Holding GmbH



A listagem completa de partes relacionadas pode ser consultada na Nota 34 das demonstrações financeiras consolidadas, publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras separadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos com empresas do Grupo Inapa eram como segue:

Empresas	Ativo corrente		Ativo não corrente	Empréstimos (Nota 16)			Passivo
	Outros ativos correntes (Nota 13)		Outros ativos não correntes (Nota 13)	Outros empréstimos		Outros passivos correntes (Nota 17)	
	Clientes (Nota 11)	Empresas do grupo		Empréstimo obrigacionista	Não corrente		Corrente
			Corrente				
Inapa Portugal, S.A.	28	994	-	-	21 109	5 575	5 871
Edições Inapa, Lda.	-	42	1 138	-	-	-	-
Inapa France, S.A.	923	239	-	44 000	1 800	9 000	9 140
Inapa Belgium	21	74	100	-	-	-	162
Inapa España, S.A.	61	708	-	-	-	3 500	4 507
Inapa Deutschland Holding, GmbH	1 121	4 007	14 617	-	-	2 300	1 326
Inapa Deutschland, GmbH	6 603	6 822	0	-	-	-	12 531
Inapa Shared Center, Lda.	68	2 035	-	-	-	3 290	2 242
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	117	875	184	-	-	3 150	935
Inapa Packaging, Lda.	34	23	-	-	-	750	51
Inapa Packaging, GmbH	47	9	-	-	-	-	5
Inapa Packaging, S.A.S	3	0	-	-	-	-	4
Inapa Comunicação Visual, Lda.	12	16	-	-	-	-	1
Inapa Angola, S.A.	-	19	-	-	-	-	-
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	38	7	1 140	-	-	-	-
Embaltec SAS	3	-	-	-	-	-	7
Semaq Emballages, S.A.	6	-	-	-	-	-	7
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	-	-	-	-	-	-	-
Inapa ComPlott, GmbH	-	10	-	-	-	-	7
	9 085	15 881	17 178	44 000	22 909	27 565	36 795

03 Informação Financeira Notas às demonstrações financeiras individuais

Empresas	Ativo corrente		Ativo não corrente		Empréstimos (Nota 16)			Outros passivos correntes (Nota 17)	2022
	Outros ativos correntes (Nota 13)		Outros ativos não correntes (Nota 13)	Empréstimo obrigacionista	Outros empréstimos		Outros passivos correntes (Nota 17)	Corrente	Passivo
	Clientes (Nota 11)	Empresas do grupo			Não corrente	Corrente			
			Corrente						
Inapa Portugal, S.A.	886	1 558	-	-	21 196	4 900	-	6 566	
Edições Inapa, Lda.	-	1 179	-	-	-	-	-	-	
Inapa France, S.A.	361	124	-	44 000	-	1 800	-	5 146	
Inapa Belgium	13	616	-	-	-	-	-	100	
Inapa España, S.A.	164	848	-	-	-	3 500	-	4 302	
Inapa Deutschland Holding, GmbH	923	2 056	11 617	-	-	-	-	226	
Inapa Deutschland, GmbH	4 449	6 105	12 700	-	2 300	-	-	10 272	
Inapa Shared Center, Lda.	61	1 808	-	-	-	3 170	-	1 651	
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	117	733	-	-	-	-	-	-	
Inapa Packaging, Lda.	9	55	-	-	-	300	-	79	
Inapa Packaging, GmbH	31	6	-	-	-	-	-	5	
Inapa Packaging, S.A.S	3	-	-	-	-	-	-	4	
Inapa Comunicação Visual, Lda.	-	264	-	-	-	-	-	250	
Inapa Angola, S.A.	-	19	-	-	-	-	-	-	
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	29	1 134	-	-	-	-	-	2	
Embaltec SAS	-	-	-	-	-	-	-	7	
Semaq Emballages, S.A.	5	-	-	-	-	-	-	7	
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inapa ComPlott, GmbH	-	7	-	-	-	-	-	7	
	7 052	16 513	24 317	44 000	23 496	13 670		28 623	

O saldo a receber das Edições Inapa, Lda. não vence juros nem tem prazo fixado de reembolso.

Os saldos a receber referentes a empréstimos concedidos registados em Outros ativos - Empresas do Grupo relativos à Inapa Belgium e à Inapa Shared Center, Lda. vencem juros a taxas correntes de mercado.

Do saldo a receber da Europackaging, Lda., apenas 184 milhares de euros, vencem juros a taxas correntes de mercado.

Dos saldos a receber registados em Ativos não correntes, o saldo relativo à Inapa Deutschland Holding GmbH vence juros à taxa corrente do mercado.

Os saldos a pagar registados em Empréstimos da Inapa Portugal, S.A. Inapa España, S.A., Inapa Deutschland GmbH, Inapa France, S.A., Europackaging, Lda. e Inapa Shared Center, Lda. vencem juros a taxas correntes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos com outras entidades relacionadas eram como segue:

	2022			
	Depósitos à ordem	Outros ativos correntes e não correntes	Empréstimos bancários	Outros passivos correntes e não correntes
BCP	2	-	34 618	-
	2	-	34 618	-

Apesar da participação do Banco Comercial Português ter passado a ser inferior a 20% no final do ano de 2022, a mesma ainda foi considerada parte relacionada durante o ano de 2022, para efeitos de divulgações.

Em 2022 os saldos dos empréstimos bancários, excluindo as estimativas de juros e de despesas bancárias, encontram-se classificados no passivo não corrente. Os empréstimos do BCP foram contratados em condições normais de mercado.

03 Informação Financeira Notas às demonstrações financeiras individuais

Durante os exercícios de 2023 e 2022, as transações efetuadas com entidades relacionadas foram como se segue:

	2023			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos e proveitos financeiros	Gastos diversos	Gastos financeiros
Inapa Portugal, S.A.	200	5	17	1 963
Inapa France, S.A.	260	80	172	2 643
Inapa Belgium	-	17	(5)	-
Inapa España, S.A.	114	8	281	290
Inapa Deutschland Holding GmbH	133	1 129	212	-
Inapa Deutschland, GmbH	767	2 147	(335)	89
Inapa Shared Center, Lda.	7	101	213	306
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	-	21	-	-
Inapa Packaging, SAS	12	-	-	-
Inapa Packaging GmbH	16	-	-	-
Inapa Packaging, Lda.	33	-	-	26
Inapa Comunicação Visual, Lda.	12	-	-	-
BCP	-	-	-	2 678
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	27	-	(11)	-
Semaq Emballages, S.A.	23	-	-	-
Embaltec SAS	13	-	-	-
Edições Inapa, Lda.	-	-	-	-
Inapa Angola, S.A.	-	-	-	-
Inapa ComPlott, GmbH	-	-	-	-
	1 617	3 508	545	7 994

	2022			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos e proveitos financeiros	Gastos diversos	Gastos financeiros
Inapa Portugal, S.A.	188	4	50	1 136
Inapa France, S.A.	251	157	315	886
Inapa Belgium	-	5	104	-
Inapa España, S.A.	145	380	317	196
Inapa Deutschland Holding GmbH	134	544	226	-
Inapa Deutschland, GmbH	642	1 895	342	94
Inapa Shared Center, Lda.	8	21	164	84
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	-	50	-	-
Inapa Packaging, SAS	11	-	-	-
Inapa Packaging GmbH	16	-	-	-
Inapa Packaging, Lda.	15	-	-	-
Inapa Comunicação Visual, Lda.	15	-	-	-
BCP	-	-	-	1 404
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	18	-	11	-
Semaq Emballages, S.A.	19	-	-	-
Embaltec SAS	11	-	-	-
Edições Inapa, Lda.	-	-	-	-
Inapa Angola, S.A.	-	-	-	-
Inapa ComPlott, GmbH	-	-	-	-
	1 472	3 057	1 529	3 799

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

						2023
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 1 de janeiro de 2023	42	-	168	170	-	380
Aumentos	-	-	61	17	-	78
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42	-	230	187	-	459
Depreciações acumuladas						
Saldo em 1 de janeiro de 2023	28	-	18	161	-	206
Reforço	2	-	46	7	-	55
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30	-	63	167	-	261
Valor líquido no início de 2023	14	-	151	9	-	174
Valor líquido no final de 2023	12	-	166	20	-	198

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

						2022
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	34	17	23	150	11	235
Aumentos	-	-	145	-	-	145
Transferências/abates	7	-17	-	20	-11	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42	-	168	170	-	380
Depreciações acumuladas						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	16	15	6	137	10	184
Reforço	-	-	12	5	-	17
Transferências/abates	11	-15	-	18	-10	4
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28	-	18	161	-	206
Valor líquido no início de 2022	18	2	17	12	1	51
Valor líquido no final de 2022	14	-	151	9	-	174

7. Propriedades de investimento

A 31 de dezembro de 2023, a Entidade não detinha propriedades de investimento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas de propriedades de investimento foram os seguintes:

	2022		
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	3 905	11 714	15 619
Aumentos	-	-	-
Alienações	-3 905	-11 714	-15 619
Transferências/abates	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Depreciações acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	3 407	3 407
Reforço	-	252	252
Alienações	-	-3 659	-3 659
Transferências/abates	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Valor líquido no início de 2022	3 905	8 307	12 211
Valor líquido no final de 2022	-	-	-

A rubrica de Propriedades de Investimento referia-se à aquisição em 2009, através de cessão pela subsidiária espanhola do Grupo, dos contratos de locação financeira imobiliário

e mobiliário, do imóvel destinado a armazém localizado em Leganés (Madrid). No final de 2022, a Empresa procedeu à venda do imóvel pelo montante de 11 000 milhares de euros.

8. Ativos intangíveis e ativos sob direito de uso

A) Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos intangíveis foram os seguintes:

	2023			
	Software	Outros ativos Intangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2023	357	299	-	657
Aumentos	57	-	-	57
Alienações	-	-	-	-
Transferências/abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	415	299	-	714
Amortizações acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2023	248	299	-	547
Reforço	28	-	-	28
Alienações	-	-	-	-
Transferências/abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	276	299	-	575
Valor líquido no início de 2023	110	-	-	109
Valor líquido no final de 2023	139	-	-	138

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos intangíveis foram os seguintes:

				2022
	Software	Outros ativos Intangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	286	299	57	643
Aumentos	14	-	-	14
Alienações	-	-	-	-
Transferências/abates	57	-	-57	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	357	299	-	657
Amortizações acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	225	299	-	524
Reforço	23	-	-	23
Alienações	-	-	-	-
Transferências/abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	248	299	-	547
Valor líquido no início de 2022	61	-	57	118
Valor líquido no final de 2022	110	-	-	109

B) Ativos sob direito de uso

Durante o exercício de 2023, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas depreciações foram os seguintes:

			2023
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2023	70	150	220
Aumentos	-	62	62
Alienações	-	-	-
Transferências/abates/alterações contratuais	-70	-56	-126
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	156	156
Depreciações acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2023	64	111	175
Reforço	6	37	43
Alienações	-	-	-
Transferências/abates/alterações contratuais	-70	-56	-126
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	92	92
Valor líquido no início de 2023	6	39	45
Valor líquido no final de 2023	-	63	63

Durante o exercício de 2022, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações foram os seguintes:

	2022		
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	66	210	276
Aumentos	70	-	70
Alienações	-	-	-
Transferências/abates/alterações contratuais	-66	-59	-125
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70	150	220
Depreciações acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	61	122	182
Reforço	69	49	118
Alienações	-	-	-
Transferências/abates/alterações contratuais	-66	-59	-125
Saldo em 31 de dezembro de 2022	64	111	175
Valor líquido no início de 2022	6	88	93
Valor líquido no final de 2022	6	39	45

9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as participações financeiras em subsidiárias e associadas registadas na rubrica Participações financeiras – método de equivalência patrimonial decompõem-se como se segue:

Partes de capital em subsidiárias e associadas	Sede	% de particip. Direta	% de particip. Indireta
a) Portuguesas			
Inapa Portugal, SA	Sintra	100,00%	100,00%
Edições Inapa, Lda	Lisboa	100,00%	100,00%
Inapa Shared Center, Lda	Sintra	99,75%	100,00%
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	Lisboa	100,00%	100,00%
b) Estrangeiras			
Inapa España Distribución de Papel, SA	Espanha	100,00%	100,00%
Inapa France, SA	França	100,00%	100,00%
Inapa Deutschland Holding, GmbH	Alemanha	100,00%	100,00%
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	Turquia	100,00%	100,00%
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	Reino Unido	100,00%	100,00%
Inapa Deutschland, GmbH	Alemanha	5,10%	100,00%
Inapa Belgium	Bélgica	100,00%	100,00%

Varição dos Investimentos financeiros	
Partes de capital em subsidiárias	
Saldo em 1 de janeiro de 2022	284 948
Movimentos em 2022	
Investimentos e aquisições	-
Equivalência patrimonial	18 822
Reconhecido em resultados	17 322
Reconhecido em Outro rendimento integral	1 500
Dividendos obtidos	-102
Alienações e Outras reduções	-
Imparidade	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	303 668
Movimentos em 2023	
Investimentos e aquisições	24 160
Equivalência patrimonial	-7 608
Reconhecido em resultados	-5 580
Reconhecido em Outro rendimento integral	-2 028
Dividendos obtidos	-
Alienações e Outras reduções	-
Imparidade	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	320 220

Os montantes reconhecidos de equivalência patrimonial foram apurados após os ajustamentos de regularização de normativo contabilístico, sendo reconhecido em Outro rendimento integral Ganhos e perdas atuariais (2023: -325 milhares de euros; 2022: 2.270 milhares de euros), Outras variações (2022: 102 milhares de euros) e Diferenças de conversão

cambial (2023: -1.703 milhares de euros; 2022: -872 milhares de euros).

Durante 2023, de forma a reforçar a estrutura de capitais da sua subsidiária alemã, 23,7 milhões de euros de saldos a receber foram convertidos para um instrumento de capital próprio, na forma de um *warrant*.

Em 2023 e 2022 não foram pagos dividendos pelas subsidiárias à Inapa-IPG. O montante apresentado na rubrica Dividendos obtidos refere-se a dividendos atribuídos e que se encontram em conta corrente com as entidades subsidiárias ou a dividendos recebidos de associadas.

Conforme referido na Nota 3 v), o *goodwill* decorrente da aquisição de investimentos financeiros apurado no decurso da aplicação do método da equivalência patrimonial encontra-se registado na rubrica de Participações financeiras – método de equivalência patrimonial. O *goodwill* registado pela Inapa-IPG, juntamente com o restante *goodwill* registado nas contas consolidadas do Grupo Inapa, foi atribuído no seu conjunto a cada um dos diversos segmentos de negócio do Grupo e a sua imparidade foi testada igualmente tendo em consideração cada segmento de negócio no conjunto do Grupo (Nota 3 xv a)). Em 2006, foi apurado uma imparidade ao conjunto do *goodwill* do Grupo, o qual foi refletido nas Demonstrações financeiras separadas da Inapa-IPG como um ajustamento de aplicação do método da equivalência patrimonial.

No corrente ano, o Grupo procedeu no cálculo do valor recuperável dos ativos e passivos associados à atividade dos vários segmentos de negócio,

através da determinação do valor de uso, de acordo com o método DCF (*Discounted Cash Flow*).

A análise foi efetuada considerando a informação preparada para efeitos de análise de imparidade do *goodwill* ao nível das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente no que diz respeito a projeções de cash flow, taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto (conforme descrito na Nota 8 das referidas demonstrações financeiras consolidadas).

Após a realização dos testes de imparidade, não foi identificada perda por imparidade a registar.

A Empresa procedeu a análises de sensibilidade, simulando isoladamente o impacto de uma variação de 50 pontos base na taxa de crescimento e na taxa de desconto, tendo-se concluído pela inexistência de indícios de imparidade.

10. Impostos sobre o rendimento – diferidos e correntes

A Sociedade e suas subsidiárias sediadas em Portugal (Inapa Portugal, Edições Inapa, Inapa Shared Center, Europackaging, Inapa Packaging e Inapa Comunicação Visual) são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que

cumprem as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC. A Inapa-IPG, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do conjunto das empresas, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas, incluídas no RETGS.

O valor do imposto corrente positivo ou negativo é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual. O eventual ganho ou perda decorrente do regime de tributação consolidada é reconhecido pela Sociedade como proveito ou gasto operacional no próprio exercício.

O pagamento dos impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Fiscal dentro dos quatro anos subsequentes. Caso sejam apurados prejuízos fiscais, estes podem ser utilizados nos exercícios por um período ilimitado, ficando sujeitos a eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais na sequência de revisões que sejam efetuadas às declarações dos exercícios em que são utilizados.

A Sociedade encontra-se sujeita a IRC à taxa normal de 21%, acrescida de 1,5% de derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 22,5%. Adicionalmente, acresce a esta taxa a derrama estadual que corresponde a uma taxa de 3% para o lucro tributável que exceda 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros, de 5% quando superior a 7,5 milhões de euros até 35 milhões de euros e 9% superior a 35 milhões de euros. As derramas são aplicadas à matéria coletável antes de dedução de prejuízos fiscais.

03 Informação Financeira Notas às demonstrações financeiras individuais

O valor dos impostos diferidos relativos a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022		Resultados transitados	Resultado do exercício
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido		
Imposto diferido ativo:						Dr/(Cr)
Ajustamento de transição						
- activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
- desconto financeiro	-	-	-	-	-	-
Outros	123	26	126	27	-	1
		26		27		
Imposto diferido do exercício						1

O imposto sobre o lucro antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como se segue:

	2023	2022
Resultado líquido antes de imposto sobre os lucros	-7 209	18 426
Taxa nominal (22,5%)	1 622	-4 146
Valor do imposto sobre o rendimento	-787	-667
	-2 409	3 479
Efeito da equivalência patrimonial	-1 172	3 897
Gastos não aceites fiscalmente	-1 100	-688
Proveito não tributados	1	513
Outros	-138	-243
	-2 409	3 479

Os impostos registados na demonstração dos resultados de 2023 e de 2022 detalha-se como segue:

	2023	2022
Imposto corrente	786	667
Imposto diferido	1	1
	787	667

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2023	2022
Clientes - Grupo (Nota 5.3)	9 085	7 052
Clientes - outros	291	291
	9 376	7 342
Perdas por imparidade (Nota 14)	-291	-291
	9 085	7 052

12. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos de imposto sobre o rendimento a receber eram os seguintes:

	A recuperar		A pagar	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre o rendimento	543	723	-	-
	543	723	-	-

Não existem dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

13. Outros ativos não correntes e outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a decomposição da rubrica de Outros ativos não correntes e Outros ativos correntes, é como segue:

	2023	2022
Outros ativos não correntes		
Inapa Deutschland Holding GmbH (Nota 5)	14 617	11 617
Inapa Deutschland GmbH (Nota 5)	-	12 700
Edições Inapa, Lda (Nota 5)	1 138	-
Inapa Belgium (Nota 5)	100	-
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda. (Nota 5)	184	-
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi (Nota 5)	1 140	-
Outros	852	852
	18 030	25 169
Perdas por imparidade (Nota 14)	-348	-348
	17 683	24 822
Outros ativos correntes		
Acréscimos de rendimentos		
Valores por faturar	-	169
Valores por faturar Grupo (Nota 5)	1 328	2 442
	1 328	2 611
Outros devedores		
Empresas do Grupo (Nota 5)	14 553	14 071
Outros impostos a recuperar	543	357
Outros devedores	5 312	9 247
	20 409	23 675
Perdas por imparidade (Nota 14)	-11	-11
	21 726	26 275

Os saldos não correntes a receber da Inapa Deutschland Holding, GmbH vencem juros a taxas correntes de mercado. Os saldos correntes a receber em Outros devedores dizem respeito à intervenção da Inapa – IPG na gestão e intermediação em contratos de fornecimento.

Os saldos correntes do Grupo decorrem de estimativas de juros a receber, de royalties e financial fees, assim como empréstimos pontuais concedidos, dividindo-se em valores já faturados (Outros devedores) e valores por faturar (Acréscimos de rendimentos).

Do saldo de Outros devedores, destaca-se o valor de 5 268 milhares de euros respeitante a um ativo de indemnização referente à aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG.

14. Imparidades

Durante os exercícios de 2023 e 2022, as imparidades de ativos reconhecidas tiveram os seguintes movimentos:

	Participações financeiras (Nota 9)	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber MLP (Nota 13)	Outras contas a receber CP (Nota 13)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	83	291	348	11	732
Reforço	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	83	291	348	11	732
Reforço	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	83	291	348	11	732

15. Capital, reservas e outras rubricas de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital próprio detalha-se como segue:

	2023	2022
Capital	180 135	180 135
Prémios de emissão de ações	432	432
Reservas legais	7 574	7 574
Outras reservas	890	890
Resultados transitados	15 240	14 803
Ajustamentos em ativos financeiros Relacionados com o método de equivalência patrimonial	-29 619	-44 912
Resultado líquido do período	-7 996	17 759
	166 656	176 681

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é representado por 526 225 508 ações, das quais todas têm natureza ordinária. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Inapa-IPG não detém ações próprias nem se verificaram durante o exercício de 2023 transações de ações próprias.

Os Prémios de emissão de ações correspondem à diferença entre o valor nominal das ações da Inapa-IPG adquiridas e o seu valor de realização e não são distribuíveis sob a forma de dividendos, mas poderão ser utilizados para incorporação no capital ou para cobertura de prejuízos.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser

em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros inclui os movimentos nos capitais próprios das subsidiárias e associadas da Inapa – IPG, na sequência da aplicação do método da equivalência patrimonial.

A variação de Ajustamentos de equivalência patrimonial no montante de 325 milhares de euros negativos, apresentada na Demonstração de Rendimento Integral, respeita principalmente a saldos que não serão reclassificados para resultados (referentes aos movimentos implícitos associados à aplicação da equivalência patrimonial).

Reserva de equivalência patrimonial (incluída no saldo da rubrica de “Ajustamentos em ativos financeiros”): a diferença entre o resultado atribuível às participações financeiras reconhecido na demonstração dos resultados e o montante dos dividendos já recebidos ou cujo pagamento possa ser exigido relativamente às mesmas participações encontra-se sujeito ao regime de reserva legal acima descrito. Em 31 de dezembro de 2023, o valor dos resultados apropriados de subsidiárias é negativo, o que conjugado com

o valor acumulado de prejuízos apropriados de equivalência patrimonial em anos anteriores, leva à existência de um saldo negativo da reserva de equivalência patrimonial.

Na Assembleia Geral de 23 de maio de 2023, os acionistas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. aprovaram a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, nos termos da qual o resultado líquido do exercício de 2022, no montante de 17 758 630,01 euros, foi transferido para resultados transitados.

Em 2023, a Inapa-IPG foi sendo notificada ao abrigo do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários e do Regulamento da CMVM 4 / 2023, da alteração de participações qualificadas.

As ações ordinárias são transacionadas com o ISIN PTINA0AP0008.

A estrutura acionista a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro 2022 é a seguinte:

31 dezembro 2023	Nº de Ações ordinárias	% de Ações ordinárias	% Direitos de Voto
Acionista			
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Nova Expressão SGPS, SA	57 117 000	10,85%	10,85%
Novo Banco, SA	34 445 831	6,55%	6,55%
Total de participações qualificadas	327 762 215	62,28%	50,73%

31 dezembro 2022	Nº de Ações ordinárias	% de Ações ordinárias	% Direitos de Voto
Acionista			
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Banco Comercial Português, SA	71 097 348	13,51%	13,51%
Nova Expressão SGPS, SA	52 625 000	10,00%	10,00%
Novo Banco, SA	34 445 831	6,55%	6,55%
Total de participações qualificadas	394 367 563	74,94%	63,39%

16. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 as rubricas de empréstimos analisam-se como segue:

	2023	2022
Não corrente		
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal	10 541	13 136
Financiamento de médio e longo prazo	37 181	40 153
Obrigações convertíveis	6 000	9 000
Empresas do Grupo (Nota 5)	22 909	23 496
Passivos de locação	149	120
	76 780	85 905
Corrente		
Empréstimos por obrigações (Nota 5)	44 000	44 000
Descobertos e contas caucionadas	2 000	2 050
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal	5 750	5 680
Financiamento de médio e longo prazo (parcela com maturidade até 1 ano)	4 641	4 376
Obrigações convertíveis	3 000	3 000
Empresas do Grupo (Nota 5)	27 565	13 670
Passivos de locação	82	75
	87 039	72 851

Os empréstimos por obrigações correspondem a duas emissões de obrigações efetuadas pela Inapa – IPG, no valor de 42 700 milhares de euros e 1 300 milhares de euros com reembolso integral em junho de 2024, vencendo juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estas obrigações encontravam-se na posse da Inapa France, S.A..

A dívida total com papel comercial totaliza 16 291 milhares de euros e corresponde a emissões junto de duas instituições financeiras. Uma emissão de valor nominal de 13 041 milhares de euros reembolsável em prestações com vencimento até 2025 e uma emissão reembolsável pelo seu valor nominal, durante o prazo de um ano.

A rubrica de Empréstimos bancários - não correntes (37 181,1 milhares de euros) e correntes (4 641,3 milhares de euros) incluem cinco financiamentos bancários com vencimentos até 2035.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresenta Obrigações convertíveis (Empréstimos por obrigações – Não corrente) emitidas no valor de 9 milhões de euros (12 milhões de euros a 31 dezembro 2022). Vencem juros à taxa de 5%, devidos trimestralmente, sendo o capital reembolsado em 5 prestações iguais, a primeira em julho de 2022 e a última em julho de 2026. Estas obrigações, que atribuíram ao detentor a opção de conversão em 23% de ações ordinárias da Inapa-IPG existentes à data da sua emissão (*fixed-for-fixed*), foram emitidas a favor da Papyrus GmbH, como parte da contrapartida pela aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG, tendo a parte vendedora ficado ainda credora de uma *Vendor Loan Note* pelo valor remanescente da aquisição, que foi totalmente liquidada. A avaliação implícita da opção deve assim ser vista estritamente no contexto da operação de aquisição da Papyrus, na sua globalidade, não constituindo referencial relevante de valorização fora deste enquadramento. De acordo com os princípios de mensuração da IAS 32, uma vez que a taxa de

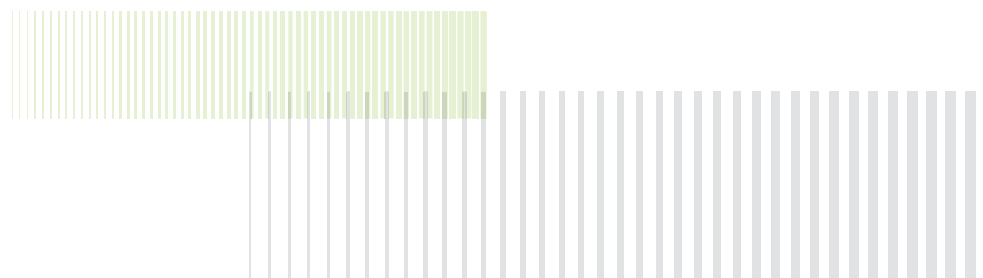
juro da obrigação nesta transação excedeu juros comparáveis, aquando da sua inceptção, não foi atribuído valor à opção para efeitos de registo contabilístico. Em 2023, a opção de conversão corresponde a 15% (2022: 19,3%).

No final do exercício de 2023, a Sociedade não possuía linhas de crédito bancárias contratadas não utilizadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a maturidade dos financiamentos não correntes é a seguinte:

	2023	2022
Entre 1 e 5 anos	52 996	58 299
Superior a 5 anos	23 784	27 607
	76 780	85 905

A dívida de passivos de locação corresponde à dívida pela aquisição de bens no âmbito de contratos de locação, cujos ativos se encontravam registados na rubrica de Equipamento de transporte (ver Nota 6).



Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a dívida relativa a passivos de locação incluída nas rubricas de Empréstimos – corrente e não corrente, era a seguinte:

	2023	2022
Dívida relativa a passivos de locação		
Não correntes	149	120
Correntes	82	75
	231	196
Dívida relativa a passivos de locação		
Valor das rendas - não descontado		
a menos de 1 ano	88	83
a mais de 1 ano e a menos de 5 anos	159	128
a mais de 5 anos	-	-
	247	211
Encargo financeiro a suportar	-16	-15
Valor atualizado da dívida com passivos de locação	231	196

A dívida relativa a locações financeiras a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 corresponde essencialmente a Equipamento de transporte.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a exposição dos empréstimos às alterações das taxas de juro de acordo com os períodos contratuais de fixação das taxas, são como segue:

	2023	2022
Períodos de fixação das taxas de juro		
Até 6 meses	155 518	146 756
Entre 6 e 12 meses	2 300	-
Entre 1 e 5 anos	6 000	12 000
Superior a 5 anos	-	-
	163 818	158 756

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o montante líquido da dívida financeira é o seguinte:

	2023	2022
Empréstimos		
Correntes	87 039	72 851
Não correntes	76 780	85 905
	163 818	158 756
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	-93	-2 794
	163 725	155 962

A 31 de dezembro de 2023 não incidem *covenants* sobre os financiamentos obtidos.

17. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a decomposição da rubrica de Outros passivos correntes, é como segue:

	2023	2022
Outros passivos correntes		
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	257	291
Empresas do Grupo (Nota 5)	2 769	1 471
Outros	1 002	493
	4 027	2 255
Rendimentos diferidos		
Faturação de serviços a prestar	69	-
	69	-
Outros credores		
Empresas do Grupo (Nota 5)	34 026	27 152
Outros impostos a pagar	673	203
Outros	57	388
	34 756	27 743
	38 852	29 999

18. Vendas, serviços prestados e outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica de Vendas e serviços prestados, no montante de 1 617 milhares de euros e 1 472 milhares de euros, respetivamente, corresponde a serviços prestados a empresas do Grupo Inapa (Nota 5).

Em 2023 e 2022, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	2023	2022
Outros rendimentos suplementares	8 063	10 704
Royalties de empresas do Grupo	967	1 268
Rendas	-	371
Outros	198	-
	9 228	12 343

A rubrica de Outros rendimentos suplementares corresponde fundamentalmente, a proveitos obtidos pela Sociedade com a intervenção em processos de negociação envolvendo o Grupo Inapa.

19. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2023 e de 2022, o detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2023	2022
Trabalhos especializados	558	709
Rendas e alugueres	97	26
Deslocações e estadas	95	48
Comunicação	18	14
Seguros	128	101
Publicidade e propaganda	337	454
Honorários	62	71
Contencioso e Notariado	3	25
Outros	68	412
	1 367	1 860

Os gastos com publicidade e propaganda correspondem a ações diversas para reforçar as vendas globais do Grupo, manter ou reforçar a quota de mercado ou crescer em volume nos principais clientes do Grupo.

20. Gastos com o pessoal

Em 2023 e 2022, os saldos da rubrica Gastos com o pessoal analisam-se como se segue:

	2023	2022
Salários e ordenados	1 554	1 847
Contribuições para a Segurança Social	349	472
Outros custos com pessoal	114	64
	2 018	2 383

Durante o exercício a Sociedade teve ao seu serviço, em média, 17 empregados (2022: 17 empregados).

21. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas dos exercícios de 2023 e de 2022 é apresentado no quadro seguinte:

	2023	2022
Impostos	39	302
Alienações ativos tangíveis	-	964
Quotizações	-	-
Donativos	1	5
Outros	634	1 193
	674	2 464

22. Gastos/reversões de depreciações e de amortizações

Em 2023 e 2022, os saldos desta rubrica analisam-se como se segue:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	55	17
Ativos intangíveis (Nota 8)	28	23
Propriedades de investimento (Nota 7)	-	252
Ativos sob direito de uso (Nota 8)	43	118
	126	410

23. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	2 543	1 418
	2 543	1 418
Gastos financeiros		
Juros suportados	-10 372	-6 355
Imposto do selo	-214	-151
Outros custos e gastos financeiros	-246	-506
	-10 832	-7 012
	-8 289	-5 594

24. Gestão do risco financeiro

A Empresa enquanto sociedade dominante do Grupo Inapa desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas subsidiárias. O cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa depende dos fluxos de caixa gerados pelas subsidiárias, os quais incluem a distribuição de dividendos, o pagamento de juros, o reembolso de empréstimos concedidos e o pagamento por serviços prestados pela

Empresa. Adicionalmente, conforme referido na Nota 3 (x), a Empresa obtém rendimentos da sua atividade de gestão e intermediação em contratos de fornecimento.

As atividades da Empresa expõem-na a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de mercado (inclui risco cambial e risco associado à taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. A exposição da Empresa a riscos financeiros encontra-se essencialmente associada aos empréstimos obtidos junto de entidades financeiras, dos quais resultam riscos derivados do incumprimento das condições contratadas e riscos de flutuação das taxas de juro.

A gestão do risco financeiro é conduzida pela Direção Financeira, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração, e em estreita cooperação com as diversas subsidiárias. As flutuações do mercado financeiro, nomeadamente, no que se refere às taxas de juro, são analisadas continuamente sendo tomadas as medidas consideradas necessárias para minimizar a exposição da Empresa (e do Grupo) ao risco financeiro.

A Empresa implementou práticas para gerir o seu capital, com vista a assegurar o seu regular financiamento. Tal inclui a gestão do capital próprio propriamente dito (ver Nota 15), caixa e equivalentes de caixa (que inclui descobertos bancários – ver Nota 4) assim como empréstimos, que no seu conjunto contribuem para o conceito de dívida líquida (ver Nota 16). As práticas incluem a participação da Administração e Direção Financeira da Empresa, que é responsável pela comunicação com

os parceiros financeiros, pelas negociações e pela concordância de termos relevantes. A monitorização é assegurada através de reporte regular de posições e análise das necessidades financeiras futuras.

a) Risco de mercado

Risco de taxas de câmbio

O risco cambial a que a Empresa se encontra diretamente exposta ao nível de ativos e passivos financeiros não é significativo no contexto das demonstrações financeiras individuais.

A atividade desenvolvida pelo Grupo Inapa em geografias com moeda diferente do euro não representa em 2023 mais do que 1,82% das vendas do Grupo.

Na prossecução dos objetivos gerais indicados acima, a Inapa-IPG implementou práticas internas de acompanhamento por parte da Administração, para monitorizar o risco cambial. Tal inclui a monitorização da sua evolução, assim como a avaliação do potencial impacto cambial em novas decisões a tomar.

A Empresa não recorre a derivados para a fixação da taxa de câmbio.

Risco de taxas de juro

O custo da maioria da dívida financeira contraída pela Inapa-IPG está indexado a taxas de referência variáveis, estando atualmente a Inapa por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Na medida em que a Inapa-IPG não efetua a cobertura de exposição a variações adversas nas

taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito material negativo na sua atividade, situação financeira e resultados. Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira segue em permanência o desenvolvimento do mercado estando em condições de utilizar mecanismos e instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro, acompanhando os gastos incorridos, assim como os valores esperados de gastos futuros. Tal é efetuado através de preparação de orçamentos de tesouraria, com base nas evoluções esperadas e razoavelmente possíveis e nas necessidades financeiras da Empresa (e do Grupo que lidera). Consequentemente, a Empresa interage com os seus parceiros financeiros com o objetivo de assegurar o financiamento das operações e custos de financiamento competitivos.

Em 31 de dezembro de 2023, caso a taxa de referência utilizada nos empréstimos contraídos varie em 0,25%, mantendo todas as restantes variáveis constantes, os encargos financeiros anualizados teriam uma variação de cerca de 183 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 218 milhares de euros).

No contexto das Demonstrações financeiras separadas, a Inapa-IPG tem financiamentos (ver Nota 16) contraídos tanto com entidades externas como com entidades suas subsidiárias (ver Nota 5). A política de remuneração de passivos internos ao Grupo cumpre com critérios internos de preço de transferência, de acordo com referências de mercado, permitindo uma remuneração adequada dos capitais empregues,

mas acaba por não representar um risco para a Empresa em termos individuais, pela posição dominante que assume sobre essas empresas. Desta forma, considera-se que o risco de taxa de juro centra-se em passivos perante entidades externas ao Grupo Inapa (excluindo os passivos divulgados na Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o desenvolvimento dos ativos e passivos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro perante entidades externas ao Grupo Inapa em função da data de revisão da taxa de juro (Euribor 1, 3 ou 6 meses) é apresentado como se segue:

31 dezembro 2023	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
ATIVOS						
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa	93	-	-	-	-	93
Total de ativos financeiros	93	-	-	-	-	93
PASSIVOS						
Não correntes						
Empréstimos	-	10 541	37 181	-	-	47 722
Obrigações convertíveis	-	-	-	6 000	-	6 000
Passivos de locação	149	-	-	-	-	149
Correntes						
Empréstimos	-	5 759	6 632	-	-	12 391
Obrigações convertíveis	-	-	3 000	-	-	3 000
Passivos de locação	82	-	-	-	-	82
Total de passivos financeiros	231	16 300	46 813	6 000	-	69 345

31 dezembro 2022	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
ATIVOS						
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa	2 794	-	-	-	-	2 794
Total de ativos financeiros	2 794	-	-	-	-	2 794
PASSIVOS						
Não correntes						
Empréstimos	-	13 268	40 021	-	-	53 289
Obrigações convertíveis	-	-	-	9 000	-	9 000
Passivos de locação	108	-	12	-	-	120
Correntes						
Empréstimos	1 250	4 727	6 129	-	-	12 106
Obrigações convertíveis	-	-	3 000	-	-	3 000
Passivos de locação	40	-	36	-	-	75
Total de passivos financeiros	1 398	17 995	49 197	9 000	-	77 590

b) Risco de crédito

A Inapa-IPG está exposta ao risco de crédito nos ativos financeiros a receber de terceiros. O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito que asseguram que as vendas sejam efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. Correspondem principalmente a entidades do Grupo ou entidades com relações comerciais com as suas subsidiárias.

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contabilísticos dos ativos financeiros apresenta-se da seguinte forma:

	31 dez. 2023	31 dez. 2022
ATIVOS		
Caixa e seus equivalentes	93	2 794
Clientes e outros ativos	48 494	57 791
Total de Ativos	48 587	60 585

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a antiguidade dos saldos de clientes e outros ativos financeiros é como se segue:

	2023		2022	
	Clientes	Outros ativos financeiros	Clientes	Outros ativos financeiros
Valores não vencidos	9 085	37 331	7 052	49 452
Valores vencidos				
de 1 a 30 dias	-	29	-	169
de 31 a 60 dias	-	20	-	28
de 61 a 90 dias	-	13	-	447
+ de 91 dias	-	2 015	-	643
	9 085	39 408	7 052	50 740
Com risco de cobrança	291	358	291	358
Imparidades	-291	-358	-291	-358
Saldo líquido	9 085	39 408	7 052	50 740

O risco de crédito de ativos financeiros respeitantes a Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Caixa e equivalentes de caixa Instituições Financeiras por rating	2023	2022
BB	-	2 774
Depósito garantido na totalidade	93	21
Total	93	2 794

Dos montantes de Caixa e equivalentes de caixa a 31 de dezembro de 2023, a totalidade encontra-se em depósitos à ordem garantidos na totalidade por Fundo de garantia de depósitos.



c) Risco de liquidez

A Inapa-IPG gere o seu risco de liquidez atuando em duas vias: garantindo que a componente de médio e longo prazo da sua dívida financeira se adequa à capacidade esperada de geração de fundos e dispondo de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento (linhas em conta corrente), quer através de relações diretas com parceiros financeiros, quer através das suas subsidiárias.

No contexto das Demonstrações financeiras separadas, a Inapa-IPG tem financiamentos (ver Nota 16) contraídos tanto com entidades externas como com entidades suas subsidiárias (ver Nota 5). As maturidades com entidades subsidiárias estão contratualmente definidas, mas acabam por não representar um risco para a Empresa em termos individuais, pela posição dominante que assume sobre essas empresas. Desta forma, considera-se que o risco de liquidez centra-se em passivos perante entidades externas ao Grupo Inapa (excluindo os passivos divulgados na Nota 5).

O quadro seguinte analisa os passivos financeiros remunerados da Inapa-IPG em 31 dezembro de 2023 e de 2022 por grupos de maturidade relevantes, tendo por base

o período remanescente até à maturidade contratual. Os montantes que constam da tabela são *cash flows* contratuais não descontados, incluindo juros.

	31 dezembro 2023						31 dezembro 2022					
	< 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	< 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS												
Empréstimos												
Papel comercial	68	5 294	1 447	11 239	-	18 048	160	4 629	2 016	14 608	-	21 413
Empréstimos bancários	202	2 742	7 165	23 870	30 457	64 435	203	544	8 713	21 860	34 781	66 102
Obrigações convertíveis	115	-	3 304	6 380	-	9 799	157	-	3 428	9 833	-	13 418
Passivos de locação	10	14	64	157	-	246	13	15	54	131	-	213
	396	8 050	11 980	41 644	30 457	92 527	534	5 188	14 211	46 433	34 781	101 146

25. Ativos e passivos financeiros

A reconciliação da demonstração da posição financeira com as diversas categorias dos ativos e passivos financeiros, nele incluído detalha-se como se segue:

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9	Total
31 dezembro 2023					
ATIVOS					
Outros ativos não correntes	17 683	-	-	-	17 683
Clientes e outros ativos correntes	30 268	-	-	543	30 811
Caixa e seus equivalentes	93	-	-	-	93
Total de Ativos	48 044	-	-	543	48 587
PASSIVOS					
Empréstimos não correntes	-	-	76 631	149	76 780
Empréstimos correntes	-	-	86 956	82	87 039
Fornecedores e outros passivos correntes	-	-	38 748	742	39 490
Total de passivos	-	-	202 335	973	203 308



26. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no resultado líquido atribuível aos acionistas da Inapa-IPG e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, conforme segue:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	-7 996	17 759
Resultado a imputar às ações ordinárias	-7 996	17 759
Nº de ações ordinárias - em milhares	526 226	526 226
Obrigações convertíveis - ações potenciais - em milhares	94 311	125 747
Resultado básico por ação - em euros	-0,0152	0,0337
Resultado diluído por ação - em euros	-0,0129	0,0272

As Obrigações convertíveis – ações potenciais correspondem às obrigações convertíveis emitidas no âmbito da aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG (ver Nota 16). Estas obrigações atribuem ao detentor a opção de conversão (de tipo americana) em 15,2% (2022: 19,3%) de ações ordinárias da Inapa-IPG (*fixed-for-fixed*).

27. Passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

Em 1 de agosto de 2007, Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A. interpôs contra a Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. e suas subsidiárias Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, S.A. (sociedade extinta) e Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A. uma Ação na qual pede, em síntese:

- a anulação dos seguintes atos:
 - de constituição em junho de 2006 de um penhor mercantil para contragarantia das cartas de conforto emitidas por Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. como garantia dos financiamentos mantidos por aquela sociedade junto do Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
 - dos negócios efetuados em 1991 de concentração das atividades de distribuição de papel na SDP (atual Inapa Portugal) e de produção e comercialização de envelopes na Papelaria Fernandes;
 - da aquisição em 1994 da participação detida pela Papelaria Fernandes na SDP (atual Inapa Portugal);
 - da compensação de créditos levada a cabo, também em 1994, entre a Papelaria Fernandes e a Inaprest.

31 dezembro 2022	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9	Total
ATIVOS					
Outros ativos não correntes	24 822	-	-	-	24 822
Clientes e outros ativos correntes	32 969	-	-	357	33 326
Caixa e seus equivalentes	2 794	-	-	-	2 794
Total de Ativos	60 585	-	-	357	60 943
PASSIVOS					
Empréstimos não correntes	-	-	85 785	120	85 905
Empréstimos correntes	-	-	72 776	75	72 851
Fornecedores e outros passivos correntes	-	-	30 277	203	30 480
Total de passivos	-	-	188 838	399	189 237

- a condenação da Inapa:
 - a manter as cartas de conforto emitidas em favor do Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
 - a indemnizar a Papelaria Fernandes em caso de eventual mobilização do penhor mercantil como contragarantia das cartas de conforto.

A Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A. veio, posteriormente, a regularizar as suas responsabilidades perante o Banco Espírito Santo e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo pelo que:

- as cartas de conforto emitidas pela Inapa-IPG deixaram de ter objeto, tendo sido devolvidas pelos respetivos beneficiários;
- esta Sociedade comunicou, em consequência, à Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A. a verificação da condição resolutiva do penhor mercantil por esta constituído em seu favor.

A ação, à qual foi atribuída um valor de 24 460 milhares de euros, foi contestada pela Inapa-IPG e pela sua subsidiária Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A., aguardando-se presentemente que o Tribunal determine os efeitos na ação da dissolução/liquidação da Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, S.A.. O Grupo Inapa entende que do referido processo não deverão resultar encargos relevantes, não tendo sido constituída qualquer provisão.

Responsabilidades por garantias bancárias

A Sociedade prestou várias garantias bancárias, através de diversas instituições financeiras, no valor total de 116,0 milhões de euros para efeitos de emissão de papel comercial (13,5 milhões de euros) e para outros financiamentos (102,5 milhões de euros).

Adicionalmente e para garantir financiamentos num total de 48,5 milhões de euros, constituiu-se penhor sobre ações de subsidiárias da Inapa (53% da Inapa Deutschland GmbH, 55,5% da Inapa France SAS e 35,5% da Inapa Portugal, S.A.).

28. Honorários dos serviços prestados pelo revisor

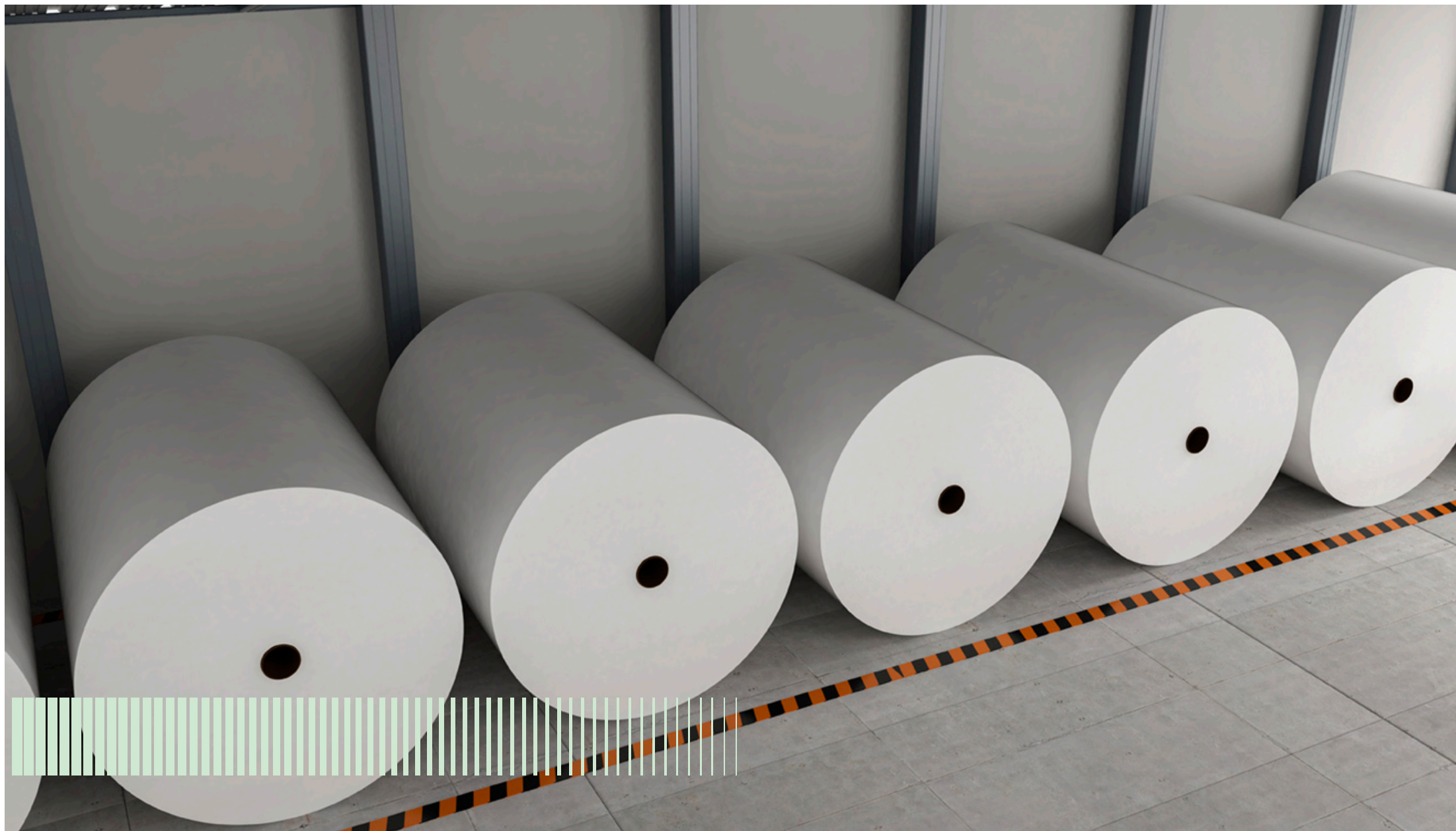
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os valores suportados com serviços prestados pelo revisor à Inapa-IPG, foram os seguintes:

	2023	2022
Serviços de Revisão Legal de Contas e de auditoria	71	49
Serviços de Revisão Limitada	18	17
	89	66

29. Acontecimentos após a data de reporte financeiro

Até à data de publicação das contas não foram registados eventos subsequentes.





6. Certificação legal das contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 369.964 milhares de euros e um total de capital próprio de 166.656 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.996 milhares de euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Recuperabilidade das participações financeiras

Divulgações relacionadas com participações financeiras apresentadas nas notas 3(v), 3(xv) e 9 das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias e associadas no valor de 320.220 milhares de euros, as quais se encontram mensuradas pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme divulgado na nota 3 das demonstrações financeiras, as participações financeiras devem ser sujeitas a testes de imparidade sempre que existam indícios ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual se encontram escrituradas possa não ser recuperável. Para esse efeito, o valor recuperável é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados, os quais requerem a utilização de estimativas e pressupostos definidos pelo Conselho de Administração, com base em projeções económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere aos fluxos de caixa associados à atividade operacional, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto.

Importa referir que eventuais variações futuras desfavoráveis entre os fluxos de caixa reais e os estimados no *Business Plan* podem originar impactos relevantes no cálculo do valor recuperável das participações financeiras e afetar consequentemente, de forma significativa, a posição financeira e económica da Entidade.

Face à magnitude dos montantes envolvidos, à complexidade dos modelos de avaliação, aos pressupostos utilizados e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que lhe estão inerentes, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a obtenção e análise da estrutura organizacional do Grupo INAPA, do cálculo de suporte à valorização das participações registadas pelo método de equivalência patrimonial, bem como dos testes de imparidade do Goodwill e das marcas.

Efetuámos a avaliação da adequação do modelo de imparidade utilizado pelo Conselho de Administração e a reexecução matemática dos cálculos.

Foi apreciada a razoabilidade das estimativas e julgamentos realizados pelo Conselho de Administração, subjacentes aos pressupostos relevantes utilizados nos modelos dos testes de imparidade e respetivas análises de sensibilidade.

Efetuámos a reconciliação das projeções dos fluxos de caixa futuros com o *Business Plan* aprovado pelo Conselho de Administração. Foi igualmente avaliada a razoabilidade da definição da unidade geradora de caixa, ao nível da qual foram realizados os testes de imparidade.

Inquirimos a Gestão quanto à adequação dos pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor recuperável, nomeadamente a evolução das receitas e a margem de EBITDA. Foi igualmente realizada uma análise à adequação da taxa de desconto e da taxa de crescimento na perpetuidade, com recurso a análises com comparáveis e outra informação disponível no mercado. Foram ainda desenvolvidas análises de sensibilidade aos principais pressupostos de modo a determinar qual o nível de variações

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
	<p>que, individualmente ou no seu conjunto, poderiam originar perdas por imparidade nos ativos testados.</p> <p>Os procedimentos acima descritos, realizados para avaliar a razoabilidade dos pressupostos e metodologia associada ao modelo de imparidade, foram realizados com o apoio da nossa equipa de peritos internos.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, em especial as que se referem às estimativas e pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor recuperável baseado no valor de uso, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.</p>
Continuidade das operações	
<i>Divulgações relacionadas com a continuidade das operações apresentadas nas notas 3 e 24 das demonstrações financeiras.</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações financeiras da Entidade apresentam um passivo corrente superior ao ativo corrente em 94.905 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 66.271 milhares de euros).</p> <p>Conforme divulgado na nota 3 das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base a posição financeira existente em 31 de dezembro de 2023, bem como informação adicional relevante disponível para o efeito, nomeadamente o orçamento de tesouraria para 12 meses após a data de reporte financeiro, as disponibilidades e fontes de financiamento existentes em 31 de dezembro de 2023, incluindo as linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, bem como a expectativa de renovação da dívida de curto prazo contraída junto de empresas do Grupo.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a avaliação da adequação da utilização do pressuposto da continuidade das operações, utilizado pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras, com base na análise de razoabilidade efetuada aos pressupostos e metodologia associada ao orçamento de tesouraria para 12 meses, após a data de reporte financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração.</p> <p>No âmbito da análise efetuada, inquirimos o Conselho de Administração sobre o racional e pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria e sua avaliação dos potenciais efeitos da evolução estimada da inflação, dos preços do papel e das taxas de juro e respetivo impacto no desempenho operacional e na liquidez do Grupo.</p>

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>Conforme igualmente divulgado na nota 3 das demonstrações financeiras, em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades. Consequentemente, é convicção do Conselho de Administração de que a continuidade das operações e liquidez do Grupo se encontram asseguradas, tendo por base as necessidades de tesouraria estimadas, a esta data, para o prazo de 12 meses.</p> <p>Face à posição financeira corrente da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que estão associados aos pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria, à incerteza da evolução da atividade desenvolvida pelo Grupo e ao impacto que estes fatores têm na análise da liquidez e continuidade das operações, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Foram igualmente analisados cenários de sensibilidade aos principais fatores de risco de liquidez identificados pelo Grupo, tendo por base a posição financeira de 31 de dezembro de 2023 e a perspetiva de geração de fluxos de caixa dos próximos 12 meses.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações nas demonstrações financeiras, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações

financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de maio de 2022 para o mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de abril de 2024.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

30 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, ROC n.º 1432
Registado na CMVM com o n.º 20161042



7. Relatório e parecer da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do disposto na alínea g) do número 1 do art.º 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no art.º 22.º dos Estatutos da Sociedade, a Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. apresenta o seu relatório anual sobre as atividades de fiscalização efetuadas em 2023, bem como o seu parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e sobre a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração.

Relatório Anual de Atividades da Comissão de Auditoria

O modelo de governo adotado pela Sociedade integra o Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e o Revisor Oficial de Contas. Todos os membros observam os critérios de independência e

de compatibilidade para o exercício das suas funções, aferidas de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 414.º e no n.º 1 do artigo 414.º-A e n.º 3 do artigo 423.º-B, do Código das Sociedades Comerciais, respetivamente.

1. Atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria relativamente ao exercício de 2023

Durante o exercício de 2023, a Comissão de Auditoria realizou um total de 16 reuniões com uma participação da totalidade dos seus membros. Nas reuniões, a convite da Comissão, participaram, sempre que adequado, membros da Comissão Executiva, o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e responsáveis por áreas do centro corporativo.

No cumprimento das competências que lhe são legalmente e estatutariamente atribuídas e que constam do seu regulamento, a Comissão de Auditoria desenvolveu diversas atividades e diligências de que se destacam as elencadas de seguida.

1.1. Acompanhamento da atividade da Sociedade e vigilância sobre o cumprimento da lei e dos Estatutos e fiscalização da administração da Sociedade

A Comissão de Auditoria acompanhou regularmente a atividade e evolução dos negócios da Sociedade e das suas subsidiárias, assim como o grau de cumprimento do quadro legal, estatutário e regulamentar que lhes é aplicável. Estas atividades desenvolveram-se através da participação dos seus membros nas reuniões do Conselho de Administração, atendendo ao modelo de governo adotado pela Sociedade; de reuniões específicas, contactos e outras diligências com a Comissão Executiva ou com os seus membros; da análise sistemática da informação operacional periodicamente disponibilizada; das análises adicionais e esclarecimentos solicitados e ainda dos contactos e reuniões que manteve com os diversos responsáveis operacionais e com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade.

No decorrer dos seus trabalhos, a Comissão acompanhou, com a regularidade e com o detalhe havidos por adequados, os principais temas que de seguida se detalham:

- a) as decisões relacionadas com a estrutura de financiamentos do Grupo, com enfoque na sua adequação e sustentabilidade económico-financeira;
- b) a evolução e acompanhamento da gestão de tesouraria do Grupo e das diversas geografias;

c) a evolução do negócio nas diversas geografias em que o Grupo opera;

d) o cumprimento do orçamento anual de 2023 e acompanhamento da elaboração do orçamento anual para 2024;

e) o cumprimento das linhas orientadoras do plano estratégico;

f) a evolução das ações judiciais em que o Grupo é visado;

g) o cumprimento das obrigações fiscais;

h) os sistemas de controlo e de segurança da informação – cibersegurança;

i) a política de seguros do Grupo;

j) as transações com partes relacionadas.

A Comissão de Auditoria analisou o funcionamento e cumprimento do quadro legal do governo societário, nomeadamente do funcionamento interno do órgão de administração e sua Comissão Executiva. Ainda no âmbito do acompanhamento dos temas de governo societário, a Comissão de Auditoria analisou o Relatório do Governo da Sociedade referente ao ano 2023, em particular a sua aderência aos requisitos legais e ao Código de Governo das Sociedades e demais recomendações publicadas pelo Instituto Português de Corporate Governance.

1.2. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna

Durante o ano de 2023 a Comissão de Auditoria realizou diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna e obteve reporte regular pelo responsável do Departamento de Risco e de Auditoria Interna.

Em colaboração com a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria definiu o plano anual de atividades do Departamento de Risco e de Auditoria Interna que assegure a avaliação e acompanhamento dos principais riscos a que o Grupo está sujeito, bem como a eficácia dos respetivos sistemas de gestão e controlo interno existentes nas diversas geografias em que o Grupo opera. Acompanhou regularmente o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria interna e a eficácia das recomendações emitidas e implementadas. Avaliou o cumprimento do plano de atividades, tendo emitido as orientações entendidas por convenientes.

No âmbito do reporte funcional da área de Gestão de Risco e de Auditoria Interna, a Comissão de Auditoria também apreciou a necessidade de revisão anual do *Risk Management & Internal Audit Charter* e do *Risk Management & Internal Audit Manual*.

1.3. Fiscalização do cumprimento de políticas e práticas contabilísticas e do processo de preparação e divulgação da informação financeira

No respeitante a políticas contabilísticas, regularidade dos registos e prestação de contas, a Comissão de Auditoria procedeu ao regular acompanhamento do processo de preparação da informação financeira periódica, semestral e anual, objeto de divulgação nos termos regulamentares. Para este efeito os seus membros, individual ou coletivamente, mantiveram reuniões e outros contactos regulares considerados apropriados com os membros da Comissão Executiva, com os responsáveis dos departamentos envolvidos e com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

1.4. Avaliação anual das atividades do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

A Comissão acompanhou o trabalho de revisão de contas pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, nas suas diversas fases, nomeadamente através do acompanhamento, discussão e análise:

- a) do planeamento das atividades;
- b) das conclusões acerca do sistema de controlo interno;
- c) das conclusões do trabalho de auditoria à revisão limitada sobre as demonstrações financeiras intercalares consolidadas;
- d) das conclusões preliminares e finais da revisão às contas anuais, individuais e consolidadas;

e) da Certificação Legal das Contas;

f) do Relatório Adicional dirigido ao órgão de fiscalização;

g) das recomendações de auditoria formuladas e as comunicações regulamentarmente previstas transmitir à Comissão de Auditoria.

No desempenho das suas atribuições, e em conformidade com o procedimento implementado, a Comissão de Auditoria apreciou a competência e independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência, a Comissão de Auditoria também monitorizou e avaliou a existência de serviços não relacionados com auditoria, de forma a que os serviços prestados não prejudiquem a independência nem condicionem a opinião do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

1.5. Comunicação de irregularidades

No âmbito das melhores práticas de governo societário e de acordo com os princípios que norteiam a atividade da Sociedade, a Comissão de Auditoria acompanhou e testou o mecanismo de comunicação de irregularidades em vigor, em coordenação com o responsável de Ética da Inpa.

Durante o exercício de 2023 não chegou ao conhecimento da Comissão de Auditoria a ocorrência de quaisquer casos ou situações, por qualquer forma suscitados ou participados por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros.

Parecer sobre o Relatório e Contas

A Comissão de Auditoria examinou o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, bem como as respetivas notas anexas, documentos de que é de parecer favorável.

Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

A Comissão de Auditoria examinou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira, individual e consolidada, emitido sem reservas pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade, e manifesta a sua concordância.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é da opinião que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício de 2023, da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A., bem como a proposta de aplicação de resultados constante no Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral.

Declarações de Conformidade

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 29.º-G do Código de Valores Mobiliários, aplicável por força do disposto no n.º 1 do art.º 19.º da Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro, cada um dos membros da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A., declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, nas contas anuais, na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria e nos demais documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, exigidos por lei ou regulamento, referentes a 31 de dezembro de 2023, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios sociais, do desempenho e da posição desta Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que tais empresas se defrontam.

De acordo com o disposto nos números 5 e 6 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por força do disposto no número 2 do artigo 423.º-F do mesmo código, a Comissão de Auditoria declara que:

- o Relatório do Governo Societário relativo ao exercício de 2023, que segue o modelo da CMVM instituído pelo Regulamento n.º 4/2013 e constitui um capítulo específico do relatório de gestão, inclui os elementos previstos no artigo 29.ºH do Código dos Valores Mobiliários, também aplicável por força do disposto no n.º 1 do art.º 19.º da Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro;
- concorda com o Relatório de Gestão e as contas do exercício, acima identificados.

Lisboa, 30 de abril de 2024

A Comissão de Auditoria

Victor Maurílio Silva Barros

Administrador e Presidente da Comissão de Auditoria

Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

Administradora e Vogal da Comissão de Auditoria

Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Administradora e Vogal da Comissão de Auditoria



RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Liderar com um propósito



Parte I

Informação Obrigatória sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

Introdução

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade é elaborado de harmonia e para cumprimento do disposto no Regulamento da CMVM n.º 4/2013, de 12 de julho.

O presente relatório segue, na sua estrutura, o modelo preconizado no Anexo I ao Regulamento CMVM anteriormente citado.

O relatório sobre remunerações encontra-se integrado no ponto D do presente capítulo, conforme disposto no Art.º 26.º-G, n.º 8 do Código de Mercado de Valores Mobiliários (CVM).

A. Estrutura Acionista

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art.º 29-H, n.º 1, al. a) CVM).

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de 180 135 111,43 €, sendo representado por 526 225 508 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Stock Exchange, com o código ISIN PTINA0AP0008, conferem o mesmo direito a participar nos resultados da Sociedade e beneficiam do mesmo peso de voto: – 1 voto por ação, isto sem prejuízo da limitação do direito de voto constante do Art.º 13-A do contrato de sociedade que estabelece que *“Não serão considerados os votos emitidos por um acionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.”*

A Sociedade não estabeleceu qualquer mecanismo que tenha por efeito prejudicar a livre transmissibilidade das ações, a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares dos órgãos sociais ou provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendo ou a subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

No ponto 7 é prestada informação sobre os titulares de participações qualificadas.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (Art.º 29-H, n.º 1, al. a) CVM).

Não existem quaisquer restrições à livre transmissibilidade das ações que não decorram diretamente da lei (e.g., obrigatoriedade de lançamento de uma oferta pública de aquisição quando, com a participação adquirida, o acionista exceda 1/2 do total dos direitos de voto).

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art.º 29-H, n.º 1, al. a) CVM).

A Sociedade não é titular de ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art.º 29-H, n.º 1, al. j) CVM).

A Sociedade não é parte em acordos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem por efeito da mera mudança de controlo da Sociedade. Não se compreendem, no que atrás se refere, as disposições insertas em contratos de financiamento de médio/longo prazo estabelecidos com o sistema bancário, em obediência a cláusulas contratuais tipificadas de alteração ou cessação contratual, sempre que uma nova estrutura acionista possa não oferecer as mesmas garantias de solvabilidade da Sociedade.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Por força do disposto na alteração estatutária de 15 de novembro de 2018, contemplada em 1., o Conselho de Administração submete de cinco em cinco anos, uma proposta de deliberação pela Assembleia Geral de alteração ou manutenção da disposição limitativa dos direitos de voto, sem requisitos de quórum agravado relativamente ao quórum supletivamente estabelecido por lei e na qual se contarão todos os votos emitidos, sem que opere a limitação de direitos de voto.

Na Assembleia Geral realizada em 25 de maio de 2023 foi aprovada a proposta do Conselho de Administração, apresentada para cumprimento do disposto no n.º 6 do Art.º 13.º-A do contrato de sociedade, de manutenção desta disposição estatutária na redação vigente a essa data.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art.º 29-H, n.º 1, al. g) CVM).

A Sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais celebrados entre os seus acionistas.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art.º 29-H, n.º 1, als. c) e d)) e Art.º 16.º, ambos do CVM), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Os acionistas com participações qualificadas a 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:



	Ações ordinárias	% Ações ordinárias	% Direitos de voto
Parpública - Participações Públicas SGPS, S.A.	236 199 384	44,89%	33,33%
Nova Expressão SGPS, S.A.	57 117 000	10,85%	10,85%
Novo Banco, S.A.	34 445 831	6,55%	6,55%
Total Participações Qualificadas	327 762 215	62,29%	50,73%
Ações Ordinárias	526 225 508		

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

[NOTA: informação prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art.º 447.º CSC]

	N.º de ações ordinárias	N.º de obrigações
Frederico João de Moser Lupi	0	0
Inês Patrícia Arêde Simões Louro	0	0
Afonso Nuno Silva Chaby Rosa	0	0
Victor Maurílio Silva Barros	0	0
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	0	0
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	0	0
João Miguel Pacheco de Sales Luís	0	0
Fernando Sanz Pinto	0	0

Informa-se que em 2023 os membros dos órgãos de administração não transacionaram ações ou obrigações da Sociedade.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art.º 29-H, n.º 1, al. i) CVM), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

O Conselho de Administração não se encontra presentemente autorizado a aumentar o capital da Sociedade ao abrigo do disposto no Art.º 456.º do Código das Sociedades Comerciais.

Sem prejuízo do que antecede, em 10 de julho de 2019, foram emitidas, nos termos e condições aprovados por deliberação da Assembleia Geral de 15 de novembro de 2018, 15 000 obrigações convertíveis em ações, até julho de 2026, com

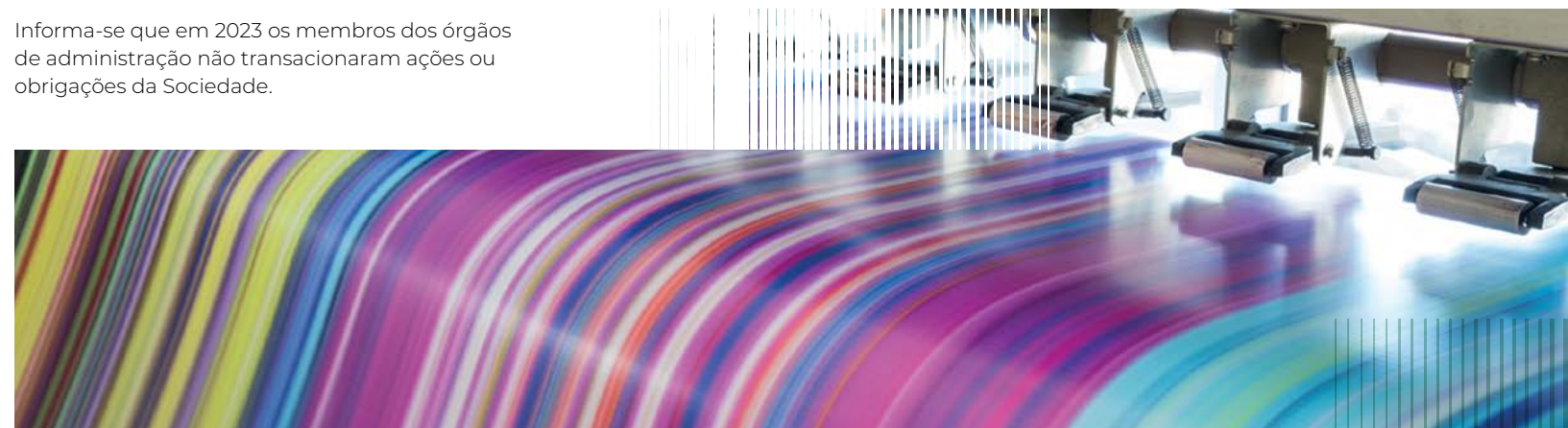
o valor nominal de 1 000 € cada, no montante global de 15 000 000 €, integralmente subscritas e realizadas por Papyrus GmbH por mobilização de parte do preço por que a Inapa lhe adquiriu as sociedades Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG e Papyrus Deutschland Verwaltungs GmbH.

Por forma a acomodar a conversão de tais obrigações, pela mesma Assembleia Geral foi aprovado um aumento de capital dos atuais 180 135 111,43 € até 195 135 111,43 €.

A 31 de dezembro de 2023, o empréstimo obrigacionista encontrava-se amortizado em 6 000 000 € sendo suscetível de conversão o montante de 9 000 000 €.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Não se verificaram quaisquer negócios ou operações, fora das condições normais de mercado, entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do Art.º 20.º do CVM.



B. Órgãos Sociais e Comissões

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral (ao longo do ano de referência).

11. Identificação e cargo dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

A composição atual da Mesa da Assembleia Geral é a seguinte:

- Presidente – Dr. Ricardo Andrade Amaro
- Secretário – Dr. Pedro Capitão Barbosa

A atual Mesa da Assembleia Geral foi eleita para o triénio 2022-2024, conjuntamente com os demais membros dos órgãos sociais, em Assembleia Geral realizada a 20 de maio de 2022.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe, para além do apoio do respetivo Secretário, do apoio do Secretário da Sociedade bem como dos serviços e meios administrativos da Sociedade, que se afiguram suficientes e adequados para o bom desempenho das suas funções.

b) Exercício do direito de voto.

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art.º 29-H, n.º 1, al. f) CVM).

O contrato de sociedade não estabelece nenhum número mínimo de ações para o exercício do direito de voto.

Por aplicação do disposto no n.º 1 do Art.º 23.º-C do CVM, “tem direito a participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto”, sendo que por força do disposto no n.º 5 do Art.º 13.º do contrato de sociedade por cada ação averbada em nome de um acionista conta-se um voto.

As regras estatutárias sobre voto por correspondência constam do n.º 2 do Art.º 13.º do contrato de sociedade que estabelece que:

“Os acionistas podem exercer os seus direitos de voto por correspondência, devendo para o efeito, dirigir ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma carta registada com aviso de receção com pelo menos três dias úteis de antecedência relativamente à data da sessão da Assembleia Geral a que respeitar.”

O boletim de voto e carta mandadeira são disponibilizados no website institucional, podendo os acionistas que estejam interessados enviar a referida documentação por carta registada ou através do email indicado na convocatória, de forma a exercer o seu direito de voto sem necessidade de estar fisicamente presente para o exercício do voto.

A Sociedade mantém a faculdade de envio dos boletins de voto através de e-mail, permitindo assim a participação dos seus acionistas na Assembleia Geral à distância.

Os estatutos da sociedade não contemplam quaisquer regras relativas a sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

A Sociedade entendeu ser do melhor interesse dos seus acionistas não implementar um método de participação ou votação por via telemática, uma vez que, para além de até ao momento não ter recebido qualquer manifestação de interesse por parte de acionistas ou potenciais investidores em participar nas suas assembleias com recurso a votação por via telemática, (i) nas Assembleias Gerais passadas houve sempre um reduzido número de participantes, (ii) a implementação de um sistema que permitisse o exercício de voto por via telemática de forma segura traria à Sociedade custos avultados e (iii) disponibiliza aos seus acionistas a possibilidade de envio do boletim de voto por email.

Mantendo-se em vigor o Art.º 5.º da Lei 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei n.º 4-A/2020, de 6 de abril, Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, Lei n.º 14/2020, de 9 de maio, Lei n.º 16/2020, de 29 de maio, Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, Lei n.º 58-A/2020, de 30 de setembro, Lei n.º 75-A/2020, de 30 de dezembro, Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro, Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, por previsão expressa constante da parte final da alínea a) do Art.º 2.º da Lei 31/2023, de 4 de julho, o recurso à participação por via telemática nas assembleias gerais da sociedade é sempre possível por força do disposto no n.º 1 do mencionado artigo que dispõe que *“a participação por meios telemáticos, designadamente vídeo ou teleconferência de membros de órgãos colegiais de entidades públicas ou privadas nas respetivas reuniões, não obsta ao regular funcionamento do órgão, designadamente no que respeita a quórum e a deliberações, devendo, contudo, ficar registado na respetiva ata a forma de participação”*.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art.º 20.º.

Na Assembleia Geral de 15 de novembro de 2018 foi revista a disposição do contrato de sociedade que previa a limitação dos direitos de voto expressos por um acionista.

A referida disposição previa que não seriam considerados os votos emitidos por um acionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedessem um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Os direitos de votos correspondentes a ações detidas por acionista que com eles se encontrasse sujeito a um domínio comum também estariam abrangidas por esta disposição estatutária, sendo limitadas de forma proporcional quando afetasse vários acionistas.

Ficou então estabelecido que o Conselho de Administração deveria submeter de cinco em cinco anos uma proposta de deliberação pela Assembleia Geral de alteração ou manutenção desta disposição estatutária, sem requisitos de quórum agravado relativamente ao quórum supletivamente estabelecido pela lei. Nesta deliberação contar-se-iam todos os votos emitidos sem que operasse a limitação de contagem de votos.

Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2023, por proposta do Conselho de Administração apresentada para cumprimento do disposto no n.º 6 do Art.º 13.º-A dos estatutos, foi deliberado manter a referida limitação de direitos de voto nos exatos termos em que a mesma se encontrava regulada no contrato de sociedade vigente a essa data.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Os estatutos desta Sociedade não contemplam outras maiorias qualificadas para a adoção de deliberações sociais para além das que decorrem da lei, a saber:

- Para que a Assembleia Geral possa deliberar em primeira convocação sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para as quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem estar presentes ou devidamente representados acionistas que detenham ações representativas de, pelo menos, 1/3 do capital social; em segunda convocação a assembleia pode deliberar qualquer que seja o número de acionistas presentes e o capital por eles representado (Art.º 383.º n.os 2 e 3 do CSC);
- Nas matérias indicadas no parágrafo anterior a deliberação deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação; caso, porém, em segunda convocação estiverem presentes ou representados acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social as deliberações sobre as referidas matérias podem ser tomadas pela maioria dos votos emitidos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO E CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO)

a) Composição (ao longo do ano de referência).

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Por deliberação da Assembleia Geral de 31 de maio de 2007, a Sociedade adotou como modelo de governo contemplado na alínea b) do n.º 1 do Art.º 278.º do CSC, a saber Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas.

Na reunião do Conselho de Administração de 8 de junho de 2022 foram aprovados o regulamento do Conselho de Administração e a constituição de uma Comissão Executiva na qual foi delegada a gestão corrente da Sociedade.

O regulamento do Conselho de Administração determina, no seu Art.º 4.º, que o Conselho deverá reunir ordinariamente uma vez por trimestre.

Os estatutos da Sociedade preveem, no seu Art.º 22.º, que os membros da Comissão de Auditoria sejam designados em Assembleia Geral, sendo esta composta por três membros, em que um deles servirá como presidente. Ao presidente incumbirá convocar as respetivas

reuniões. A Comissão de Auditoria reunirá ordinariamente pelo menos a cada dois meses. Adicionalmente a Comissão Executiva disponibiliza, quando solicitada, a documentação de suporte das suas deliberações e outros documentos que mantém em arquivo.

De cada reunião do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da Comissão da Auditoria, é lavrada ata, estando as mesmas disponíveis para consulta dos membros dos órgãos sociais na sede da Sociedade, encontrando-se os presidentes de cada um dos órgãos respetivos disponíveis para prestar qualquer tipo de esclarecimentos.

As atas das reuniões da Comissão Executiva são regularmente levadas ao conhecimento da Comissão de Auditoria e as atas das reuniões desta última são regularmente levadas ao conhecimento do Presidente do Conselho de Administração.

Por força do disposto no Regulamento do Conselho de Administração aprovado em 8 de junho de 2022, sempre que o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, os administradores independentes devem designar de entre si um *lead independent director* para designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do Conselho de Administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho do órgão de administração.



16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art.º 29-H, n.º 1, al. h) CVM).

De harmonia com o disposto no n.º 1 do Art.º 18.º dos estatutos, o Conselho de Administração da Sociedade deve ser composto por cinco a doze membros, eleitos em Assembleia Geral.

O n.º 2 do mesmo artigo prevê que “os acionistas que tenham votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores têm o direito de designar um administrador, contanto que essa minoria represente pelo menos 10% do capital social”.

O n.º 3 dessa mesma disposição estatutária prevê que o administrador designado pela minoria substituirá de forma automática a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquele que figurar em último lugar da mesma lista.

O n.º 7 do Art.º 18.º dos estatutos da Sociedade prevê ainda que “se o Conselho de Administração, sendo constituído por um número de membros inferior ao máximo previsto no número um do presente artigo, considerar conveniente para a gestão dos negócios sociais que o número de administradores seja aumentado, poderá designar dois novos membros até à primeira reunião da Assembleia Geral anual da sociedade, desde que obviamente não venha a ser excedido o limite de doze membros fixados nestes estatutos para o Conselho de

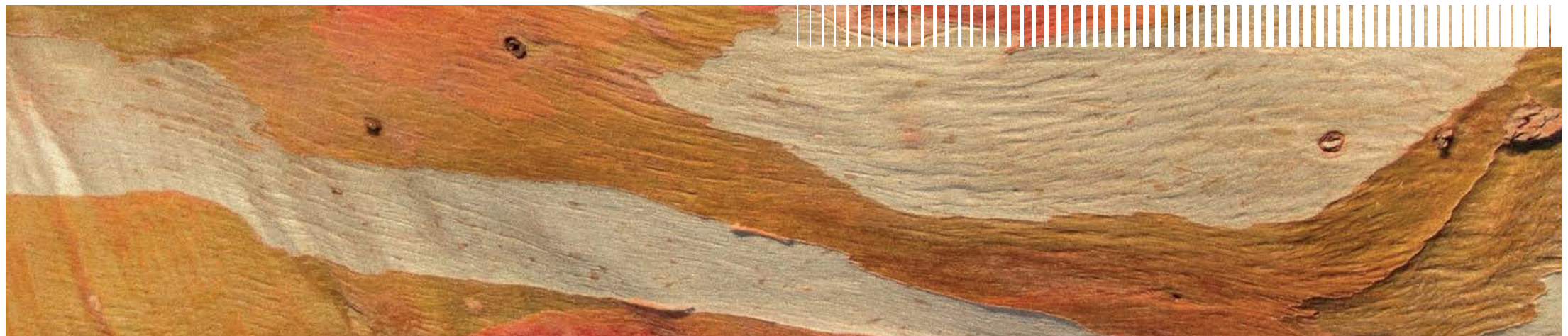
Administração. A primeira reunião da Assembleia Geral anual que se realizar após tal designação confirmará ou não a orientação do Conselho de Administração quanto ao número de administradores e, no caso afirmativo, ratificará a designação dos novos membros.”

Os n.ºs 8 e 9 do Art.º 18.º do contrato de sociedade preveem que “a falta, durante um ano civil, a mais de duas reuniões do Conselho de Administração, sem justificação aceite por este, conduz a uma falta definitiva do administrador” e que “o Conselho de Administração cooptará os substitutos dos seus membros que faltem definitivamente ou, nos termos da lei, hajam sido destituídos ou hajam renunciado ao cargo. As substituições assim efetuadas manter-se-ão até ao fim do período para o qual foram eleitos os membros do Conselho de Administração que

procedeu à cooptação, salvo se antes esta não tiver sido ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte, a cuja aprovação deve ser submetida, como determina o n.º 4 do Art.º 393.º do Código das Sociedades Comerciais”.

O n.º 5 do Art.º 18.º do contrato de sociedade prevê que “o Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade”.

Por fim, a Sociedade não introduziu qualquer tipo de medida que possa supor um pagamento futuro ou assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou mudanças de composição do órgão de administração, que possam ser suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão de ações e a apreciação dos acionistas do desempenho dos administradores.



17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Pelos estatutos, o Conselho de Administração deve ser composto por cinco a doze membros, eleitos em Assembleia Geral, por períodos renováveis de 3 anos, podendo este órgão delegar numa Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade.

Tendo o Conselho de Administração feito uso, por deliberação de 8 de junho de 2022, da faculdade que lhe é conferida de delegar numa Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, a composição de cada um dos dois órgãos em causa é a seguinte:

Membros do Conselho de Administração	Cargo no Cons. Administração	Cargo na Com. Executiva	Data da 1.ª Designação	Termo do Mandato
Frederico João de Moser Lupi ⁽¹⁾	Presidente	Presidente	01.10.2015	31.12.2024
Inês Patrícia Arêde Simões Louro	Vogal	Vogal	23.05.2019	31.12.2024
Afonso Nuno Silva Chaby Rosa	Vogal	Vogal	05.06.2023	31.12.2024
Victor Maurílio Silva Barros ⁽²⁾	Vogal		23.05.2019	31.12.2024
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	Vogal		23.05.2019	31.12.2024
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Vogal		23.05.2019	31.12.2024
João Miguel Pacheco de Sales Luís	Vogal		07.05.2013	31.12.2024
Fernando Sanz Pinto	Vogal		25.05.2023	31.12.2024

(1) Assumiu funções de Presidente do Conselho de Administração e Comissão Executiva em 5 de Junho de 2023

(2) *Lead independent director*

Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2023, os acionistas presentes, elegeram, sob proposta do acionista Nova Expressão SGPS, S.A., para administrador da Sociedade, até ao termo do triénio em curso de 2022-2024, Fernando Sanz Pinto.

No dia 5 de junho de 2023, Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende, então Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva renunciou ao mandato por motivos de ordem pessoal. Em reunião do Conselho de Administração dessa mesma data foi, sucessivamente, deliberado, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do Art.º 393.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 9 Art.º 18.º do contrato de sociedade:

- Cooptar para administrador da Sociedade, até ao termo do mandato em curso de 2022-2024, Afonso Chaby Rosa;
- Designar o administrador assim cooptado para membro da Comissão Executiva do Conselho de Administração;
- Designar o administrador Frederico João de Moser Lupi para Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

As deliberações de cooptação de Afonso Chaby Rosa para administrador desta Sociedade e de designação de Frederico João de Moser Lupi para Presidente do Conselho de Administração serão submetidas a ratificação da próxima Assembleia Geral para cumprimento do disposto n.º 4 do Art.º 393.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 9 do Art.º 18.º do contrato de sociedade.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Os critérios de independência que serviram de base à avaliação da situação dos administradores foram os constantes do Código das Sociedades Comerciais – Art.º 414.º e do Regulamento n.º 4/2013 da CMVM.

Na apreciação dos critérios de independência dos administradores não executivos foram tidos em consideração os estabelecidos no regulamento da CMVM n.º 4/2013 (nomeadamente o Art.º 18.1) e no Código das Sociedades Comerciais (Art.º 414.º, n.º 5)).

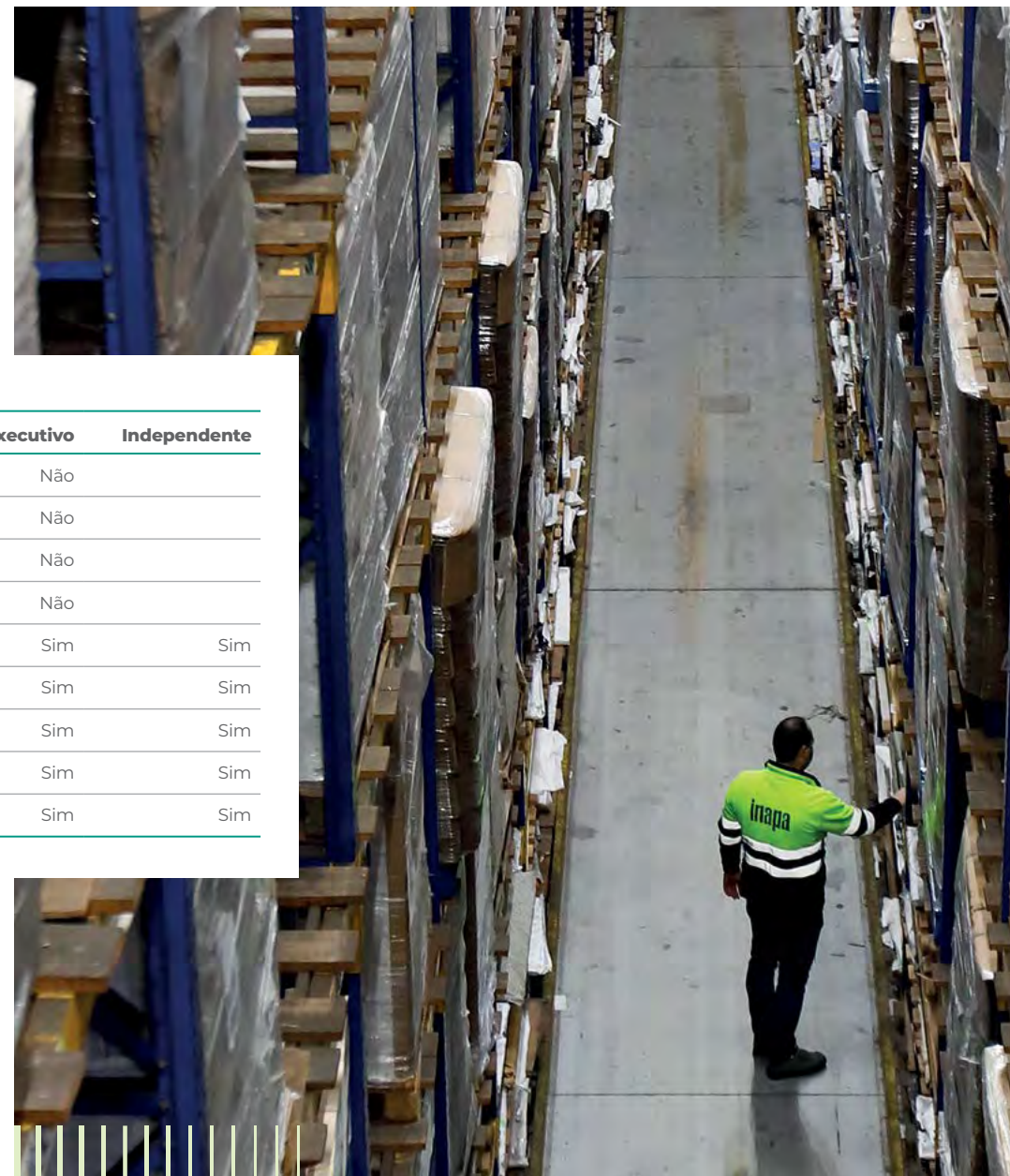
Quando aplicados os critérios decorrentes do Código de Governo das Sociedades (IPCG, 2018), revisto em 2023, não se verificaram discrepâncias na apreciação da independência dos administradores.

A 8 de junho de 2022 a administração elegeu para as funções de *lead independent director*, o Presidente da Comissão de Auditoria, Victor Maurílio Silva Barros uma vez que os mandatos de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão Executiva se concentravam no mesmo administrador.

Não se tendo alterado a situação de concentração de funções anteriormente descrita com a designação de Frederico João de Moser Lupi para o exercício dos mandatos de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão Executiva as funções de *lead independent director* cometidas ao administrador Victor Barros mantiveram-se inalteradas.

Membros do Conselho de Administração	Não executivo	Independente
Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende ⁽¹⁾	Não	
Frederico João de Moser Lupi	Não	
Inês Patrícia Arêde Simões Louro	Não	
Afonso Nuno Silva Chaby Rosa ⁽²⁾	Não	
Victor Maurílio Silva Barros ⁽³⁾	Sim	Sim
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	Sim	Sim
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Sim	Sim
João Miguel Pacheco de Sales Luís	Sim	Sim
Fernando Sanz Pinto ⁽⁴⁾	Sim	Sim

(1) Em funções até 5 de junho de 2023
 (2) Em funções desde 5 de junho de 2023
 (3) *Lead independent director*
 (4) Em funções desde 25 de maio de 2023



19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.



Frederico João de Moser Lupi

Qualificações Académicas

- Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa
- Três programas para executivos pelo INSEAD (Fontainebleau, França)

Atividade Profissional

- Administrador/Gerente das seguintes subsidiárias do Grupo Inapa:
 - Inapa Angola, S.A.
 - Inapa Belgium, S.A.
 - Inapa ComPlott, GmbH
 - Inapa Deutschland GmbH
 - Inapa Deutschland Holding GmbH
 - Inapa España Distribución de Papel, S.A.
 - Inapa France, SAS
 - Inapa Packaging, GmbH
 - Inapa Packaging, Lda.
 - Inapa Packaging, SAS
 - Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A.
 - Inapa Shared Center, Lda.
 - JJ Loos, SAS
 - KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi
- CFO do Grupo EIP (2015)
- Diretor coordenador de bancassurance no Grupo BCP em Lisboa e Atenas, diretor comercial no Banco Pinto e Sottomayor (Grupo BCP), diretor coordenador e membro da Comissão Executiva em Atenas no Millennium Bank, diretor comercial da rede de retalho no Millennium BCP e diretor do negócio imobiliário (1996–2014)
- Diretor financeiro e adjunto da administração da Lusalite (1993–1995)



Inês Patrícia Arêde Simões Louro

Qualificações Académicas

- Licenciada em Gestão de Empresas pelo ISEG
- MBA pelo Lisbon MBA

Atividade Profissional

- Administradora/Gerente das seguintes subsidiárias do Grupo Inapa:
 - Europackaging – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
 - Inapa Angola, S.A.
 - Inapa Deutschland GmbH
 - Inapa Deutschland Holding GmbH
 - Inapa España Distribución, S.A.
 - Inapa France, SAS
 - Inapa Shared Center, Lda.
 - JJ Loos, SAS
 - KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi
- Diretora Corporativa de Planeamento Estratégico e Controlo no Grupo ETE (2016–2019)
- Diretora de Planeamento Estratégico e Pricing na Portugal Telecom (2009–2015)
- Diretora de Planeamento Estratégico e Controlo na Portugal Telecom (2006–2009)
- Diretora de Desenvolvimento de Negócios na PT Comunicações (2004–2005)
- Responsável Corporativa por Planeamento e Controlo da Portugal Telecom (2002–2003)
- Diretora de Planeamento e Controlo de Gestão na PTM.com (2001–2002)



Afonso Nuno Silva Chaby Rosa

Qualificações Académicas

- Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas, Universidade Católica Portuguesa, 1989–1994
- Formação complementar em Asset Valuation (Oporto Stock Exchange) e Value Based Management (Universidade Nova de Lisboa)

Atividade Profissional

- Administrador/Gerente das seguintes subsidiárias do Grupo Inapa:
 - Embaltec, SAS
 - Inapa France, SAS
 - Inapa Packaging, SAS
 - Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A.
 - JJ Loos, SAS
 - Semaq, SAS
- CEO Inapa France (2012–2023)
- CEO Inapa Portugal (2010–2012)
- Diretor Controlo de Gestão Inapa IPG (2007–2010)
- Diretor Financeiro & Controlo de Gestão ONISGPS (2000–2007)
- Diretor Financeiro COMNEXO – Redes de Comunicações (1997–2000)
- Senior Auditor KPMG (1994–1997)



Victor Maurílio Silva Barros

Qualificações Académicas

- Programa executivo em Corporate Governance pela Columbia Business School
- Programa executivo em Sustainable Investing pela Harvard Business School
- Programa executivo em Advanced Valuation pela New York University Stern School of Business
- Doutoramento em Gestão com especialização em Finanças pelo ISEG – Universidade de Lisboa
- Mestrado em Finanças pelo ISEG – Universidade de Lisboa
- Pós-graduação em Fiscalidade Regional e Internacional
- Licenciatura em Gestão pela Universidade da Madeira
- Contabilista Certificado
- CFA® charterholder pelo CFA Institute
- Programa Avançado para Administradores não Executivos – Instituto Português de Corporate Governance

Atividade Profissional

- Presidente do Conselho Fiscal do IDEFE/ISEG Executive Education (desde 2023)
- Presidente do Conselho Fiscal de Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal do IDEFE/ISEG Executive Education (2017-2023)
- Professor Auxiliar de Finanças no ISEG – Universidade de Lisboa (desde 2016 até 2023)
- Professor Associado de Finanças no ISEG – Universidade de Lisboa (desde 2023)
- Faculty Advisor do ISEG no CFA Institute Research Challenge (desde 2015)
- Assistente convidado no ISEG – Universidade de Lisboa (2013-2016)
- Investigador no ADVANCE/CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão (desde 2011)



Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

Qualificações Académicas

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
- Programa Avançado para Administradores não Executivos – Instituto Português de Corporate Governance

Atividade Profissional

- Membro do Conselho Fiscal da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (desde 2023)
- Membro do Conselho Diretivo da Associação – Fundo de Assistência do Crédito Agrícola Mútuo (FACAM) (desde 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da Monte d'Alva – Alimentação, S.A. (desde 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da SGEHR – Sociedade Gestora e Exploradora de Hotéis e Resorts, S.A. (desde 2019)
- Membro não executivo do Conselho de Administração da FUNDIESTAMO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (2019-2022)
- Diretora Coordenadora no Novo Banco (2013-2017)
- Administradora não executiva Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco (2013-2015)
- Administradora executiva Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco (2000-2013)
- Administradora executiva no IAPMEI (1999-2000)
- Diretora no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (1991-1999)
- Docente na licenciatura da Universidade Católica (1988-1991 e 1994-1998)



Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Qualificações Académicas

- Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Autónoma de Lisboa
- Revisora Oficial de Contas
- Economista e Contabilista certificada

Atividade Profissional

- Suplente do Conselho Fiscal da VICTORIA – Seguros Vida, S.A. (desde março 2022)
- Suplente do Conselho Fiscal da VICTORIA – Seguros, S.A. (desde março 2022)
- Vogal do Conselho Fiscal de Águas do Tejo Atlântico, S.A. (2021-2023)
- Vogal do Conselho Fiscal da Insight Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (2021-2023)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Presidente da Comissão de Inscrição da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal de EPAL – Empresa das Águas Livres, S.A. (2018-2023)
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. e Águas do Centro Litoral, S.A. (2017-2023)
- Vogal suplente do Conselho Fiscal das Águas do Tejo Atlântico, S.A. (2017-2021)
- Presta a título individual atividade de Revisor Oficial de Contas e serviços relacionados (desde 2012)
- Administradora na Auto Jardim do Algarve – Automóveis de Aluguer, S.A. (2005-2007)
- Administradora na JMTC – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (1998-2005)
- Gerente na Auto Jardim do Algarve – Automóveis de Aluguer, Lda. (1997-2012)
- Gerente na Auto Colibri – Reparações Auto, Lda. (1997-2012)
- Auditora na António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (1995-2015)
- Consultora na António Borges & Associados – Consultores Associados, S.A. (1995-2004)



João Miguel Pacheco de Sales Luís

Qualificações Académicas

- PADE (Programa de Alta Direção de Empresas) da AESE (1999/2000)
- MBA pela Universidade Nova (1997)
- Técnico Oficial de Contas
- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas na Universidade Católica Portuguesa (1981)

Atividade Profissional

- Vogal do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral de Angola (2022-maio 2023)
- Presidente do Conselho Fiscal do Banco Internacional de São Tomé Príncipe (desde 2019)
- Presidente da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas (desde 2015)
- Presidente do Conselho Fiscal da Unice – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (2013–2018)
- Diretor coordenador da rede de retalho no BCP (2008–2012)
- Diretor comercial do retalho no BCP (2003–2008)
- Diretor Coordenador do Negócio de Corretagem de ações no BCP Investimento (2001–2003)
- Diretor Coordenador do Private Banking da Zona Sul (2000–2001)
- Diretor Coordenador do “Internacional Private Banking” (1998–2000)
- Diretor de Marketing da Companhia de Seguros Ocidental (1997–1998)
- Diretor comercial da Nova Rede (1995–1997)
- Diretor Geral da BCPI (Empresa de Gestão de Ativos do BCP) (1991–1994)
- Técnico da Direção de Estudos e Planeamento do BCP (1986–1991)
- Técnico de Planeamento e controlo na Sorefame (Indústria Metalomecânica e de Caminhos de Ferro) (1986–1991)



Fernando Sanz Pinto

Qualificações Académicas

- Licenciatura em Engenharia Mecânica, Academia Militar de Lisboa
- MBA International Business pela Universidade Católica Portuguesa
- Programa Executivo de Strategy & Organization pela Stanford University, EUA
- Programa Executivo de Negociação pela Harvard Business School, EUA

Atividade Profissional

- Senior Advisor da Clairefield International (2020-2022)
- Diretor Corporativo de Estratégia e Membro do Comité de Direção do Grupo Lecta (2018-2020)
- Diretor Corporativo de Distribuição do Grupo Lecta (2016-2018)
- Diretor Geral Comercial, Grupo Lecta (2012-2016)
- Diretor Comercial, Grupo Lecta (2009-2012)
- Diretor Geral, Torraspapel Portugal, Lda. (2006-2009)
- Diretor Geral, Sarriopapel Portugal, Lda. (1995-2006)
- Diretor Geral, Imaje Portugal, Lda. (1989-1995)
- Area Manager, Mobil Oil Portuguesa, S.A. (1984-1989)
- Engenheiro de Projeto e Responsável de Projeto, Profabril, S.A. (1979-1984)



As listas propostas para eleição do Conselho de Administração são acompanhadas por um curriculum vitae dos candidatos, para que se possa aferir da idoneidade dos membros para o exercício do mandato, de que constam as qualificações académicas e um descritivo da atividade profissional ao longo da carreira. Estas informações são colocadas à disposição dos acionistas nos prazos previstos na lei para a convocação das Assembleias Gerais eletivas.

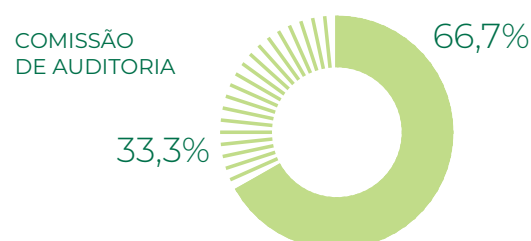
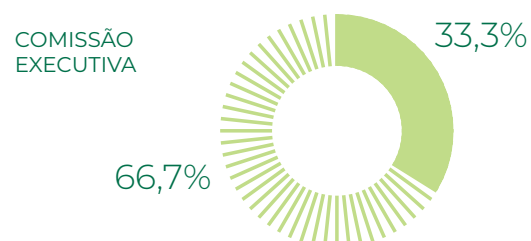
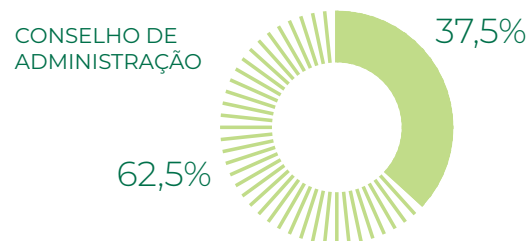
Os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade evidenciam uma representação diversificada em termos de idade, sexo e antecedentes profissionais, que contribui para alcançar uma maior amplitude de apreensão e profundidade de análise, bem como uma visão mais abrangente das múltiplas implicações das decisões adotadas.

A idade média dos elementos do Conselho de Administração é de 55 anos. A idade máxima é de 66 anos e a idade mínima de 37 anos, o que representa uma amplitude etária de 29 anos.

Quanto à distribuição em termos de sexo dos elementos do Conselho de Administração, Comissão Executiva e Comissão de Auditoria, constata-se a existência dos seguintes equilíbrios que cumprem, em todos os casos, os limites estabelecidos pelo Art.º 5.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto:

Distribuição por género

Mulheres Homens



Nas tabelas seguintes, apresenta-se informação adicional quanto à distribuição em termos de idade e de sexo dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Faixa etária	Mulheres	Homens	Total
< 30 anos	0	0	0
30-50 anos	1	1	2
>50 anos	2	4	6
Total	3	5	8

COMISSÃO EXECUTIVA

Faixa etária	Mulheres	Homens	Total
< 30 anos	0	0	0
30-50 anos	1	0	1
>50 anos	0	2	2
Total	1	2	3

COMISSÃO DE AUDITORIA

Faixa etária	Mulheres	Homens	Total
< 30 anos	0	0	0
30-50 anos	0	1	1
>50 anos	2	0	2
Total	2	1	3

As habilitações e experiência profissional dos 8 elementos dos referidos órgãos encontram-se descritas nos pontos 19, 26 e 36 do presente relatório.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não existem à data relações familiares, profissionais ou comerciais dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável uma participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Assembleia Geral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES		NÃO EXECUTIVOS	EXECUTIVOS	
Ricardo Andrade Amaro <small>Presidente</small>		Víctor Barros	Frederico Lupi <small>Presidente</small>	
Pedro Manuel Macedo Vilas Boas		Emília Frazão	Inês Louro	
Tiago Manuel Rodrigues Estevinho		Patrícia Caldinha	Afonso Chaby	
		João Sales Luís		
		Fernando Sanz Pinto		
COMISSÃO DE AUDITORIA		COMISSÃO EXECUTIVA	CENTRO CORPORATIVO	
Víctor Barros <small>Presidente</small>		Frederico Lupi <small>Presidente</small>	David Pedroso <small>Gestão de Risco e Auditoria Interna⁽¹⁾</small>	
Emília Frazão		Inês Louro	António Alvim <small>Legal</small>	
Patrícia Caldinha		Afonso Chaby	João Alvarinho <small>IT</small>	
			Miguel Loureiro <small>Relação com Mercado, Des. Estratégico</small>	
			Carlos Alves <small>Contabilidade e Consolidação</small>	
			Sofia Picoto <small>Finanças, Planeamento e Controlo</small>	
			Gilbert Trepmann <small>Marketing e Compras (Graphic)</small>	
			Antoine Lequitte <small>Marketing e Compras (Office)</small>	
ALEMANHA		FRANÇA	ESPAÑA	PORTUGAL
Thomas Schimanowski		Alexis Dormoy	Gínés Ramires	Gínés Ramires
Martin Tewes		Marc Gautier	Pedro Huidobro	Luís Ferreira
Frank Wegener			Miguel Moreira	Miguel Moreira
Achim Thörner				
Jürgen Luzar		TURQUIA	BELUX	ANGOLA
		Suzi Matat	Chris Luyten	António Franco
				Miguel Moreira

(1) Também reporta à Comissão de Auditoria



Pela deliberação de 8 de junho de 2022 do Conselho de Administração foram delegadas na respetiva Comissão Executiva, ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do Art.º 407.º do Código das Sociedades Comerciais, as seguintes competências, sem prejuízo da faculdade de, nos termos do n.º 8 do mesmo preceito legal, o Conselho de Administração poder vir a tomar resoluções sobre os mesmos assuntos:

- | | | | |
|--|--|--|--|
| <p>a) A gestão corrente da Sociedade;</p> <p>b) O acompanhamento e a coordenação, incluindo a definição das orientações de gestão e o controlo, das sociedades subordinadas;</p> <p>c) O estabelecimento dos planos de política, de objetivos e de estratégia da Sociedade e do Grupo, para aprovação em Conselho de Administração;</p> <p>d) O estabelecimento das linhas gerais de organização interna societária incluindo os sistemas internos de controlo e gestão de riscos, para aprovação em Conselho de Administração;</p> <p>e) A elaboração dos orçamentos de exploração e dos planos de investimento e desenvolvimento a médio e longo prazos da Sociedade, para aprovação em Conselho de Administração;</p> <p>f) A aprovação de contratos de aquisição de bens ou serviços pela Sociedade cujo valor, para cada tipo de bens ou serviços, seja inferior a 500 000 euros;</p> | <p>g) A negociação e celebração de contratos de financiamento de curto prazo da Sociedade, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da Sociedade;</p> <p>h) A negociação e celebração de acordos de alteração, substituição ou renovação de contratos de financiamento da Sociedade, incluindo programas de papel comercial, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da Sociedade;</p> <p>i) A negociação de novos contratos de financiamento a mais de um ano e um dia da Sociedade, de emissão de obrigações e de programas de papel comercial, ficando, porém, expressamente condicionada a vinculação da Sociedade, neste tipo de operações, a uma deliberação prévia do Conselho de Administração;</p> <p>j) A prestação de apoio financeiro às sociedades subordinadas, nas modalidades e condições que houver por mais adequadas à defesa dos interesses da Sociedade;</p> <p>k) A aquisição, alienação ou oneração de bens ou valores do ativo imobilizado da Sociedade contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração;</p> <p>l) A aquisição, alienação ou oneração de bens ou valores do ativo imobilizado da Sociedade não contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração até ao valor individual de 1,5% do capital social realizado;</p> | <p>m) Adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, desde que não excedam individualmente 2,5% do capital social realizado, carecendo as demais de prévia deliberação do Conselho de Administração;</p> <p>n) Deliberar sobre a realização de investimentos, desinvestimentos e reestruturações nas, e pelas, Sociedades Subordinadas;</p> <p>o) Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou frações de imóveis;</p> <p>p) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, bem como propor e seguir quaisquer ações, confessá-las e delas desistir, transigir e comprometer-se em árbitros;</p> <p>q) Celebrar, alterar e rescindir contratos de trabalho e exercer o poder disciplinar sobre o pessoal;</p> <p>r) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;</p> <p>s) Constituir mandatários da Sociedade.</p> <p>Naquela referida deliberação, o Conselho de Administração esclareceu que os poderes constantes da alínea h) se devem entender como restritos a alterações não substanciais aos contratos de financiamento nela contemplados.</p> | <p>Constituem competências indelegáveis na Comissão Executiva, as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As constantes das alíneas a) a m) do Art.º 406.º do Código das Sociedades Comerciais; • Deliberar, nos termos e limites estabelecidos no Art.º 503.º do Código das Sociedades Comerciais, sobre instruções vinculantes às Sociedades Subordinadas; • Deliberar sobre o orçamento e o plano da Sociedade e do Grupo; • Deliberar sobre a aquisição e alienação pela Sociedade de participações sociais maioritárias ou de domínio, bem como as sujeitas a processo especial de aquisição ou alienação nos termos do Código de Valores Mobiliários; • Deliberar, sobre a fixação dos objetivos estratégicos da Sociedade em matéria de assunção de riscos e sobre os respetivos sistemas internos de controlo e gestão dos mesmos; • Aprovar sob parecer prévio e vinculativo da Comissão de Auditoria, o regulamento sobre transações com partes relacionadas e/ou suas alterações bem como aprovar as transações com partes relacionadas nos termos estabelecidos no referido regulamento. <p>É ainda de referir que todos os administradores, incluindo os pertencentes à Comissão de Auditoria, para além de avaliar e aprovar o orçamento e plano estratégico do triénio, acompanham a sua evolução numa base pelo menos trimestral não sendo utilizados mecanismos de inteligência artificial como instrumentos de tomada de decisão por parte dos órgãos sociais.</p> |
|--|--|--|--|



O plano estratégico do triênio 2022-2024 onde se definem as prioridades, políticas e objetivos estratégicos da Sociedade e do Grupo, foi discutido em reunião de Conselho de Administração em 18 de maio de 2022 e revisto e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 25 de setembro de 2022. Este plano foi concebido tendo em vista o êxito a longo prazo da Sociedade e do Grupo numa perspectiva que promova a sustentabilidade ambiental e social, destacando três pilares – eficiência, crescimento e sustentabilidade.

Em 2023 foi revista a performance relacionada com as metas estabelecidas para 2022 em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Reforçou-se a abrangência dos objetivos e contribuiu para a agenda das Nações Unidas, definindo-se novas metas para 2023-2024 em 8 áreas prioritárias – relacionadas com os ODS 3, 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15 (face a 5 em 2019-2022).

No capítulo 1 do relatório anual, é descrito o plano estratégico e é feito um ponto de situação sobre as iniciativas que foram realizadas no âmbito da sua implementação.

No capítulo 5, apresenta-se a abordagem, performance e objetivos relacionados com sustentabilidade. A leitura deste capítulo deve ser complementada pela leitura dos capítulos 6 e 7, e capítulo final do relatório (Informação Adicional).

Para a execução da sua missão, a Inapa promove o bem-estar e desenvolvimento dos colaboradores, respetivas famílias e comunidades onde o Grupo se insere, tendo reforçado o seu apoio a programas de formação e apoiado iniciativas relacionadas com o desenvolvimento das comunidades em que se insere. Adota uma abordagem responsável e preventiva relativamente aos desafios ambientais, assumindo um papel (direto e indireto) na conservação das florestas e das espécies dependentes delas, no uso responsável de recursos naturais, e na redução dos efeitos de estufa. Investe em práticas e estruturas eficientes, aumentando o nível de monitorização da sua cadeia de aprovisionamento, com vista a promover a transparência e práticas de sustentabilidade da cadeia valor.

Destaca-se que a abordagem à sustentabilidade é suportada por um Código de Conduta onde se descrevem os valores, princípios, padrões e normas de comportamento em que baseia a sua atividade. O Grupo integra os sistemas FSC® (Forest Stewardship Council®) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification), com vista a assegurar uma gestão responsável e sustentável da floresta, minimizando riscos e evitando o envolvimento em práticas ilegais ou eticamente reprováveis na sua cadeia de abastecimento.

Todos os anos é divulgado o Plano de Igualdade de Género, que demonstra o compromisso do Grupo com a promoção da igualdade entre mulheres e homens.

O Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria fazem uma aferição das medidas de mitigação de riscos presentes na Sociedade e no Grupo, definindo em conjunto atividades de acompanhamento e manutenção da adequabilidade das medidas em curso permitindo fazer ajustamentos sempre que tal se justifique.

A Comissão de Auditoria faz uma avaliação dos riscos do Grupo e da adequação dos mecanismos de mitigação de risco.

Importa ainda referir que, na deliberação do Conselho de Administração de 8 de junho de 2022, o Presidente da Comissão Executiva foi especialmente incumbido, de harmonia com o disposto no n.º 6 do Art.º 407.º CSC, de:

- Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva;
- Assegurar o cumprimento dos limites da delegação e da estratégia da Sociedade.

As atas da Comissão Executiva são regularmente disponibilizadas ao Presidente da Comissão de Auditoria e as mesmas encontram-se arquivadas e disponíveis para consulta dos restantes membros dos órgãos sociais na sede da Sociedade.

As convocatórias, materiais de apoio à decisão e atas do Conselho de Administração são distribuídas a todos os administradores da Sociedade.

Por força das disposições legais aplicáveis, reproduzidas na deliberação do Conselho de Administração de 8 de junho de 2022, encontram-se especialmente cometidas à Comissão de Auditoria as seguintes competências:

- Fiscalizar a administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração, do qual deverá constar a sua concordância ou não com o relatório de gestão e com as contas do exercício e incluir a declaração prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 245.º do Código dos Valores Mobiliários (atual alínea c) do n.º 1 do Art.º 29-G), subscrita por cada um dos seus membros;
- Convocar a Assembleia Geral quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;

- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado pela Sociedade inclui os elementos referidos no Art.º 29-H do Código dos Valores Mobiliários na redação aprovada pela Lei n.º 99 A/2021 de 31 de dezembro;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas, aprovar anualmente o âmbito dos respetivos trabalhos de auditoria e os correspondentes honorários, aprovar quaisquer prestações de serviços adicionais diversos dos de auditoria e fiscalizar a sua independência;
- Emitir parecer prévio sobre o regulamento sobre transações com partes relacionadas e suas alterações bem como sobre as transações com partes relacionadas nos termos estabelecidos no referido regulamento;
- Participar ao Ministério Público os factos delituosos de que tenha tomado conhecimento e que constituam crimes públicos;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções.

Na execução das suas funções a Comissão de Auditoria reúne com o auditor externo e Revisor Oficial de Contas da Sociedade – as duas funções estão cometidas à mesma entidade - e é o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.

A Comissão de Auditoria pronuncia-se quanto ao plano de trabalhos da área de Gestão de Risco e Auditoria Interna, recebe os seus relatórios, acompanha regularmente a prossecução dos trabalhos, bem como a adequação dos respetivos recursos.

Anualmente a Comissão de Auditoria faz uma apreciação do trabalho prestado pelo Revisor Oficial de Contas e auditor externo.

Caso considere adequada a sua destituição, a mesma proporá a sua substituição em Assembleia Geral.

A Comissão de Auditoria dá anualmente o seu parecer sobre o relatório e contas apresentado pela Administração onde são elencados os pilares estratégicos do mandato em curso.

No âmbito dos seus trabalhos, o Revisor Oficial de Contas e auditor externo procedem a:

- Uma identificação e avaliação de riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro;
- Uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria;
- Uma avaliação da adequação das políticas contabilísticas;
- Uma conclusão sobre a apropriação do uso do pressuposto da continuidade e se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade de dar continuidade às atividades;

- Uma avaliação da apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras;
- Uma comunicação com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, do âmbito, do calendário planeado da auditoria e das conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria;
- Uma comunicação aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, sobre as matérias mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano;
- Uma declaração ao órgão de fiscalização sobre o cumprimento dos requisitos éticos relevantes relativos à independência e eventuais relacionamentos que possam ser percecionados como ameaças à independência.



b) Funcionamento.

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Na deliberação do Conselho de Administração de 8 de junho de 2022 foram aprovados os regulamentos próprios dos seguintes órgãos da Sociedade: Conselho de Administração, Comissão Executiva e Comissão de Auditoria.

Os referidos regulamentos constam de documento único (o Regulamento do Conselho de Administração) que pode ser consultado na sua sede social (Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal) ou através do seu website oficial www.inapa.com.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

De 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração reuniu com as seguintes assiduidades:

- Número de reuniões: 19
- Assiduidade por membro:
 - Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende: 100% ⁽¹⁾
 - Frederico João de Moser Lupi: 100%
 - Inês Patrícia Arêde Simões Louro: 100%
 - Afonso Nuno Silva Chaby Rosa: 86% ⁽¹⁾
 - Victor Maurílio Silva Barros: 100%
 - Emília Noronha Galvão Franco Frazão: 100%
 - Patrícia Isabel Sousa Caldinha: 100%
 - João Miguel Pacheco de Sales Luís: 100%
 - Fernando Sanz Pinto: 100% ⁽¹⁾

De 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 a Comissão Executiva do Conselho de Administração reuniu com as seguintes assiduidades:

- Número de reuniões: 38
- Assiduidade por membro:
 - Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende: 100% ⁽¹⁾
 - Frederico João de Moser Lupi: 100%
 - Inês Patrícia Arêde Simões Louro: 97%
 - Afonso Nuno Silva Chaby Rosa: 100% ⁽¹⁾

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação do desempenho dos administradores executivos compete à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração.

Para efeitos remuneratórios a avaliação do desempenho dos administradores executivos incumbe ainda à Comissão de Remunerações, sendo realizada com uma periodicidade anual.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Para determinar a remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais, a Inapa rege-se pelos seguintes critérios:

- Simplicidade, clareza, transparência, e alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que esta se insere;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Prossecução da excelência na gestão, através de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à Sociedade a obtenção do equilíbrio e da sustentabilidade; e
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os 5 administradores não executivos encontram-se num regime de afetação a tempo parcial à administração da Sociedade.

Os cargos exercidos dentro e fora da Sociedade são os seguintes:

Victor Maurílio Silva Barros

Na Sociedade

- Vogal do Conselho de Administração
- Presidente da Comissão de Auditoria

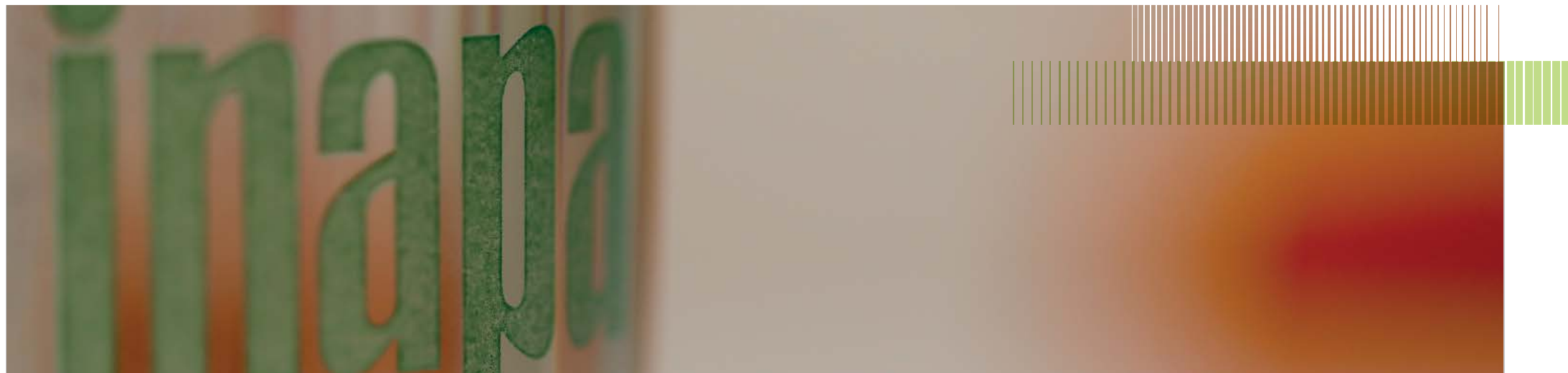
No Grupo

- Nenhum

Fora do Grupo

- Presidente do Conselho Fiscal do IDEFE/ISEG Executive Education (desde 2023)
 - Presidente do Conselho Fiscal de Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (desde 2021)
 - Professor Associado de Finanças no ISEG – Universidade de Lisboa (desde 2023)
 - Faculty Advisor do ISEG no CFA Institute Research Challenge (desde 2015)
 - Investigador no ADVANCE/CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão (desde 2011)
-

⁽¹⁾ Durante o período em que desempenhou funções.



Emília Noronha Galvão Franco Frazão

Na Sociedade

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão de Auditoria

No Grupo

- Nenhum

Fora do Grupo

- Membro do Conselho Fiscal da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (desde 2023)
- Membro do Conselho Diretivo da Associação – Fundo de Assistência do Crédito Agrícola Mútuo (FACAM) (desde janeiro de 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da Monte d'Alva – Alimentação, S.A. (desde janeiro de 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da SGEHR – Sociedade Gestora e Exploradora de Hotéis e Resorts, S.A. (desde julho de 2019)

Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Na Sociedade

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão de Auditoria

No Grupo

- Nenhum

Fora do Grupo

- Suplente do Conselho Fiscal da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. (desde março 2022)
- Suplente do Conselho Fiscal da VICTORIA – Seguros, S.A. (desde março 2022)
- Vogal do Conselho Fiscal de Águas do Tejo Atlântico, S.A. (2021-2023)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Presidente da Comissão de Inscrição da Ordem de Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal da Insight Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (2021-2023)
- Vogal do Conselho Fiscal da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (2018-2023)
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal e Águas do Centro Litoral, S.A. (2017-2023)
- Presta a título individual atividade de Revisor Oficial de Contas e serviços relacionados

João Miguel Pacheco de Sales Luís

Na Sociedade

- Vogal do Conselho de Administração

No Grupo

- Nenhum

Fora do Grupo

- Vogal do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral de Angola (2022-maio 2023)
- Presidente do Conselho Fiscal de Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (desde 2019)
- Presidente da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas (desde 2015)

Fernando Sanz Pinto

Na Sociedade

- Vogal do Conselho de Administração

No Grupo

- Nenhum

Fora do Grupo

- Nenhum

Os 3 administradores executivos encontram-se num regime de afetação a tempo completo à gestão corrente da Sociedade e suas subsidiárias.

Os cargos exercidos dentro e fora da Sociedade são os seguintes:

Frederico João de Moser Lupi

Na Sociedade

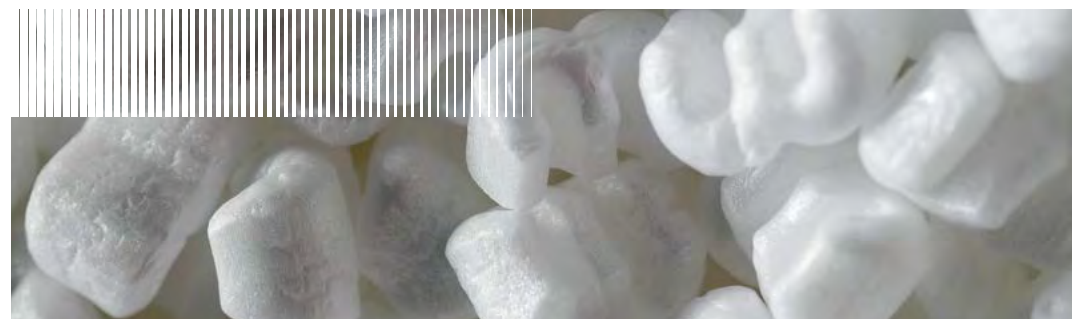
- Presidente do Conselho de Administração
- Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração

No Grupo

- Administrador/gerente de:
 - Inapa Angola, S.A.
 - Inapa Belgium, S.A.
 - Inapa ComPlott, GmbH
 - Inapa Deutschland GmbH
 - Inapa Deutschland Holding GmbH
 - Inapa España Distribución de Papel, S.A.
 - Inapa France, SAS
 - Inapa Packaging, GmbH
 - Inapa Packaging, Lda.
 - Inapa Packaging, SAS
 - Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A.
 - Inapa Shared Center, Lda.
 - JJ Loos, SAS
 - KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi

Fora do Grupo

- Administrador da Fundação Aboim Sande Lemos IPSS



Inês Patrícia Arêde Simões Louro

Na Sociedade

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão Executiva do Conselho de Administração

No Grupo

- Administradora/gerente de:
 - Europackaging – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
 - Inapa Angola, S.A.
 - Inapa Deutschland GmbH
 - Inapa Deutschland Holding GmbH
 - Inapa España Distribución, S.A.
 - Inapa France, SAS
 - Inapa Shared Center, Lda.
 - JJ Loos, SAS
 - KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi

Fora do Grupo

- Nenhum

Afonso Nuno Silva Chaby Rosa

Na Sociedade

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão Executiva do Conselho de Administração

No Grupo

- Administrador/gerente de:
 - Embaltec, SAS
 - Inapa France, SAS
 - Inapa Packaging, SAS
 - Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A.
 - JJ Loos, SAS
 - Semaq, SAS

Fora do Grupo

- Nenhum

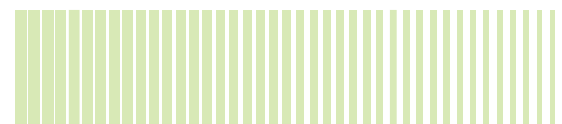
c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Ao nível do Conselho de Administração apenas foi criada uma Comissão Executiva, na qual foi delegada a gestão corrente da Sociedade.

Atendendo à sua reduzida dimensão, aferida designadamente à luz do disposto no n.º 2 do Art.º 413.º CSC (dado a Sociedade estar abaixo em dois dos três limites previstos, volume de negócios líquido e número de colaboradores), ao limitado número de membros do Conselho de Administração – oito – e às funções desempenhadas pela sua Comissão de Auditoria (que estariam em sobreposição com outras comissões) e ao número de vogais do Conselho de Administração que se encontram afetos à Comissão Executiva (3) e à Comissão de Auditoria (3), e restando apenas dois administradores independentes sem funções executivas ou de auditoria, é entendimento deste órgão que não tem justificação a constituição de outras comissões com competência em matéria de administração e fiscalização da Sociedade.

O número de administradores não executivos, representa mais de metade do total dos administradores, o que constitui um número adequado tendo em conta a sua dimensão e a complexidade da atividade que exerce.



De destacar ainda que foi nomeado um *lead independent director* atua como interlocutor com o Presidente do Conselho de Administração e zela por que existam condições e meios necessários ao desempenho das funções dos administradores independentes.

É entendimento da Sociedade que os únicos quadros de alta direção da Sociedade são os membros do seu Conselho de Administração.

28. Composição, se aplicável, da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

A Comissão Executiva da Sociedade tem a seguinte composição:

- **Presidente:** Frederico João de Moser Lupi;
- **Vogal:** Inês Patrícia Arêde Simões Louro;
- **Vogal:** Afonso Nuno Silva Chaby Rosa.

No ponto 17 detalha-se a evolução da composição deste órgão ao longo do ano de 2023.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

As competências da Comissão de Auditoria e da Comissão Executiva encontram-se detalhadas nos desenvolvimentos relativos ao ponto 21.

III. FISCALIZAÇÃO (CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA OU CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo de governo adotado.

A Sociedade adotou como órgão de fiscalização uma Comissão de Auditoria a funcionar no âmbito do seu Conselho de Administração de harmonia com o modelo de governação adotado.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.

O n.º 4 do Art.º 22.º dos estatutos da Sociedade dispõe que “A comissão de auditoria do conselho de administração será composta por três membros, com os requisitos consignados na lei, um dos quais servirá como presidente e será para tal designado de entre os membros do conselho de administração pela assembleia que proceder à eleição.”

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos por Assembleia Geral por mandatos de 3 anos.

A Comissão de Auditoria é integrada pelos seguintes membros do Conselho de Administração que exercem o respetivo mandato desde as datas adiante assinaladas:

COMISSÃO DE AUDITORIA

Membro	Função	Data da 1ª Designação	Termo do Mandato
Victor Maurílio Silva Barros	Presidente	23.05.2019	31.12.2024
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	Vogal	23.05.2019	31.12.2024
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Vogal	23.05.2019	31.12.2024

A Sociedade entende que a atual composição da Comissão de Auditoria com três membros independentes é adequada, face à dimensão da Sociedade e complexidade dos riscos da sua atividade, para exercer as funções que lhe estão adstritas com eficiência.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art.º 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem com as regras de independência de acordo com a definição dada nos termos do n.º 5 do Art.º 414.º, sendo eventuais incompatibilidades aferidas de acordo com a definição prevista n.º 1 do Art.º 414.º-A e o n.º 3 do Art.º 423.º-B, do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 21.

No ponto 19 do presente relatório encontram-se descritas as qualificações de cada um dos membros da Comissão de Auditoria.



b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.

O regulamento de funcionamento da Comissão de Auditoria, integrado no Regulamento do Conselho de Administração, está acessível aos acionistas e demais interessados no website institucional da Sociedade – www.inapa.com ou na sua sede social.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.

De 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023:

- Número de reuniões: 16
- Assiduidade por membro:
 - Victor Maurílio Silva Barros: 100%
 - Emília Noronha Galvão Franco Frazão: 100%
 - Patrícia Isabel Sousa Caldinha: 100%

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Os membros da Comissão de Auditoria exercem o seu mandato a tempo parcial, não exercem qualquer outro cargo na Sociedade ou no Grupo, para além das funções inerentes à sua qualidade de membros do Conselho de Administração.

Os cargos assegurados pelos membros da Comissão de Auditoria fora da Sociedade e do Grupo encontram-se descritos no ponto 26.

c) Competências e Funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

É da competência da Comissão de Auditoria aprovar previamente a prestação de serviços distintos de auditoria a contratar ao auditor externo ou um membro da sua rede.

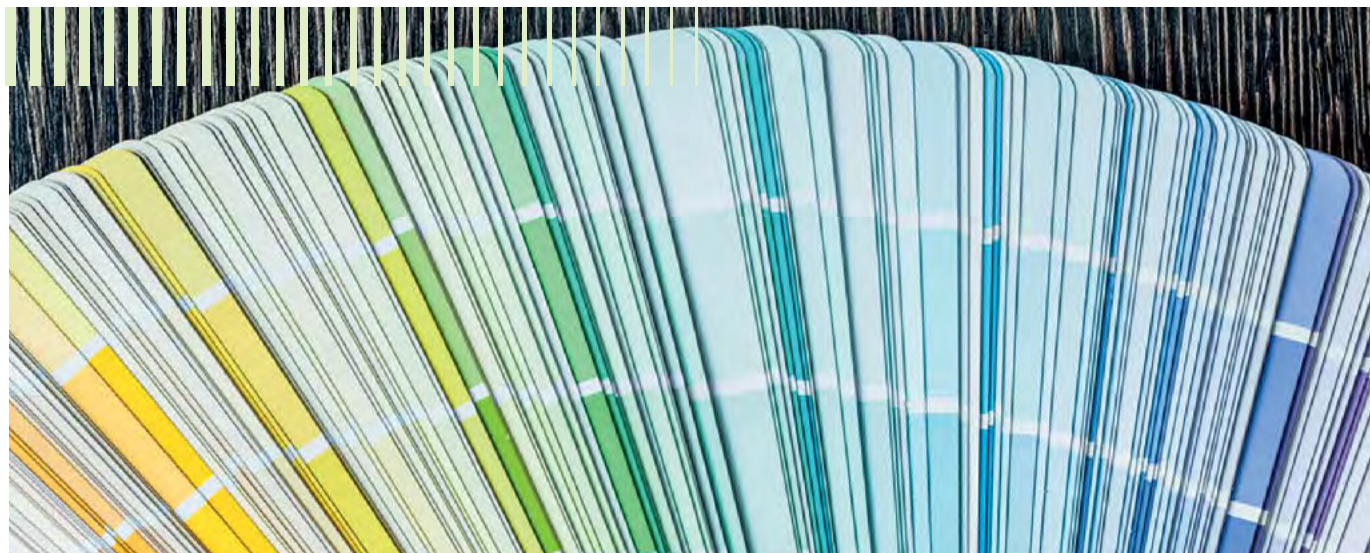
A Comissão de Auditoria analisa os serviços distintos de auditoria e as propostas apresentadas pelo auditor externo ou um membro da sua rede, previamente avaliados e comunicados pela Comissão Executiva, de modo a assegurar que: (i) a contratação dos serviços adicionais não coloca em causa a independência do auditor externo; (ii) é assegurado o equilíbrio entre os serviços de revisão legal das contas e os serviços adicionais de auditoria cuja prestação

está a ser objeto de análise e (iii) os serviços adicionais em apreciação não estão vedados, atendendo às disposições permitidas derrogar por cada estado membro em conformidade com o Regulamento EU n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Para além das competências atribuídas no Art.º 8.º do Regulamento, e descritas no ponto 21, compete ainda à Comissão de Auditoria:

- a) Avaliar a independência do ROC nos trabalhos de auditoria e nos serviços adicionais;
- b) Apreciar o relatório de transparência, assinado pelo Auditor e divulgado no seu website. Este relatório inclui matérias



relacionadas com ética, independência, monitorização e declaração sobre a eficácia do funcionamento do sistema interno de controlo de qualidade;

- c) Representar a Sociedade, no âmbito das suas competências, junto do auditor externo;
- d) Receber as comunicações do auditor externo sobre deficiências detetadas no sistema de controlo interno ou outras irregularidades;
- e) Supervisão da atividade da Auditoria Interna e Gestão de Risco, com o seguinte âmbito: (i) Plano anual de atividade; (ii) Receção e reporte periódico da atividade desenvolvida; (iii) Avaliação dos resultados e conclusões do trabalho e (iv) Emissão de orientações entendidas por convenientes;
- f) Aprovação do *Risk Management and Internal Audit Charter* e *Risk Management and Internal Audit Manual*.

A Comissão de Auditoria acompanha regularmente a capacidade do Revisor Oficial de Contas (ROC) e auditor externo na condução das suas atividades de forma independente e imparcial com vista à garantia da confiança dos leitores na fiabilidade das demonstrações financeiras, tendo aprovado na sua reunião de 16 de março de 2023 um manual de procedimentos interno.

A Comissão de Auditoria faz também regularmente uma avaliação dos riscos operacionais e da adequação dos mecanismos de controlo.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O revisor oficial de contas da Sociedade é a firma PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., representada pelo Hugo Miguel Patrício Dias – ROC efetivo.

O Dr. Hugo Miguel Patrício Dias encontra-se inscrito na CMVM com o n.º 20161042 e na OROC sob o n.º 1432.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O auditor externo – PwC – cumpre atualmente o seu primeiro mandato na Sociedade tendo sido eleito para as funções que exerce em 20 de maio de 2022, em substituição da Sociedade Deloitte & Associados, SROC, S.A..

O Hugo Miguel Patrício Dias representa a sociedade de revisores PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. desde 20 de maio de 2022.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. e outras entidades pertencentes à mesma rede prestaram os outros serviços permitidos referidos no ponto 46.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art.º 8.º e do sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo da Sociedade é a firma PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. representada pelo Dr. Hugo Miguel Patrício Dias.

O auditor externo encontra-se inscrito na CMVM sob o n.º 20161485. O seu representante encontra-se inscrito na CVMV com o n.º 20161042 e na OROC com o n.º 1432.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo cumpre atualmente o seu primeiro mandato, tendo sido eleito em 20 de maio de 2022, em substituição da Sociedade Deloitte & Associados, SROC, S.A..

O sócio que o representa exerce funções desde 20 de maio de 2022.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

As políticas e periodicidades de rotação do auditor externo e do respetivo sócio são as decorrentes da lei.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Para além da Assembleia Geral, compete à Comissão de Auditoria proceder à avaliação anual do auditor externo.

Neste âmbito cabe a esta Comissão monitorizar e avaliar os serviços prestados pelo auditor externo (de auditoria e não relacionados com auditoria).

Para realizar essa monitorização, a Comissão integra na sua agenda reuniões com o auditor externo de modo a: (i) acompanhar e avaliar os trabalhos realizados e em curso, reunindo durante as auditorias de meio do ano (limitada) e anual; (ii) inteirar-se sobre o âmbito e planeamento de auditoria; (iii) analisar a agenda dos trabalhos de auditoria e (iv) analisar e apreciar as conclusões dos seus relatórios de auditoria.



A Comissão atua junto do auditor externo, de forma regular e assegurando as condições de trabalho adequadas para a realização de todos os serviços prestados, de forma a monitorizar a sua independência ao longo do ano. A intervenção e análise do órgão de fiscalização é suportada por um procedimento de acompanhamento do ROC e Auditor Externo aprovado pela Comissão de Auditoria em 16 março de 2023. Este procedimento visa apoiar o acompanhamento das atividades do Revisor Oficial de Contas (ROC) e Auditor Externo, nomeadamente a seleção e verificação da sua independência.

Entende-se que o referido procedimento permite atingir um maior nível de robustez, consistência e transparência dos procedimentos e de resultados.

Conforme o referido procedimento adotado em março de 2023, “A atividade de acompanhamento é fundada em três pilares, que acomodam o disposto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 79/2023, de 20 de dezembro. O primeiro refere-se ao processo de seleção do ROC e Auditor Externo, cujo procedimento contempla uma análise da independência do ROC e Auditor Externo no momento da seleção, devendo ser atendido à relevância dos honorários para o ROC, os serviços distintos de auditoria realizados e as condições e percepção de recursos adequados para a revisão legal das contas de entidades de interesse público.

O segundo refere-se à necessidade de assegurar a independência do ROC e Auditor Externo no momento de nomeação pela Assembleia Geral, sendo que esta garantia resulta do processo de seleção. Relativamente aos dois primeiros pilares, o procedimento detalha o processo a seguir para a seleção do ROC e Auditor Externo para um novo mandato e consequente recomendação de nomeação à Assembleia Geral. O terceiro pilar enquadra-se no desenvolvimento da atividade fiscalizadora regular da Comissão de Auditoria. Este é um processo dinâmico que incorpora, entre outros, o acompanhamento regular dos trabalhos, a aprovação dos serviços distintos de auditoria, a declaração do ROC e Auditor Externo acerca do cumprimento dos requisitos de independência, a Comissão de Auditoria avalia continuamente quaisquer ameaças percebidas ou comunicadas quanto à independência do ROC e Auditor Externo.”

No âmbito desta interação cabe ao auditor externo comunicar imediatamente à Comissão de Auditoria informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Adicionalmente, e em conformidade com as normas de auditoria vigentes, o auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências e irregularidades à Comissão de Auditoria.

Da mesma forma, o auditor externo confirma anualmente a sua independência na sua Certificação Legal de Contas/Relatório de Auditoria e no relatório adicional dirigido ao órgão de fiscalização.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Para além dos trabalhos de auditoria, que compreende os serviços de revisão legal das contas, os honorários do Auditor Externo dizem respeito aos seguintes serviços distintos de auditoria prestados diretamente à Sociedade: a revisão limitada das demonstrações financeiras

consolidadas semestrais, a prestação de serviços de *cybersecurity* e a prestação de serviços no âmbito do aumento de capital na Inapa Bélgica.

O procedimento que suporta a atuação da Comissão de Auditoria junto do auditor externo, com vista a apoiar o acompanhamento das atividades do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, nomeadamente a sua seleção e verificação de independência, encontra-se referido no ponto 45.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio):

Remuneração Anual	Valor (€)
Pela sociedade	
Serviços de revisão legal de contas e de auditoria	70 595
Serviços de revisão limitada	18 205
Por outras entidades que integrem o grupo ⁽¹⁾	
Serviços de revisão legal de contas e de auditoria	365 925
Serviços de revisão limitada	18 205
Serviços de garantia de fiabilidade	4 500
Serviços de consultoria fiscal	0
Outros serviços	3 300

(1) Incluindo contas individuais e consolidadas.

C. Organização Interna

I. ESTATUTOS

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral (ao longo do ano de referência).

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade Art.º 29-H, n.º 1, al. h).

Os estatutos da Sociedade, com ressalva da deslocação da sede social dentro do território nacional, para que o Conselho de Administração também é competente, apenas são suscetíveis de ser alterados por deliberação da Assembleia Geral.

Para que a Assembleia Geral possa deliberar, em primeira convocação, em matéria de alteração de estatutos devem estar presentes ou devidamente representados acionistas que detenham ações representativas de, pelo menos 1/3 do capital social; em segunda convocação a Assembleia pode deliberar qualquer que seja o número de acionistas presentes e o capital por eles representado (Art.º 383.º n.os 2 e 3 CSC).

A deliberação deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação; caso, porém, em segunda convocação estiverem presentes ou representados acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social as deliberações sobre as referidas matérias podem ser tomadas pela maioria dos votos emitidos.

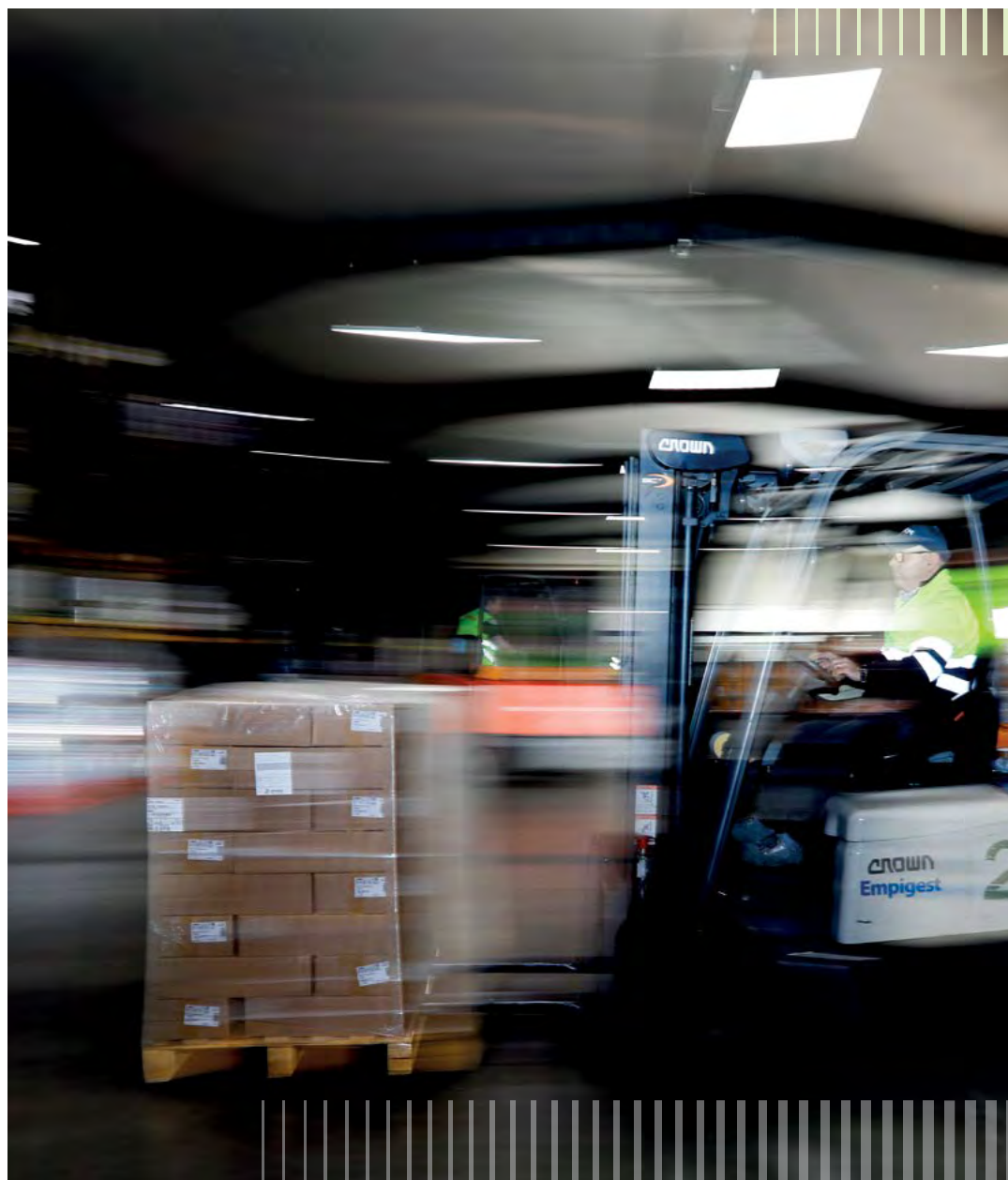
Por força do disposto no seu n.º 4, a limitação dos direitos de voto contemplada no n.º 1 do Art.º 13.º-A aplica-se igualmente às deliberações de alteração do contrato de sociedade.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

O Conselho de Administração aprovou e divulgou um regulamento interno de comunicação de irregularidades cujas bases essenciais são as seguintes:

1. Os colaboradores do Grupo Inapa (quadros e demais funcionários da Sociedade, administradores, quadros e demais funcionários das filiais) deverão participar prontamente quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento no seio das empresas do Grupo aos seguintes responsáveis:
 - a) Ao Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. sempre que a mesma diga respeito a quadros ou funcionários da casa-mãe ou administradores, das filiais;
 - b) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, ao Presidente da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração sempre que a mesma diga respeito a administradores de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. ou do órgão de fiscalização e/ou seus colaboradores;



- c) Ao Presidente do Conselho de Administração sempre que a mesma diga respeito a qualquer membro da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.;
 - d) Pelo email ethics@inapa.com sempre que a mesma diga respeito a outros colaboradores das filiais.
2. Nas situações contempladas na alínea a) do n.º 1 anterior, o Presidente da Comissão Executiva comunicará com a brevidade que as circunstâncias aconselharem a referida participação ao Presidente da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração.
 3. A participação será feita por escrito, tendo o participante direito a exigir do respetivo destinatário declaração escrita de que a informação será mantida estritamente confidencial.
 4. Ao participante é reconhecido que, salvo denúncia caluniosa, qualquer comunicação no âmbito do regulamento não constituirá nunca fundamento de procedimento contra o participante ou causa para qualquer tratamento de desfavor relativamente ao mesmo.

Para que se possa atuar de uma forma célere, a Sociedade entendeu que as comunicações devem ser dirigidas aos membros executivos ou ao responsável pela área legal do Grupo. Não obstante essa comunicação ser realizada por norma para o Presidente da Comissão Executiva ou responsável pela área legal do Grupo, a Comissão de Auditoria é informada de todas as comunicações que são realizadas, analisando as irregularidades e acompanhando a sua resolução.

O canal de denúncias ethics@inapa.com é ainda acessível a qualquer interessado, ainda que não trabalhador do Grupo Inapa, sendo as irregularidades denunciadas tratadas pela mesma forma que as denúncias internas.

Todas as situações de incumprimento denunciadas são tratadas como confidenciais e, se solicitado, de forma anónima.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

O Conselho de Administração aprova os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade e do Grupo, por iniciativa própria ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O Grupo tem definido na sua estrutura corporativa uma área – Gestão de Risco e Auditoria Interna (*Risk Office*) - que tem como missão avaliar de forma permanente e sistemática o sistema de gestão de risco, controlo interno e governação do Grupo. Esta avaliação permite aferir de forma independente e objetiva a adequação da exposição das empresas do Grupo ao risco e endereçar proposta das ações necessárias e apropriadas à mitigação dos riscos.

O âmbito de atuação desta área abrange todas as dimensões do Grupo, nomeadamente todas as geografias em que o Grupo está presente/ atua, todas as empresas e todos os negócios. No cumprimento da sua missão e objetivos, assume a dupla responsabilidade de análise do sistema de controlo interno e de auditoria interna, adotando uma abordagem sistemática, disciplinada e independente orientada por princípios éticos e de conduta alinhados com os padrões e práticas profissionais internacionais.

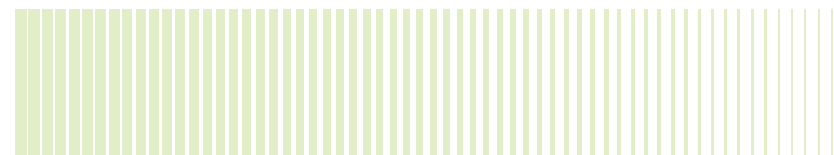
A área de Gestão de Risco e Auditoria Interna está posicionada na estrutura organizacional da Inapa Shared Center, e é liderado pelo *Risk*

Office Manager, que reporta funcionalmente à Comissão Executiva da Sociedade em coordenação com a Comissão de Auditoria, e administrativamente à Comissão Executiva. O *Risk Office Manager* é nomeado e exonerado pela Comissão Executiva e pela Comissão de Auditoria do Grupo. Este modelo de *reporting* permite maximizar a independência e autoridade da área de Gestão de Risco e Auditoria Interna no desenvolvimento da sua missão e atividades.

A Sociedade definiu um Modelo de Gestão de Risco para o Grupo que se apoia formalmente em 3 pilares principais: Carta de Gestão de Risco e Auditoria Interna (ou *Risk Management and Internal Audit Charter*), Manual de Gestão de Risco e Auditoria Interna (ou *Risk Management and Internal Audit Manual*) e Plano Anual de Gestão de Risco e Auditoria Interna.

As bases formais que suportam e definem o modelo de gestão de risco e os seus pilares fundamentais de funcionamento são aprovados e anualmente apreciados pela Comissão Executiva e pela Comissão de Auditoria.

O Plano Anual de Gestão de Risco e Auditoria Interna é regularmente avaliado pela Comissão Executiva e pela Comissão de Auditoria.



A Comissão de Auditoria afere regularmente a evolução da atividade da Sociedade e do Grupo, os riscos estratégicos, operacionais, de conformidade, financeiros e outros a que a mesma se encontra sujeita. Afere também a existência de mecanismos que assegurem a recolha e processamento de dados associados às diferentes temáticas de risco bem como a implementação das medidas adotadas para a sua mitigação, designadamente através de programas de trabalho desenvolvidos com o Conselho de Administração.

No âmbito da ação anteriormente descrita à Comissão de Auditoria são regularmente apresentados pelo responsável de Gestão de Risco e Auditoria Interna os relatórios realizados sob sua direção no âmbito das suas competências, que, sempre que for o caso, adota as medidas adequadas para completo esclarecimento e apuramento de responsabilidades das situações identificadas. A Comissão de Auditoria acompanha também as análises à eficácia do sistema de gestão de risco e controlo interno.

Os serviços de planeamento e de controlo de gestão do Grupo são responsáveis pela monitorização da atividade de cada uma das empresas do Grupo.

A avaliação do respetivo funcionamento e ajustamento às necessidades da Sociedade e do Grupo são regularmente aferidos pela Comissão de Auditoria e, no âmbito das competências que legalmente lhe estão cometidas, pelo Auditor Externo.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

O organograma que mostra as relações de dependência hierárquica e funcional está descrito no ponto 21.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Para além das áreas acima identificadas, devem ainda salientar-se como áreas com responsabilidade pelo controlo de riscos, os departamentos centrais de IT, sistemas de informação e os departamentos de controlo interno e contabilidade existentes em cada uma das empresas e ao nível dos serviços partilhados.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

A principal atividade do Grupo é a distribuição de papel, servindo de elo entre, a montante, os produtores de papel e, a jusante, os consumidores intermédios (empresas e indústrias transformadoras do papel, tais como gráficas, empresas de publicidade, empresas de media, grupos editoriais e livreiros, entre outras), a distribuição moderna (empresas de grande distribuição e cadeias de retalho especializado) e os consumidores finais (empresas do segmento *office* e particulares).

O Grupo Inapa classifica os riscos a que está exposto, conforme matriz aprovada em Conselho de Administração, em quatro grandes categorias: **riscos estratégicos, riscos operacionais, riscos de conformidade e riscos financeiros.**

Riscos Estratégicos		
ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Tendências macroeconómicas	O comportamento da economia em geral pode impactar o desempenho do Grupo, nomeadamente ao nível do <i>top line</i> . Uma quebra dos níveis de atividade das economias ou uma redução dos índices de confiança dos agentes económicos poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura de papel, nomeadamente de papel de impressão e escrita, e por essa via afetar a atividade, as vendas, os resultados e a situação financeira do Grupo.	O negócio da Inapa, por se concentrar em 5 países da União Europeia, na Turquia e em Angola, representando a atividade externa mais de 95% do volume de negócios, está naturalmente exposto aos riscos decorrentes do desempenho específico de cada uma das economias em que opera. Por outro lado, tal circunstância constitui um fator de atenuação de risco em razão da menor provável ocorrência do mesmo padrão de comportamento económico em todos os mercados simultaneamente.
Alteração dos padrões de procura/consumo	O negócio de distribuição de papel é sensível a alterações nos padrões comportamentais da procura, principalmente em segmentos como a publicidade e os media, e é ainda sensível às alterações na estrutura da distribuição.	O Grupo Inapa opera em diferentes geografias e tem procurado diversificar a sua base de negócios, aumentando o peso de negócios complementares.
Equilíbrio entre oferta e procura	O equilíbrio entre a oferta e a procura de papel está dependente de diversos fatores, destacando-se a evolução das capacidades produtivas instaladas e o nível da atividade económica e a evolução dos padrões de consumo. Além das capacidades produtivas em diferentes geografias, o comportamento da procura de papel em mercados emergentes como a China e a Índia e o seu efeito nos fornecedores destes mercados, os efeitos cambiais na competitividade dos diversos mercados e algumas questões regulatórias que afetam o comércio internacional de papel, são fatores cujo impacto combinado ou isolado pode afetar de forma direta e indireta a atividade, a situação financeira e os resultados do Grupo.	O Grupo Inapa opera em diferentes geografias e tem procurado diversificar a sua base de negócios, desenvolvendo relações comerciais com produtores localizados em diferentes continentes e aumentando o peso de negócios complementares.

Riscos Estratégicos

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Estrutura do setor	A atividade de distribuição de papel tem sofrido alterações estruturais, com movimentos de concentração entre operadores, em particular na Europa. Este quadro concorrencial pode afetar de forma direta e indireta as decisões estratégicas futuras da empresa e, em consequência, o seu posicionamento em cada mercado, bem como os correspondentes resultados e alocação de ativos. Num contexto de consolidação do setor, a Inapa poderá ser alvo de uma oferta pública de aquisição.	O Grupo Inapa tem procurado alargar o seu portfólio de produtos e parceiros e investe de forma continuada na melhoria da eficiência por forma a garantir a sua competitividade.
Riscos ambientais	Atendendo à crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental, as exigências legais e regulatórias nesta área devem aumentar significativamente. O seu incumprimento pode resultar não apenas em penalidades financeiras, mas a dificuldades no acesso a financiamento e a danos reputacionais.	A Inapa incorporou no seu plano estratégico objetivos de sustentabilidade e a redução da pegada ecológica. A Inapa desenvolve a sua atividade procurando adotar práticas que promovam o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, através da promoção de produtos certificados e da redução da sua pegada ecológica. No setor do papel, a maior parte do impacto ambiental encontra-se a montante da operação da Inapa, na produção de papel. Por esta razão, a empresa implementou iniciativas em colaboração com os fornecedores, visando adotar práticas ambientalmente sustentáveis.

Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Eventos disruptivos: Desastres naturais	A atividade está exposta a possíveis desastres naturais e condições climáticas anormais, cuja frequência e intensidade tenderão a agravar-se como consequência das alterações climáticas.	Todos os armazéns da Inapa têm seguros que salvaguardam eventuais prejuízos causados por este tipo de fenómenos. Dado o elevado número de armazéns e a sua dispersão geográfica, consideramos que a exposição a este tipo de risco é relativamente reduzida, pois é possível prosseguir a atividade caso uma das localizações seja afetada.

Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Eventos disruptivos: Pandemias	A atividade operacional da empresa está sujeita aos riscos de surgimento de pandemias. A implementação de medidas que influenciem a mobilidade de pessoas ou mercadorias por parte de entidades governamentais pode ter um impacto significativo nas operações da empresa e no financiamento da atividade. Disrupções na cadeia de transporte a nível internacional ou em países em que o Grupo ou os seus principais fornecedores operam podem trazer limitações no abastecimento de produtos e influenciar a atividade do Grupo.	Os riscos operacionais estão mitigados (i) pela elevada dispersão geográfica das operações da Inapa, tanto ao nível do Grupo como de cada uma das operações nacionais e dos seus fornecedores e (ii) pelos planos de contingência adotados por cada empresa do Grupo, que permitem assegurar que, com exceção das áreas de armazenagem e transporte, que necessitam da presença física de trabalhadores, as demais possam ser asseguradas, no essencial, através de teletrabalho.
Eventos disruptivos: Conflitos armados	Conflitos armados e aplicação de sanções económicas internacionais podem ter impactos significativos na procura, disponibilidade ou preços dos produtos.	A dispersão geográfica de vendas e abastecimento mitiga estes riscos.
Flutuações de preços de aquisição/Gestão de pricing	A capacidade de refletir nos preços de venda dos produtos/serviços o aumento dos preços de papel e/ou combustíveis não é totalmente elástica. Pode suceder que as margens dos produtos vendidos/serviços prestados sejam afetadas de forma direta ou por via do aumento dos custos de transporte associados à distribuição, exercendo assim um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.	A Inapa tem à sua disposição alguns meios de mitigação deste risco, entre os quais se destacam os seus sistemas que, no processo de venda, introduzem níveis de autorização de acordo com a margem gerada pela operação. Adicionalmente, os níveis de stocks com que a Inapa opera minimizam impactos de alterações de preços.
Disrupções na armazenagem e distribuição	Interrupções significativas e/ou prolongadas na capacidade de servir o cliente em termos de distribuição pode levar à deterioração da imagem/reputação do Grupo Inapa, com impacto nas vendas.	As empresas do Grupo procuram constantemente melhorar os processos logísticos, de forma a maximizar a experiência do cliente ao menor custo.
Disrupções e danos patrimoniais	As unidades do Grupo estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes ou avarias que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na atividade.	Estes riscos são acompanhados pela Inapa de forma contínua, através dos processos e sistemas de informação implementados, estando alguns dos riscos operacionais cobertos por apólices de seguros. O normal desenvolvimento do negócio poderá ser afetado de forma transitória por riscos decorrentes de fusão ou reestruturação de subsidiárias.



Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Retenção/Fidelização de Clientes	O desempenho da Inapa depende da sua capacidade de assegurar a sua base de clientes.	Para além de um número muito significativo de clientes (mais de 50 000), da sua dispersão geográfica, da oferta de uma vasta gama de produtos, competitivos e de qualidade superior, a par de um adequado nível de serviço de pré e pós-venda, a Inapa tem vindo a desenvolver um programa de fidelização da sua base de clientes tradicional através da oferta integrada de serviços e de produtos complementares ao seu negócio principal, assumindo-se, cada vez mais, no mercado do papel como um Prestador Global de Serviços.
Risco de Crédito	A Inapa está exposta ao risco de crédito que concede aos seus clientes. Um agravamento das condições económicas pode originar dificuldades aos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações para com esta.	A Inapa tem mantido, desde 2011, um seguro para cobertura de risco de crédito das suas subsidiárias operacionais em empresas de seguros europeias de grande dimensão. Este seguro abrange os principais países do Grupo, cobrindo assim a maioria das vendas do Grupo. Independentemente da cobertura atrás referida, o Grupo tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito com vista a assegurar que as vendas são efetuadas a clientes com um perfil de crédito adequado. Estas políticas incluem nomeadamente a fixação de limites de crédito para os clientes, registados no sistema informático, que impedem novas encomendas a clientes cujo limite esteja totalmente utilizado, sendo a realização de vendas acima dos limites de crédito definidos apenas possível com aprovação superior. Estes limites de crédito são sujeitos a revisões periódicas, ou sempre que exista alguma informação relevante decorrente da recomendação dos sistemas de monitorização internos e externos. De referir ainda a existência de equipas internas dedicadas ao acompanhamento de crédito de clientes e a realização de reuniões periódicas de acompanhamento da antiguidade dos saldos de clientes por parte da gestão local.

Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Pessoas	A capacidade do Grupo implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade em manter e sempre que necessário recrutar os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função.	Apesar da política de recursos humanos do Grupo estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. De referir que tem havido um reforço contínuo de competências nesta área, ao nível corporativo.
IT	As operações desenvolvidas pelo Grupo estão ainda dependentes do processamento informático. Este envolve a manutenção e tratamento de registos de reporte financeiro, de monitorização e controlo das operações de logística, armazenamento e transporte bem como de contabilidade. A Inapa pode também estar exposta a riscos relacionados com processos de migração de sistemas base, que podem ter um efeito transitório na atividade.	<p>Não sendo possível garantir em absoluto a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, a Inapa procede a uma avaliação regular dos sistemas de informação, com vista a aferir a sua adequação às necessidades do Grupo.</p> <p>No sentido de mitigar os riscos associados com um potencial problema nos “datacenters” do Grupo, é efetuado anualmente um exercício de “disaster recovery” com vista a testar a infraestrutura alternativa e o processo de recuperação. Foi implementada recentemente (2022) uma nova solução de <i>backups</i>, amplamente reconhecida como das melhores do mercado, com a mais recente tecnologia disponível e com uma resiliência muito superior à da solução anterior.</p> <p>No âmbito da implementação do novo ERP nas operações do Grupo, é realizado um conjunto alargado de testes para garantir a adequação da solução ao negócio e para assegurar que não haverá impactos nos países que utilizam o sistema. Durante o processo de migração de dados para o novo ERP, são realizados vários carregamentos de teste nos sistemas de qualidade ao longo do projeto e antes da migração final de dados para o sistema de produção.</p> <p>Foi ainda implementado, em 2022, um novo processo de “change management” no sentido de minimizar o risco de serem feitas alterações ao sistema produtivo do ERP que possa impactar a estabilidade do mesmo.</p>

Riscos Operacionais

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Cyber security	O risco de fraude informática/cyber attack tem vindo a ganhar dimensão internacional, não sendo possível mitigar totalmente este risco, apesar das medidas e procedimentos implementados.	A Inapa tem vindo a investir significativamente em políticas de segurança que minimizem a sua exposição ao risco de cyber attack. São efetuados periodicamente assessments e são realizadas ações de formação aos colaboradores sobre as melhores práticas, estando os principais riscos cobertos por apólices de seguros.

Riscos de Conformidade

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Legal e Regulamentar	O Grupo poderá ser afetado negativamente por alterações na legislação e demais regulamentação aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.	A Inapa prossegue uma política de flexibilidade e adaptabilidade das suas operações e estrutura de custos, pelo que não se antecipam impactos muito significativos de eventuais novas regulamentações.
Contencioso /Litígios	A Inapa está sujeita a ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente e que possam vir a ser objeto de recurso pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças.	A Inapa conta com o apoio de equipas de assessoria jurídica locais que acompanham em cada geografia as empresas subsidiárias nas fases pré-contenciosa e contenciosa dos litígios, sendo acompanhadas/coordenadas pelo polo jurídico da sociedade-mãe sempre que a sua relevância ou especificidade o recomendam.

Riscos Financeiros*

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Taxa de juro	Na medida em que a Inapa não cobre a sua exposição a variações adversas nas taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito negativo na sua atividade, situação financeira e resultados.	Como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitem minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro, acompanhando os gastos incorridos, assim como os valores esperados de gastos futuros. Tal é efetuado através de preparação de orçamentos, com base nas evoluções esperadas e razoavelmente possíveis e nas necessidades financeiras do Grupo. Consequentemente, a Empresa interage com os seus parceiros financeiros com o objetivo de assegurar o financiamento das operações e custos de financiamento competitivos.
Risco cambial	A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas (nomeadamente a lira turca e o kwanza), pode ter impacto na situação financeira da sociedade, já que a Inapa desenvolve atividades na Turquia e Angola. O Grupo tem ainda exposição ao dólar norte-americano por via das compras feitas nesta moeda em particular na operação na Turquia.	A exposição ao risco cambial é limitada, dado que o valor agregado das vendas em moeda distinta do euro (lira turca e kwanza) representa menos de 2% das vendas totais do Grupo. A Inapa procede a um acompanhamento constante de evolução cambial das geografias a que o Grupo está exposto.
Risco financeiro: Investimento	As atividades do Grupo exigem investimentos, existindo o risco de o Grupo Inapa não conseguir financiar a sua atividade, nomeadamente ao nível do investimento, ou de apenas o conseguir fazer a um custo mais elevado.	A Inapa prevê financiar os investimentos através da mobilização dos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais. Caso estas não gerem rendimentos suficientes, a Inapa poderá vir a ter de financiar uma parte dos investimentos previstos através do recurso a fontes externas, incluindo empréstimos bancários e/ou recurso aos mercados de capitais.

Riscos Financeiros*

ÁREA DE RISCO	DESCRIÇÃO	GESTÃO
Risco financeiro: Liquidez/Fundo de manei	Para o desenvolvimento das suas operações, a Inapa necessita de fundo de manei. Alterações de políticas comerciais e financeiras dos nossos parceiros, incluindo clientes, fornecedores, instituições financeiras e seguradoras de crédito (que cobrem riscos de cobrança quer a montante quer a jusante das nossas operações e que apresentam um elevado grau de concentração) podem criar necessidades de capital circulante pressionando os níveis de liquidez.	A Inapa gere o risco de liquidez do Grupo atuando por duas vias: procurando que a dívida financeira do Grupo apresente uma maturidade adequada à capacidade esperada de geração de fundos, e através do recurso a facilidades de crédito para apoio à tesouraria das operações (conta corrente, <i>confirming</i> , etc.). A gestão de tesouraria é feita localmente em cada empresa do Grupo supervisionada pela Holding. É feita uma atualização e um acompanhamento regular das previsões de <i>cash flow</i> . A Inapa mantém-se em estreito contacto com as instituições financeiras e seguradoras de crédito, com vista a assegurar níveis adequados de financiamento das suas operações.
Fundos de pensões	A Inapa concede aos trabalhadores das suas filiais Inapa Deutschland GmbH, Inapa France SAS, Inapa Packaging, SAS e Semaq SAS planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, procedendo à contabilização dos inerentes custos e dos encargos associados de acordo com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19 (IAS 19). O montante registado nas contas consolidadas referente às responsabilidades por pensões baseia-se em pressupostos atuariais pré-definidos, sendo que os beneficiários dos planos de pensões poderão viver mais anos que os previstos e, como tal, beneficiar do plano para além do dotado para o efeito, por se tratarem de planos de pensões de benefício definido. Assim, as responsabilidades relativas a pensões podem exercer uma pressão adversa sobre os fluxos de caixa.	A Inapa procede a uma revisão periódica dos cálculos atuariais, incluindo os custos e <i>cash flows</i> associados nos respetivos orçamentos anuais.
Consolidação de contas e reporte	Risco na existência de erros na elaboração de reportes internos e externos.	A Inapa dispõe de métodos de controlo internos e externos para mitigação destes riscos. A implementação do novo ERP em todas as empresas do Grupo trará forte contributo, para o alinhamento de processos/procedimentos.

* Nas notas às demonstrações financeiras consolidadas (3, 8 e 9) pode ser consultado um maior detalhe do que diz respeito à gestão do risco financeiro nas suas várias vertentes.

Matriz de Riscos

Na matriz seguinte, são apresentados os riscos identificados anteriormente, considerando a sua classificação de acordo com a respetiva probabilidade de ocorrência (baixa, média e alta) e impacto em caso de ocorrência (baixo, médio e alto).



● Riscos estratégicos ● Riscos operacionais ● Riscos de conformidade ● Riscos financeiros



54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

A identificação e avaliação de riscos é um processo constante em que tomam parte o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e a área de Gestão de Risco e Auditoria Interna, sendo estabelecidas prioridades de atuação em matéria de assunção de riscos através de um plano de trabalhos de avaliação e mitigação de riscos.

Os riscos e mecanismos existentes que permitem a sua identificação, análise, avaliação e acompanhamento encontram-se descritos no ponto anterior e as temáticas de ambiente e responsabilidade social são desenvolvidas nos capítulos 5, 6 e 7 deste Relatório.

O acompanhamento, controlo e gestão dos riscos é realizado de forma contínua pela Comissão Executiva. Durante o ano, a Comissão de Auditoria realiza fiscalizações regulares à eficácia do sistema de gestão de risco e controlo interno, contando para o efeito com o reporte da área de Gestão de Risco e Auditoria Interna.

Nas reuniões da Comissão de Auditoria, é feita uma apreciação regular dos riscos da Sociedade. Nessas reuniões é feito um ponto de situação relativamente à gestão de risco e auditoria interna, com o respetivo responsável, acompanhando as atividades e conclusões da sua ação, sendo também feita regularmente uma discussão sobre a necessidade de adequação dos recursos e das atividades desenvolvidas à evolução dos riscos inerentes à atividade da Sociedade e do seu Grupo.

Este processo é suportado pelo acompanhamento do plano de atividades pré-definido para a equipa de Gestão de Risco e Auditoria Interna (atualmente para os anos 2023-2024), por um reporte regular desta equipa à Comissão de Auditoria e por reuniões regulares da Comissão de Auditoria onde são abordados os diversos riscos associados à atividade do Grupo.

Os procedimentos supramencionados suportam a Comissão de Auditoria no desenvolvimento do processo de comunicação e reporte regular ao Conselho de Administração relacionado com matérias de risco.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art.º 29-H, n.º 1, al. I)).

Os documentos de prestação de contas e demais informação financeira são elaborados pelas Direções de Contabilidade e Consolidação e Finanças, Planeamento e Controlo e Comissão Executiva, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio.

O processo de divulgação de informação financeira é acompanhado pelos órgãos sociais de administração e fiscalização bem como pelas unidades de negócio e pelos serviços corporativos.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços elementos para contacto.

A Sociedade realiza o apoio ao investidor através do representante para as Relações com o Mercado.

Funções do apoio ao investidor:

- Prestar a todos os investidores – institucionais ou particulares – a mais completa e rigorosa informação, no estrito respeito pela legislação aplicável, sobre a estrutura societária da Sociedade e do Grupo, sobre os direitos e deveres dos acionistas tal como decorrem da lei e dos estatutos da Sociedade, sobre a sua situação económico-financeira, à luz dos elementos divulgados;
- Prestar aos investidores, no respeito pelo enquadramento legal e regulamentar aplicável, quaisquer esclarecimentos adicionais ou complementares que razoavelmente lhe sejam solicitados e sobre os elementos de informação anteriormente referidos.

Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete:

- Informação divulgada pela Sociedade de cariz societário e económico-financeiro, pelo menos, nos últimos três anos, em português e inglês;
- Qualquer facto relevante que possa ter influência na atividade da Sociedade, em português e inglês;

- Divulgar datas e informações relacionadas com o calendário financeiro do Grupo e prestar informações sobre o mesmo.

Vias de acesso ao Gabinete de apoio ao Investidor e informação por si disponibilizada:

- Por escrito para:
Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal.
- Por fax: +351 21 382 30 16
- Por telefone: +351 21 382 30 07
- Por e-mail: miguel.loureiro@inapa.pt
- Por website: www.inapa.com

57. Representante para as relações com o mercado.

O representante da Sociedade para as relações com o mercado é o Miguel Dias Costa Faro Loureiro.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Foram dirigidos ao Gabinete pedidos de informação, em média, com uma frequência semanal, por correio eletrónico ou contato telefónico, tendo sido todos eles respondidos no prazo máximo de 8 dias. Adequou-se o prazo de resposta à natureza e complexidade das questões, assegurando transparência e consistência com a informação disponível no mercado.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O website da Sociedade pode ser acedido através do endereço www.inapa.com.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a sede e demais elementos mencionados no Art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal. Informa-se que a sede social da Sociedade foi alterada para a referida morada no dia 24 de janeiro por deliberação do Conselho de Administração em 22 de janeiro de 2024. Anteriormente a sede social era na Rua Braamcamp, 40, 9D, 1250-050 Lisboa – Portugal.

A informação também se encontra disponível no website institucional da Sociedade: www.inapa.com.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal.

A informação também se encontra disponível no website institucional da Sociedade: www.inapa.com.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal.

A informação também se encontra disponível no website institucional da Sociedade: www.inapa.com.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante dez anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal.

A informação também se encontra disponível no website institucional da Sociedade (www.inapa.com) e no website institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt).

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal.

A informação também se encontra disponível no website institucional da Sociedade (www.inapa.com) e no website institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt).

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal.

A informação também se encontra disponível no website institucional da Sociedade (www.inapa.com) e no website institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt).



D. Remunerações

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

A determinação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e da Sociedade, incumbe:

- À Comissão de Remunerações, e;
- À Assembleia Geral.

No entendimento da Sociedade, os seus dirigentes, na aceção do disposto no Art.º 3 n.º 1 (25) do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, são exclusivamente os seus membros dos órgãos de administração e fiscalização.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Na Assembleia Geral de 20 de maio de 2022 foi eleita a seguinte comissão de remunerações, para o triénio 2022-2024:

- Presidente: Ricardo João Andrade Amaro;
- Vogal: Pedro Manuel Macedo Vilas Boas;
- Vogal: Tiago Manuel Rodrigues Estevinho.

Todos os membros da comissão de remunerações são independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

A comissão de remunerações é um órgão colegial, para que foram designados pessoas ou entidades com experiência em matéria de política de remunerações, tal como se afere dos respetivos currícula presentes à Assembleia que os elegeram e que a seguir se transcrevem:

Ricardo João Andrade Amaro

Qualificações Académicas

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa
- Pós-Graduação em Práticas Empresariais pela Católica Faculdade de Direito – Escola de Lisboa

Atividade Profissional

- Sócio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander Totta, S.A.

Pedro Manuel Macedo Vilas Boas

Qualificações Académicas

- Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade Católica Portuguesa
- Curso “PDO – Programa para Diretores Operacionais” pela Católica Lisbon School of Business and Economics
- Curso “PADE – Programa de Alta Direção de Empresas” pela AESE – Escola de Direção e Negócios

Atividade Profissional

- Diretor central do Banco Comercial Português, S.A. (Millennium BCP) responsável pela Direção de Acompanhamento Especializado
- Coordenador da Unidade de Projetos Especiais do Millennium BCP
- Responsável por uma das direções de Corporate Finance e por uma Direção de Relacionamento em Banca de Investimento

Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Qualificações Académicas

- Licenciatura em Economia na Nova Business School
- Pós-graduação em Finanças na Nova Business School
- Master in Finance pela Nova Business School

Atividade Profissional

- Economista na Parública, Participações Públicas (SGPS), S.A.: assessoria técnica e acompanhamento de empresas



III. ESTRUTURA DE REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o Art.º 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A atual política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, aprovada na reunião da Assembleia Geral de 21 de maio de 2021 consta do seguinte:



I. INTRODUÇÃO

Nos termos e para efeitos do cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários (conforme alterado pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto), a Comissão de Remunerações da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (“Inapa” ou “Sociedade”) deve submeter à aprovação da Assembleia Geral uma política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, de quatro em quatro anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da política de remuneração vigente (“Política de Remuneração”).

Por seu turno, a Recomendação V.2 constante do Código de Governo das Sociedades, aprovado pelo Instituto Português de Corporate Governance, recomenda que na referida Política de Remuneração seja incluído um conjunto de elementos adicionais a submeter igualmente à apreciação da Assembleia Geral.

Na presente Política de Remuneração foram apreciadas as práticas remuneratórias em vigor e apresentadas sugestões destinadas a assegurar que tais práticas são adequadas e refletem o perfil de risco e os objetivos de longo prazo da Sociedade, tendo em consideração as práticas do mercado e assumindo que deverão assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

Foram também objeto da devida ponderação a evolução do sistema de remuneração dos demais colaboradores da Inapa, considerando as atuais condições de emprego e a situação económica atual, de forma a garantir um alinhamento da evolução remuneratória dos membros executivos com a dos demais colaboradores das sociedades em relações de domínio ou de grupo com a Inapa ou controladas pela Inapa (“Grupo”).

A presente Política de Remuneração foi elaborada pela comissão de remunerações da Inapa eleita na Assembleia Geral realizada em 23 de maio de 2019 (“Comissão de Remunerações”), sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade e com conhecimentos e experiência em questões de remunerações.

Para a auxiliar na preparação da presente política, a Comissão de Remunerações recorreu a uma entidade externa e independente com o objetivo de aferir o nível de competitividade, face ao mercado nacional comparável, das remunerações dos membros dos órgãos sociais.

II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Para determinar a remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais, a Inapa rege-se pelos seguintes critérios:

- Simplicidade, clareza, transparência, e alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que esta se insere;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Prossecução da excelência na gestão, através de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à Sociedade a obtenção do equilíbrio e da sustentabilidade; e
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade.

Forma como a Política de Remuneração contribui para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade

No mercado em que a atividade da Inapa se insere, impõe-se como um dos principais fatores críticos de sucesso a capacidade de atrair, motivar e reter os melhores profissionais existentes.

A presente Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização tem como propósito promover o alinhamento continuado com os objetivos e estratégia de negócio de curto, e longo prazo, assim como com as melhores práticas de mercado e, deste modo, contribuir para a sustentabilidade dos resultados da Inapa e alinhamento com o interesse dos acionistas, para a criação de valor a longo prazo e ser compatíveis com uma gestão de riscos adequada e rigorosa.

A Política de Remuneração pretende assim constituir-se como um eficaz instrumento da boa governação societária da Sociedade, visando fornecer informação aos acionistas, proteger os seus interesses e conferir uma maior transparência em matéria de remuneração dos órgãos sociais.

III. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS, INCLUINDO OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA EM VIGOR

A remuneração dos titulares dos administradores não executivos é baseada no desempenho efetivo e no equilíbrio na respetiva avaliação e comporta apenas uma componente fixa. Esta remuneração tem adicionalmente em consideração o desempenho de funções na Comissão de Auditoria, e ainda a assunção de funções como Presidente da Comissão de Auditoria.

Componente fixa

A remuneração dos administradores não executivos comporta uma componente fixa, paga 14 vezes ao ano. Os membros da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da Inapa auferem um complemento à sua remuneração enquanto administradores não-executivos (referida no parágrafo anterior), pago 12 vezes ao ano.

(...)

Componente variável

Embora as práticas remuneratórias tenham em consideração a condição financeira da Inapa e do grupo económico encabeçado por esta, não se encontra prevista qualquer forma de remuneração variável para os membros não executivos do órgão de administração nem para os membros do órgão de fiscalização.

Pretende-se deste modo que os administradores não executivos não tenham qualquer componente da sua remuneração dependente do cumprimento de objetivos de modo a salvaguardar a sua independência.

IV. COMPONENTES FIXA E VARIÁVEL DE ATRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL AOS MEMBROS EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O sistema remuneratório dos membros executivos do Conselho de Administração da Inapa compreende uma componente fixa e uma componente variável, orientando-se pelos seguintes princípios:

- Encontra-se alinhado com o mercado e com as funções efetivamente desempenhadas, estimulando o desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração, em termos individuais e de grupo;
- Permite premiar os resultados alcançados pelos membros executivos do Conselho de Administração da Inapa;
- Ajuda na atração e retenção de quadros qualificados para a Inapa.

Componente fixa

O valor da componente fixa foi determinado para o mandato 2019/2021. No ano de 2020, as remunerações fixas pagas aos administradores executivos correspondem ao montante indicado no Relatório do Governo das Sociedades referente a 2019 e foram pagas 14 vezes por ano.

Deverá ser realizada uma revisão da remuneração base dos administradores executivos, pelo menos no termo de cada mandato, o que deverá implicar também a ponderação, segundo critérios de benchmark, do modelo de remuneração total praticado por

empresas comparáveis, de modo a assegurar a todo o tempo que o modelo de remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração permanece um modelo equilibrado, justo e competitivo, quer no âmbito nacional quer internacional, (dada a crescente exposição da Inapa a mercados fora de Portugal).

Componente variável

A atribuição de remuneração variável tem por base graus de consecução de objetivos quantitativos e qualitativos que estão associados a indicadores de desempenho objetivos, simples, transparentes e (em relação aos objetivos quantitativos) mensuráveis, avaliados anualmente conforme delineado abaixo:

- A remuneração variável é paga exclusivamente em numerário, tendo em conta os seguintes valores de referência (target) e limites máximos (sem prejuízo dos números 10 e 11, abaixo):
 - Valor mínimo da remuneração variável atribuível – 13,6% da respetiva remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;
 - Target da remuneração variável - 20% da respetiva remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;
 - Valor máximo da remuneração atribuível - 30% da respetiva remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração.

2. Em concreto, a atribuição e o cálculo do montante da remuneração variável tem por base os resultados da avaliação do desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração, realizada com referência a todo o ano civil em causa, sendo determinada considerando as seguintes componentes:

- Componente quantitativa – abrange a avaliação do desempenho da Inapa efetuada através de indicadores quantitativos, com um peso global de 80%;
- Componente qualitativa – abrange a média ponderada da avaliação de competências do membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa, com um peso global de 20%.

- O atingimento concreto dos objetivos quantitativos referidos deverá ser previamente validado e certificado por entidade externa independente em momento anterior.
- O valor do prémio de desempenho será determinado sendo atribuído de acordo com os seguintes parâmetros, calculados linearmente:

Componente quantitativa

- Se o desempenho atingir menos de 80% dos objetivos fixados, não há lugar à atribuição de componente variável;
- Se o desempenho registado se situar entre 80% e 100% dos objetivos fixados, é devido um montante situado no intervalo

de 16% a 20% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;

- Se o desempenho registado se situar entre 100% e 120% dos objetivos fixados, é devido um montante situado no intervalo de 20% a 30% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;
- Se o desempenho registado atingir mais de 120% dos objetivos fixados, é devido o montante correspondente a 30% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração.

Componente qualitativa

- Se o desempenho global registado for de nível 1 (“Muito Abaixo do Esperado”), não é calculado qualquer acréscimo à componente variável, a este título;
- Se o desempenho global registado for de nível 2 (“Algo Abaixo do Esperado”) é devido o montante de 4% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;
- Se o desempenho global registado for de nível 3 (“De Acordo com o Esperado”), é devido o montante de 20% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;

- Se o desempenho global registado for de nível 4 de “Acima do Esperado” (nível 4), é devido o montante de 24% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;
 - Se o desempenho global registado for de nível 5 (“Muito Acima do Esperado”), é devido o montante de 30% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração.
5. Os indicadores chave de desempenho anual (e ponderações) face ao orçamento do ano de 2021 são os seguintes:

Componente quantitativa

- **Sustentabilidade** – Redução do peso da dívida no total do Balanço (30%)
- **Rentabilidade** – % de crescimento anual do EBITDA recorrente (30%)
- **Rentabilidade** – % poupança anual dos Custos de Operação (15%)
- **Atividade** – % crescimento anual da faturação (Embalagem e Viscom) (15%)
- **ESG** – % de Volume de compras com padrões de produção sustentável (10%)

Componente qualitativa

- Liderança de executivo e contributo para desempenho da CE (40%)
- Relação com Stakeholders (35%)
- Contribuição reputação Inapa (25%)

6. A remuneração variável está sujeita, no todo ou em parte, a mecanismos de (i) redução da remuneração variável em momento anterior à sua atribuição (malus) e de (ii) reversão por via da retenção de parte ou da totalidade da remuneração variável atribuída cujo pagamento de qualquer uma das suas parcelas ainda não tenha sido realizada (claw back), sendo este último mecanismo de aplicação supletiva caso o mecanismo de redução se revele insuficiente, nas seguintes situações:

- O membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa participou direta e decisivamente ou foi responsável por uma atuação que resultou em perdas significativas para a Inapa;
- Incumprimento grave ou fraudulento do código de conduta ou de normas internas da Inapa por parte do membro executivo do Conselho de Administração com impacto negativo significativo para a Inapa, ou situações que justifiquem justa causa de destituição do membro executivo do Conselho de Administração; e/ou
- Falsas declarações e/ou erros ou omissões materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Inapa para os quais uma conduta objetiva do membro executivo do Conselho de Administração tenha contribuído decisivamente.

7. Em caso de cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração, por qualquer causa (com exceção de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos malus ou claw back), após o fim do período de avaliação da remuneração variável, mas antes do integral pagamento da respetiva remuneração variável, haverá lugar ao pagamento da remuneração variável por inteiro.

8. O pagamento da remuneração variável correspondente ao exercício em que ocorra a cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração não será devido, salvo em situações de cessação por mútuo acordo, reforma, morte, invalidez ou em qualquer outro caso de termo antecipado do mandato, por causa não imputável ao membro executivo do Conselho de Administração (nomeadamente alteração do controlo da Sociedade, entre outras, na sequência de OPA ou outro facto alheio ao membro executivo do Conselho de Administração), caso em que a remuneração variável será devida pro rata temporis. Em particular, não será devido ao membro executivo do Conselho de Administração a atribuição de remuneração variável pelo exercício de funções no período que medeia o início do exercício e a data da Assembleia Geral eletiva (nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 391.º do Código das Sociedades Comerciais), caso o membro executivo do Conselho de Administração não venha a ser reconduzido no cargo.

9. Em caso de cessação de funções dos membros executivos do Conselho de Administração antes do termo do mandato em virtude de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos malus ou claw back, os últimos perderão o direito a receber todas as parcelas de remuneração variável atribuídas mas não pagas.

10. A remuneração variável dos membros executivos do Conselho de Administração não deverá exceder 10%, em cada ano, dos resultados líquidos do exercício da Inapa.

11. Nos exercícios em que a Inapa não aufera resultados líquidos positivos, não haverá em qualquer caso lugar ao pagamento de remuneração variável aos membros executivos do Conselho de Administração.

12. Os membros executivos do Conselho de Administração não devem celebrar contratos ou outros instrumentos, quer com a Inapa quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade das suas remunerações.

Benefícios

Aos administradores executivos são também atribuídos os seguintes benefícios:

a) Seguro de vida, cujo valor é aferido em função do montante de remuneração base de cada um dos administradores executivos;

b) Automóvel, incluindo a manutenção, seguro e combustível do mesmo, cujo valor total varia entre os administradores executivos em função das responsabilidades assumidas;

c) Seguro de saúde e outros benefícios em linha com a política do Grupo.

V. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS EM VIGOR

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é remunerado nos termos e condições acordados no contrato de prestação de serviços celebrado entre este e a Inapa, de acordo com as práticas de mercado e o enquadramento legal e recomendatório.

A indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços encontra-se detalhada no ponto 47 do presente capítulo.

VI. CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES DE PENSÃO COMPLEMENTAR OU DE REFORMA ANTECIPADA

Não existem regimes de pensão complementar ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos sociais da Inapa.

VII. DEFINIÇÃO, REVISÃO OU RENOVAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A definição da Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da Inapa é submetida à aprovação da Assembleia Geral da Inapa, por proposta da Comissão de Remunerações.

A revisão e aplicação da Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da Inapa será realizada nos termos dos seguintes princípios:

a) A Comissão de Remunerações reúne-se, pelo menos, com periodicidade anual de forma a fazer o acompanhamento da situação da Inapa nas matérias relevantes para efeitos de determinação e de fixação da remuneração variável dos membros executivos e para análise de informação relevante que possa justificar a ponderação de ajustamentos à aplicação da Política de Remuneração, em matéria de compliance, gestão de riscos e recursos humanos;

b) A definição e as eventuais propostas de revisão da Política de Remuneração assentam na articulação dos objetivos da Inapa, aferidos em função do seu plano estratégico em cada momento, nas conclusões de estudos de remuneração comparativos com sociedades cotadas nacionais e com pares setoriais estrangeiros e numa articulação de princípios com o plano remuneratório dos demais trabalhadores e colaboradores da Inapa;

c) Com periodicidade anual a Comissão de Remunerações apreciará as opiniões expressas pelos acionistas e pelos analistas sobre a Política de Remuneração;

d) A Comissão de Remunerações contratará os consultores e apoios externos necessários à produção dos estudos de remuneração comparativos e de melhores práticas de governo societário no âmbito das políticas de remuneração de administradores executivos, avaliando as condições de independência dos mesmos para a prestação dos serviços que lhes vierem a ser solicitados;

e) De acordo com os termos do disposto no n.º 1 do Art.º 26.º-B do Código dos Valores Mobiliários, a Comissão de Remunerações deverá em qualquer caso submeter à aprovação da Assembleia Geral uma proposta de revisão de Política de Remuneração pelo menos de 4 em 4 anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da Política de Remuneração vigente.

Sem prejuízo de propostas de revisão (extraordinárias), a Comissão de Remunerações deverá, pelo menos no termo de cada mandato, por ocasião da avaliação do cumprimento dos objetivos fixados para o mandato em causa, analisar especificamente, e decidir fundamentadamente, sobre a oportunidade de propor uma revisão da Política de Remuneração em qualquer das suas componentes de modo a assegurar, a todo o tempo e com a adequada agilidade, o cumprimento do objetivo da política remuneratória de retenção e de atração de talento para a Inapa.

Sempre que a Política de Remuneração for revista, serão descritas todas as alterações relevantes introduzidas e de que forma essas alterações refletem as votações e as opiniões expressas pelos acionistas sobre a política de remuneração, bem como os Relatórios de Remunerações (incluído no Relatório de Governo e a preparar nos termos do disposto no Art.º 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários) emitidos sobre a referida política, desde a última votação sobre a mesma na Assembleia Geral.

VIII. DERROGAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remunerações pode ser parcial e temporariamente derogada em circunstâncias excepcionais que o exijam para servir os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da Inapa, ou para assegurar a sua viabilidade.

A Comissão de Remunerações poderá decidir derogar temporariamente a presente Política, no todo ou em parte, em circunstâncias incomuns, tais como:

- a) *Em caso de mudanças materiais na estrutura, organização, propriedade e negócios da organização (por exemplo, aquisição ou fusão), que podem exigir ajustes nas componentes de remuneração ou outros elementos para garantir a continuidade de negócios; e*

- b) *Em quaisquer outras circunstâncias, desde que as alterações sejam necessárias para servir os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da organização ou para assegurar a sua viabilidade financeira.*

Qualquer ação de derrogação da Política de Remuneração por parte da Comissão de Remunerações será divulgada no Relatório de Remunerações do ano em causa, incluído no Relatório de Governo e a preparar nos termos do disposto no Art.º 245.º-C do Código dos Valores Mobiliários. Nota: O Art.º 245-C do Código dos Valores Mobiliários foi revogado pelo Art.º 26-G.

IX. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre títulos emitidos pela Sociedade aos seus órgãos sociais ou colaboradores.

X. EXISTÊNCIA DE CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A INAPA E MEMBROS DOS SEUS ÓRGÃOS SOCIAIS; EXIGIBILIDADE OU INEXIGIBILIDADE DE PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO E CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DOS ADMINISTRADORES

Não existem contratos, de gestão ou de outra natureza, celebrados entre a Inapa e os membros dos seus órgãos sociais que se encontrem em vigor.

Em particular:

- a) *Não se encontram previstas limitações contratuais para eventuais compensações a pagar aos administradores por destituição sem justa causa nem quaisquer mecanismos expressos para que seja exigível qualquer indemnização ou compensação, para além da legalmente devida;*
- b) *A Inapa não tem em vigor acordos celebrados com membros do seu órgão de administração e/ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.*

XI. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA

Na formulação da presente política de remunerações foram contratados pela Inapa serviços de consultoria de forma a auxiliar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

Tanto quanto é do conhecimento da Comissão de Remunerações, tais serviços são prestados com independência e os respetivos prestadores de serviços não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à Inapa ou a outras sociedades que com a última se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem que a Comissão de Remunerações tenha a oportunidade de ser consultada e dar o seu parecer sobre a mesma.





A política de remunerações manteve-se inalterada desde a sua aprovação em Assembleia Geral de 21 de maio de 2021 ao abrigo da Lei n.º 50/2020, de 25 agosto.

A política de remunerações não contempla a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável contemplada na alínea f) do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM.

A Comissão de Remunerações pode decidir a contratação pela Sociedade dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções, conforme prática consistente no passado e assegura a respetiva independência mediante consulta e parecer prévios relativamente à contratação da prestadora para a realização de outros serviços à Inapa ou a outra sociedade que se encontre com ela em relação de domínio ou de grupo.

Em 2023, a Comissão de Remunerações, considerou não existir necessidade de submeter à aprovação dos senhores acionistas uma nova política de remunerações da Inapa, nem, rever a política vigente.

Durante o período em apreço, o Presidente da Comissão de Remunerações esteve presente na reunião de acionistas em que o tema da remuneração dos membros dos órgãos sociais foi abordado para prestar a informação e os esclarecimentos relativos a este tema.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração não contempla qualquer remuneração variável.

Aos membros executivos a atribuição de remuneração variável tem por base graus de consecução de objetivos quantitativos e qualitativos que estão associados a indicadores de desempenho objetivos, simples, transparentes e (em relação aos objetivos quantitativos) mensuráveis, conforme delineado abaixo:

1. A remuneração variável é paga em numerário, tendo em conta os seguintes valores de referência (*Target*) e limites máximos:
 - i) Valor mínimo da remuneração variável atribuível – 13,6% da remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;
 - ii) *Target* da remuneração variável – 20% da remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;
 - iii) Valor máximo da remuneração atribuível – 30% da remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;

2. Em concreto, a atribuição e o cálculo do montante da remuneração variável tem por base os resultados da avaliação do desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração, realizada com referência a todo o ano civil em causa, sendo determinada, considerando as seguintes componentes:

- i) Componente quantitativa – abrange a avaliação do desempenho da Inapa efetuada através de indicadores quantitativos, com um peso global de 80%;
- ii) Componente qualitativa – abrange a média ponderada da avaliação de competências do membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa, com um peso global de 20%.

O atingimento concreto dos objetivos quantitativos referidos deverá ser previamente validado e certificado por entidade externa independente em momento anterior.

A remuneração variável está sujeita, no todo ou em parte, a mecanismos de (a) redução da remuneração variável em momento anterior à sua atribuição (*malus*) e de (b) reversão por via da retenção de parte ou da totalidade da remuneração variável atribuída cujo pagamento de qualquer uma das suas parcelas ainda não tenha sido realizado (*claw back*), sendo este último mecanismo de aplicação supletiva caso o mecanismo de redução se revele insuficiente, nas seguintes situações:

- i) O membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa participou direta e decisivamente ou foi responsável por uma atuação que resultou em perdas significativas para a Inapa;
- ii) Incumprimento grave ou fraudulento do código de conduta ou de normas internas da Inapa por parte do membro executivo do Conselho de Administração com impacto negativo significativo para a Inapa, ou situações que justifiquem justa causa de destituição do membro executivo do Conselho de Administração; e/ou
- iii) Falsas declarações e/ou erros ou omissões materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Inapa para os quais uma conduta objetiva do membro executivo do Conselho de Administração tenha contribuído decisivamente.

A estrutura de remuneração da comissão executiva descrita no ponto anterior prevê uma componente fixa e uma componente variável, que deverá alinhar-se com as práticas de mercado e assumindo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Prevê-se que a remuneração dos administradores executivos integre uma componente variável dependente de uma avaliação de desempenho com uma componente quantitativa e qualitativa, conforme descrito no ponto anterior.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Para cada Período de Avaliação da RVA, a RVA, caso seja devida, considera-se atribuída na data da aprovação da remuneração dos órgãos sociais da Inapa pela Assembleia Geral anual de acionistas da Inapa e é paga da seguinte forma: (a) 50% da RVA é pago no mês subsequente à data da reunião da Assembleia Geral anual de acionistas da Inapa, (b) sendo o pagamento dos restantes 50% da RVA diferido ao longo de cada um dos 3 anos subsequentes a contar da data do pagamento dos 50% da RVA iniciais (1/3 por ano).

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

O esquema remuneratório dos administradores executivos não contempla a atribuição de ações.

Nenhum dos administradores é titular de ações da Sociedade, nem nenhuma ação lhes foi atribuída pelo passado por força de esquemas de remuneração variável.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

O esquema remuneratório dos administradores executivos não contempla a atribuição de opções sobre títulos emitidos pela Sociedade.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Para determinar a remuneração a atribuir aos administradores executivos, a Inapa rege-se pelos seguintes critérios:

- Simplicidade, clareza, transparência, e alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que esta se insere;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Prossecução da excelência na gestão, através de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à Sociedade a obtenção do equilíbrio e da sustentabilidade; e
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade.

Forma como a Política de Remuneração contribui para a estratégia empresarial da Sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade

No mercado em que a atividade da Inapa se insere, impõe-se como um dos principais fatores críticos de sucesso a capacidade de atrair, motivar e reter os melhores profissionais existentes.

A Política de Remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração tem como propósito promover o alinhamento continuado com os objetivos e estratégia de negócio de curto e longo prazo, assim como com as melhores práticas de mercado e, deste modo, contribuir para a sustentabilidade dos resultados da Inapa e alinhamento com o interesse dos acionistas, para a criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada e rigorosa.

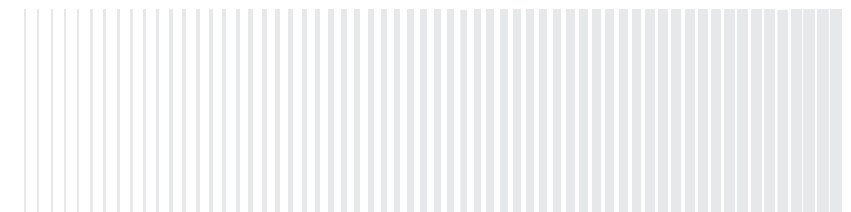
A Política de Remuneração pretende assim constituir-se como um eficaz instrumento de boa governação societária, visando fornecer informação aos acionistas, proteger os seus interesses e conferir uma maior transparência em matéria de remuneração dos órgãos sociais.

Não estão definidos quaisquer outros benefícios, para além dos que estão previstos na política de remunerações:

- Seguro de vida, cujo valor é aferido em função do montante de remuneração base de cada um dos administradores executivos;
- Automóvel, incluindo a manutenção, combustível e seguro do mesmo, cujo valor total varia entre os administradores executivos em função das responsabilidades assumidas;
- Seguro de saúde e outros benefícios em linha com a política do Grupo.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma em benefício dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.



IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente

da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

A remuneração média anual dos trabalhadores da Sociedade em termos equivalentes a tempo inteiro da sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e fiscalização, durante os últimos cinco exercícios apresenta-se na seguinte tabela.

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Membro	Fixo			Total
	Inapa IPG	Subsidiárias	Variável ⁽¹⁾	
Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende ⁽²⁾	211 221,46	-	16 800,00	228 021,46
Frederico João de Moser Lupi ⁽³⁾	309 916,66	-	12 086,67	322 003,33
Inês Patrícia Arêde Simões Louro	259 000,00	-	12 086,67	271 086,67
Afonso Nuno Silva Chaby Rosa ⁽⁴⁾	39 291,60	110 833,31	-	150 124,91
Victor Maurílio Silva Barros	70 500,00	-	-	70 500,00
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	16 500,00	-	-	16 500,00
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	16 500,00	-	-	16 500,00
João Miguel Pacheco de Sales Luís	10 500,00	-	-	10 500,00
Fernando Sanz Pinto ⁽⁵⁾	6 356,38	-	-	6 356,38

Remuneração média anual por trabalhador da Inapa-IPG	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Total de remunerações	599 799,20	557 766,02	598 823,77	705 853,59	616 369,24	3 078 611,82
Remuneração média anual por trabalhador	61 517,87	62 262,25	61 947,29	70 585,36	68 485,47	324 798,24
Remuneração média anual por trabalhador (2019-2023)						64 959,65



- (1) Remuneração referente ao exercício de 2021, de que ½ foi pago em 2022 sendo o remanescente pago em 3 prestações iguais e sucessivas nos anos de 2023, 2024 e 2025
- (2) Renunciou ao mandato de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva em 5 de junho de 2023
- (3) Administrador executivo até 5 de junho de 2023 e Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva a partir dessa data
- (4) Cooptado administrador e eleito administrador executivo em 5 de junho de 2023
- (5) Eleito administrador em 25 de maio de 2023

Conforme referido no ponto 17, no dia 5 de junho de 2023, Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende até então Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva para o mandato 2022-2024, renunciou por motivos de ordem pessoal, às suas funções. Em 2023, além da remuneração fixa associada às funções desempenhadas e da parcela devida

em 2023 da remuneração variável referente ao ano de 2021, recebeu os valores referentes aos proporcionais de férias, subsídio de férias e subsídio de Natal relacionados com a cessação de funções. A 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer montante em dívida a Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

A remuneração do administrador Afonso Nuno Silva Chaby Rosa foi suportada em 2023 em 94 999,98 € por Inapa France, S.A., cuja presidência acumula com a de administrador executivo desta Sociedade.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

O esquema remuneratório aprovado em Assembleia Geral contempla, na sua componente quantitativa, indicadores que influenciam a geração de resultados do Grupo, não estando, no entanto, estabelecidos mecanismos de comparticipação nos resultados.

Convém ressaltar que o regulamento de remuneração dos órgãos sociais da Inapa (aprovado pela Comissão de Remunerações) não permite que tal remuneração variável exceda em cada ano o montante equivalente a 10% dos resultados líquidos do exercício da Inapa.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas a ex-administradores executivos nem se mostram devidas indemnizações por força da cessação das suas funções durante o exercício findo.

Relativamente à remuneração variável, a política de remunerações estabelece que:

- Em caso de cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração, por qualquer causa (com exceção de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos *malus* ou *claw back*), após o fim do período de avaliação da remuneração variável, mas antes do integral pagamento da respetiva remuneração variável, haverá lugar ao pagamento da remuneração variável por inteiro;
- O pagamento da remuneração variável correspondente ao exercício em que ocorra a cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração não será devido, salvo em situações de cessação por mútuo acordo, reforma, morte, invalidez ou em qualquer outro caso de termo antecipado do mandato, por causa não imputável ao membro executivo do Conselho de Administração (nomeadamente alteração do controlo da Sociedade, entre outras, na sequência de OPA ou outro facto alheio ao membro executivo do Conselho de Administração), caso em que a remuneração variável será devida *pro rata temporis*. Em particular, não será devido ao membro executivo do Conselho de Administração a atribuição de remuneração variável pelo exercício de funções no período que medeia o início do exercício e a data da Assembleia Geral eletiva (nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 391.º do Código das Sociedades Comerciais), caso o membro executivo do Conselho de Administração não venha a ser reconduzido no cargo.

Em caso de cessação de funções dos membros executivos do Conselho de Administração antes do termo do mandato em virtude de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos *malus* ou *claw back*, os últimos perderão o direito a receber todas as parcelas de remuneração variável atribuídas mas não pagas.

A remuneração variável está sujeita, no todo ou em parte, a mecanismos de (a) redução da remuneração variável em momento anterior à sua atribuição (*malus*) e de (b) reversão por via da retenção de parte ou da totalidade da remuneração variável atribuída cujo pagamento de qualquer uma das suas parcelas ainda não tenha sido realizado (*claw back*), sendo este último mecanismo de aplicação supletiva caso o mecanismo de redução se revele insuficiente, nas seguintes situações:

- O membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa participou diretamente e decisivamente ou foi responsável por uma atuação que resultou em perdas significativas para a Inapa;
- Incumprimento grave ou fraudulento do código de conduta ou de normas internas da Inapa por parte do membro executivo do Conselho de Administração com impacto negativo significativo para a Inapa, ou situações que justifiquem justa causa de destituição do membro executivo do Conselho de Administração; e/ou

- Falsas declarações e/ou erros ou omissões materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Inapa para os quais uma conduta objetiva do membro executivo do Conselho de Administração tenha contribuído decisivamente.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A indicação da remuneração dos membros da Comissão de Auditoria encontra-se descrita no ponto 77.

Os membros da Comissão de Auditoria durante o exercício de 2023 foram:

- Vítor Maurílio Silva Barros
- Emília de Noronha Galvão Franco Frazão
- Patrícia Isabel Sousa Caldinha

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, manteve-se inalterada no exercício em apreço, sendo do montante de € 5 000,00 (cinco mil euros) por cada assembleia a que presida.



V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Na política de remunerações adotada não se encontram previstas limitações contratuais para eventuais compensações a pagar aos administradores por destituição sem justa causa nem quaisquer mecanismos expressos para que seja exigível qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo da legalmente devida. A Sociedade não tem em vigor acordos celebrados com membros do seu órgão de administração e/ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Relativamente à remuneração variável, a política de remunerações define que:

- Em caso de cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração, por qualquer causa (com exceção de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos *malus* ou *claw back*), após o fim do período de avaliação da remuneração variável, mas antes do integral pagamento da respetiva remuneração variável, haverá lugar ao pagamento da remuneração variável por inteiro;

- O pagamento da remuneração variável correspondente ao exercício em que ocorra a cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração não será devido, salvo em situações de cessação por mútuo acordo, reforma, morte, invalidez ou em qualquer outro caso de termo antecipado do mandato, por causa não imputável ao membro executivo do Conselho de Administração (nomeadamente alteração do controlo da Sociedade, entre outras, na sequência de OPA ou outro facto alheio ao membro executivo do Conselho de Administração), caso em que a remuneração variável será devida *pro rata temporis*. Em particular, não será devido ao membro executivo do Conselho de Administração a atribuição de remuneração variável pelo exercício de funções no período que medeia o início do exercício e a data da Assembleia Geral eletiva (nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 391.º do Código das Sociedades Comerciais), caso o membro executivo do Conselho de Administração não venha a ser reconduzido no cargo.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

A Sociedade não tem em vigor acordos celebrados com membros do seu órgão de administração e/ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações aos seus órgãos sociais ou colaboradores.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações aos seus órgãos sociais ou colaboradores.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações aos seus órgãos sociais ou colaboradores.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art.º 245.º-A, n.º 1, al. e)).

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações aos seus órgãos sociais ou colaboradores e não estão previstos quaisquer mecanismos de controlo num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital.

E. Transações com Partes Relacionadas

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Na reunião de 5 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou, sob parecer prévio da Comissão de Auditoria, uma revisão ao Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas, aprovado em 23 de dezembro de 2020, que passou a prever:

Por entidades relacionadas, para efeitos do aludido regulamento, entendem-se as como tal consideradas nas normas internacionais adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1 606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e designadamente:

- a) As entidades que direta ou indiretamente controlarem, forem controladas ou estiverem sob controlo comum da Sociedade;
- b) As entidades que tiverem um interesse na Sociedade que lhe confira influência significativa sobre a mesma ou sobre ela tiverem um controlo conjunto;
- c) As associadas ou empreendimento conjunto em que a entidade seja um empreendedor;

d) Os elementos-chave da gestão da Sociedade ou as pessoas com eles estreitamente relacionadas, sendo considerados como tal:

- Os membros dos órgãos de administração da Sociedade e os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, detêm, direta ou indiretamente, autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo das atividades da entidade;
- O cônjuge do elemento-chave de gestão ou pessoa que com ele viva em união de facto, descendentes a seu cargo e outros dependentes;
- Qualquer entidade que seja direta ou indiretamente dominada pelo elemento-chave de gestão, constituída em seu benefício ou de que este seja também elemento-chave de gestão.

e) A entidade sobre a qual um elemento-chave de gestão ou pessoa com ele estreitamente relacionada exerça o controlo, um controlo conjunto ou influência significativa ou sobre a qual estes possuam, direta ou indiretamente, um significativo poder de voto;

f) A entidade que for um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da Sociedade ou de Sociedade em relação de domínio ou de grupo.

Por tal regulamento estabeleceu-se que carecem de aprovação em Conselho de Administração, sob parecer prévio da Comissão de Auditoria, as transações entre a Sociedade e/ou suas subsidiárias com partes relacionadas que não sejam realizadas no âmbito corrente da atividade da Sociedade e em condições de mercado, as transações de relevância significativa bem como aquelas que pela conjugação da sua natureza, montante e/ou condições de realização possam suscitar particular relevância em termos de transparência e ou conflitos de interesses.

Atenta a realidade concreta da Sociedade e suas subsidiárias, foram fixados os seguintes níveis de materialidade, para transações isoladamente ou em conjunto com outras transações com a mesma parte relacionada no decurso do mesmo exercício económico, a partir dos quais as transações são consideradas como de relevância significativa, que delimitam a delegação de competências da Comissão Executiva:

Tipo de Transação	Límite (€)
Compra e venda de bens e serviços	750 000
Aplicações e investimentos financeiros	5 000 000
Empréstimos e outros financiamentos, com exclusão das meras renovações	10 000 000
Outras transações	500 000

Todas as demais transações com partes relacionadas são obrigatoriamente notificadas à Comissão de Auditoria até ao termo do mês subsequente ao final de cada trimestre, para que esta possa verificar se as transações efetuadas pela Sociedade são realizadas no âmbito da sua atividade corrente e em condições de mercado.

No regulamento em causa estabelece-se que na apreciação das transações com partes relacionadas deverá ficar assegurada a respetiva razoabilidade e transparência, designadamente no que respeita à prossecução dos interesses da Sociedade e das suas subsidiárias, tendo em conta as condições normais em que tais transações são praticadas em mercado e que das mesmas não decorra, direta ou indiretamente, um tratamento mais favorável do que o suscetível de ser obtido por terceiro em igualdade de circunstâncias.

O regulamento prevê ainda que transações entre a Sociedade e/ou suas subsidiárias com partes relacionadas que não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e em condições de mercado e cujo valor individual ou agregado no mesmo exercício relativamente à mesma parte relacionada seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade, de acordo com as suas contas auditadas mais recentes, devem ser divulgadas publicamente, o mais tardar no momento em forem realizadas.



90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Em 10 de Fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou, com o parecer prévio favorável da Comissão de Auditoria, o arrendamento pelas sociedades de *packaging* francesas, Inapa Packaging, Semaq e Embaltec de três armazéns a construir em Dourdan, Bruges e Nieppe, respetivamente, por sociedades detidas por dirigentes das sociedades em causa.

Ambos os órgãos comprovaram previamente às respetivas deliberações que transações em causa cumpriam cumulativamente os princípios fixados no n.º 1 do Cap. II do Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas, a saber:

- a) Fundamentavam-se na prossecução do interesse da Sociedade e das suas subsidiárias;
- b) Observavam o princípio da equidade e da igualdade de tratamento;
- c) São realizadas em condições de mercado.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os procedimentos e critérios estão descritos no ponto 89.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se descrita na Nota 33 às demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

III. OUTROS ELEMENTOS

93. Meios para prevenção e gestão de conflitos de interesse.

O Código de Conduta atualmente em vigor abrange todos os colaboradores e administradores do Grupo Inapa (incluindo os membros do Conselho de Administração da Sociedade).

O Código de Conduta indica que existe um conflito de interesses quando as suas atividades pessoais interferem, ou parecem interferir, com o seu discernimento em atuar no melhor interesse da Inapa.

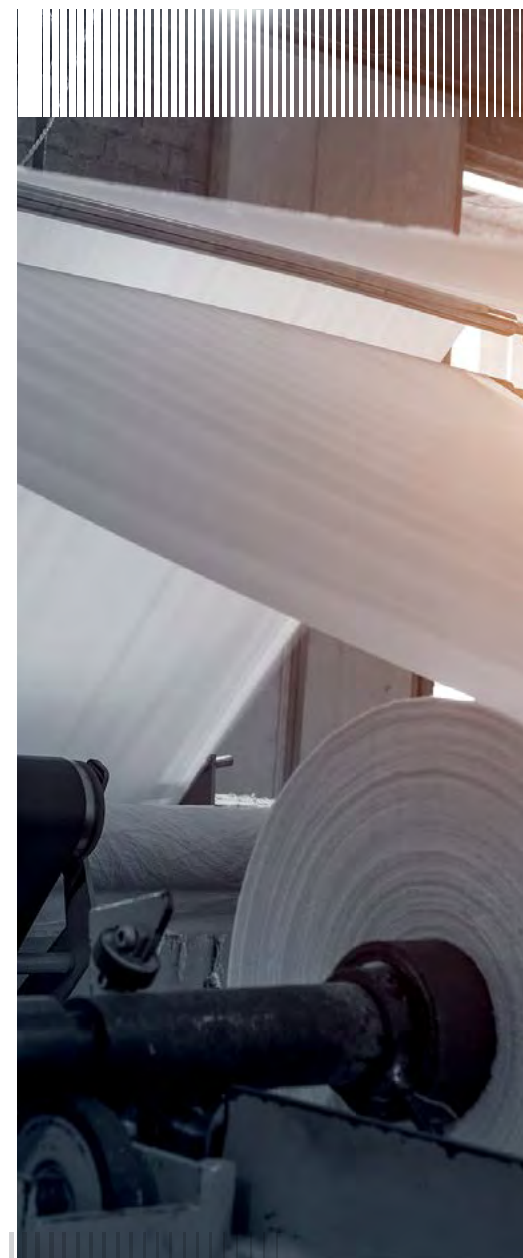
Define-se que colaboradores e administradores se devem abster de fazer negócio com membros de família ou com outros com quem tenham relações afetivas relevantes.

Não devem utilizar a sua posição na Inapa para obter tratamento especial para si, a sua família ou alguém com significado relevante para si. Aplica-se à compra de produtos, vendas, investimentos, contratação ou seleção de empreiteiros ou fornecedores ou quaisquer outras relações de negócio.

Todas as atividades profissionais externas, remuneradas ou não, têm que ser comunicadas e não podem levantar conflitos de interesses com a Inapa. Não podem ser utilizados quaisquer ativos da Sociedade durante o exercício de qualquer atividade profissional externa.

Caso algum administrador se encontre numa situação de possível conflito de interesses, deve comunicá-la ao Presidente do Conselho de Administração, ou caso o potencial conflito incida sobre este, ao Presidente da Comissão de Auditoria, e excluir-se do processo de tomada de decisão.

Está ainda previsto que nenhum colaborador, gerente ou administrador deve participar na tomada de decisão relacionada com uma empresa onde possa ter um interesse financeiro direto ou indireto. Por fim, o Código de Conduta estabelece ainda que não devem ser aceites presentes, refeições, entretenimentos ou qualquer favor, de fornecedores, prestadores de serviços ou clientes que possam comprometer, ou aparentem comprometer, o seu discernimento ao tomar decisões objetivas no melhor interesse da Inapa.



Parte II

Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado.

A avaliação do governo societário foi efetuada de harmonia com as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCC (2018) revisto em 2023.

O texto integral dos relatórios referentes ao governo desta Sociedade, encontram-se permanentemente disponíveis:

- Na sede na Sociedade, sita na Rua das Cerejeiras, n.º 5-11, 2710-632 Sintra – Portugal.
- No website institucional da Sociedade: www.inapa.pt;
- No website institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários: www.cmvvm.pt.

A Sociedade entende chamar a atenção para que o presente relatório estará acessível, em qualquer dos locais indicados em formato autónomo e como anexo ao seu relatório de gestão, dele fazendo parte integrante.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado.

A estrutura seguida na avaliação do governo societário segue o modelo preconizado no Código de Governo das Sociedades do IPCC (2018) revisto em 2023.

Para cada uma das recomendações é declarada a sua adesão ou não, sendo apresentada uma explicação através das remissões para os artigos da Parte I – informação obrigatória sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade e complementado, para os casos de não seguimento, seguimento parcial ou quando a recomendação foi considerada não aplicável, por outras informações apresentadas no seguimento da tabela, no ponto 3 – Outras Informações.

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Princípios Gerais:		
<p>A. O governo das sociedades promove e potencia a prossecução dos respetivos interesses de longo prazo, desempenho e desenvolvimento sustentado, e é estruturado de modo a permitir a ponderação dos interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, clientes, credores, fornecedores e demais partes interessadas, contribuindo para o reforço da confiança na qualidade, transparência e padrões éticos de atuação da administração e fiscalização, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que as sociedades se inserem e para o desenvolvimento do mercado de capitais.</p> <p>B. O código é de adesão voluntária e a sua observância assenta num princípio de <i>comply or explain</i> aplicável a todas as recomendações.</p>		
Capítulo I – Relação da sociedade com acionistas, partes interessadas e comunidade em geral		
Princípio:		
<p>I.A. Na sua organização, no seu funcionamento e na definição da sua estratégia, as sociedades contribuem para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos no quadro da Organização das Nações Unidas, em termos que sejam ajustados à natureza da sua atividade e à respetiva dimensão.</p> <p>I.B. A sociedade, periodicamente, identifica, mede e procura prevenir os efeitos negativos relacionados com o impacto ambiental e social decorrente do exercício da sua atividade, em termos ajustados à respetiva natureza e à dimensão da sociedade.</p> <p>I.C. Nos seus processos de decisão, o órgão de administração pondera os interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, fornecedores e outras partes interessadas na atividade da sociedade.</p>		
Recomendações:		
I.1. A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Sim	21 50 52 a 55 89
I.2. A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais.	Sim	21



Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Capítulo II – Composição e funcionamento dos órgãos da Sociedade		
II.1. Informação		
Princípio:		
II.1.A. As sociedades e, em particular, os seus administradores tratam de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.		
Recomendações:		
II.1.1. A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.	Sim	15 22 34 56 a 65
II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
Princípio:		
II.2.A. As sociedades são dotadas de estruturas decisórias adequadas e transparentes, assegurando a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões ⁽¹⁾ .		
II.2.B. As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de administração e fiscalização e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.		
II.2.C. As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.		
Recomendações:		
II.2.1. As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Não	15 a 19 26
II.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Sim	15 a 19 21 a 23 27 34

(1) Entendem-se por comissões, comissões da sociedade, comissões especializadas ou comissões internas as comissões compostas maioritariamente por membros de órgãos da sociedade, a quem estes atribuam funções no âmbito societário, excluindo a comissão de remunerações nomeada pela Assembleia Geral, ao abrigo do disposto no art. 399.º do Código das Sociedades Comerciais, exceto quando o Código expressamente indique o contrário.

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
II.2.3. A composição e o número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Sim	21 a 23 28 35 61
II.2.4. As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que explicita as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.	Sim	49
II.2.5. As sociedades dispõem de comissões especializadas em:	(1) Não (2) Sim (3) Não (4) Sim	24 27 a 29 66
(1) Matéria de governo societário, (2) Remunerações, (3) Nomeações de membros dos órgãos da sociedade e (4) Avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente.		
No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias.		
II.3. Relação entre órgãos da sociedade		
Princípio:		
II.3.A. Os órgãos sociais criam as condições para que, na medida das suas responsabilidades, atuam de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.		
Recomendações:		
II.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Sim	15 21
II.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Sim	15 21
II.4. Conflitos de interesses		
Princípio:		
II.4.A. Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões e a sociedade, garantindo-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.		

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
II.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da sociedade.	Sim	93
II.4.2. A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.	Sim	93
II.5. Transações com partes relacionadas		
Princípio:		
II.5.A. As transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.		
Recomendações:		
II.5.1. O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Sim	38 89 a 91
Capítulo III – Acionistas e Assembleia Geral		
Princípios:		
III.A. O adequado envolvimento dos acionistas no governo das sociedades constitui um fator positivo de funcionamento eficiente da sociedade e realização do fim social.		
III.B. A sociedade promove a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de reflexão sobre a sociedade e de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões da sociedade.		
III.C. A sociedade implementa meios adequados para a participação e o voto não presenciais dos acionistas na assembleia, incluindo a possibilidade de envio antecipado de questões, pedidos de esclarecimento ou informação sobre as matérias a deliberar e respetivas propostas.		

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
III.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.	Sim	1 12 13
III.2. A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.	Não aplicável	
III.3. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14
III.4. A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.	Sim	12
III.5. A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Sim	12
III.6. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Sim	5 13
III.7. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Sim	16 69 80 83 84

Capítulo IV – Administração

IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos

Princípios:

IV.1.A. A gestão corrente da sociedade compete a administradores executivos com as qualificações, competências e experiência adequadas à função, prossequindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

IV.1.B. A determinação do número de administradores executivos deve ter em conta a dimensão da sociedade, a complexidade e dispersão geográfica da sua atividade e os custos, tendo em vista a desejável agilidade de funcionamento da administração executiva.



Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
IV.1.1. O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: (1) Definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; (2) Organização e coordenação da estrutura empresarial; (3) Matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	(1) Sim (2) Não (3) Sim	21 29 89
IV.1.2. O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Sim	93
IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos		
Princípios:		
IV.2.A. Para a plena realização do fim social, os administradores não executivos exercem, de modo efetivo e criterioso, uma função de vigilância geral e de desafio à gestão executiva, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.		
IV.2.B. O número e as qualificações dos administradores não executivos devem ser adequados a proporcionar à sociedade uma equilibrada e apropriada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.		
Recomendações:		
IV.2.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes — ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos — designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Sim	18
IV.2.2. O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Sim	17 18 27 31
IV.2.3. O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos.	Sim	18

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
IV.2.4. O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Sim	18 a 20 31 32
IV.2.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Não aplicável	18

Capítulo V - Fiscalização		
Princípios:		
V.A. O órgão de fiscalização desenvolve atividades permanentes de supervisão da administração da sociedade, incluindo, numa perspetiva também preventiva, o acompanhamento da atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para esta e para a plena realização do fim social.		
V.B. A composição do órgão de fiscalização proporciona à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.		



Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
VI.1. Com respeito pelas competências que lhes são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das (1) linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a (2) política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	(1) Não (2) Não	21 38 54
VI.2. O número de membros do órgão de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Sim	17 18 27 31

Capítulo VI – Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações

VI.1. Avaliação Anual de Desempenho

Princípios:

VI.1.A. A sociedade promove a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.

Recomendações:

VI.1.1. O órgão de administração — ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos — avalia anualmente o (1) seu desempenho, bem como o desempenho da (2) comissão executiva, dos administradores executivos (3) e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	(1) Não (2) Sim (3) Não aplicável	18 24 25 27 38
--	---	----------------------------

VI.2.1. Remunerações

Princípios:

VI.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado — e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.

VI.2.B. Tendo em consideração que o cargo de administrador é, por natureza, um cargo remunerado, os administradores recebem uma remuneração:

- i) Que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;
- ii) Que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e
- iii) Que premeie o desempenho.

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
VI.2.1. A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Sim	66 a 68
VI.2.2. A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à Assembleia Geral, sob proposta daquela comissão.	Sim	66 a 68
VI.2.3. A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.	Sim	17 77
VI.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na Assembleia Geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Sim	69
VI.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Sim	67 69
VI.2.6. A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.	Sim	69
VI.2.7. Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão.	Sim	69
VI.2.8. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Sim	69 70
VI.2.9. Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.	Sim	69 a 72
VI.2.10. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	74
VI.2.11. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	69

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
VI.3. Nomeações		
Princípios:		
VI.3.A. Independentemente do modo de designação, os conhecimentos, a experiência, o percurso profissional e a disponibilidade dos membros dos órgãos da sociedade e dos quadros dirigentes ⁽¹⁾ devem ser os adequados à função a desempenhar.		
Recomendações:		
VI.3.1. A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.	Não	
VI.3.2. A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes.	Não aplicável	27
VI.3.3. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.	Não aplicável	27
VI.3.4. A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.	Não aplicável	27
Capítulo VII – Controlo Interno		
Princípios:		
VII.A. Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade institui um sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão e controlo de risco, <i>compliance</i> e auditoria interna, que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.		

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
VII.1. O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Sim	21 53 54
VII.2. A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.	Não	
VII.3. O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Sim	21 50 54 55
VII.4. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	50 a 55
VII.5. A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Sim	21 54 55
VII.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Sim	50 a 55
VII.7. A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.	Sim	50 a 55
VII.8. A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.	Sim	50 a 55
VII.9. A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.	Sim	21



(1) Entendem-se por *quadros dirigentes*, neste Código, as pessoas que integrem a alta direção, nos termos definidos (sob o nome "dirigentes") pela legislação europeia e nacional relativa a sociedades cotadas, com exclusão dos membros dos órgãos da sociedade.

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
VII.10. O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	21 50 a 55
VII.11. O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Sim	21 49
Capítulo VIII – Informação e Revisão Legal de Contas		
VIII.1. Informação		
Princípios:		
VIII.1.A. O órgão de fiscalização, com independência e de forma diligente, assegura que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e adoção de critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro e de sustentabilidade, e para o controlo interno, incluindo a gestão de riscos, a <i>compliance</i> e a auditoria interna.		
VIII.1.B. O órgão de fiscalização promove uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.		
Recomendações:		
VIII.1.1. O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Sim	21 38
VIII.2. Revisão legal de contas e fiscalização		
Princípios:		
VIII.2.A. Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.		

Princípio/Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
VIII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Sim	21 37 38 41 44 a 47
VIII.2.2. O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Sim	21
VIII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	21 38 45

3. Esclarecimentos adicionais às recomendações em que não houve adesão, houve adesão parcial ou foi considerada não aplicável.

II.2.1. – A Sociedade não estabeleceu, previamente e em abstrato, critérios e requisitos ao perfil dos membros dos órgãos societários; no entanto, os processos de seleção consistentemente prosseguidos pelo passado acautelaram devidamente os atributos de competência, capacidade, independência, integridade, disponibilidade e experiência.

A igualdade de géneros, no mandato em curso, teve como norma enquadradora o regime legal da paridade de géneros, tendo sido cumprido integralmente nos órgãos societários, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria.

II.2.5. – A Sociedade tem, no seu modelo de governo, instituída uma comissão de remunerações eleita pela Assembleia Geral e independente do Conselho de Administração.

Atendendo à reduzida dimensão da Sociedade, aferida à luz do disposto no n.º 2 do Art.º 413.º do CSC e às funções desempenhadas pela Comissão de Auditoria, a Sociedade entende não se justificar a constituição de comissões especializadas.

Assinala-se, no entanto, o acolhimento dos pontos II.5.2 (2) e II.5.2 (4), conforme esclarecido na Nota 24; a avaliação de desempenho dos administradores executivos é assegurada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

Para efeitos remuneratórios a avaliação do desempenho dos administradores executivos incumbe ainda à Comissão de Remunerações.

III.2 – Não aplicável. A Sociedade não emitiu ações com direito especial ao voto plural.

IV.1.1. (2) – Por deliberação de 8 de junho de 2022 foram delegadas na Comissão Executiva, entre outras, as competências para *“O acompanhamento e a coordenação, incluindo a definição das orientações de gestão e o controlo das sociedades subordinadas” e “Deliberar sobre a realização de investimentos, desinvestimentos e reestruturações nas, e pelas, Sociedade Subordinadas”*.

Não obstante o Conselho de Administração ter reservado, expressamente, no Regulamento que aprovou, a faculdade de poder vir a tomar resoluções sobre estas mesmas matérias, impõe-se ter como não acolhida a recomendação IV.1.1. (2).

IV.1.2. – Não existe um regulamento interno que defina o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do Grupo. No entanto o Código de Conduta do Grupo, prevê expressamente que todas as atividades profissionais externas, remuneradas ou não, têm que ser comunicadas e não podem gerar conflitos de interesses com a Inapa.

VI.1. – Os administradores não executivos que compõem a Comissão de Auditoria pronunciam-se no âmbito do Conselho de Administração sobre as linhas estratégicas e a política de risco.

VI.1.1.(1) – Considera-se não cumprida. O órgão de administração — ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos — não procedeu à avaliação do seu desempenho. Assinala-se porém que Comissão de Remunerações procedeu à avaliação da Comissão Executiva do Conselho de Administração no âmbito do cálculo da atribuição da remuneração variável.

VI.1.1.(3) – Considera-se não aplicável o dever por parte do órgão de administração de avaliar o desempenho das suas comissões já que as mesmas são inexistentes.

VI.2.10. – Não aplicável, porquanto o esquema remuneratório dos administradores executivos não contempla a atribuição de opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações da Sociedade.

VI.3.2. – Não aplicável porquanto a Sociedade não tem instituída uma Comissão de Nomeações.

VI.3.3. – Atendendo à reduzida dimensão da Sociedade, aferida à luz do disposto no n.º 2 do Art.º 413.º do CSC, e ao limitado número de membros do Conselho de Administração a Sociedade considera que não se justifica a constituição de uma comissão de nomeações.

VI.3.4. – Não aplicável porquanto a Sociedade não tem Comissão de Nomeações.

VII.2. – A Sociedade não dispõe de uma comissão especializada ou comité composto por especialistas em matéria de risco.

O Conselho de Administração aprova os sistemas de controlo interno e de gestão de risco da Sociedade e do Grupo e avalia regularmente a execução e cumprimento do plano anual de auditoria interna da Sociedade e do Grupo.

Para além da área de Gestão de Risco e Auditoria Interna, composta por uma equipa especializada, estão ainda atribuídas competências em matéria de risco aos departamentos centrais de IT, de sistemas de informação, de controlo interno, de contabilidade e de serviços partilhados.

Modelo de Relatório para Divulgação de Informação Não Financeira

Modelo de Relatório para Divulgação de Informação Não Financeira¹

Parte I – Informação sobre Políticas Adotadas	Referências
A. Introdução	
1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.	Cap. 5
2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.	Cap. 5 (5.3 a 5.7)
B. Modelo Empresarial	
Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).	Cap. 1
C. Principais Fatores de Risco	
1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.	
2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.	
3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.	Cap. 1 Cap. 4 (Notas 11 a 55)
4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.	
5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.	

Parte I – Informação sobre Políticas Adotadas	Referências
D. Políticas Implementadas	
Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (<i>due diligence</i>), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior.	Cap. 5, 6 e 7
i. Políticas Ambientais	
1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 5 e 6
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 5 e 6
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
i. Utilização sustentável dos recursos: consumo de água, de outras matérias-primas e de energia; indicação de medidas tomadas para melhorar a eficiência da utilização daqueles recursos; indicação do recurso a medidas de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis.	Cap. 6 (6.2, 6.3 e 6.4)
ii. Poluição e alterações climáticas: indicação dos valores de emissões de gases com efeito de estufa; indicação de emissões de poluentes para a natureza; indicação de penalizações incorridas e de medidas para prevenir, reduzir ou reparar as referidas emissões.	Cap. 6 (6.6)
iii. Economia circular e gestão de resíduos: medidas de prevenção, reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização e eliminação de resíduos.	Cap. 6 (6.1, 6.2, 6.6 e 6.7)
iv. Proteção da biodiversidade: impactos causados por atividades ou operações em áreas protegidas e medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade.	Cap. 6 (6.5)

(1) Modelo de relatório publicado pela CMVM e sugerido para cumprimento do dever de divulgação de informação não financeira pelas sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.



Parte I – Informação sobre Políticas Adotadas	Referências
D. Políticas Implementadas	
ii. Políticas Sociais e Fiscais	
1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 5 e 7
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 5 e 7
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
i. Compromisso da empresa com a comunidade: o impacto da atividade da Sociedade no emprego e no desenvolvimento local; o impacto da atividade da Sociedade nas populações locais e no território; as relações mantidas com os agentes da comunidade local e os respetivos meios de diálogo; as ações de parceria ou de patrocínio.	Cap. 7 (7.4 e 7.5)
ii. Subcontratação e fornecedores: a inclusão na política de compras de questões sociais, de igualdade de género e ambientais; a consideração nas relações com os fornecedores e subcontratantes da sua responsabilidade social, ambiental e de <i>governance</i> ; sistemas de controlo e auditoria e respetivos resultados. Sempre que possível, incluir uma referência ao facto de os fornecedores da Sociedade aplicarem políticas coerentes com as que foram estabelecidas pela Sociedade.	Cap. 5 Cap. 6 (6.1, 6.2 e 6.6)
iii. Consumidores: medidas para a saúde e segurança dos consumidores; sistemas de receção de reclamações e respetivo tratamento e resolução, nomeadamente o número de reclamações recebidas e o número de reclamações pendentes, bem como aquelas em que foi dada razão ao reclamante, inquéritos de satisfação, e indicação do responsável pelas reclamações.	Cap. 5 e 6
iv. Investimento responsável: se aplicável, informação sobre o investimento responsável que a Sociedade almejou atrair, incluindo quanto à emissão/aquisição de <i>green bonds</i> ou de <i>SDG-linked bonds</i> .	Não aplicável
v. Stakeholders: informação quanto a eventuais formas de auscultação dos <i>stakeholders</i>	Cap. 4 (Notas 49; 56 a 64) Cap. 5 (5.6)
vi. Informação fiscal: informação sobre medidas ou atos com impacto fiscal, incluindo eventuais subsídios ou qualquer tipo de subvenção ou vantagem patrimonial atribuída pelo Estado.	Cap. 2 e 3
iii. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação	
1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 7
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 7



Parte I – Informação sobre Políticas Adotadas	Referências
D. Políticas Implementadas	
iii. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação	
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
i. Emprego: número total e distribuição dos trabalhadores por género, idade, país e classificação profissional, bem como número total e distribuição das modalidades de vínculo contratual (ex.: contrato de trabalho, prestadores de serviços, trabalho temporário, etc.) por género e idade, duração média dos contratos; percentagem da força de trabalho a receber o salário mínimo nacional, independentemente do vínculo contratual; remuneração para cargos iguais ou médios na empresa, por género; remuneração média dos administradores e gestores, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamento a regimes de poupança a longo prazo e qualquer outro pagamento discriminado por género; trabalhadores com deficiência (incluindo indicação da forma como a Sociedade se encontra a cumprir, ou a preparar o cumprimento, da Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, relativa ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência).	Cap. 7 (7.1)
ii. Organização do trabalho: organização do tempo de trabalho, incluindo medidas destinadas a facilitar o desligamento do trabalho e a vida familiar.	Cap. 7 (7.1, 7.2 e 7.3)
iii. Saúde e segurança: condições de saúde e segurança no trabalho e número de acidentes de trabalho.	Cap. 7 (7.3)
iv. Relações sociais: organização do diálogo social, incluindo os procedimentos de informação e negociação com o pessoal, nomeadamente o número de interações mantidas com sindicatos e/ou comissões de trabalhadores, caso existentes; novos acordos celebrados ou revisão dos acordos em vigor; número de processos em tribunal e queixas à Autoridade para as Condições do Trabalho; percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas por país; avaliação das convenções coletivas, nomeadamente no domínio da saúde e segurança no trabalho.	Cap. 7 (7.1)
v. Formação: as políticas aplicadas no domínio da formação e o tipo de formações (por exemplo, se a sociedade ministra aos seus colaboradores formação sobre matérias ligadas à avaliação do desempenho da empresa em matérias "não financeiras" (por exemplo, de proteção da privacidade/RGPD, combate ao branqueamento de capitais/AML, Direitos Humanos na cadeia de valor, etc.); o rácio entre as horas de formação e o número de trabalhadores.	Cap. 7 (7.2)
vi. Igualdade: medidas/políticas adotadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre géneros; planos de igualdade; número de despedimentos por género; protocolos contra o assédio sexual e o assédio com base no género; políticas para a integração e acessibilidade universal das pessoas com deficiência; políticas contra todos os tipos de discriminação e, se for caso disso, gestão da diversidade.	Cap. 7 (7.1)

Parte I - Informação sobre Políticas Adotadas	Referências
D. Políticas Implementadas	
iv. Direitos Humanos	
1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 5 e Cap. 7 (7.4)
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Não aplicável
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
i. Procedimentos de diligência devida aplicados em matéria de direitos humanos, em especial no que respeita à contratação de fornecedores e prestadores de serviços.	Cap. 5 (5.3) Cap. 6 (6.1 e 6.2)
ii. Medidas de prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, se for caso disso, medidas para corrigir eventuais abusos; eliminação da discriminação em matéria de emprego (quando não esteja já referido acima); eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil.	Não aplicável
iii. Processos judiciais por violação dos direitos humanos.	Não aplicável
v. Combate à corrupção e às tentativas de suborno	
1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de <i>compliance</i> indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.	Cap. 5 (5.1 a 5.3)
2. Prevenção do branqueamento de capitais (para sociedades emitentes sujeitas a este regime): informação sobre medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais.	Cap. 5 (5.1 a 5.3)
3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.	Cap. 1 Cap. 5 (5.3 a 5.5)
4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.	Cap. 5 (5.1 a 5.3)

Parte II - Informação sobre os Standards/Diretrizes seguidos	Referências
1. Identificação de standards/diretrizes seguidos no reporte de informação não financeira	Cap. 5 (5.5 a 5.7)
2. Identificação do âmbito e metodologia do cálculo dos indicadores	Cap. 6, 7 e Inf. Adicional
Índice de GRI	Informação Adicional
Taxonomia (UE)	Informação Adicional
3. Explicação em caso de não aplicação de políticas	Não aplicável
4. Outras informações	



Este relatório é um reflexo tangível do nosso compromisso com a sustentabilidade. Utilizamos papéis e métodos de produção eco-friendly, com recurso exclusivo a papéis amigos do ambiente e de impressão 100% digital, combinando acabamentos especiais que promovem boas práticas ambientais, com recurso único a cortante especial, promovendo também métodos de redução de desperdício.

Apostando numa estratégia focada na sustentabilidade este relatório tem a uma versão física e digital com referências cuidadosamente integradas. Ambas as versões para além de criarem uma sinergia, fortalecem a conexão entre o material físico e o lado digital. Este relatório não é apenas um documento, é uma narrativa visual que transcende as páginas, promovendo uma abordagem holística e sustentável em todos os aspetos.



OS



SUSTENTABILIDADE

Proteger o futuro



IIIIIDAMOS VIDA
AO PAPEL IIIIIIII
DESCUBRA COMO



1. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

A sustentabilidade é um pilar essencial na abordagem de desenvolvimento do Grupo. Nesse sentido procuramos contribuir positivamente para o ecossistema, respeitando o programa e o compromisso a que nos propusemos relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Em 2023, conseguimos progressos relevantes em algumas das linhas prioritárias relativas ao desenvolvimento sustentável. Porém, o negócio foi impactado por enormes desafios que afetaram a capacidade de concretização de alguns dos objetivos.

A nível ambiental, continuámos com uma abordagem responsável, assumindo um papel (direto e indireto) na conservação das florestas e das espécies que dependem delas, no uso responsável de recursos como a água, e na redução dos efeitos de estufa.

Prosseguimos com o investimento em práticas e estruturas eficientes, como por exemplo, a utilização de energia renovável e o recurso a veículos com menor consumo ou movidos por energia elétrica ou híbrida. Aumentámos

os níveis de monitorização da nossa cadeia de abastecimento, reforçando a transparência e práticas de sustentabilidade ao longo da cadeia de valor.

De um ponto de vista social e apesar de termos, face às adversidades, sido obrigados a tomar medidas muito difíceis relacionadas com a redução do *headcount*, investimos no bem estar e formação dos colaboradores e no apoio a iniciativas relacionadas com o desenvolvimento das comunidades. Colaboradores de várias empresas do Grupo foram treinados em temáticas fundamentais tais como direitos humanos, diversidade e inclusão. Envolve-mo-nos em campanhas relacionadas com o apoio ou recolha de donativos para iniciativas relacionadas com investigação contra o cancro da mama, suporte a crianças carenciadas e comunidades locais, entre outras.

Atingimos resultados relevantes, nomeadamente em algumas das metas a que nos propusemos relativamente aos ODS para 2024. Existe porém, conforme detalhado nas páginas seguintes, uma parte importante do percurso ainda por percorrer.

Destaco positivamente que, a nível ambiental, aumentámos o peso das vendas em papel ecológico para 85% (em comparação com 78% em 2022), e reduzimos o consumo de energia em 18% e o consumo e de água em 10%. Reduzimos também as emissões diretas em 14% e a produção de resíduos em 8%. A nível social, conseguimos aumentar o equilíbrio, ainda que de forma ténue, do nível de colaboradores por género.

Em suma, entendo que, apesar das adversidades e do processo de mudança verificado ao nível da nossa estrutura, o programa em curso nos permitirá assegurar com o sucesso os nossos compromissos ODS para 2024.

Finalmente agradeço a todos os colaboradores e *stakeholders* que nos têm acompanhado na execução da nossa estratégia. Aproveito também para solicitar que, num contexto em que o sentido de urgência é cada vez mais acentuado, nos continuem a apoiar no objetivo comum de melhorar o mundo.

Frederico Lupi
CEO GRUPO INAPA



2. Estratégia e Sustentabilidade

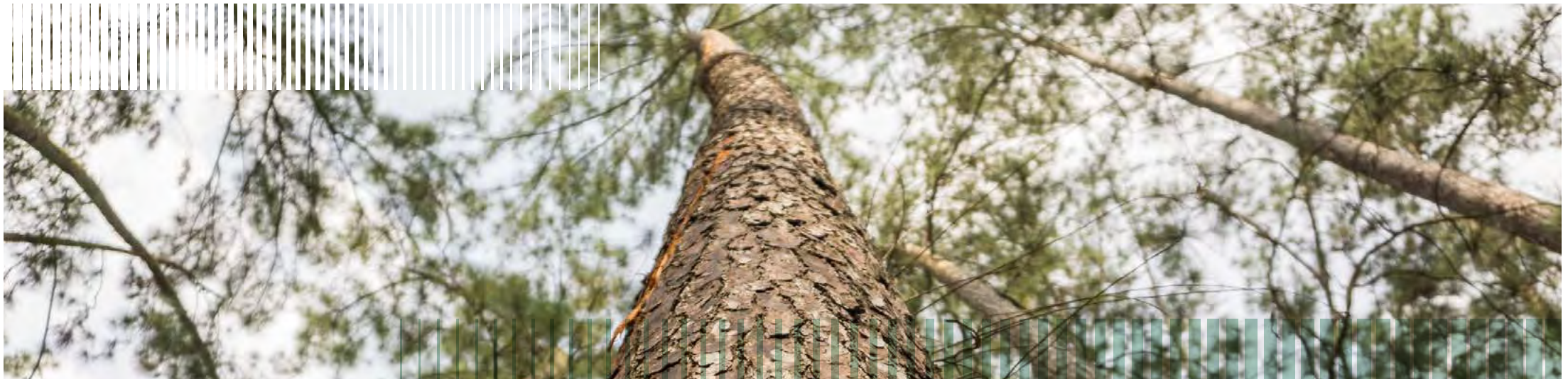
A responsabilidade e a boa cidadania são imprescindíveis nos negócios do Grupo.

Com uma abordagem abrangente em todas as fases das suas operações desde a compra à entrega, a Inapa esforça-se por apresentar um desempenho transparente no que se refere à sustentabilidade, alinhado com os sistemas de referência nesta área, para que clientes e *stakeholders* conheçam as metas que a empresa se propõe a alcançar.

Atuando como elo de ligação entre produtores e clientes, a Inapa considera-se particularmente responsável pelo caminho que é realizado em benefício da sustentabilidade. Nas suas funções quer de comprador, quer de vendedor, as empresas do Grupo promovem as boas práticas ambientais e sociais, incentivando produtores e compradores a produzir e a utilizar produtos

sustentáveis, garantindo assim o cumprimento de princípios sustentáveis na cadeia de abastecimento.

Na distribuição, as operações contribuem para o cumprimento de princípios sustentáveis através de soluções e serviços mais ecológicos que lhes permitem minimizar a sua pegada.



3. Aprovisionamento

Assegurar a sustentabilidade na cadeia de abastecimento.

As nossas empresas regem-se por princípios de ética, integridade e conformidade.

O Código de Conduta do Grupo Inapa é um instrumento que deve ser seguido não só pelos seus colaboradores, mas também pelos seus fornecedores, de quem a Inapa espera os mesmos princípios – integridade, ética e respeito pela Lei.

Uma relação comercial transparente e socialmente responsável é baseada em compromissos entre ambas as partes.

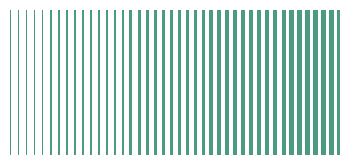
Para os seus fornecedores, parceiros e prestadores de serviços, a Inapa Deutschland definiu uma série de regras básicas específicas no **Código de Conduta do Fornecedor** que garantem que os produtos e serviços fornecidos estão em linha com os princípios básicos declarados no Código de Conduta da Inapa, com a política ambiental e de sustentabilidade do Grupo e com a política de produtos.

A seleção de fornecedores é crítica para o nosso desempenho ambiental e para a nossa responsabilidade social. Desde a sua introdução,

foram muitos os fornecedores que aceitaram formalmente o nosso código de conduta empresarial.

A fim de desenvolver uniformemente as avaliações dos fornecedores em relação aos processos de registo de informações, planeamos fundir as diretrizes de compras nacionais numa política única para fornecedores.

No âmbito da expansão consistente das áreas de negócio de Embalagem e de Comunicação Visual, os requisitos para a gestão do risco estão também a aumentar, como resultado do crescimento significativo da carteira de fornecedores, especialmente fora do mercado europeu.



[CONSULTE AQUI](#)

[O CÓDIGO DE CONDUTA DA INAPA](#)

Código de Conduta dos fornecedores do Grupo Inapa

AMBIENTE

- Observar padrões ambientais legais relevantes;
- Minimizar e manter a sua poluição ambiental tão pequena quanto possível;
- Ter implementado um sistema de gestão ambiental que visa a melhoria contínua, de preferência sob a certificação ISO 14001 ou EMAS;
- Entregar exclusivamente produtos à Inapa que cumpram todos os requisitos legais aplicáveis;
- Mostrar evidências da origem das fibras a serem de fontes legais e não controversas.

TRABALHO

- Cumprir os requisitos das normas da Organização Internacional do Trabalho;
- Abolir o trabalho opressivo;
- Abolir a discriminação;
- Respeitar o direito de organização e negociação coletiva;
- Praticar a igualdade de remuneração por trabalho igual;
- Eliminar proactivamente o trabalho ilegal;
- Respeitar a saúde, a segurança e os direitos pessoais dos seus colaboradores.

SUBCONTRATADOS

- Assegurar e provar através de documentação apropriada que os seus subcontratados também cumprem as normas deste Código de Conduta;
- Comunicar qualquer comportamento de má conduta por parte dos colaboradores da Inapa;
- Resolver ativamente quaisquer casos suspeitos e cooperar incondicionalmente com a Inapa;
- Cooperar na resolução de violações ao Código de Conduta, caso não sejam cumpridas as obrigações.

CORRUPÇÃO

- Contrariar ativa e consistentemente a influência criminosa ou antiética nas decisões tomadas pela Inapa ou outras empresas e instituições;
- Combater a corrupção dentro das suas próprias empresas;
- Combater a fraude e tomar medidas contra cartéis ilegais.

Valorizamos as relações de parceria de longa data que mantemos com a maioria dos nossos fornecedores.

A Inapa procura abastecer-se a partir de regiões tão próximas quanto possível dos seus centros locais, mantendo os elevados padrões de qualidade.

Em 2023, cerca de 92% dos produtos e serviços adquiridos pelo Grupo foram provenientes de países da União Europeia.

A importância das compras dos fornecedores "Top 10" representou 89% em comparação com os 92% registados em 2022. A percentagem de produtos vendidos pela Inapa provenientes de países onde o Grupo está presente manteve-se em torno dos 55%.

Aprovisionamento do Grupo Inapa por regiões

	2020	2021	2022	2023	+/- 2022-23
Países Inapa ¹	56,5%	55,4%	55,4%	54,6%	-0,8 p.p.
UE	40,4%	41,3%	41,5%	38,6%	-2,9 p.p.
Ásia	1,7%	1,3%	1,5%	3,3%	1,8 p.p.
América do Norte	0,9%	1,2%	0,7%	0,3%	-0,4 p.p.
Outros	0,6%	0,7%	1,0%	3,2%	2,2 p.p.

(1) Portugal, Espanha, França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Turquia e Angola.

TOP 10 Aprovisionamento por regiões

	2020	2021	2022	2023
Alemanha	31%	22%	28%	23%
França	14%	19%	14%	13%
Suécia	8%	8%	10%	11%
Portugal	7%	7%	8%	8%
Polónia	7%	7%	9%	8%
Eslováquia	4%	7%	7%	7%
Itália	7%	5%	3%	5%
Bélgica	3%	4%	5%	5%
Áustria	6%	6%	4%	5%
Espanha		2%	4%	4%
Total	86%	87%	92%	89%

Monitorização da cadeia de abastecimento

A Monitorização da Cadeia de Abastecimento da Inapa é desenvolvida com base nos princípios de ESG (Environmental, Social e Governance).

O impacto da cadeia de abastecimento no ambiente e na sociedade, bem como o risco de ruturas de abastecimento, são questões de grande importância para a Inapa. Determinadas componentes da indústria do papel enfrentam desafios específicos de sustentabilidade, tais como impactos negativos nas florestas e nos recursos hídricos ou violações dos direitos humanos na sua cadeia de abastecimento.

A maioria dos fornecedores da Inapa (representando mais de 80% do seu abastecimento) aborda estas questões através da implementação de programas de monitorização do desempenho ambiental, social e de governança (ESG) da sua cadeia de abastecimento. Estes programas incluem o mapeamento de toda a cadeia de abastecimento desde as matérias-primas aos produtos acabados, a avaliação do desempenho de ESG dos fornecedores, incluindo práticas laborais, impacto ambiental e governação, e a elaboração de reportes de progresso.

Ao desempenhar o papel de intermediário entre fabricantes e utilizadores, a Inapa assegura que os produtos são fornecidos na

quantidade certa, no momento certo e a um custo otimizado. A Inapa mantém relações estreitas com os fornecedores para identificar potenciais perturbações ou riscos na cadeia de abastecimento que possam impactar negativamente a sustentabilidade do processo de abastecimento dos nossos clientes.

Em 2023, a Inapa melhorou a monitorização da cadeia de abastecimento alargando a sua base de critérios de análise e aumentando significativamente o número de fornecedores monitorizados. Este processo recorre a diferentes metodologias ou instrumentos tais como declarações, respostas a inquéritos, provas através de certificados de terceiros e uma avaliação das respostas suportada por de um sistema de pontuação de risco.

Aspetos monitorizados pela Inapa

Impacto ambiental

Os fornecedores devem demonstrar o seu empenho em reduzir a sua pegada ambiental, incluindo as emissões de gases com efeito de estufa, a utilização de água, bem como as práticas de gestão de resíduos e a utilização de fontes de energia renováveis.

Práticas de governação

Os fornecedores devem ter políticas claras sobre conduta ética, práticas anticorrupção e fornecimento responsável de materiais. Devem demonstrar transparência e responsabilidade através de práticas de informação e divulgação.

Responsabilidade social

Os fornecedores devem implementar práticas laborais justas, tais como segurança e saúde dos trabalhadores, não discriminação, diversidade e inclusão. Devem manter relações transparentes com as comunidades locais e povos indígenas cujas terras e recursos possam ser afetados pelas suas operações.

Gestão da cadeia de abastecimento

Os fornecedores devem assegurar que os seus parceiros a montante da cadeia de abastecimento aderem a standards de ESG. Devem também estar envolvidos em esforços contínuos para monitorizar e gerir os riscos da cadeia de abastecimento relacionados com a sustentabilidade, ética e conformidade.



O envolvimento de uma base abrangente de fornecedores na monitorização ESG fomentará a mitigação do risco, melhores práticas ESG, proteção da reputação e responsabilidade social. Todos estes aspetos são críticos para o sucesso de um negócio.

A Inapa estabeleceu para si própria os objetivos relacionados com integração de 95% da sua cadeia de abastecimento no processo de monitorização dos ESG até ao final de 2024. Este objetivo foi alcançado em 2023 com 96% do volume de compras monitorizado. Este processo abrange parceiros de serviços de setores que são em princípio críticos para os ESG, tais como transportes e serviços de instalações.

A Inapa desenvolve procedimentos para responder às mais recentes ou próximas medidas legislativas sobre a monitorização da cadeia de abastecimento dos ESG, tais como a nova Lieferkettensorgfaltspflichtgesetz alemã (*Supply Chain Due Diligence Act*; aplicável a partir de 2023) bem como a diretiva de *Due Diligence* da UE (planeada para 2026) que visam garantir que as empresas assumem a responsabilidade pelas suas cadeias de abastecimento e o impacto que as suas operações têm nos direitos humanos,

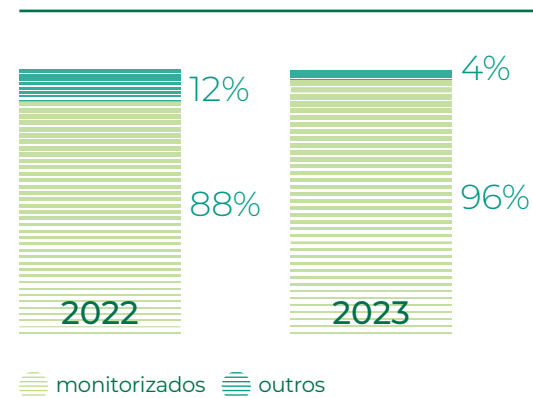
no ambiente e nas questões sociais. A Inapa adaptará o programa de monitorização ESG do Grupo até 2024, de forma a que, antes dos prazos aplicáveis, tenha capacidade para disponibilizar, perante os seus Clientes não só na Alemanha mas também em outros países, as evidências associadas com estas medidas.

Como tal, a Inapa realizará medidas de *Due Diligence* para identificar e abordar quaisquer riscos potenciais nas suas cadeias de abastecimento em conformidade com os novos requisitos legais, incluindo a avaliação dos fornecedores sobre práticas ambientais, condições laborais e outras considerações éticas.

Em 2023 o nível de monitorização acentuou-se, refletindo o esforço desenvolvido pela Inapa: o volume de compras monitorizado evoluiu de 88% para 96% e o número de fornecedores e locais de produção monitorizados evoluiu de forma significativa de 90 para 118 fornecedores.

Assinale-se que a gestão de aquisições conseguiu compensar parcialmente interrupções de abastecimento, por aquisições a outros fabricantes, que foram recentemente integrados na monitorização ESG da cadeia de abastecimento do Grupo.

Volumes de compras monitorizados



Fornecedores monitorizados

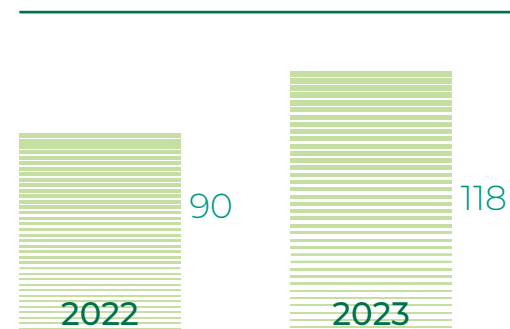
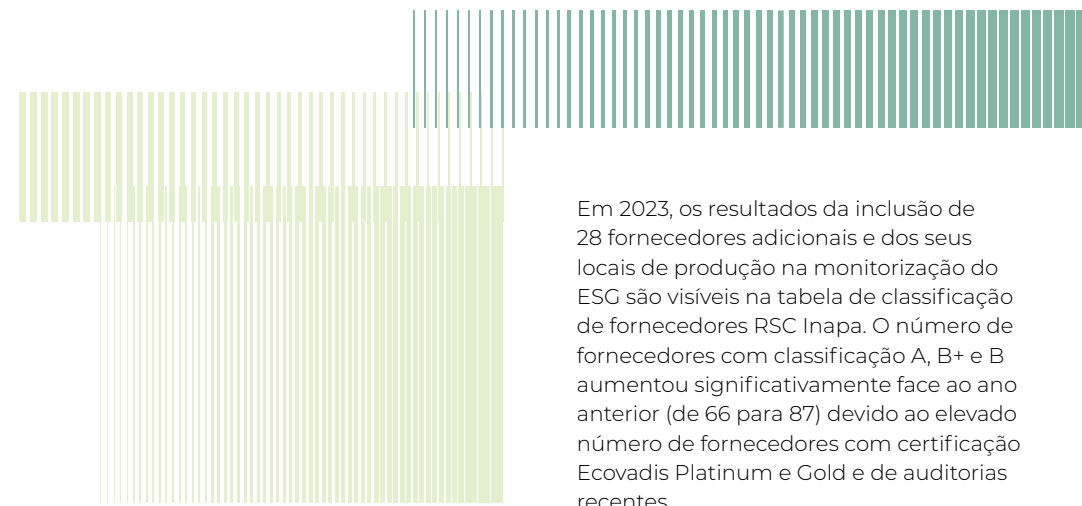


Tabela de Classificação RSC¹ dos Fornecedores Inapa

País	Categoria	A	B+	B	C	D	E	TOTAL
Finlândia	Papel, Cartão	18	10		3			31
Suécia	Papel, Cartão	4	7	2	2			15
Itália	Papel, Cartão		4	6				10
Turquia	Papel, Cartão			1	3	4	2	10
Áustria	Papel, Cartão	2	4	2	1			9
Espanha	Papel, Cartão		3		2			5
	Viscom		3		1			4
Portugal	Embalagem				2			2
	Graphic Supplies				2			2
	Papel, Cartão	1	1	2				4
Alemanha	Embalagem		2	2	2			6
Bélgica	Papel, Cartão	2	1					3
Indonésia	Papel, Cartão		1		1			2
Países Baixos	Papel, Cartão		1		1			2
Suíça	Papel, Cartão				1			1
	Viscom						1	1
Brasil	Papel, Cartão		1					1
Canadá	Papel, Cartão			1				1
China	Papel, Cartão		1					1
Croácia	Embalagem					1		1
Chéquia	Papel, Cartão		1					1
França	Embalagem				1			1
Luxemburgo	Papel, Cartão		1					1
Polónia	Embalagem		1					1
Sérvia	Embalagem					1		1
Eslovénia	Papel, Cartão			1				1
Coreia do Sul	Papel, Cartão		1					1
Total 2023		27	43	17	22	6	3	118
Total 2022		32	15	19	13	3	8	90
+/- 2023/2022		-16%	187%	-11%	69%	100%	-63%	

(1) RSC: Responsabilidade Social Corporativa.



Em 2023, os resultados da inclusão de 28 fornecedores adicionais e dos seus locais de produção na monitorização do ESG são visíveis na tabela de classificação de fornecedores RSC Inapa. O número de fornecedores com classificação A, B+ e B aumentou significativamente face ao ano anterior (de 66 para 87) devido ao elevado número de fornecedores com certificação Ecovadis Platinum e Gold e de auditorias recentes.

A identificação de deficiências significativas ou ausência de documentação levou à atribuição de uma classificação E a três fornecedores. Este resultado requer uma investigação mais aprofundada e um diálogo mais detalhado com os fornecedores em questão. No entanto, é importante salientar que não foram identificadas violações das leis locais ambientais, laborais, de anticorrupção ou de direitos humanos. Em nenhum dos casos os fornecedores operam em setores industriais de alto risco, e o risco económico foi considerado reduzido, uma vez que representavam menos de 0,1% do volume de negócios de compras.

A monitorização global RSC realizada aos fornecedores da Inapa permitiu analisar o nível de risco associado a 96% do volume de compras da Inapa. A base de fornecedores analisada compreendia 26 locais de produção situados em países com um Índice de Perceção da Corrupção igual ou inferior a 45 (Média CPI 2023: 43).

- A Excelente, gestão eficiente de RSC, amplamente documentado, auditado de acordo com padrões de confiança reconhecidos.
- B Acima da média, gestão avançada de RSC, predominantemente documentado, auditado na sua maioria de acordo com padrões reconhecidos.
- C Moderado, gestão de RSC com lacunas identificáveis, insuficientemente documentado, apenas uma parte auditada ou certificada.
- D Abaixo da média, a gestão de RSC não cumpre, na sua maioria, os requisitos, a documentação é muito incompleta, não há uma análise independente, não há certificados.
- E Duvidoso, nenhuma gestão de RSC, documentação inexistente ou incompleta, nenhuma verificação por terceiros, nenhum certificado.

+ - Avaliação de diligência prévia.

Monitorização: o que é avaliado?

GESTÃO DA QUALIDADE

A empresa tem um sistema de gestão de qualidade em vigor?
O SGQ é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo ISO 9001 ou equivalente?

GESTÃO AMBIENTAL

A empresa tem um sistema de gestão destinado a melhorar o desempenho ambiental?
O SGA é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo, ISO 14001, EMAS ou equivalente?
A empresa dispõe de um sistema de gestão de energia?
Este sistema é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo ISO 50001 ou equivalente?
A empresa tem uma política escrita sobre aprovisionamento sustentável?
Foi introduzido um sistema de gestão de aprovisionamento sustentável?
Esta certificação é feita por uma organização independente, de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo ISO 20400 ou equivalente?
A empresa tem certificados de uma organização independente sobre a sustentabilidade da sua cadeia de abastecimento, como a EcoVadis ou similar?

CONTROLO DE FIBRA DE MADEIRA

A empresa tem uma política bem documentada para excluir da transformação material de fibra de madeira ilegal ou prejudicial para o ambiente ou socialmente?
Foi implementado um sistema de diligência adequado de acordo com o EUTR?
Esse sistema é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente aceites, por exemplo FSC®, PEFC™ ou equivalente?

COMPLIANCE

A empresa tem uma política de cumprimento escrita que tenha sido formalmente aprovada pela direção da empresa?
Foi introduzido um sistema de gestão de *compliance*?
É certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo ISO 19600 ou equivalente?
A empresa tem um compromisso formal anticorrupção e uma política anticorrupção aprovada pela direção?
Esse sistema é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo ISO 37001 ou equivalente?

GESTÃO DO TRABALHO

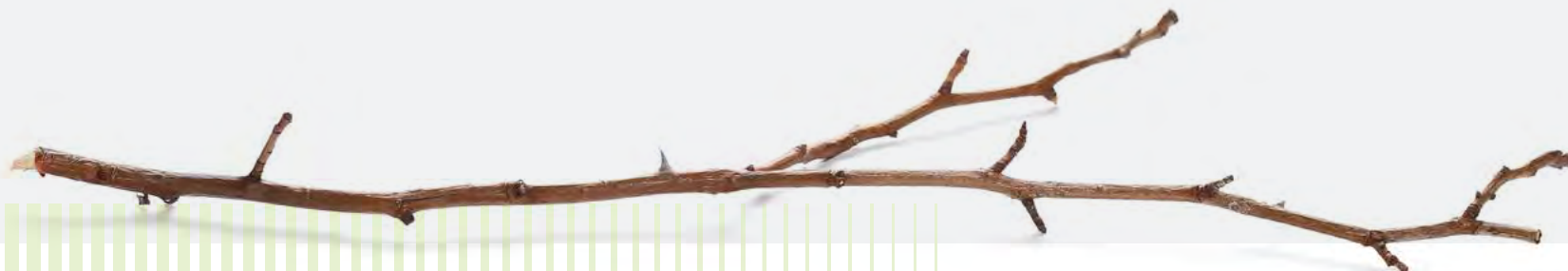
A empresa tem um compromisso formal com o cumprimento das normas fundamentais da OIT e uma política documentada de saúde e segurança?
Foi introduzido um sistema adequado de gestão da saúde e segurança?
É este certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo OHSAS 18001, ISO 45001 ou equivalente?

GESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A empresa tem um compromisso formal de respeitar os direitos humanos confirmado pela direção da empresa e uma política escrita para combater as violações dos direitos humanos?
Foi introduzido um sistema adequado de gestão dos direitos humanos?

RELATÓRIOS PÚBLICOS

A empresa publica regularmente um relatório com os objetivos, resultados e medidas tomadas sobre os parâmetros de desempenho RSC, por exemplo redução do consumo de energia, emissões de GEE, utilização de materiais, taxa de acidentes de trabalho, etc..



A Inapa defende a proteção dos direitos humanos na sua Cadeia de Abastecimento

- A proteção dos direitos humanos e o cumprimento das normas sociais essenciais estão alinhados com as convenções internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Pacto Global das Nações Unidas, refletindo as práticas empresariais éticas e responsáveis da Inapa.
- Falhar a proteção dos direitos humanos e colocar em perigo normas sociais essenciais dentro da nossa cadeia de abastecimento expõe a Inapa a riscos de reputação e conduz a danos significativos. A Inapa dá sempre o maior valor à sua reputação.
- A violação dos direitos humanos e das normas sociais na cadeia de abastecimento pode resultar em sanções legais, processos judiciais, ou multas significativas. A Inapa segue estritamente as normas legais e éticas.
- A Inapa está empenhada em alcançar objetivos de sustentabilidade a longo prazo. A sustentabilidade implica a criação de valor sustentável para os *stakeholders*, colaboradores e sociedade em geral, o que não pode ser alcançado sem a proteção dos direitos humanos.

Volume de compras de acordo com a classificação RSC dos fornecedores

	2020	2021	2022	2023
A	31%	41%	29%	19%
B+	44%	28%	39%	52%
B	8%	22%	14%	16%
C, D, E	0,2%	0,4%	5%	9%
Sem monitorização	17%	9%	13%	4%

Dois fornecedores com classificação “E” atuam como *traders* de produtos de embalagem e cartão (provenientes de produtores europeus). Por isso estas empresas não dispõem de certificados associados à qualidade de produção. No entanto, e com base nas credenciais dos produtores com que estes *traders* trabalham, não foram consideradas de risco para a cadeia de abastecimento.

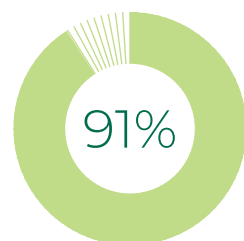
Do total dos locais de aprovisionamento investigados, 105 implementaram um sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14001 com o objetivo de melhorar o seu desempenho ecológico e de elaborar relatórios públicos transparentes.

A tabela “Volumes de compras monitorizados por certificação de qualidade e classificação de fornecedor 2023” (na página seguinte) apresenta a parcela do volume de compras monitorizadas (%) por certificação e classificação de fornecedor (A a E). Como se pode constatar, o volume de compras monitorizado pela Inapa provém de unidades que implementaram sistemas de gestão da qualidade, ambiental, energético e de segurança no trabalho, e os resultados são reportados de forma compreensível e visível ao público, bem como a existência de políticas associadas ao compromisso em respeitar os direitos humanos nas cadeias de abastecimento.

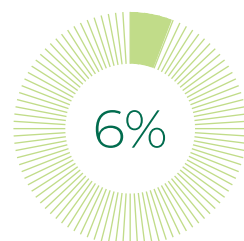


Distribuição dos fornecedores de categoria C, D e E por tipo de produto

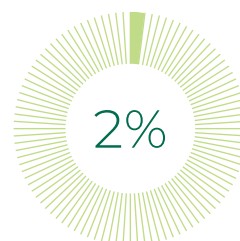
2023



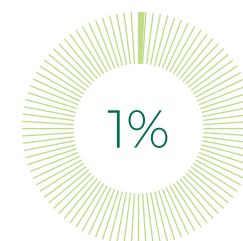
PAPEL, CARTÃO



EMBALAGEM



GRAPHIC SUPPLIES



VISCOM

Volumes de compras monitorizados por certificação e classificação de fornecedor 2023

Classificação Inapa	ISO 9001 Sistema de gestão da qualidade	ISO 14001 Sistema de gestão ambiental	ISO 50001 Gestão de energia	ISO 45001/OHSAS 18001	Política Formal de Direitos Humanos
A	20%	20%	30%	23%	21%
B+	55%	56%	63%	62%	58%
B	17%	17%	3%	10%	18%
C	8%	7%	3%	5%	3%
D	0%	0%	0%	0%	0%
E	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Assinala-se também que foi implementado um sistema de monitorização do abastecimento de material de fibra de madeira em conformidade com as normas FSC® e PEFC em todos os fornecedores Inapa. Nenhuma das empresas auditadas esteve envolvida de forma reconhecida em conflitos ambientais ou sociais nem enfrentou acusações compreensíveis de comportamento ilegal ou corrupto.

Finalmente, destaca-se que 20 fornecedores (com 50 locais de abastecimento) receberam o estatuto Platinum/Gold Label do principal fornecedor de serviços de pontuação RSC, a EcoVadis.

4. Conduta Corporativa

Fazer negócios com integridade.

As empresas do Grupo Inapa estão comprometidas com práticas de negócio éticas. A integridade dos negócios é fundamental para o nosso caminho em benefício da sustentabilidade, que procura construir e manter relações de confiança com os clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores.

A Inapa baseia-se em valores, princípios, padrões e normas de comportamento devidamente descritos no seu Código de Conduta, de forma a garantir que os seus negócios são geridos de acordo com os mais elevados padrões de ética empresarial por todos os colaboradores.

A Inapa disponibiliza sessões de formação sobre ética empresarial, tendo em conta a especificidade da função do colaborador e o risco de negócio associado a esta.

No entanto, o nosso Código de Conduta Corporativa não se dirige apenas aos nossos colaboradores. Os nossos parceiros de negócio e fornecedores devem assumir o compromisso de manter o mesmo nível de ética nas suas relações com o Grupo Inapa.

Colaboradores, fornecedores e outros *stakeholders* têm acesso ao Código de Conduta Corporativa do Grupo, onde estão descritas as normas e os padrões éticos de comportamento a adotar.

Princípios do Código de Conduta

Integridade

Agir de forma consistente com honestidade absoluta e elevados padrões éticos.

Respeito

Tratar os clientes, fornecedores, colaboradores e outros *stakeholders* com cortesia, tolerância, lealdade e justiça.

Transparência

A não-existência de agendas ou condições ocultas, garantindo que os compromissos sejam respeitados e que as informações sejam fornecidas para melhorar a colaboração entre as partes interessadas, atribuindo responsabilidades pelas ações tomadas.

Conformidade

Certificar-se de que as decisões e/ou negócios estão conforme a lei, os regulamentos e as práticas recomendadas do setor.

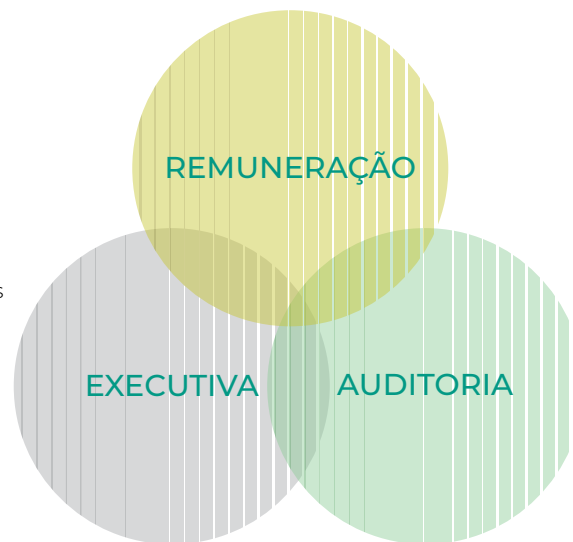
5. Governança Corporativa e Princípios Éticos

Estamos comprometidos com os mais elevados princípios éticos.

Esperamos que as ações de todos os que colaboram com a Inapa sejam pautadas, em todos os momentos, por esses princípios, ancorados numa forte estrutura de governança corporativa.

Lideramos dando o exemplo. O Conselho de Administração e a Comissão Executiva da Inapa supervisionam as nossas políticas e práticas de negócio, assegurando que todos os colaboradores entendem a conduta profissional que devem adotar no seu dia-a-dia de trabalho.

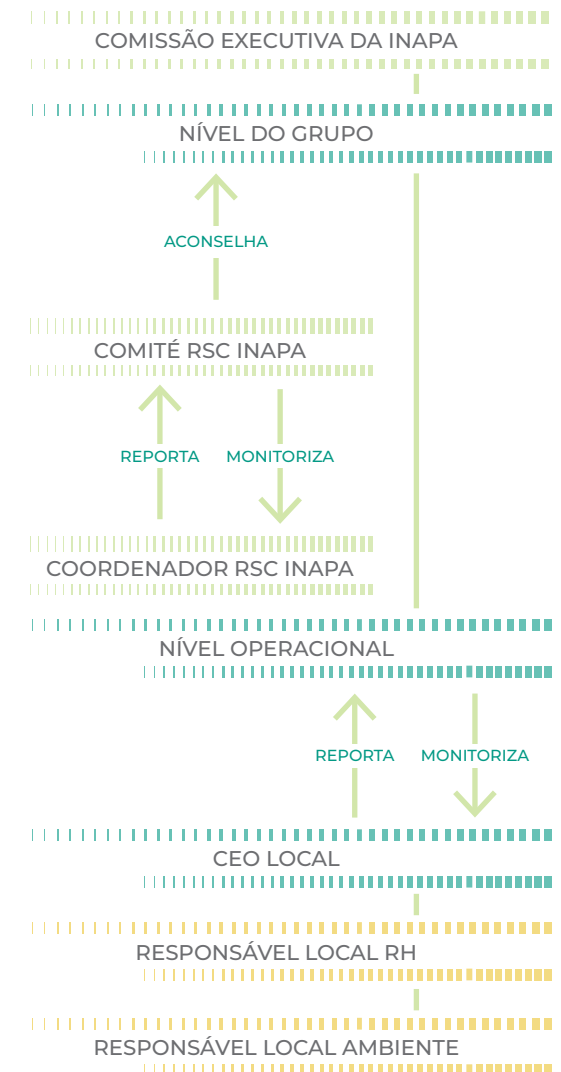
Existem três comitês permanentes que supervisionam as seguintes áreas:



Estrutura do Comité de RSC

Em 2018, definiu-se um modelo de governança de RSC do Grupo com um comité e um coordenador de RSC, cujas responsabilidades passaram por monitorizar e auxiliar a Comissão Executiva nos temas de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental da Inapa.

Na página seguinte, resumiram-se as funções associadas à Comissão Executiva, ao Comité RSC, ao Coordenador RSC e aos CEOs locais.





Comissão Executiva da Inapa

- Discute questões estratégicas de sustentabilidade e de RSC com as empresas do Grupo;
- Monitoriza fatores sociais e ambientais que possam afetar, significativamente, os negócios da Inapa;
- Supervisiona as medidas propostas pelo Comité de RSC e ações operacionais locais, no âmbito da sustentabilidade e responsabilidade social do Grupo.

Comité de RSC da Inapa

- Aconselha a Comissão Executiva da Inapa sobre questões de responsabilidade ambiental e social a nível supra regional. Tem a responsabilidade geral de garantir o progresso da estratégia de RSC;
- Monitoriza fatores sociais e ambientais que podem afetar, significativamente, os negócios da Inapa, reportando-os à Comissão Executiva;

- Avalia o foco e as prioridades do Grupo;
- Apoia os objetivos de sustentabilidade do Grupo;
- Identifica as necessidades de ação e propõe medidas, em conformidade.

Coordenador de RSC da Inapa

- Ajuda a garantir o sucesso da estratégia de RSC do Grupo, ajudando a Comissão Executiva da Inapa;
- Cria um ambiente colaborativo no desenvolvimento de estratégias de RSC, promovendo o envolvimento dos *stakeholders* internos e externos;
- Conduz as atividades de avaliação e reporte de RSC.

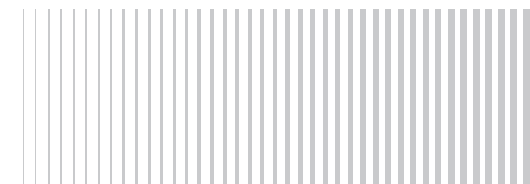
CEOs locais

A nível operacional, cada CEO das empresas do Grupo Inapa é responsável pela monitorização e implementação da estratégia de RSC do Grupo localmente e reportá-la diretamente à Comissão Executiva.

Os objetivos de RSC são determinados pela Comissão Executiva da Inapa, mas são as empresas que decidem o modo como estes são implementados. Os resultados são monitorizados através de indicadores-chave de desempenho e de risco, que são regularmente reportados e avaliados pela Comissão Executiva. Com base na análise destes indicadores ambientais e sociais, a Inapa envolve a gestão da empresa, entrevistando clientes, fornecedores e outros *stakeholders*.

Os resultados dessa análise inicial de materialidade podem ser vistos no diagrama que se segue, que estrutura os critérios, de acordo com a prioridade, considerando as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI G4)¹ e disponibiliza a possibilidade de avaliar

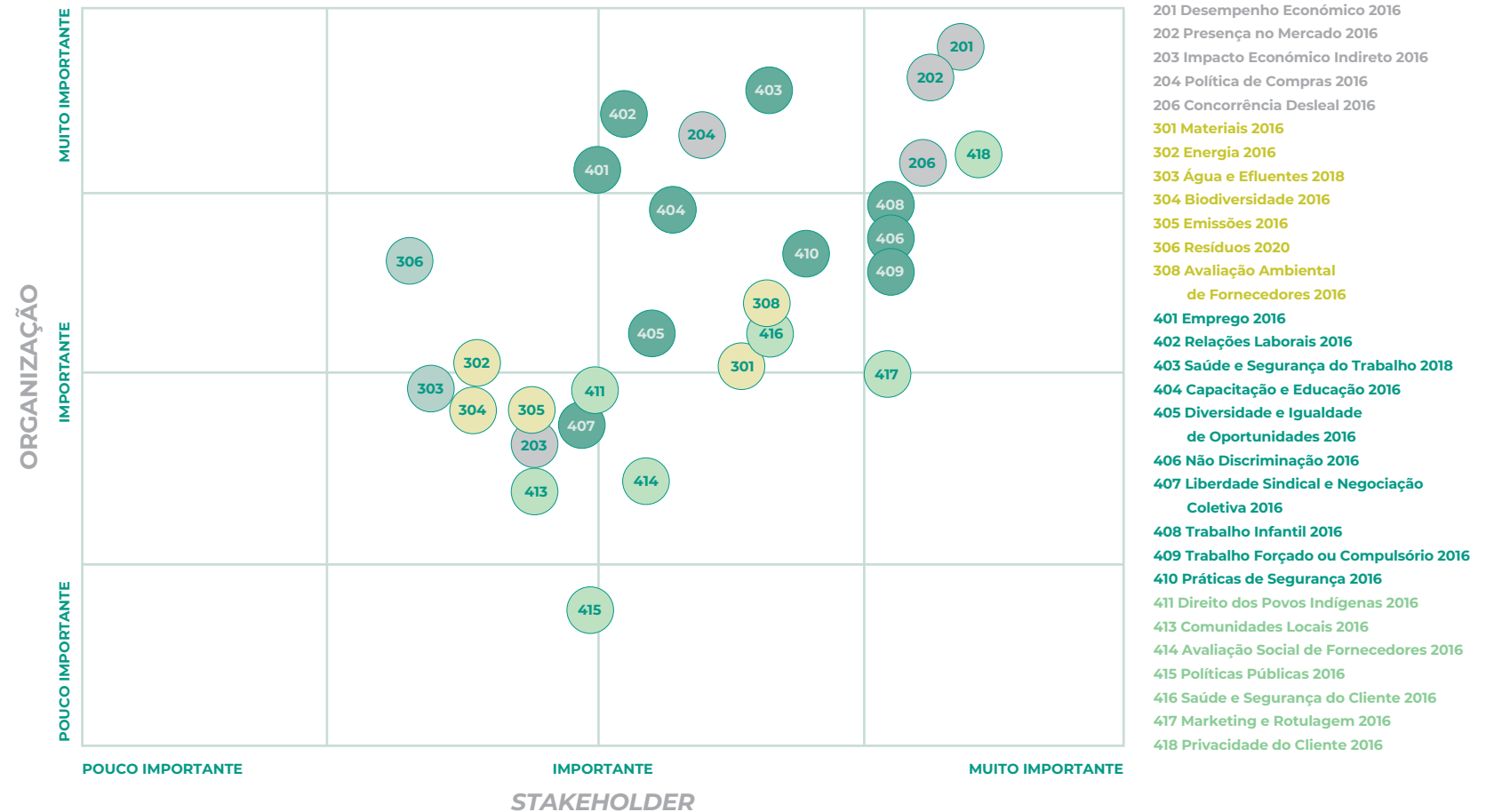
os indicadores, uma vez que nem todas as diretrizes de GRI são consideradas importantes ou necessárias para a gestão e a elaboração do nosso relatório de sustentabilidade.



(1) A avaliação das questões relacionadas com as partes interessadas que são significativas para a nossa organização é orientada pelas recomendações da EFFT - Federação Europeia de Sociedades de Analistas Financeiros (indicadores-chave de desempenho para questões ambientais, sociais e de governança v3.0). A recolha de dados de sustentabilidade dos nossos locais de trabalho, em 2023, foi obtida através da utilização de um software de reporting especializado em sustentabilidade.

Diretrizes GRI

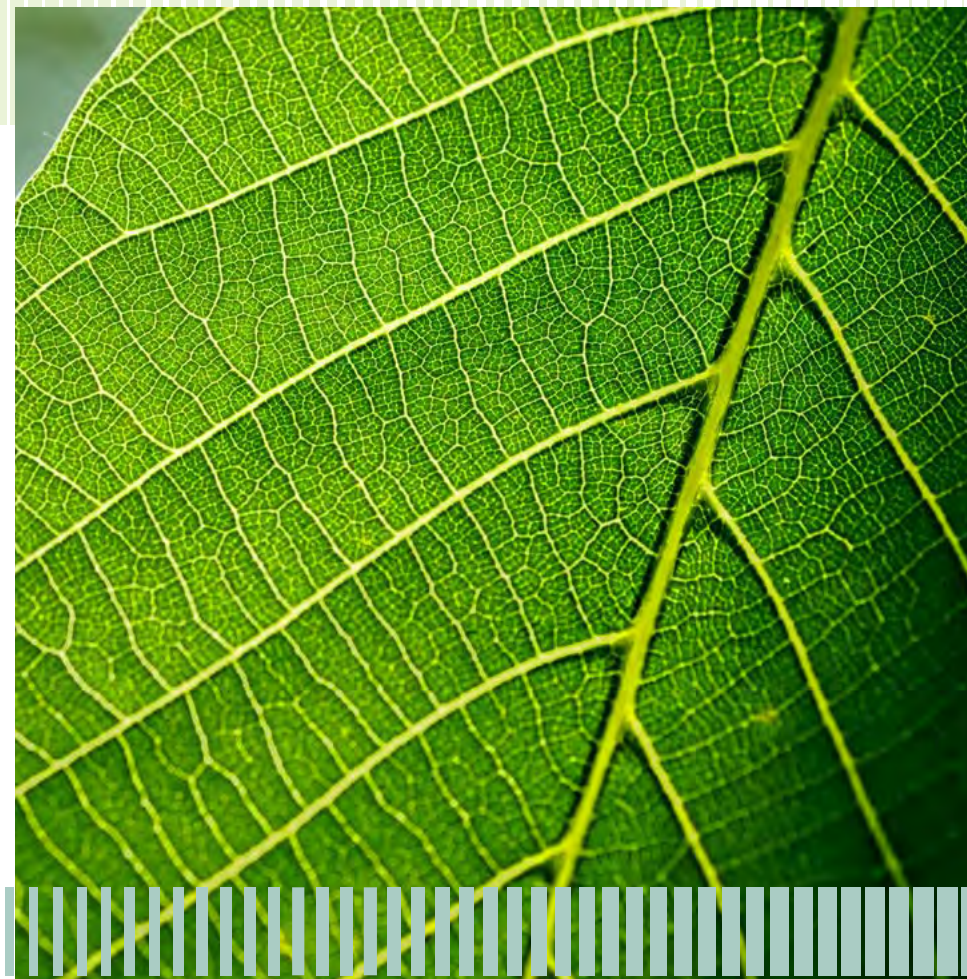
Ao utilizar as Diretrizes da GRI, divulgamos os nossos resultados mais críticos – sejam eles positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Com este relatório, esperamos gerar informações fiáveis, relevantes e padronizadas para avaliar oportunidades e riscos, e possibilitar uma tomada de decisões mais consciente e informada. O GRI foi desenvolvido para ser aplicado, de forma universal, a todas as organizações de todos os tipos e setores, de grande e pequena dimensão, em todo o mundo. Por favor, verifique no final deste relatório os padrões de GRI.



6. Compromisso dos *Stakeholders*

Envolvemos os nossos *stakeholders* nos momentos de análise das questões relacionadas com a sustentabilidade, mediante processos de comunicação contínuos, estabelecidos com todos os níveis hierárquicos.

PROCESSO DE COMUNICAÇÃO	STAKEHOLDERS	FREQUÊNCIA
Diálogo transparente e contínuo	Equipa de gestão local	Continuamente
Eventos e/ou comunicações específicas	Colaboradores	Uma vez por ano
Comunicações corporativas gerais	Empresas locais	De fevereiro a março para recolher dados para o relatório de RSC
Assembleia Geral	<i>Shareholders</i>	Pelo menos uma vez por ano



7. Gestão Ecológica & Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Inapa enfrentou desafios extraordinários devido a mudanças estruturais na produção de papel, após a crise sanitária causada pela Covid-19 e no contexto de crescentes tensões económicas e políticas globais.

A gestão ambiental do Grupo prosseguiu a política de utilização sustentável dos recursos naturais e de proteção eficaz do ambiente.

O aquecimento global tem consequências globais. Neste sentido, cientistas das Nações Unidas e líderes empresariais têm alertado para o importante papel das empresas nesta questão e a sua responsabilidade em mitigar os riscos relacionados com as alterações climáticas aos quais estão expostas.

No âmbito da iniciativa “Business Ambition for 1.5 °C”, desenvolvida no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas (ODS), recomenda-se que as empresas reduzam, a curto prazo, as suas emissões de gases com efeito de estufa.

No seu último relatório de avaliação, o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC) alertou os decisores políticos em todo o mundo. Para nos mantermos dentro do limite de 1,5 °C, precisamos de uma redução substancial na utilização global de combustíveis fósseis e de medidas drásticas para a conservação e eficiência energética.

Neste contexto, a Comissão Executiva da Inapa encomendou à Comissão de RSC o desenvolvimento de um plano para a introdução de metas concretas de base científica (SBT) para implementação em todo o Grupo, bem como a elaboração de planos de ação em estreita cooperação com a gestão operacional. Assim, em 2020 o Grupo iniciou a análise dos indicadores-chave SBT que permitirá à empresa contribuir com sucesso para limitar o aquecimento a 1.5 °C. Assinale-se, no entanto, que desde 2018 que a Inapa tem acesso a dados válidos sobre a sua pegada específica de emissão de gases com efeito de estufa, cuja qualidade tem sido continuamente melhorada.

Além das emissões diretas e indiretas anteriormente analisadas pela Inapa, são também analisados aspetos que se consideram importantes ao longo da cadeia de valor. Tendo em vista o desenvolvimento de projetos, medidas e ideias para reduzir as emissões, concentramo-nos nos principais

clusters da empresa (Âmbito 1 e Âmbito 2): gestão dos edifícios, mobilidade (transportes, veículos da empresa), utilização de materiais e geração de resíduos. Consideramos também outros clusters importantes (apesar de estarem fora do âmbito direto nossa empresa), nomeadamente a fabricação dos produtos e seu transporte para nossos armazéns ou para nossos clientes (através dos nossos parceiros e prestadores de serviços).

A recolha de dados sobre emissões da cadeia de valor é um verdadeiro desafio, tornando difícil o registo na sua totalidade uma vez que a base de dados dos fornecedores é predominantemente fraca, incompleta ou baseada em cálculos não padronizados. É uma tarefa complexa que consome tempo e recursos, muitas vezes excedendo o considerado razoável. Não obstante, a Inapa decidiu incluir gradualmente as emissões ao longo da sua cadeia de valor, mesmo considerando que a produção ou utilização dos produtos que comercializamos não seja nossa responsabilidade direta. Assim, incluímos neste relatório, os dados das nossas cadeias de abastecimento sob a forma de emissões relacionadas com a produção e o transporte (Âmbito 3). Assinale-se que em 2023, o Grupo Inapa conseguiu monitorizar as emissões de Âmbito 3, correspondentes a 96% do volume total de compras.

Estamos conscientes de que o desenvolvimento futuro do papel depende, em grande medida, do facto de contrariar de uma forma eficaz os consideráveis riscos ecológicos associados à sua utilização, mas também do impacto perante os nossos colaboradores, famílias e sociedades. Em 2017, conforme previamente mencionado, foi desenvolvido o Código de Conduta da Inapa. Este documento representa e evidencia a cultura e valores do Grupo, estabelecendo os princípios que orientam as nossas práticas comerciais e comportamentos e refletindo as nossas principais preocupações e prioridades, entre as quais destacamos as seguintes:

- Promover ativamente a diversidade e igualdade de oportunidades dentro do Grupo, independentemente da origem étnica, género, idade, orientação sexual, deficiência e religião. Este princípio não está presente apenas no nosso código de conduta, mas também no plano de igualdade de género do Grupo, preparado anualmente desde 2020;
- Manter uma preocupação consistente em relação à gestão da saúde, segurança no trabalho e desenvolvimento de nossos colaboradores. Este ponto tem sido também uma de nossas prioridades, conforme refletido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivos de desenvolvimento sustentável

A Inapa está também comprometida em contribuir com os esforços de desenvolvimento sustentável em linha com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, aprovada de forma unânime pelos Estados Membros das Nações Unidas em 2015, e que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que abordam questões económicas, sociais e ambientais.

Como parte desse compromisso, a Inapa definiu objetivos concretos de ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) relacionados com os ODS. Face ao progresso observado no ciclo 2019-22, que contemplava metas relacionadas com 5 ODS, foram considerados novos objetivos para 2022-24 mais abrangentes do que os do ciclo anterior, estando relacionados com 8 ODS. O detalhe da sua evolução, face ao progresso proposto para 2023, é apresentado nos capítulos 6 e 7 deste relatório.

Num ano impactado negativamente por um contexto externo adverso, que implicou a intensificação e aceleração de medidas de reestruturação no Grupo, destacam-se positivamente resultados relevantes alcançados nas áreas do Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12), Ação Climática (ODS 13) e Vida Terrestre (ODS 15). Apesar das circunstâncias excecionais enfrentadas em 2023 – que dificultaram a concretização dos programas pré-estabelecidos – estamos confiantes de que, à semelhança do observado em 2019-22, a Inapa cumprirá com sucesso a ambição proposta para 2024.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Inapa 2022-2024



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Inapa 2022-2024



-8%¹

Acidentes de trabalho e doenças profissionais



23%

Percentagem de energias renováveis utilizadas no Grupo (vs. 19,6% em 2022)



-15%

Produção de resíduos

80%

Volume de compras a fornecedores com classificação A/B+ (vs. 68% em 2022)



-10%

Emissões de CO₂ no transporte de compras

95%

Volume de compras monitorizado – transporte (vs. 88%)



83%

Percentagem do total de Ecopapel Inapa (vs. 78% em 2022)



40%

Percentagem de vagas de liderança a serem preenchidas por membros do sexo subrepresentado



10%

Redução do consumo global de água

Eliminação de quaisquer captações de água não sustentáveis



4%

Redução da pegada de material por volume de bens adquiridos

5%

Redução dos níveis de consumo interno de materiais



(1) Equivalente a uma redução de 2 p.p. na Taxa de Incidência Média de Acidentes por 1 000 Colaboradores.

Nota: Data de referência Ano Fiscal de 2022



SEPARADOR IMPRESSO EM Munken 240gr

AMBIENTE

Promover consciência ecológica



1. Certificação da Cadeia de Custódia

Em 2023, a comercialização de papéis ecológicos aumentou para 85%.



Para reforçar o nosso compromisso com práticas responsáveis de gestão florestal junto dos nossos clientes, integrámos no Grupo as certificações FSC® (Forest Stewardship Council®) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification), que visam garantir uma gestão responsável e sustentável da floresta. Com esta medida, procuramos minimizar os riscos associados à nossa cadeia de abastecimento, assegurando que a empresa não se envolve em práticas ilegais ou antiéticas.

Em 2004, a Inapa alemã foi o primeiro comerciante de papel certificado a obter as certificações FSC® e PEFC. Em 2019, o Grupo obteve a certificação Multisite FSC® e PEFC, um certificado único a ser utilizado pelas empresas Inapa que já tinham implementado estas certificações, nomeadamente a Inapa France, Inapa Deutschland, Inapa Belgium (Bélgica

e Luxemburgo) e a Korda. Em 2021, a Inapa Portugal e a Inapa España foram incluídas nesta certificação e, em 2023, os certificados FSC® e PEFC foram aplicados a mais quatro empresas da Inapa nos segmentos de comunicação visual e embalagem na Alemanha e em Portugal: Inapa ComPlott, Inapa Packaging Deutschland, Inapa Comunicação Visual e Inapa Packaging Portugal.

Atualmente, as empresas do Grupo estão certificadas de acordo com os mais reconhecidos e avançados métodos de certificação para produtos florestais, que exigem a conformidade de todos os membros da cadeia de abastecimento com a sustentabilidade, biodiversidade, segurança, direitos humanos e respeito por todas as leis. Esta abordagem resultará em processos mais simples e na redução de esforços e custos administrativos.

A Inapa espera que todos os seus fornecedores de papel e cartão cumpram as normas FSC® e PEFC e que tenham a certificação adequada.

Anualmente, são realizadas auditorias no local por auditores independentes, para garantir a origem da matéria-prima e o cumprimento dos requisitos, e para combater práticas florestais ilegais, como a utilização de espécies de madeira protegidas de florestas naturais.

A Inapa segue na íntegra todas as últimas versões da norma FSC® e PEFC, incluindo os recentes requisitos relacionados com as condições de trabalho e a proibição de fibras de madeira provenientes de áreas de conflito.

A Inapa tem como objetivo aumentar, nos próximos anos, a proporção de produtos amigos do ambiente: papéis gráficos certificados pela gestão florestal sustentável, materiais certificados pelo rótulo ecológico da UE e produtos provenientes da economia circular, em todos os mercados em que atua.

Entre 2020 e 2022 a venda de papéis ecológicos e certificados aumentou de 68% para 78%. Em 2023 essa proporção atingiu os 85%, destacando-se a inclusão pela primeira vez dos produtos com EU Ecolabel na Alemanha¹, assim como um aumento na importância dos produtos com certificações FSC® e PEFC (de 63% para 66%).

(*) Conforme descrito no final deste subcapítulo, o plano 2022-24 integra objetivos específicos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas.

(1) A informação relativa a 2023 integra produtos EU Ecolabel (na Alemanha). Estes produtos foram formalmente contabilizados pela primeira vez em 2023, não existindo ainda contabilização para as restantes geografias.

Certificação Ambiental Grupo Inapa

	FSC®	PEFC	ISO 14001
Inapa - IPG	✓	✓	
Inapa France	✓	✓	
Inapa Belgium	✓	✓	
Inapa Deutschland	✓	✓	
Inapa ComPlott	✓	✓	
Inapa Packaging Deutschland	✓	✓	
Inapa Espanha	✓	✓	✓
Inapa Portugal	✓	✓	✓
Inapa Comunicação Visual	✓	✓	
Inapa Packaging Portugal	✓	✓	
Korda	✓	✓	



The mark of responsible forestry

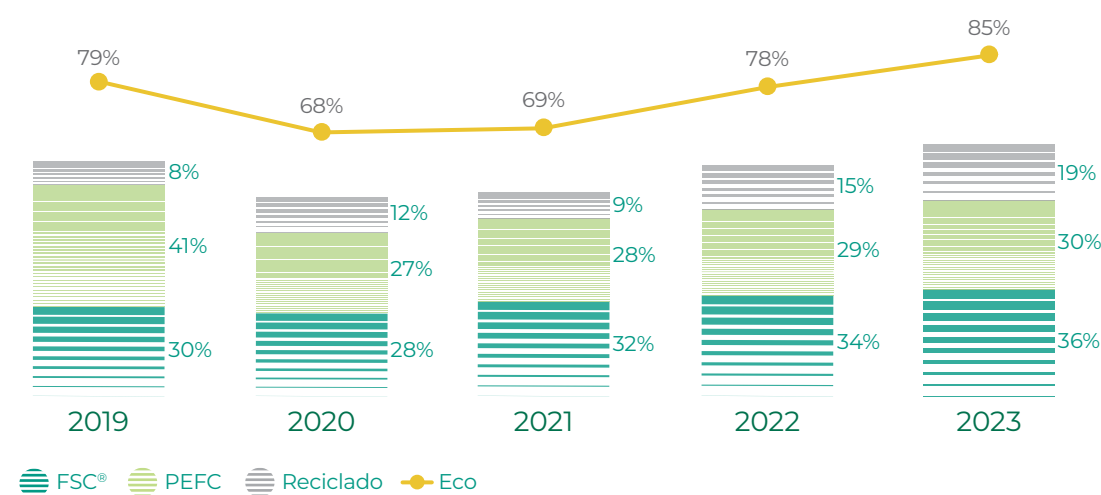


Continuamos a promover o papel reciclado sob a marca Enviro. A nossa comunicação com os clientes centra-se em destacar os benefícios da nossa gama líder de produtos de impressão certificados, provenientes de florestas sustentáveis, controladas e certificadas.

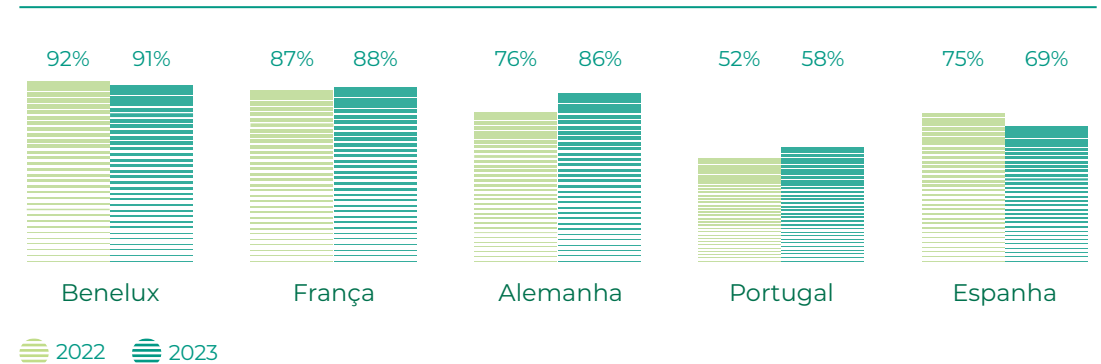
Esperamos um aumento nas vendas de produtos de embalagem certificados na Alemanha e em Portugal, o que irá fortalecer ainda mais a posição no mercado de soluções de embalagem sustentáveis.

(1) A informação relativa a 2023 integra produtos EU Ecolabel (na Alemanha). Estes produtos foram formalmente contabilizados pela primeira vez em 2023, não existindo ainda contabilização para as restantes geografias.

Venda de papéis ecológicos e certificados¹



Venda de papéis ecológicos e certificados por país¹



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

Relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e à certificação da cadeia de custódia, estabelecemos como meta para 2024 aumentar a percentagem de volume de compras a fornecedores com padrões de produção credíveis e reconhecidos internacionalmente de 68% para 80%. Em 2023, observamos uma evolução positiva, alcançando os 71%.



12.4 e 12.7 Produção e consumo sustentáveis

Objetivos 2022-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Aumentar a percentagem do volume de compras a fornecedores com padrões de produção responsáveis e credíveis e reconhecidos internacionalmente para 80% até 2024	n.a.	39%	61%	68%	73%	80%	12 p.p.
Concretização					71%		
Unidade de medida: % de volume de compras a fornecedores com score A/B+.							

Estabeleceram-se objetivos relacionados com a venda de papéis ecológicos. Até 2024, 83% dos papéis comercializados pela Inapa devem ser ecológicos e certificados. Em 2023 atingiu-se um valor de 85%¹.



15.2 Proteger a vida terrestre

Objetivos 2022-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Aumentar a importância da venda de produtos ecológicos e certificados para 83% até 2024	n.a.	68%	69%	78%	80%	83%	5 p.p.
Concretização					85%		
Unidade de medida: % de vendas de papéis FSC®, PEFC, Reciclados (Ecopaper).							

(1) A informação de concretização relativa a 2023 integra produtos EU Ecolabel (na Alemanha). Estes produtos foram formalmente contabilizados pela primeira vez em 2023, não existindo ainda contabilização para as restantes geografias.

Comunicar de forma sustentável

Agir de forma responsável com o pack de sustentabilidade Inapa

Com o pack de sustentabilidade "in'respect", a Inapa Deutschland GmbH oferece inspiração para a seleção responsável de materiais em produções impressas. Distribuído aos clientes e a potenciais clientes como parte da campanha "agir de forma responsável", o objetivo é destacar a opção das empresas em utilizar produtos mais amigos do ambiente, contribuindo assim para a preservação dos recursos naturais. Este *pack* consiste na apresentação de vários exemplos de aplicação, mostrando a nossa gama sustentável: cartão reciclado, meios de impressão sintéticos, papel adesivo, envelopes e papel natural e reciclado *premium*.



Singularmente natural Enviro Harmony

Tecnologia de impressão de última geração e proteção ambiental em harmonia: a Enviro Harmony foi especialmente desenvolvida para impressão digital e complementa a coleção ENVIRO – lançada em 2019 - que responde a normas de utilização sustentável e responsável. É o único papel reciclado com certificação HP Indigo e está disponível em diversas gramagens, podendo ser utilizado também na produção

de material publicitário de curto prazo/curta tiragem. Este papel Inapa é um ótimo exemplo de que a reciclagem também funciona de forma excelente em impressão digital. O lançamento desta gama no mercado foi complementado com ações de marketing, incluindo a produção de uma revista de alta qualidade sobre sustentabilidade.



2. Uso de materiais sustentáveis

A Inapa utilizou 77% de materiais renováveis e reciclados.

Descarbonizar a energia por si só não é suficiente. Segundo especialistas, mesmo que todos os potenciais de eficiência energética sejam atingidos, as emissões de carbono irão exceder todos os orçamentos disponíveis para a mitigação das alterações climáticas. Dado que o consumo global de recursos continuará a aumentar, será necessário implementar novas medidas.

Neste contexto, a Inapa defende que o aumento da utilização de materiais provenientes de fontes sustentáveis e a reciclagem são cruciais para se atingirem as metas climáticas definidas, tendo identificado a utilização de materiais de embalagem na sua logística como uma área prioritária para atuar.

De uma forma geral, em 2023, o consumo total de materiais de embalagem e de operação diminuiu 16% e a quota de materiais reciclados aumentou para 23% (tabela “Total de Materiais reciclados utilizados”).

Em termos de materiais de embalagem, os materiais renováveis, como madeira e fibras recicladas sob a forma de paletes de madeira, caixas de cartão ondulado e resmas de papel, representaram 71% do consumo total de materiais de embalagem da Inapa.

Aproximadamente 15% das paletes são devolvidas e reutilizadas, havendo potencial para aumentar a importância da devolução e reutilização. Contudo, as paletes de madeira descartáveis são concebidas para serem cada vez mais eficientes em termos económicos, o que estimula um aumento das taxas de rutura, limitando a sua reutilização.

Por outro lado, as paletes *standard* reutilizáveis não se estabeleceram na indústria do papel por várias razões. Na melhor das hipóteses, são utilizadas em clientes específicos e não oferecem quaisquer opções de poupança.

No caso dos materiais de escritório (“office”), a importância dos materiais reciclados aumentou para 21% em 2023.



Materiais de Embalagem utilizados

Total de Materiais de Embalagem ¹	2019	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23
Peso total de materiais renováveis (em toneladas)	1 794	1 674	1 993	1 784	1 322	-26%
Peso total de materiais não renováveis (em toneladas)	493	139	293	417	534	28%
Proporção de materiais renováveis utilizados (em %)	78%	92%	87%	81%	71%	-10 p.p.
Total	2 287	1 813	2 286	2 201	1 856	-4%

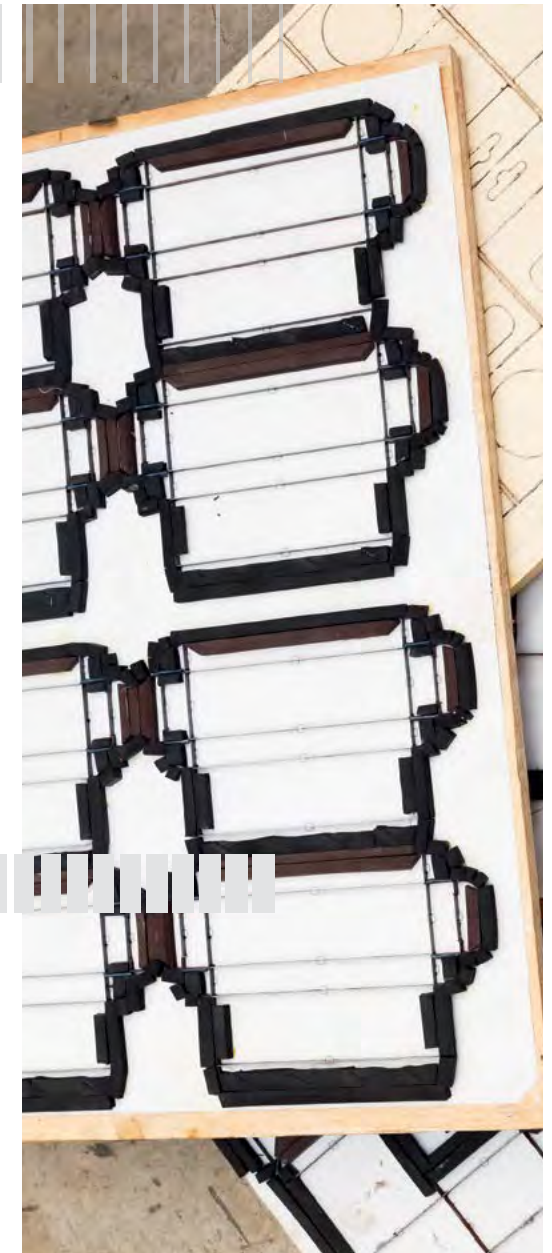
(1) Embalagem integra as seguintes categorias: fitas adesivas, caixas de cartão, cartão corrugado, cola, fitas metálicas, papel, plásticos, filmes, paletes de madeira.

Total de Materiais Operacionais ¹	2019	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23
Peso total de materiais renováveis (em toneladas)	188	151	183	206	150	-27%
Peso total de materiais não renováveis (em toneladas)	-	11	53	28	42	50%
Cartuchos de toner (peças)	753	871	848	603	451	-25%
Proporção de materiais reciclados utilizados (em %)	-	14%	22%	12%	21%	9 p.p.
Proporção de materiais renováveis utilizados (em %)	100%	93%	78%	88%	78%	-10 p.p.
Total	188	162	236	234	192	-18%

(1) Materiais operacionais integra as seguintes categorias: material de escritório (envelopes, formulários, etc.), papel de impressão e cópia, publicidade impressa, cartuchos de toner.

Total de Materiais utilizados (renováveis/não-renováveis)	2019	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23
Total	2 475	1 975	2 522	2 436	2 049	-16%

Total de Materiais reciclados utilizados	2019	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23
Peso total de materiais reciclados utilizados (em toneladas)	250	188	263	307	474	54%
Proporção de materiais reciclados utilizados (em %)	10%	10%	10%	13%	23%	11 p.p.

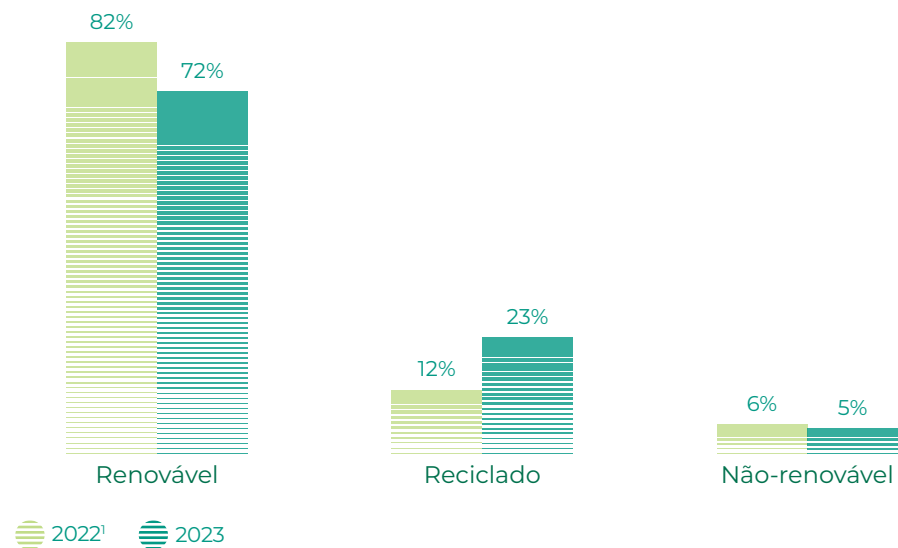


Conforme se observa no diagrama em baixo, em 2023, 95% dos materiais utilizados pela Inapa eram renováveis (72%) ou reciclados (23%). A utilização de materiais não renováveis foi de 5%, o que representa um peso semelhante a 2022 (6%).

Relativamente aos materiais utilizados pela Inapa, a quota de paletes de madeira, cartão, caixas, filmes plásticos e fitas adesivas continua a ser determinante, o que se explica através da importância da atividade de armazenamento e logística.

Assinala-se também que a publicidade impressa e as amostras dos nossos produtos desempenham um papel fundamental no consumo de materiais. Acreditamos na importância de comunicar aos nossos clientes e criativos que o papel é a base do nosso trabalho.

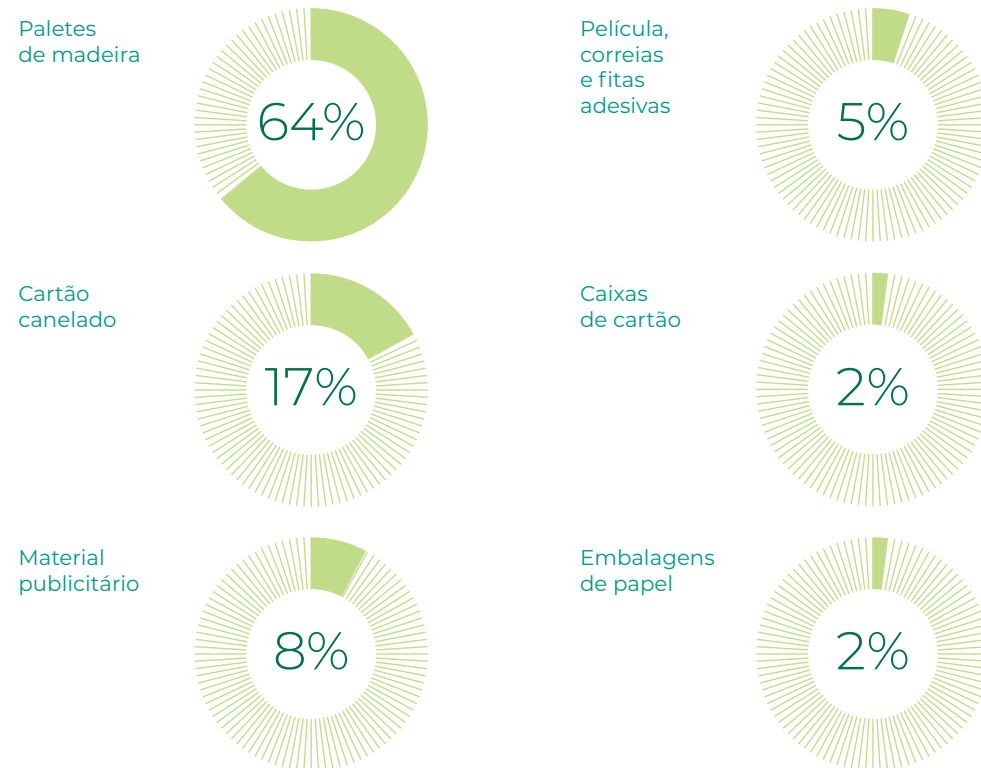
Importância dos materiais renováveis ou reciclados



(1) Renovável: 81,7%; Reciclado: 12,6%; Não-renovável: 5,7%.

Material utilizado

2023



3. Avançar com fontes de energia renováveis

Em 2023, a Inapa registou uma diminuição de 18% no consumo de energia.



A nossa gestão de energia

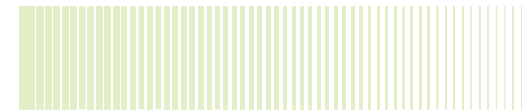
O negócio da Inapa é impulsionado por três fatores energéticos:

1. A utilização de combustíveis de aquecimento para a gestão de armazéns e edifícios de escritórios (Âmbito 1);
2. A utilização de combustíveis para o transporte com camiões próprios e para automóveis da empresa (Âmbito 1);
3. Consumo de eletricidade para iluminação, empilhadores, sistemas de armazenamento, infraestruturas informáticas e ar condicionado (Âmbito 2).

Em 2023, o consumo de energia do Grupo diminuiu 17,8% (30 380 GJ) para 139 840 GJ. Deste montante, 70,6% (21.443 GJ), resultou de reduções de consumo de energias não renováveis;

enquanto os restantes 29,4% (8 928 GJ) foram devidos à redução do consumo de energias renováveis. Esta evolução, assente sobretudo num decréscimo das energias não renováveis, resultou numa redução da importância das energias não renováveis em 2,1 p.p.

A diminuição do consumo total de energia em relação a 2022 foi influenciada por vários factores tais como a redução do combustível utilizado nos carros e camiões da empresa, a reestruturação, o encerramento de instalações e estabelecimento de novas localizações (principalmente na Alemanha), bem como as diretrizes de poupança de energia das autoridades públicas em toda a Europa (num contexto de crise energética e de aumentos de preços).



Importa, no entanto, destacar algumas das principais iniciativas desenvolvidas nos últimos anos que contribuíram para uma maior importância das energias renováveis. Em 2020, a importância do consumo de energias renováveis era de 8%, em comparação com os 18% registados em 2023.

Na Alemanha, aproximadamente 80% da procura elétrica foi suprida por energia eólica e hidroelétrica. Além disso, houve a conversão para biogás em algumas das instalações

nesta geografia. A produção de energia solar na unidade de Sintra (Portugal) continuou a progredir em 2023. O aumento da utilização de veículos elétricos, híbridos e de biodiesel na frota da empresa contribuiu para um crescimento mensurável dos combustíveis provenientes de energias renováveis.

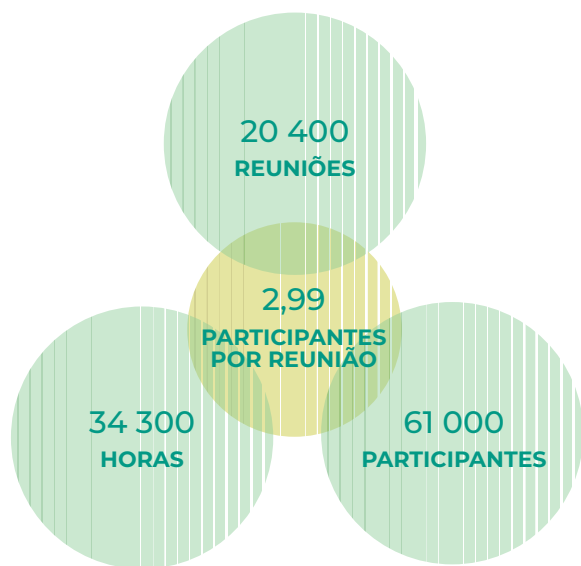
A Inapa tem como objetivo replicar os contratos de eletricidade verde e os projetos de painéis solares noutras localidades para alcançar uma quota de energias renováveis de 23% até 2024.

Consumo de Energia do Grupo Inapa

Tipo de energia (GJ)	2019	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23
Consumo total de energia comprada dentro do Grupo	172 180	209 291	199 814	170 210	139 840	-17,8%
Fontes de energia renovável	13 979	16 993	45 307	33 424	24 496	-26,7%
Energia solar produzida			108	1 197	1 353	13,0%
Quota de fontes de energia renovável	8,1%	8,1%	22,7%	19,6%	17,5%	-2,1%
Fontes de energia não renovável	158 201	192 298	154 507	136 787	115 344	-15,7%
Quota de fontes de energia não renovável	91,9%	91,9%	77,3%	80,4%	82,5%	2,1%

(*) Conforme descrito no final deste subcapítulo, o plano 2022-24 integra objetivos específicos relacionados com estes objetivos de desenvolvimento sustentável conforme estabelecido pelas Nações Unidas.

Registou-se um esforço generalizado para privilegiar a utilização do sistema de videoconferência, reduzindo o impacto ambiental associado a viagens de trabalho. Em 2023, estima-se terem sido realizadas 20 400 reuniões por videoconferência, totalizando 34 300 horas de reuniões com 61 000 participantes (uma média de 2,99 participantes por reunião).



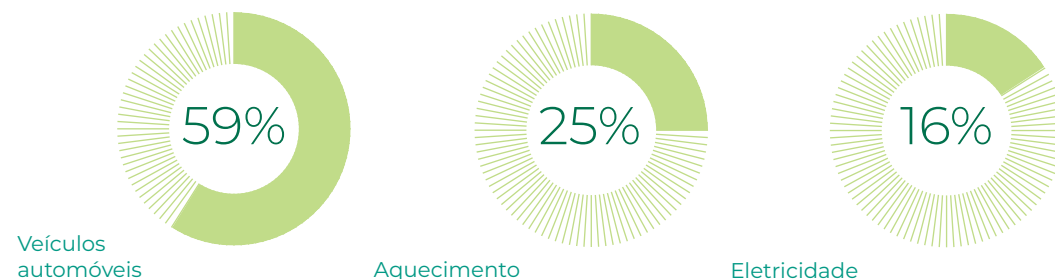
Relativamente ao transporte, assinala-se que a Inapa investe continuamente na renovação da sua frota de camiões e automóveis, bem como em tecnologias de condução mais eficientes. Além de melhorar os valores das emissões de gases, estas tecnologias devem também reduzir

o consumo de combustível e eletricidade. Para o Grupo, é essencial estabelecer parâmetros adequados à monitorização da intensidade energética da empresa e à avaliação das medidas implementadas para a sua melhoria.

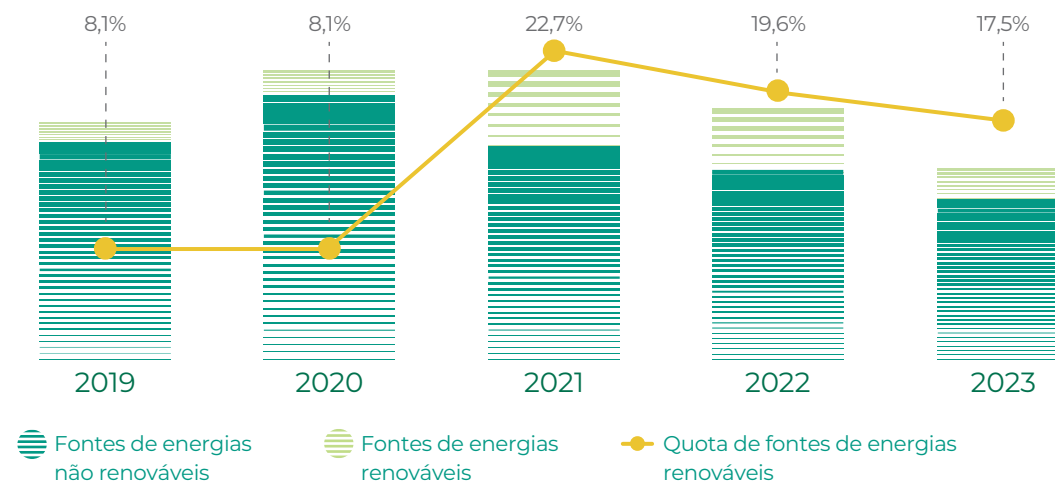
Assim, foram introduzidos indicadores de desempenho energético que respeitam as seguintes condições:

1. Os parâmetros utilizados para determinar o indicador devem ser diretamente influenciáveis pela empresa;
2. Deve permitir uma avaliação comparativa com base nos índices habituais no setor.

Consumo de energia Inapa por categoria

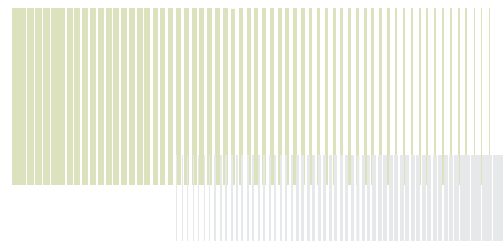


Evolução das energias renováveis



O consumo de energia atribuível à Inapa que pode ser diretamente influenciado ocorre em duas áreas principais: na gestão dos locais operacionais (escritórios, armazéns) e no transporte (com os camiões da empresa). Assim, foi selecionado um indicador de intensidade energética que compara o consumo específico do edifício com as áreas geridas (traduz-se na Quantidade de Energia/Área do Edifício, baseando-se no consumo de energia necessária para a gestão dos nossos armazéns).

Em 2023, a despesa energética específica dos edifícios foi de 56 907 GJ representando uma redução de 2,0% face a 2022. Esta evolução resulta um aumento relativo do nível de intensidade de de (GJ/m²) de 4,6%, o que reflete um efeito de escala associado a uma redução das áreas geridas pela Inapa.



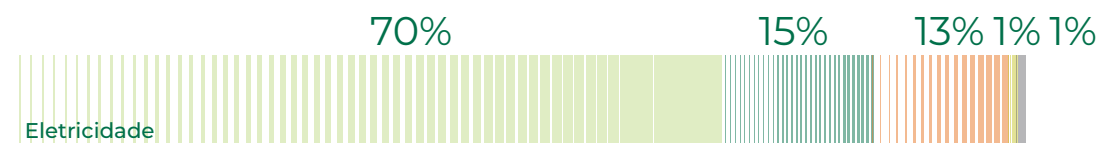
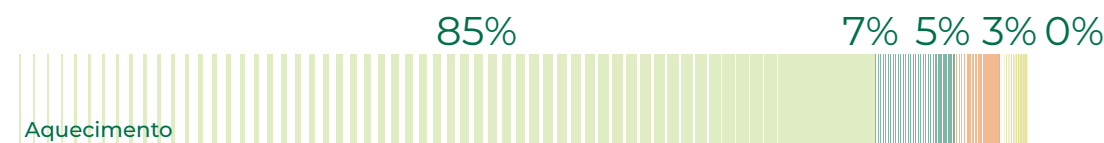
Intensidade de energia dos edifícios

	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23	Evol. 22-24
Consumo de energia (GJ) ⁽¹⁾	88 117	97 776	58 089	56 907	-2,0%	12 p.p.
Áreas geridas (m ²)	313 331	258 921	251 264	235 436	-6,3%	
Intensidade (GJ/m²)	0,281	0,378	0,231	0,242	4,6%	

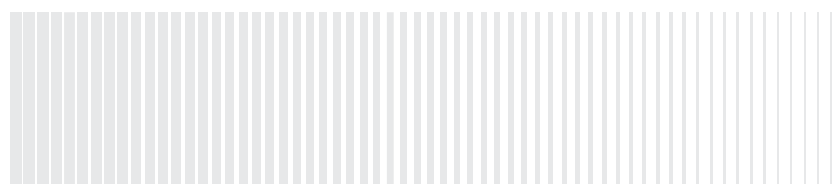
(1) Nota: Para 2023, a superfície do edifício foi calculada segundo o método da média simples: (superfície no final do ano n + superfície no final do ano n-1) / 2

O gráfico abaixo mostra uma visão geral dos parâmetros individuais de ponderação de acordo com os países onde a Inapa opera. Apesar da reduzida superfície de construção gerida, a quota de energia reside predominantemente nas operações alemãs.

Energia & áreas geridas por região



■ Alemanha
 ■ França
 ■ P. Ibérica
 ■ Turquia
 ■ Bélgica





Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

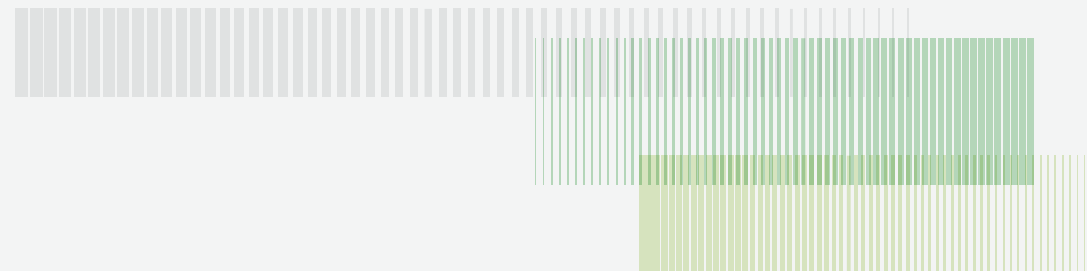
Relativamente aos objetivos relacionados com os ODS das Nações Unidas para o período de 2022-24 e à importância de avançar com fontes de energia renováveis, estabeleceu-se uma meta de aumentar a quota de utilização de energias renováveis. Em 2023, embora a importância

deste tipo de energia tenha reduzido, importa destacar que a redução da utilização de energia não renovável foi significativamente superior em termos absolutos à de energia renovável (21 443 GJ vs. 8 928 GJ), representando uma evolução positiva.

7.2 Energias renováveis e acessíveis

Objetivos 2022-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Aumentar a quota de energia renovável utilizada no Grupo para 23% até 2024	8,0%	8,0%	22,7%	19,6%	21,0%	23,0%	3 p.p.
Concretização					17,5%		

Unidade de medida: Energia renovável/Total de energia.



4. O nosso consumo de água

Em 2023 registou-se uma redução de 9,6 pontos percentuais no consumo de água.



No Grupo Inapa, a água é utilizada exclusivamente para fins de higiene nas nossas instalações. Ocasionalmente, podem ser geradas quantidades adicionais pela gestão de reservatórios de água de incêndio em alguns locais.

As necessidades de água do Grupo Inapa em 2023 foram satisfeitas exclusivamente através da compra de água doce a fornecedores locais.

As fontes dos fornecedores variaram de local para local, não havendo informação detalhada sobre a sua origem (profundidades, águas superficiais, reciclagem). Não foram identificados indícios de extração ilegal de água ou de extração de água de impacto significativo nas fontes de água existentes.

Consumo de Água por Fonte (em m³)	2019 ⁽¹⁾	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23
Consumo total de água no Grupo	12 112	13 954	13 186	12 924	11 679	-9,6%

(1) Não inclui os dados da Papyrus Deutschland no segundo semestre de 2019.

Não existe tratamento de águas residuais. O efluente é descarregado nos coletores públicos das empresas locais de eliminação de resíduos e estima-se que o volume descarregado foi na mesma ordem de grandeza que o do abastecimento de água.

(*) Conforme descrito no final deste subcapítulo, o plano 2022-24 integra objetivos específicos relacionados com estes objetivos de desenvolvimento sustentável conforme estabelecido pelas Nações Unidas.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

No âmbito dos objetivos e metas relacionadas com os ODS das Nações Unidas, definiu-se como objetivo para 2024 reduzir o consumo relativo de água em 10%. Em 2023, apesar de se ter verificada uma redução de 10% no consumo absoluto, registou-se um aumento do consumo relativo por m² de edifício.



6.4 Água potável e saneamento

Objetivos 2022-24	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Reduzir o consumo total de água em 10%		0,0488	0,0464	3 p.p.
Eliminar quaisquer retiradas de água não sustentável	0,0514			
Concretização		0,0496		

Unidade de medida: Intensidade do consumo de água: m³ consumido por m² de edifício.
 Nota: Na linha de concretização, a superfície do edifício foi calculada considerando: (superfície no final do ano n + superfície no final do ano n-1)/2.

5. Biodiversidade

Não existem instalações geridas ou adjacentes, pertencentes ou arrendadas pela Inapa, em áreas protegidas ou em áreas com elevados níveis de biodiversidade, mesmo que não estejam identificadas como áreas protegidas. As nossas operações, os nossos produtos ou os nossos serviços não têm impacto sobre a biodiversidade. O Grupo Inapa não está envolvido na reabilitação ou proteção dessas áreas.

Durante 2023, as empresas do Grupo Inapa continuaram a apoiar a biodiversidade através da realização de várias iniciativas.

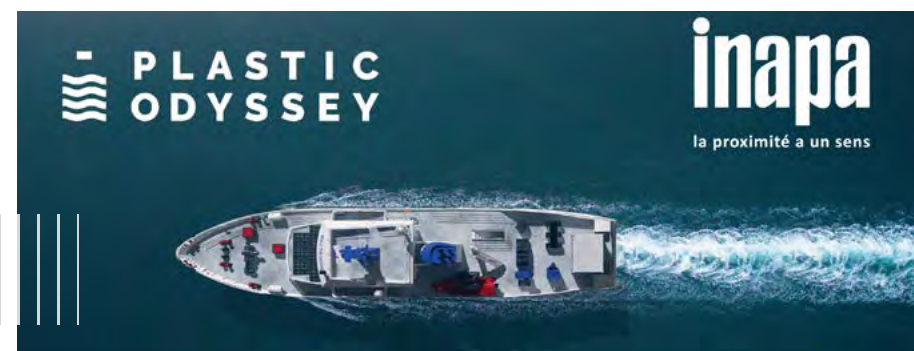
Alemanha

Para promover a polinização das plantas, a Inapa Deutschland mantém duas colónias de abelhas melíferas no jardim de um funcionário da Inapa em Hamburgo. A abelha melífera desempenha um papel importante no fornecimento de alimentos.



França

A Plastic Odyssey é um projeto que visa reduzir a poluição do plástico oceânico através da criação de uma rede global de iniciativas locais de reciclagem. Como parte do programa de fidelização de clientes "Lik'Inapa", os clientes da Inapa France acumulam pontos de fidelização e que podem doar para apoiar esta causa.



6. As nossas emissões

Em 2023, observou-se um decréscimo nas emissões GEE de Âmbito 1 e 2. Paralelamente, foi também registada uma redução nas emissões GEE de Âmbito 3.



As atividades relacionadas com as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) do Grupo em 2023 respeitaram o compromisso do Conselho de Administração da Inapa de reduzir as emissões operacionais de GEE. Estabelecemos metas ambiciosas e implementamos medidas eficazes para contribuir para o programa das Nações Unidas “Business Ambition for 1,5 °C” para limitar o aquecimento global.

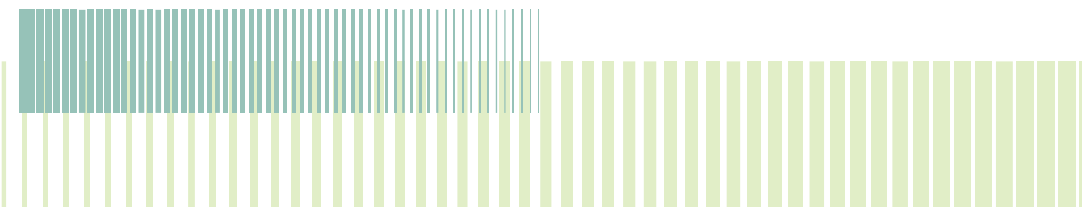
Neste contexto, orientados pelos resultados de grupos de trabalho relevantes do setor, desenvolvemos valores de referência associados às áreas que impactam a Inapa. Esses grupos calcularam taxas de redução a curto, médio e longo prazo para diferentes setores económicos, tendo em conta vários cenários possíveis e fatores de

influência, como a disponibilidade de tecnologias alternativas, volumes globais de transporte, dificuldades na implementação, entre outros.

Embora não tenhamos estabelecido objetivos específicos de redução com base em SBT, definimos metas de redução a curto, médio e longo prazo (até 2050) para os grupos de edifícios e transportes. Essas metas implicam uma redução anual de 4,4% nas emissões de edifícios e 3,6% nas emissões de transporte até 2030, para cumprir as metas climáticas estabelecidas.

Foram ainda definidos objetivos específicos relacionados com os ODS 8 e 12 das Nações Unidas, conforme detalhado no final deste subcapítulo.

(*) Conforme descrito no final deste subcapítulo, o plano 2022-24 integra objetivos específicos relacionados com estes objetivos de desenvolvimento sustentável conforme estabelecido pelas Nações Unidas.



Medição da intensidade de GEE dos edifícios geridos

Como já foi referido, a monitorização dos valores absolutos de consumo é limitada no que diz respeito à avaliação da intensidade energética das atividades de uma empresa. Para superar essa limitação, a Inapa implementou um indicador de intensidade energética para avaliar as emissões de GEE na gestão de edifícios.

Em 2023, este indicador aumentou para 9,8 kg de CO₂e/m² (23,5%), tendo sido influenciado pelo aumento absoluto do aquecimento a gás e combustível, relacionado com uma mudança no *mix* de área sob gestão com características diferentes do ano anterior (com maior evidência na Alemanha), mas também efeitos de escala associados a uma redução da área administrada pelo Grupo.

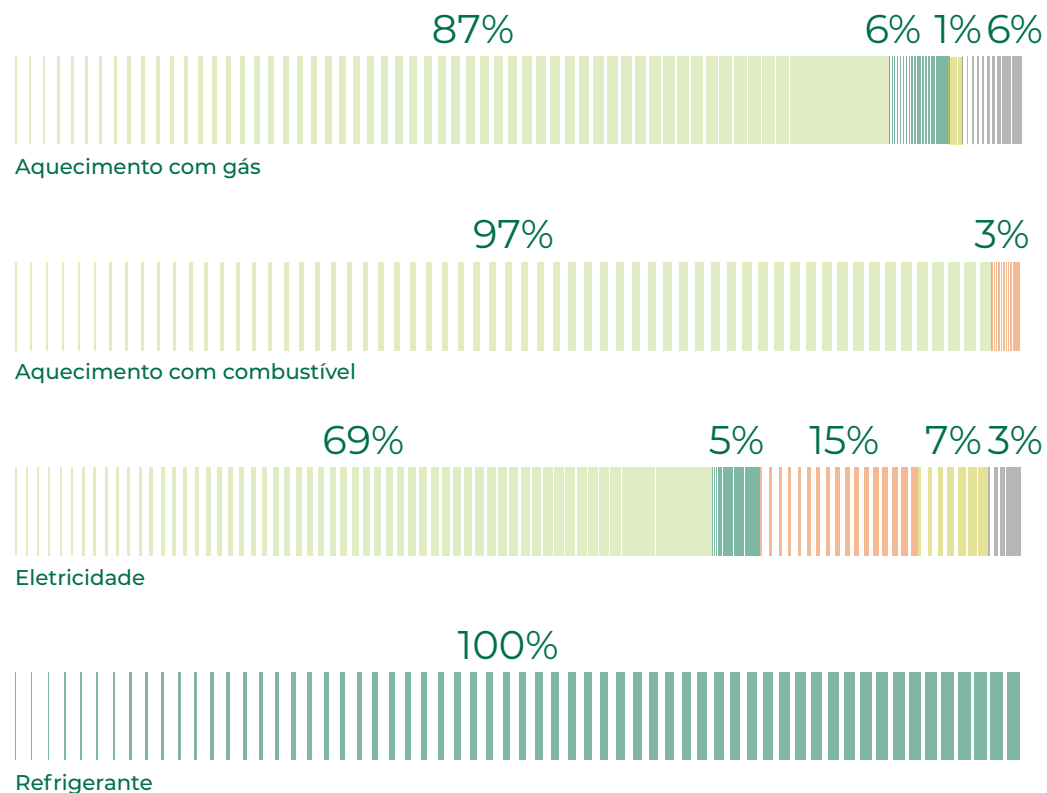
Intensidade energética na gestão de edifícios

Categoria	2021	2022	2023	+/- 22-23
Aquecimento c/ Combustível (toneladas CO ₂)	1 848	1 082	1 157	7,0%
Aquecimento c/ Gás (toneladas CO ₂)	1 112	552	773	40,1%
Eletricidade (toneladas CO ₂)	401	337	351	4,2%
Refrigerante (toneladas CO ₂)	23	17	19	11,8%
Áreas geridas (m ²) ¹	258 921	251 264	235 436	-6,3%
Intensidade (kg CO ₂ /m ² p.a.)	13,1	7,9	9,8	23,5%

(1) Na linha de realização, a superfície do edifício foi calculada considerando: (superfície no final do ano n + superfície no final do ano n-1)/2.



Intensidade de GEE dos edifícios geridos por região



■ Alemanha
 ■ França
 ■ P. Ibérica
 ■ Turquia
 ■ Benelux



Medição da intensidade de GEE dos transportes & mobilidade

A Inapa France aderiu à iniciativa Fret21, que visa incentivar as empresas a agirem como mandantes dos transportadores para melhor integrar o impacto do transporte na sua estratégia de sustentabilidade e, assim, reduzir a sua pegada ambiental.

No âmbito deste projeto, a empresa comprometeu-se a otimizar as rotas de transporte para as entregas dos clientes nos próximos três anos, através das seguintes ações:

- Cooperação com transportadores externos certificados na área da redução das emissões de CO₂;
- Consolidação das cargas;
- Redução do número de viagens de distribuição e redução das distâncias percorridas;
- Extensão da frota de camiões a gás natural comprimido;
- Melhoria do diálogo com os clientes para otimizar a programação das entregas de modo a assegurar mais oportunidades de agrupamento de quantidades.

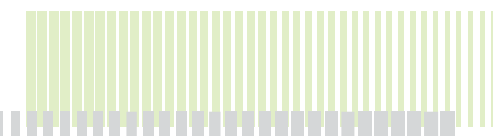
Este projeto faz parte do programa EVE e é apoiado pela ADEME, bem como por um conjunto de associações profissionais. É apoiado pelo Ministério francês da Transição Ecológica e financiado por fornecedores de energia como parte do esquema de certificados de poupança de energia.

Tecnologia moderna de transporte para redução de emissões

Ainda que os motores diesel venham a ser a base da frota de camiões da Inapa Deutschland num futuro próximo, a empresa continua a investir na otimização e na redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Em 2023, a Inapa Deutschland prosseguiu com a substituição de veículos antigos por novos equipados com a mais recente tecnologia. Os novos veículos contam com motores Euro VI económicos e fiáveis, de consumo automatizado, sistema automático de mudança de velocidades com programas de condução para maior eficiência, uma transmissão de potência com maior eficácia e uma aerodinâmica otimizada, que contribuiram para uma redução significativa do consumo de combustível e das emissões.

No próximo ano, iremos dar continuidade à renovação da nossa frota de veículos.



ÂMBITO 1 E 2

Emissões diretas e indiretas do grupo (Âmbito 1 e 2)

O ano de 2023 foi marcado por uma redução nas emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis (Âmbito 1) e pela estabilidade das emissões indiretas atribuídas a fornecedores (Âmbito 2), nomeadamente da compra de eletricidade.

As emissões diretas do Âmbito 1 registaram uma diminuição de 14%. A maior redução em valores verificou-se nas emissões provenientes de automóveis e camiões da empresa. As emissões indiretas da eletricidade utilizada nos edifícios (Âmbito 2) aumentaram 4%.

Verificámos novas reduções relacionadas com o aumento da eletricidade neutra gerada pelo sistema de painéis solares nas instalações da Inapa em Sintra. Estas instalações receberam, no final de novembro, um novo certificado energético que lhes confere o mais alto nível de eficiência aplicado a edifícios.

Foram também obtidos êxitos significativos relacionados com os transportes, que resultaram da realização consistente de efeitos sinérgicos criados pela reestruturação do negócio na Alemanha, através de camiões em serviço que, devido à fusão de rotas com outros veículos, saíram de circulação, aumentando a taxa de utilização.

Na sua atividade principal de distribuição de papel, a Inapa continuará a utilizar combustíveis fósseis em grande medida para a gestão de edifícios e transportes num futuro próximo.

Na síntese das emissões de Âmbito 1 e 2 por região, o consumo de combustíveis dos automóveis e camiões próprios, bem como a combustão estacionária, são as principais fontes de emissão na maioria das geografias da Inapa. Contudo, a Inapa procura continuamente soluções que permitam otimizar as taxas de utilização dos veículos, através de um planeamento de rotas mais eficiente e da expansão da quota de carga externa.

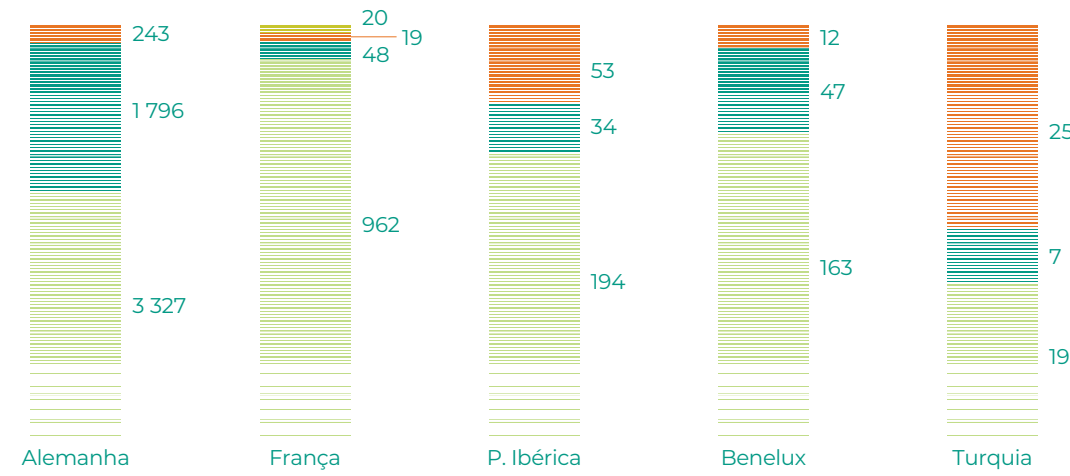
A gestão operacional local é responsável pela apresentação de planos concretos e requisitos de investimento, bem como de oportunidades de financiamento.

Neste critério de decisão, os objetivos de redução de emissões tornam-se mais claros e rigorosos, tanto como um requisito para a responsabilidade social da organização como um constrangimento das autoridades estatais reguladoras competentes em matéria de legislação ambiental.

Emissões GEE do Grupo Inapa (Âmbito 1 e 2)

EMISSIONES	Toneladas CO ₂						Importância					
	2019	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23	2019	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23
Emissões diretas (Âmbito 1)												
Carros & camiões da empresa	6 598	7 508	5 922	6 041	4 664	-22,8%	72%	69%	66%	79%	71%	- 8,0 p.p.
Combustão estacionária	2 153	3 320	3 007	1 634	1 931	18,2%	23%	30%	34%	21%	29%	8,0 p.p.
Ar condicionado & refrigeração	464	118	23	20	20	-0,1%	5%	1%	0%	0%	0%	0,0 p.p.
Subtotal (Âmbito 1)	9 215	10 946	8 952	7 695	6 615	-14%	100%	100%	100%	100%	100%	
Emissões indiretas (Âmbito 2)												
Eletricidade (com base no mercado)	1 592	450	401	337	351	4%	100%	100%	100%	100%	100%	0,0 p.p.
Subtotal (Âmbito 2)	1 592	450	401	337	351	4%	100%	100%	100%	100%	100%	
Total de emissões GEE (Âmbitos 1, 2)	10 807	11 396	9 353	8 032	6 966	-13,3%						

Âmbito 1 + 2 , emissões GEE por região



- Carros e camiões da empresa
- Eletricidade
- Ar condicionado e refrigeração
- Combustão estacionária

Tal como em todas as outras áreas, as emissões de CO₂ foram calculadas de acordo com o DEFRA (Department for Environment, Food and Rural Affairs), o GEMIS (Global Emission Model Integrated Systems) e as estatísticas oficiais da UE. A Inapa não produz, exporta ou importa substâncias que destruam a camada de ozono e não emite outras emissões atmosféricas significativas.

cadeia de valor global dos seus bens e serviços, como, na qualidade de empresa líder europeia no comércio de papel, pretende desempenhar um papel mais significativo na redução das emissões de CO₂.

A Inapa considerou como mais relevantes para o seu negócio os seguintes fatores-chave de emissão a montante e a jusante no Âmbito 3, ordenados de acordo com a dimensão da sua quota:

- Emissão da produção de bens adquiridos;
- Transporte, venda e distribuição dos produtos;
- Resíduos gerados pela empresa;
- Viagens de negócios;
- Consumo de energia fora dos Âmbitos 1+2.

ÂMBITO 3

Emissões indiretas atribuíveis da cadeia de valor da Inapa (Âmbito 3)

Como parte da sua estratégia de gestão climática, cada vez mais empresas estão a lidar com as emissões de gases com efeito de estufa que ocorrem ao longo da sua cadeia de valor, para além dos limites das suas próprias instalações. Estas não se encontram dentro da esfera de influência direta da empresa, pelo que o seu registo e comunicação não são obrigatórios ao abrigo do protocolo padrão GRI escolhido pela Inapa.

Considerando a disponibilidade dos dados necessários, o esforço envolvido na sua obtenção e cálculo, e de acordo com a sua ponderação dentro dos fatores individuais, foi decidido priorizar as emissões relacionadas com os produtos adquiridos aos nossos fornecedores mais importantes, com o objetivo de capturar pelo menos 80% das emissões correspondentes. Numa fase posterior, serão calculadas as emissões associadas ao transporte destes produtos para a Inapa ou diretamente para os clientes.

No entanto, a Inapa procura satisfazer as crescentes exigências dos seus intervenientes, respondendo a iniciativas como a Iniciativa de Metas de Base Científica 1,5 graus ou o Projeto de Divulgação de Carbono. Além disso, não se limita a assumir responsabilidade perante os fornecedores e parceiros de serviços dentro da

Metodicamente, as emissões devem ser calculadas de acordo com a Norma do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa (GHG), o que significa que as emissões relacionadas com os produtos devem incluir a produção ou extração/ fornecimento de matérias-primas e fases posteriores de processamento, bem como todos os transportes de materiais utilizados para os produtores (Âmbito 3.4).



Como outro parâmetro, foi analisado o transporte de mercadorias dos fornecedores para a Inapa ou diretamente da fábrica para os nossos clientes, na categoria de emissões “transporte e distribuição a montante” (Âmbito 3.4).

Durante a recolha de dados dos fabricantes e fornecedores, verificou-se que os dados sobre emissões e todos os fatores a considerar de acordo com o Protocolo GHG não estão completos, o que se deve à complexidade das cadeias de produção nas várias fases na indústria do papel, cuja análise implica um esforço considerável. Além disso, a inclusão de emissões provenientes da utilização de bens e do seu fim de vida útil, conforme exigido pelo GHG, é excluída pelos fabricantes devido à sua imprevisibilidade.

Para traçar um quadro o mais realista possível das emissões relacionadas com os produtos

a atribuir à Inapa, foram processados dados calculados de acordo com normas industriais comuns e reconhecidas.

No caso do papel, a indústria segue principalmente as recomendações da EUROGRAPH para o cálculo da pegada de carbono do produto (os chamados “Ten Toes”). 90% desta informação é comunicada à Inapa através do “Profile Paper”, o formulário de declaração quase-padrão utilizado pelos fabricantes europeus.

As emissões associadas ao transporte de mercadorias para os armazéns Inapa ou diretamente da fábrica para os nossos clientes foram calculadas pelos valores dos fornecedores. Nos casos em que estes não estavam disponíveis, foram calculados pela própria Inapa utilizando as ferramentas de cálculo da Ecotransit (www.ecotransit.org) e da DHL (www.dhl-carboncalculator.com).

Âmbito 3 - Emissões GEE de transportes a montante | 2023

	Locais de Produção Monitorizados	Quota do Volume de Compras	Transporte CO ₂ (Ton/CO ₂)
Países Inapa ¹	57	51,0%	8 428
Europa	54	41,3%	16 991
Ásia	5	3,2%	3 676
América do Norte	1	0,3%	190
América do Sul	1	0,1%	67
Total	118	95,9%	29 352

(1) Bélgica, Luxemburgo, França, Alemanha, Portugal, Espanha, Turquia.

No Âmbito 3 das emissões para o ano 2023, foram monitorizados 118 locais e 95,9% do volume de compras.

No contexto de um volume de compras inferior ao ano anterior, as emissões de GEE provenientes dos produtos adquiridos reduziram-se em 20%, totalizando 306 193 toneladas de CO₂

(comparativamente com 384 764 toneladas de CO₂ no ano anterior). As emissões de GEE provenientes do transporte a montante diminuíram 27%, para 29 352 toneladas/CO₂e (em comparação com 39 953 toneladas/CO₂ em 2022).

Âmbito 3 - Emissões GEE de bens adquiridos | 2023

	Locais de Produção Monitorizados	Quota do Volume de Compras	Emissões CO ₂ (TO)
Países Inapa ¹	57	51,0%	160 025
Europa	54	41,3%	109 710
Ásia	5	3,2%	36 062
América do Norte	1	0,3%	152
América do Sul	1	0,1%	244
Total	118	95,9%	306 193

(1) Bélgica, Luxemburgo, França, Alemanha, Portugal, Espanha, Turquia.

Âmbito 3 - Emissões GEE | Comparação anual

	2021	2022	2023	+/- 22-23
# Locais monitorizados	64	90	118	31%
Quota do Volume de Compras	91,0%	88,3%	95,9%	7,6 pp
Emissão de bens adquiridos (ton/CO ₂ e)	395 435	384 764	306 193	-20%
Emissão de transportes (ton/CO ₂ e)	46 398	39 953	29 352	-27%

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

Relativamente ao nível de emissões da Inapa, e em linha com os ODS das Nações Unidas, foram definidas metas para 2024, relacionadas com dois ODS específicos: Trabalho digno e crescimento económico e produção (ODS 8) e Ação climática (ODS 13). Em 2024, a nossa prioridade será reverter a tendência observada em 2023 para os objetivos relacionados com o ODS 8 e, se possível, melhorar ainda mais o desempenho no que diz respeito ao ODS 13.



8.4 Trabalho digno e crescimento económico

Objetivos 2022-24	2022	2023	2024	Evol. 22-24
(A) Reduzir a pegada associada a materiais (To/CO ₂ e; emissões do Âmbito 3) relativamente ao volume de bens adquiridos em 4% até 2024	0,551	0,542	0,530	4%
Concretização		0,581		
(B) Reduzir os níveis internos de consumo de materiais em 5% até 2024, através da melhoria da relação entre o consumo interno de materiais (kg) e o volume de bens adquiridos (toneladas)	3,160	3,096	3,015	5%
Concretização		3,574		

Unidade de medida: (A): Pegada associada a materiais (To/CO₂e, Emissões Âmbito 3; bens adquiridos + transporte a montante) em relação ao volume de bens adquiridos (Tons). (B): Consumo interno de material (kg) em relação ao volume de bens adquirido (Tons).



13.2 Ação climática

Objetivos 2022-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
(A) Reduzir as emissões de CO ₂ em 10% (nos transportes)	n.a.	63 483	46 398	39 953	37 955	36 057	10%
Concretização					29 352	n.a.	
(B) Aumentar o volume de compras monitorizado para 95% (transportes)	n.a.	83%	91%	88%	93%	95%	7 p.p.
Concretização					96%	n.a.	

Unidade de medida: (A): Ton/CO₂. (B): % do volume monitorizado.

7. Resíduos

Em 2023, o volume de resíduos produzido pela Inapa reduziu-se em 8%, totalizando 1 863 toneladas.



O resultado supramencionado reflete os esforços da Inapa em controlar as quantidades de resíduos gerados nas operações, alcançando o nível mais baixo dos últimos cinco anos.

Comparativamente com 2022, registou-se uma evolução positiva nos níveis de consumo de resíduos associados à recolha de resíduos de papel e cartão, madeira, plástico e resíduos semelhantes a resíduos domésticos. A contribuição de baterias, metais e equipamentos para o peso total dos resíduos é reduzida e as quantidades permanecem estáveis.

As empresas do Grupo Inapa seguem uma política de separação e recolha de resíduos. Em 2023, 79% destes resíduos foram reciclados. Os resíduos que não puderam ser fisicamente reciclados (ou compostos) foram encaminhados para instalações de incineração de resíduos.

Neste processo de incineração, foi possível recuperar energia em 15% dos resíduos gerados pela Inapa. Nenhum resíduo foi depositado em aterro, refletindo o compromisso da Inapa com práticas ambientalmente responsáveis.



Método de eliminação de resíduos

	2022		2023		+/- 22-23
	Toneladas	Importância	Toneladas	Importância	
Reciclado (circuito fechado)	1 532	76%	1 477	79%	3 p.p.
Recuperado (inclui recuperação energética)	338	17%	270	15%	-2 p.p.
Incineração (sem recuperação energética)	145	7%	116	6%	-1 p.p.
Total	2 015	100%	1 863	100%	

Tipo de resíduos produzidos

(Toneladas)	2019	2020	2021	2022	2023	+/- 22-23
Papel e Cartão	1 356	1 090	1 154	992	952	-4%
Resíduos de embalagem	313	181	354	187	287	53%
Madeira	518	481	827	526	432	-18%
Plástico	256	201	238	225	138	-39%
Restantes resíduos semelhantes a resíduos domésticos	114	139	84	84	42	-50%
Baterias	6	0	1	0	0	0%
Metais	3	10	0	1	8	0%
Equipamento elétrico e eletrónico	1	3	2	0	5	0%
Total	2 568	2 105	2 660	2 015	1 863	-8%

É importante destacar que algumas informações sobre o método de eliminação de resíduos se baseiam em dados estatísticos fornecidos pelas autoridades ambientais estatais relevantes. Em alguns casos, informações específicas dos parceiros de eliminação de resíduos locais não estavam disponíveis.

Os dados apresentados foram obtidos com base nas quantidades de resíduos recolhidos, pesados e faturados pelos operadores separadamente. Para os resíduos domésticos, foram utilizados ciclos de remoção para estimar as quantidades.

(*) Conforme descrito no final deste subcapítulo, o plano 2022-24 integra objetivos específicos relacionados com estes objetivos de desenvolvimento sustentável conforme estabelecido pelas Nações Unidas.



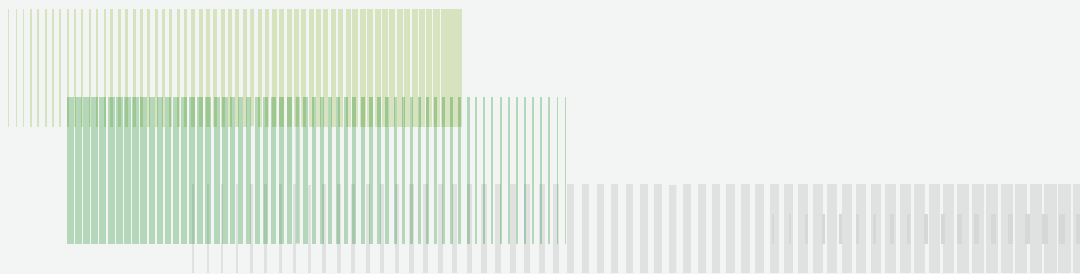
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

O objetivo intermédio de redução de 8% na produção de resíduos em 2023 foi alcançado, totalizando 1 863 toneladas. Para o ano de 2024, estabelecemos uma meta ainda mais ambiciosa: a redução da produção de resíduos para 1 712 toneladas.

12.5 Produção e consumo sustentáveis

Objetivos 2022-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Reduzir a produção de resíduos em 15% até 2024	2 567	2 105	2 660	2 015	1 864	1 712	15%
Concretização					1 863		

Unidade de medida: Toneladas de resíduos produzidos.







SEPARADOR IMPRESSO EM Munken 240gr

07

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Incentivar a mudança



inapa

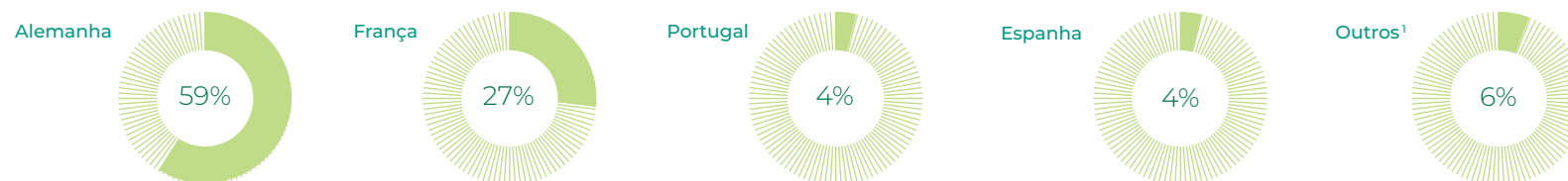
RELATÓRIO
ANUAL 2023

1. Diversidade e Inclusão



A diversidade dos colaboradores é um fator-chave nas relações comerciais do Grupo Inapa, uma vez que é devido a esta diversidade que conseguimos ir ao encontro das expectativas dos diferentes mercados onde estamos presentes. Os nossos produtos são distribuídos em mais de 40 países e os nossos comerciais apoiam os clientes em sete línguas diferentes.

Entregas (€) por país



(*) Conforme descrito neste subcapítulo, o plano 2022-24 integra objetivos específicos relacionados com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5 estabelecido pelas Nações Unidas.
(1) Áustria, Turquia, Bélgica.

Medidas de Igualdade

A promoção ativa da diversidade e da igualdade de oportunidades dentro da empresa continua a ser um dos principais objetivos da política de Recursos Humanos do Grupo Inapa, não havendo discriminação em relação a origem étnica, sexo, idade, orientação sexual, deficiência e religião dos colaboradores. Estes são os valores presentes no Código de Conduta elaborado em 2017 e que se mantém até aos dias de hoje, tendo sido efetuados pequenos ajustes ao longo dos anos.

Verifica-se que não há, até à data, padrões vinculativos na área da diversidade de género, devido às diferentes dimensões das empresas nos vários países, ao seu desenvolvimento histórico adicionado ao enquadramento jurídico e cultural. Os valores da Inapa – revistos e atualizados em 2021 – são comuns e divulgados a todas as empresas do Grupo. Embora esteja em curso um esforço para promover a sensibilização para a diversidade e inclusão em todas as empresas, os CEOs locais estão em melhor posição para implementar a cultura delineada no Código de Conduta junto das equipas, de acordo com as suas capacidades individuais.

Como reflexo do compromisso do Grupo Inapa com a promoção da igualdade entre mulheres e homens, o Plano de Igualdade de Género para o Grupo é regularmente divulgado, interna e externamente, anualmente no mês de setembro. É partilhado em dois idiomas - português e inglês - por todas as empresas do Grupo e também no site institucional do Grupo (www.inapa.pt). Adicionalmente, é também incluído neste relatório para expressar claramente as intenções do Grupo nesta área.

Por último, como parte das medidas para promover a igualdade e inclusão, a Inapa estabeleceu mecanismos para denunciar comportamentos de assédio, discriminação e outras condutas pouco éticas, garantindo o anonimato do denunciante. Esses mecanismos estão descritos no Código de Conduta, o qual é divulgado a todos os colaboradores.

A criação da área de Recursos Humanos, que reporta diretamente à Comissão Executiva, tem contribuído para a uniformização das práticas corporativas e para a implementação de novas abordagens em relação à diversidade, inclusão e igualdade, tornando o tratamento dessas questões mais transversal e estruturado, embora sempre considerando as particularidades de cada subsidiária.

O objetivo é garantir que as práticas relacionadas com a execução da estratégia, missão e valores do Grupo, bem como aquelas relacionadas com a igualdade de oportunidades no emprego, formação, condições de trabalho equitativas, proteção da maternidade, paternidade, assistência à família e conciliação entre vida profissional e pessoal, sejam uniformizadas, na medida do possível, em todas as empresas do Grupo.

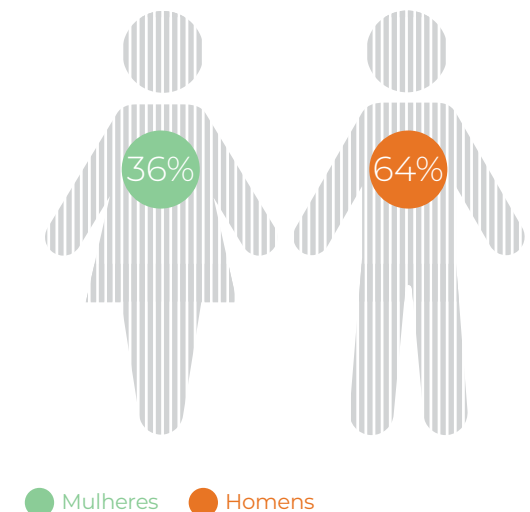
Plano de igualdade

Para garantir a conformidade de todas as empresas do Grupo Inapa com o quadro legislativo europeu, nomeadamente o Art.º 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e o Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, e visando alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens, a Comissão Executiva comunicou em setembro de 2023 o Plano de Igualdade de Género para 2024.

Tal como já havia sido feito para o ano de 2023, a elaboração deste Plano para 2024 seguiu as diretrizes estabelecidas no guia da CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) para a preparação dos Planos de Igualdade. Foram utilizadas as seguintes ferramentas de diagnóstico:

- Análise das práticas de recursos humanos definidas e implementadas em 2021 e 2022;
- Análise dos indicadores do Grupo em matéria de igualdade de género;
- Análise de respostas a questionário sugerido pela CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), submetido aos membros das administrações das empresas do Grupo, diretores de primeira linha, gestores e outras pessoas chave das subsidiárias do Grupo. Este ano, observou-se uma participação global de 43%, dos quais 64% foram homens e 36% mulheres. Embora essa taxa de participação seja ligeiramente menor em comparação com o ano anterior, é importante destacar que neste ano o questionário foi enviado para mais 18% de colaboradores.

Distribuição de respostas, por sexo



Das conclusões do diagnóstico deste ano, destacam-se as seguintes:

Principais conclusões

Houve um aumento significativo no reconhecimento por parte dos participantes em relação ao esforço da administração do Grupo e das empresas em demonstrar, tanto internamente quanto externamente, o seu compromisso com a promoção da igualdade de género.

Destaca-se também o reconhecimento de uma maior comunicação interna sobre os objetivos estratégicos relacionados com diversidade, inclusão e igualdade, por meio de vários canais disponíveis. Isso foi resultado de ações de sensibilização iniciadas em alguns países sobre esses temas. No entanto, é uma área na qual o Grupo deve continuar a trabalhar para aprimorar ainda mais a comunicação e o envolvimento dos colaboradores.

Adicionalmente, é importante referir que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Grupo para 2024 passaram a incluir, desde 2023, um objetivo específico relacionado com a igualdade de género, visando promover a paridade entre mulheres e homens em posições de liderança, refletindo o compromisso contínuo do Grupo nestas questões.

Os resultados da auditoria conduzida pela Bureau Veritas em 2023 para a renovação das certificações FSC® (*Forest Stewardship Council*) e PEFC (*Program for Endorsement of Forest Certification*) em Portugal refletiram as boas práticas e a preocupação da Comissão Executiva do Grupo com a igualdade de acesso ao emprego. Não foram registadas quaisquer “não conformidades” nem “oportunidades de melhoria” no geral.

Adicionalmente, o Grupo mantém a preocupação com os colaboradores que se ausentam temporariamente da empresa, demonstrando total transparência e respeito pelas necessidades momentâneas dos mesmos.

No campo da formação – e na definição do plano desta área – a empresa mantém presente

o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, nomeadamente no que diz respeito às oportunidades de desenvolvimento, progressão na carreira e acesso a cargos de gestão.

No ano de 2023, o Grupo Inapa deu início à implementação do plano de formação nas operações de maior relevo, desenvolvido em colaboração com os gestores para melhor responder às necessidades das suas equipas, assegurando não só o crescimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal de cada colaborador.

Esta prática, já adotada em França e na Alemanha, foi alargada a Portugal e será posteriormente expandida para Espanha através da *[In] Academy*.

Os resultados de 2023 confirmam que não há evidências de viés ou discriminação de género na avaliação do desempenho ou nos procedimentos de progressão na carreira. Além disso, observou-se um aumento no número de colaboradores que perceberam uma maior transparência na avaliação devido a uma comunicação mais efetiva.

No que diz respeito à proteção da maternidade e paternidade, os resultados do diagnóstico de 2023 assemelham-se aos resultados de 2022. Entende-se que a empresa respeita o princípio de igualdade entre mulheres e homens, sem praticar qualquer forma de discriminação, cumprindo rigorosamente os requisitos legais e demonstrando disponibilidade adicional para flexibilizar situações específicas quando solicitado.

Adicionalmente, registou-se um aumento no número de colaboradores que reconhecem que a empresa promove a partilha da licença parental, bem como a sua capacidade para ajustar as horas de trabalho quando os colaboradores têm familiares com necessidades especiais devido a doenças crónicas ou incapacidades. Além disso, reconhecem o cuidado demonstrado pela empresa em relação a grávidas e mães recentes, evitando a exposição a ambientes de trabalho que possam ser prejudiciais.

Mantém-se a perceção generalizada de que a gestão do Grupo está preocupada em facilitar a conciliação entre a vida pessoal e profissional dos colaboradores. Este compromisso reflete-se em várias áreas:

- Flexibilização do trabalho a partir de casa, sempre que justificável, para conciliação da vida pessoal com a vida profissional;
- Flexibilização das horas de trabalho, adaptando a semana de trabalho e, em alguns países, permitindo o trabalho a tempo parcial para conciliação com a vida pessoal;
- Cuidado na elaboração dos horários de trabalho por turnos, de modo a não prejudicar a vida familiar.

Os inquiridos também expressam que o Grupo implementa e informa os colaboradores sobre medidas para prevenir qualquer tipo de assédio no ambiente de trabalho, assim como ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade dos colaboradores. Existem mecanismos de denúncia de tais situações, conforme estabelecido no Código de Conduta do Grupo.

Adicionalmente, em alguns países, foram realizadas ações de sensibilização sobre assédio no local de trabalho. Nos países onde existem sindicatos, associações de trabalhadores ou entidades similares, os colaboradores recebem regularmente informações sobre esses assuntos.

Áreas de Melhoria

- Reforço do envolvimento e escuta ativa dos colaboradores do Grupo em relação à diversidade, igualdade e inclusão, através de canais de comunicação abertos e programas de feedback regulares;
- Criação de grupos e *task forces* dedicados à implementação de ações específicas de diversidade, inclusão e igualdade, garantindo a presença de membros com competências relevantes para liderar essas iniciativas;
- Elaboração de um orçamento específico para medidas e ações relacionadas à diversidade, inclusão e igualdade, demonstrando o compromisso financeiro da empresa com estas questões;
- Desenvolvimento e fortalecimento de relações de cooperação com entidades públicas e organizações da sociedade civil que partilhem o objetivo de promover a igualdade de género;
- Implementação de estratégias de recrutamento proativas para atrair candidatos sub-representados em funções específicas, utilizando práticas de recrutamento inclusivas e diversificadas;
- Garantia de que as empresas de recrutamento parceiras do Grupo estão totalmente alinhadas com os princípios de igualdade de género e operem com transparência neste domínio;

- Priorização da inclusão de profissionais do género sub-representado em ações de formação profissional destinadas a áreas predominantemente ocupadas por colaboradores do mesmo género, com o objetivo de promover a diversidade e a igualdade de oportunidades;
- Oferta de programas de formação adicionais e desenvolvimento de competências aos géneros sub-representados em determinadas funções, visando melhorar o seu desempenho e promover a equidade no ambiente de trabalho;
- Implementação de sistemas de análise de funções, com critérios de avaliação claros, objetivos e transparentes, mantendo o princípio de "igual remuneração por trabalho igual ou trabalho de igual valor".
- Implementação de um sistema de registo dos interesses / objetivos de carreira dos colaboradores para permitir a sua seleção e aferição da sua incorporação em futuros postos de trabalho.
- Definição de programas abrangentes de formação, *mentoring* e *coaching* destinados a todos os colaboradores;
- Sensibilização da gestão intermédia para questões e comportamentos relacionados com a igualdade de género e desenvolvimento;
- Garantia de igualdade salarial entre mulheres e homens através de monitorização regular e rigorosa, assegurando que não existem disparidades salariais injustificadas.
- Aumento da formação e informação aos colaboradores de todas as operações sobre os requisitos legais em matéria de proteção na maternidade e paternidade e assistência à família;

- Reforço da sensibilização dos gestores para a não discriminação entre mulheres e homens nas questões relacionadas com a conciliação da vida pessoal e profissional, nomeadamente na gestão das horas flexíveis, faltas, entre outras;
- Implementação de comunicação interna para reforçar a abertura da empresa no sentido de uma maior participação do homem em questões de conciliação entre a vida pessoal e profissional.

O ano de 2023 foi marcado por uma série de eventos com um forte impacto na organização, incluindo:

- Alterações significativas no Conselho de Administração, com a eleição de Fernando Sanz Pinto como Administrador (em maio), a designação de Frederico Lupi como Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e a cooptação de Afonso Chaby como Administrador e Membro da Comissão Executiva (em junho);
- Implementação de uma reestruturação de grande escala nas operações na Alemanha;
- Integração de uma nova empresa em França, resultante da aquisição realizada no final de 2022, coincidindo com a implementação de um novo sistema ERP (SAP S/4HANA);
- Alterações significativas nas equipas de recursos humanos, tanto a nível corporativo como na Alemanha.

Estas alterações afetaram a capacidade de implementação dos projetos planeados para 2023. Os projetos que não puderam ser executados durante esse ano permaneceram no plano para 2024, com as seguintes ações propostas:

Estratégia, missão e valores

Medidas	Responsáveis	Áreas Envolvidas	Indicadores	Meta	Budget
Continuar a envolver todos os colaboradores na implementação do Plano para a Igualdade. Incentivar a participação dos colaboradores no domínio da promoção da igualdade entre mulheres e homens.					
Definição e implementação do programa "Viver a Diversidade, Inclusão e Igualdade" que deverá ter por base as seguintes ações:					
		Administração			
	DRH	Gestão local	N.º de colaboradores abrangidos pelo programa	50% de abrangência até ao final de 2024	N/A
		Comunicação			Atividade desenvolvida internamente
		Todos os colaboradores envolvidos			

Igualdade no acesso ao emprego

Medidas	Responsáveis	Áreas Envolvidas	Indicadores	Meta	Budget
Promover a desagregação interna por género e obter um maior equilíbrio entre mulheres e homens na empresa					
Lançamento de uma campanha interna de <i>roadshow</i> por área/função para mulheres e homens abrangendo profissões/funções onde estas e estes estejam sub-representados, com o objetivo de obtenção de testemunhos para campanha interna de comunicação/promoção de maior diversidade e identificação de competências para recrutamento interno para as funções abrangidas.	DRH local	Equipa de gestão local Responsáveis pelas áreas funcionais Comunicação	% Participação de colaboradores	Participação de 5-10% dos colaboradores target no <i>roadshow</i> anualmente	N/A Atividade desenvolvida internamente
Promover a paridade entre mulheres e homens em posições de liderança.	Gestores	Equipa de gestão local	% de vagas preenchidas por membros do sexo sub-representado	40% das vagas de liderança preenchidas por membros do sexo sub-representado	N/A Atividade desenvolvida internamente

Formação contínua

Medidas	Responsáveis	Áreas Envolvidas	Indicadores	Meta	Budget
Desenvolver competências de gestão e liderança nas mulheres do Grupo para alcançar uma participação equilibrada de mulheres e homens nos lugares de decisão de topo e de direção e chefia.					
Criação e implementação de programas de formação que permitam a harmonização entre géneros: <ul style="list-style-type: none"> Ações de formação em gestão e liderança; Programa de <i>mentoring</i> e <i>coaching</i>; Ações de formação/orientação das chefias intermédias em temas de gestão ligados ao princípio da igualdade e não discriminação entre géneros. 	DRH local	Administração Comunicação Gestão local	Rácio de representatividade de mulheres em funções de níveis de direção % de chefias envolvidas nas ações de formação	Aumento do rácio até 2024, tendo como referência um target de 25% alcançado em 2020 50% de chefias envolvidas nas ações de formação	A ser incluído nos orçamentos das OpCos no contexto do processo de <i>Budget</i> 2024 Montantes a determinar consoante as ações a implementar
Ações de Formação no âmbito do "Viver a Diversidade, Inclusão e Igualdade".	DRH	Administração Gestão local Comunicação Todos os colaboradores envolvidos	N.º de colaboradores abrangidos pelo programa	50% de abrangência até ao final de 2025	A ser incluído nos orçamentos das OpCos no contexto do processo de <i>Budget</i> 2024 Montantes a determinar consoante as ações a implementar

Igualdade nas condições de trabalho

Medidas	Responsáveis	Áreas Envolvidas	Indicadores	Meta	Budget
Assegurar um processo de avaliação de desempenho justo e objetivo para mulheres e para homens.					
Modelo de avaliação de desempenho que garanta que é excluída qualquer discriminação e assegurada a atribuição de notas ou pontuações justas a todos os colaboradores independentemente do género.	DRH	Administração Diretores e Gestores	Modelo de avaliação de desempenho objetivo e não discriminatório	Implementação faseada em todas as geografias até ao final de 2026	A definir consoante o sistema informático de suporte a ser selecionado
Assegurar o princípio de salário igual para trabalho igual ou de valor igual.					
Descrição dos conteúdos de funções existentes no Grupo com a definição das principais tarefas, independentemente do género dos colaboradores que as vão ocupar.	DRH local	Responsáveis pelas demais áreas funcionais	Descrição dos conteúdos funcionais	Implementação faseada em todas as geografias até ao final de 2026	N/A Atividade desenvolvida internamente
Implementação de um sistema de análise e valorização de funções, procurando garantir critérios de valorização claros, objetivos e transparentes, de forma a respeitar o princípio "salário igual para trabalho igual ou de valor igual".	DRH local	Administração Equipa de gestão local Responsáveis pelas várias direções e áreas da empresa	Qualificação de funções e análise de <i>equal pay</i> com plano de correções, caso existam	Implementação em Portugal até princípio de 2024 A avançar a implementação faseada em todas as geografias até ao final de 2026	Honorários da empresa de consultoria selecionada para fazer parceria com a Inapa neste projeto (informação confidencial)

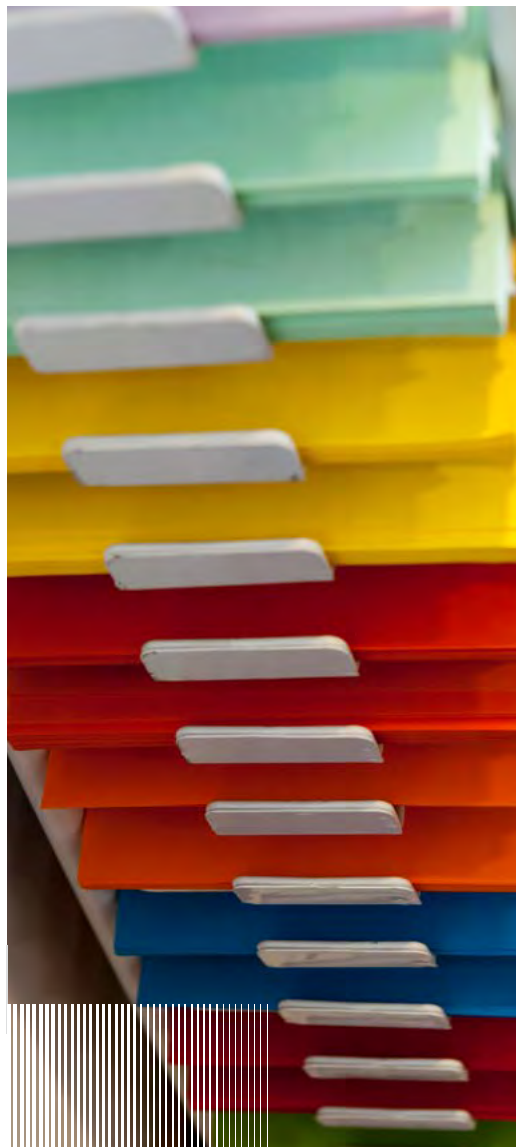
Proteção na maternidade, paternidade e assistência à família

Medidas	Responsáveis	Áreas Envolvidas	Indicadores	Meta	Budget
O direito ao gozo da licença parental pelos colaboradores Homens e Mulheres. Incentivar os colaboradores homens ao uso partilhado da licença parental inicial.					
Preparação de material de comunicação para divulgação de forma adequada da legislação sobre:					
<ul style="list-style-type: none"> Direito de licença parental; Direitos das parturientes; Dispensas para adoção; Dispensas pré-natais; Assistência a menores; Direito à reinserção profissional após licença e dispensas. 	DRH local	Comunicação	Divulgação da informação	Divulgação da informação em todas as geografias até ao final do ano 2024	N/A Atividade desenvolvida internamente



Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal

Medidas	Responsáveis	Áreas Envolvidas	Indicadores	Meta	Budget
Conciliar a vida profissional com a vida pessoal dos colaboradores.					
<p>Preparação e lançamento do programa “Improve your Life” que deverá ter como base a:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificação e celebração de protocolos com entidades de bem-estar físico e emocional, creches/ serviço de amas, instituições para pessoas idosas, entre outros, sobretudo em áreas onde não existem ainda parcerias; Divulgação, por vários meios de comunicação interna, dos recursos adquiridos/negociados pela empresa na área geográfica da empresa e/ou da residência dos colaboradores, que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal. 	DRH	Comunicação	<p>Divulgação de recursos existentes de apoio à vida pessoal</p> <p>N.º de colaboradores que utilizam os recursos adquiridos</p>	<p>Implementação do programa nas restantes geografias até ao início de 2025</p> <p>Implementação de novas ações anualmente</p>	<p>N/A</p> <p>A ser incluído nos orçamentos das OpCos no contexto do processo de <i>Budget</i> 2024</p> <p>Montantes a determinar consoante as ações a implementar</p>



Evolução do número de colaboradores

Estamos sempre em adaptação às necessidades para a sustentabilidade do Grupo.

A 31 de dezembro de 2023, o Grupo Inapa totalizava 1 478 colaboradores (incluindo a comissão executiva e não executiva, bem como as administrações das várias empresas do Grupo). No entanto, para efeitos de análise neste capítulo, consideramos 1 466 colaboradores, uma vez que excluimos das análises a operação da Inapa Angola, uma operação com apenas 12 colaboradores e pouca informação organizada para reporte. Adicionalmente, em 2023, os números já incluem a empresa adquirida e integrada no Grupo no final de 2022, a Loos, uma empresa francesa de comunicação visual.

Tendo apenas em conta o número total de colaboradores reportados neste relatório, em comparação com o ano de 2022, observamos uma redução de 11% no número de colaboradores do Grupo, no fim do período em análise. No entanto, com a inclusão da Loos em 2023, que representa 30 colaboradores adicionais às outras empresas, constata-se uma diminuição de 9% no total de colaboradores em relação a 2022. A redução absoluta face a 2022, incluindo Loos (em 2023) e Angola (em ambos os anos) foi de 1 621 para 1 478 colaboradores (143 colaboradores).



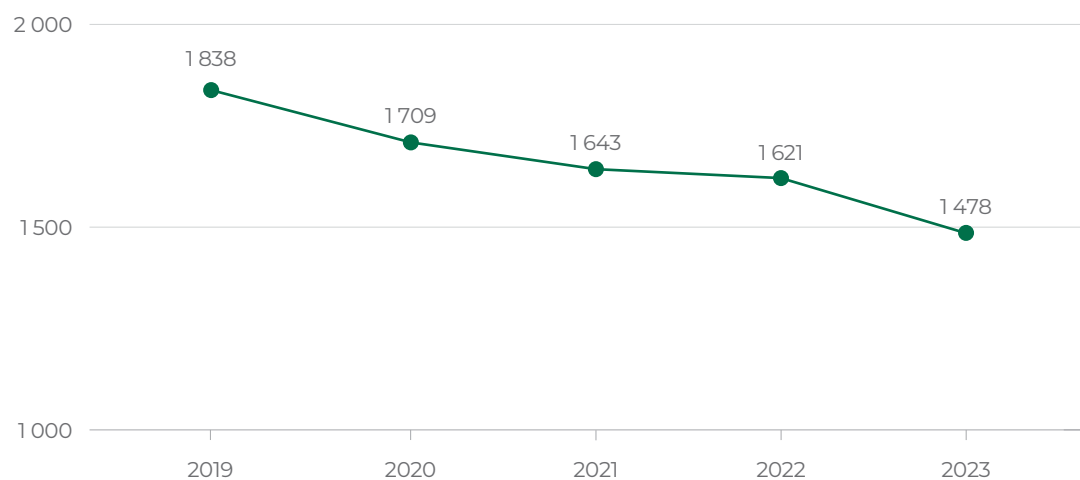
A redução no número de colaboradores do Grupo baseia-se na reestruturação em curso na Alemanha, que envolve a adaptação de funções, processos e sistemas. Este processo incluiu o encerramento de unidades de negócio, como a operação de logística de Wimsheim.

No gráfico seguinte podemos observar a queda no número de colaboradores nos últimos anos, com uma redução mais significativa entre os homens do que entre as mulheres, em parte devido à predominância do sexo masculino na organização.

Destacamos que a metodologia utilizada para o reporte de dados de colaboradores neste relatório é a contagem de *Headcounts* e não FTEs. Todos os números de colaboradores dizem respeito a *Headcounts*.

Evolução de colaboradores do Grupo

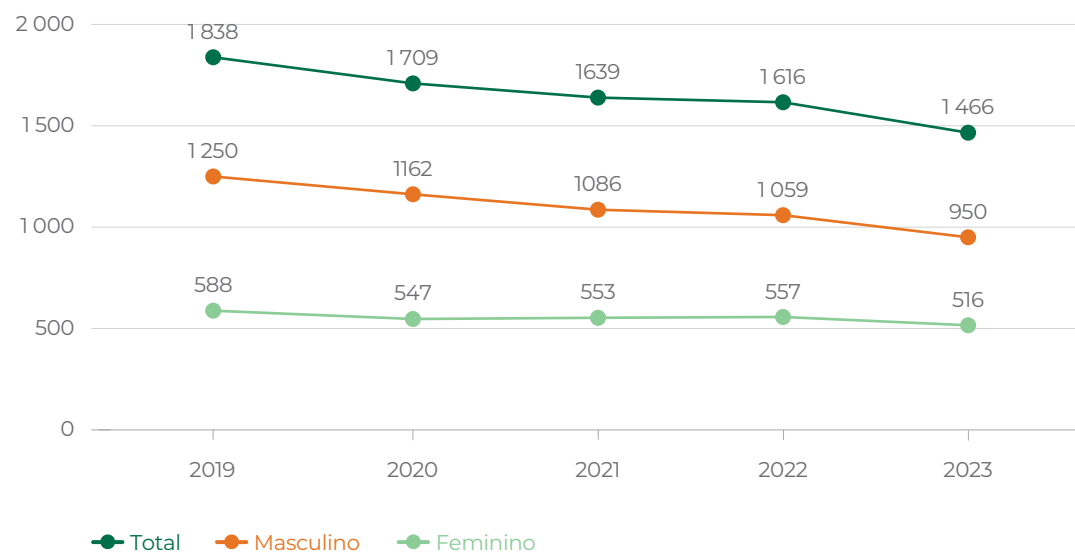
(a 31 de dezembro dos respetivos anos)



Nota: Colaboradores totais do Grupo, incluindo Inapa Angola, em todos os anos, e a JJ Loos (apenas em 2023)

Evolução de colaboradores, por sexo

(a 31 de dezembro dos respetivos anos)



Nota: Estes valores incluem os colaboradores da JJ Loos apenas em 2023. Os valores apresentados não consideram o número de colaboradores em Angola.

Deixamos a nota que, quando necessário fazer referência ao género, apenas mencionamos género masculino e género feminino, uma vez que não foram reportados outros tipos de géneros no Grupo. Para fins estatísticos, referimo-nos ao Sexo (Mulheres e Homens).

Os números nos quadros ao lado representam os colaboradores no final do período em análise (1 466) e a sua distribuição por sexo e faixa etária.

Total de colaboradores no Grupo por sexo e faixa etária

Critério	Número de <i>headcounts</i>			% de <i>headcounts</i>		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Total	1 639	1 616	1 466	100%	100%	100%
Por sexo						
Mulheres	553	557	516	34%	34%	35%
Homens	1 086	1 059	950	66%	66%	65%
Por faixa etária						
<30 anos	124	178	145	7%	11%	10%
30-50 anos	731	680	646	45%	42%	44%
>50 anos	784	758	675	48%	47%	46%

A tabela inclui os 7 membros do conselho executivo e não executivo do Grupo, bem como as administrações das empresas dos diferentes países.

As tabelas aqui apresentadas demonstram a distribuição dos colaboradores por sexo nas diferentes regiões, bem como a tipologia de colaboradores existentes na organização:

Composição total de colaboradores por sexo e região

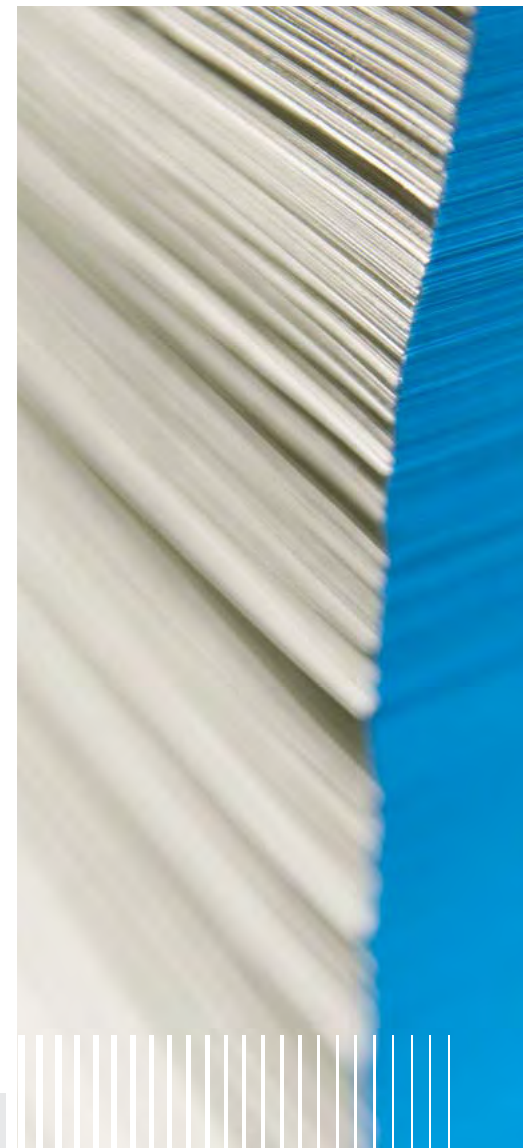
	Mulheres	Homens	Total
Portugal ¹	85	119	204
França ²	144	186	330
Alemanha ³	251	570	821
Turquia	8	27	35
Benelux	14	10	24
Espanha	14	38	52
Total	516	950	1 466

A tabela inclui os 7 membros do conselho executivo e não executivo do Grupo, bem como as administrações das empresas dos diferentes países.

(1) Inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

(2) Inclui as empresas: Inapa Packaging, Semaq e Embaltec; Loos e Inapa France.

(3) Inclui as empresas: Inapa Deutschland, Inapa Packaging (DE) e Inapa ComPlott.



França é o país onde se observa um maior equilíbrio entre os dois sexos nas suas empresas com 43,6% de mulheres e 56,4% de homens. Adicionalmente, a maioria dos colaboradores trabalha a tempo integral, conforme demonstrado no quadro ao lado, que apresenta a distribuição de colaboradores por tipologia de contrato.

Número de colaboradores por tipologia de contrato e região

Headcount	Alemanha ¹	França ²	Portugal ³	Benelux	Turquia	Espanha	Total
Tempo inteiro	670	326	195	16	35	48	1 290
A termo	43	0	0	0	0	0	43
Sem carga horária definida	0	0	0	0	0	0	0
Meio tempo	108	4	1	8	0	4	125
Total	821	330	196	24	35	52	1 458

(1) Alemanha inclui as empresas: Inapa Deutschland, Inapa Packaging (DE) e Inapa ComPlott.

(2) França inclui as empresas: Inapa Packaging, Semaq e Embaltec; Loos e Inapa France.

(3) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal. Portugal não contempla a Administração do Grupo (comissão executiva e não executiva).

O país com maior diversidade de tipologia de contratos é a Alemanha, que tem um grande número de colaboradores com contratos a termo, incluindo aprendizes e colaboradores a meio termo.

A distribuição destes grupos por empresa é apresentada no quadro seguinte:

Número de colaboradores por empresa e grupo funcional

Empresa	Admin. do Grupo	Gestão de Topo	Diretor/ Head	Gestor	Coord./ Especialista	Técnico/ Team Leader	Suporte Admin.	Operac./ Admin.	Total
Portugal ¹	8	4	18	10	48	60	21	35	204
Inapa France	0	1	8	21	0	55	33	70	188
Inapa Packaging (FR) ²	0	1	0	24	0	13	31	43	112
Loos	0	3	0	0	0	8	14	5	30
Korda ³	0	1	3	0	31	0	0	0	35
Inapa Belgium	0	1	0	2	13	0	0	8	24
Inapa ComPlott ³	0	0	7	0	0	60	0	0	67
Inapa Deutschland ³	0	3	0	36	0	0	0	678	717
Inapa Packaging (DE) ³	0	0	7	0	0	30	0	0	37
Inapa España	0	2	7	2	1	26	1	13	52
Total	8	16	50	95	93	252	100	852	1 466

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

(3) Estas empresas ainda estão a adaptar estas categorias à sua estrutura.

Desde 2021, o Grupo tem trabalhado para uniformizar conceitos. Uma das áreas em que os conceitos foram uniformizados são as categorias de colaboradores, divididas pelos seguintes grupos funcionais:

- Administração do Grupo
- Gestão de topo – Administração das Empresas do Grupo
- Diretores
- Gestores
- Coordenadores/Técnicos Especialistas
- Técnicos/Team Leader
- Suporte Administrativo
- Administrativos/Operadores



No que diz respeito a trabalhadores que não são colaboradores da empresa, mas cujo trabalho é controlado pela organização, havia, a 31 de dezembro de 2023, cerca de 80 trabalhadores no Grupo. Apenas algumas empresas reportaram as seguintes categorias de contratos com esses trabalhadores:

- Contrato com uma agência temporária;
- Estagiários com contratos de estágio;
- Estagiários com protocolo através das suas universidades, muitos deles ainda estudantes;
- Regime de prestação de serviços.

Composição total de trabalhadores, não colaboradores, por tipologia de contrato e região

Trabalhadores que não são colaboradores da empresa	Alemanha ¹	França ²	Portugal ³	Benelux	Turquia	Espanha	Total
Total de trabalhadores que não são colaboradores	0	41	23	0	11	5	80
Trabalhadores de agências de trabalho temporário	0	29	4	0	0	1	34
Trabalhadores a prazo	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	0	6	14	0	11	0	31
Estagiários	0	6	5	0	0	0	11
Freelancers	0	0	0	0	0	0	0
Sub-contratados	0	0	0	0	0	4	4
Voluntários	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas que trabalham para as empresas, como fornecedores	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0

(1) Alemanha inclui as empresas: Inapa Deutschland, Inapa Packaging (DE) e Inapa ComPlott.

(2) França inclui as empresas: Inapa Packaging, Semaq e Embaltec; Loos e Inapa France.

(3) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.



Como mencionado, os estagiários/aprendizes na Alemanha têm contratos de 1 a 3 anos e muitos são integrados pela organização, sendo considerados colaboradores das empresas da Alemanha, para o efeito, uma vez que têm uma situação equivalente aos colaboradores com contrato a termo na maioria dos países. Portanto, a Alemanha não reportou trabalhadores que não são colaboradores.

Em relação ao regime de prestação de serviços, incluem principalmente serviços de segurança, restauração e limpeza. Como resultado, os contratos não variam de ano para ano. As variações normalmente ocorrem em trabalhadores com contrato através de uma empresa de trabalho temporário.

Análise da composição dos níveis de Gestão no Grupo

Este ano, ocorreram algumas alterações a nível da administração do Grupo. Em maio, o Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão foi alargado de 7 para 8 membros (3 mulheres e 5 homens), sem afetar os limiares definidos no Art.º 5.º da Lei 62/2017. Em junho, houve uma alteração na composição do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão e da sua Comissão Executiva, sem alteração na proporção relativa de mulheres em comparação com os homens.

Composição do Conselho de Administração do Grupo¹, por sexo e idade

	Número de headcounts			% de headcounts		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Mulheres vs Homens
<30 anos	0	0	0	0%	0%	0%
30 a 50 anos	1	1	2	50%	50%	100%
>50 anos	2	4	6	33%	67%	50%
Total	3	5	8	38%	63%	60%

(1) Por Grupo entende-se Inapa – Investimentos, Participações e Gestão

Como podemos observar no quadro acima, houve um aumento de um homem no Conselho de Administração, especificamente um administrador não executivo.

Por outro lado, no que diz respeito à proporção entre mulheres e homens em cargos de gestão no Grupo (administração do Grupo - comissão executiva e não executiva -, Administração das várias empresas do Grupo, diretores e gestores), como podemos ver no quadro abaixo, comparativamente com o ano anterior, houve uma diminuição de mulheres face aos homens.

Esta percentagem é, em grande maioria, consequência da reestruturação efetuada na Alemanha. Embora tenha havido uma redução de 28% de homens em cargos de gestão, neste país, houve também uma redução de 62% de mulheres, como podemos verificar no quadro ao lado.

Composição da gestão por sexo e grupo etário

Categoria	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres na gestão de topo
<30 anos	0	0	0	0%
30 a 50 anos	21	63	84	25%
>50 anos	23	61	84	27%
Total	44	124	168	26%

No global do Grupo, a variação de mulheres e de homens em funções de gestão foi de -8% e -10% respetivamente. O país onde as reduções foram mais acentuadas, foi a Alemanha (nomeadamente na Inapa Deutschland, onde a redução foi de 67% nas mulheres e 38% no homens) correspondendo a uma variação de 43% nos cargos de gestão.

Para contrabalançar, na Inapa Packaging em França, na Inapa ComPlott e na Inapa Packaging alemã, houve um aumento de funções de gestão de 39%, 17% e 17%, respetivamente, tendo no entanto aumentado a percentagem de homens a este nível 56%, 17% e 20% respetivamente, por contraposição com um aumento de 22% de mulheres na gestão e apenas na Inapa Packaging.

Estes contrabalanços geraram uma pequena redução de mulheres em funções de gestão, sendo a proporção de cargos de gestão, ocupados no Grupo por mulheres, de, aproximadamente, 1 para 4 funções de gestão.

Variação da composição da gestão por empresa e sexo

Empresa	2022					2023						
	Homens	Mulheres	Total	% Mulheres vs Homens	Variação 21/22	Homens	Mulheres	Total	% Mulheres vs Homens	Variação 22/23	+/- Mulheres	+/- Homens
Portugal ¹	28	13	41	46%	64%	27	13	40	48%	-2%	0%	-4%
Inapa France	19	9	28	47%	0%	22	8	30	36%	7%	-11%	16%
Inapa Packaging (FR) ²	9	9	18	100%	20%	14	11	25	79%	39%	22%	56%
Loos	-	-	-	-	-	1	2	3	200%	0%	0%	0%
Korda	3	1	4	33%	0%	3	1	4	33%	0%	0%	0%
Inapa Belgium	1	2	3	200%	0%	1	2	3	200%	0%	0%	0%
Alemanha	67	13	80	19%	-9%	48	5	53	10%	-34%	-62%	-28%
Inapa ComPlott	6	0	6	0%	0%	7	0	7	0%	17%	0%	17%
Inapa Deutschland	56	12	68	21%	-9%	35	4	39	11%	-43%	-67%	-38%
Inapa Packaging (DE)	5	1	6	20%	-14%	6	1	7	17%	17%	0%	20%
Inapa Espanha	8	2	10	25%	0%	8	2	11	22%	10%	0%	0%
Total	135	49	184	36%	6%	124	44	168	35%	-8%	-10%	-8%

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center, Inapa Packaging, Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

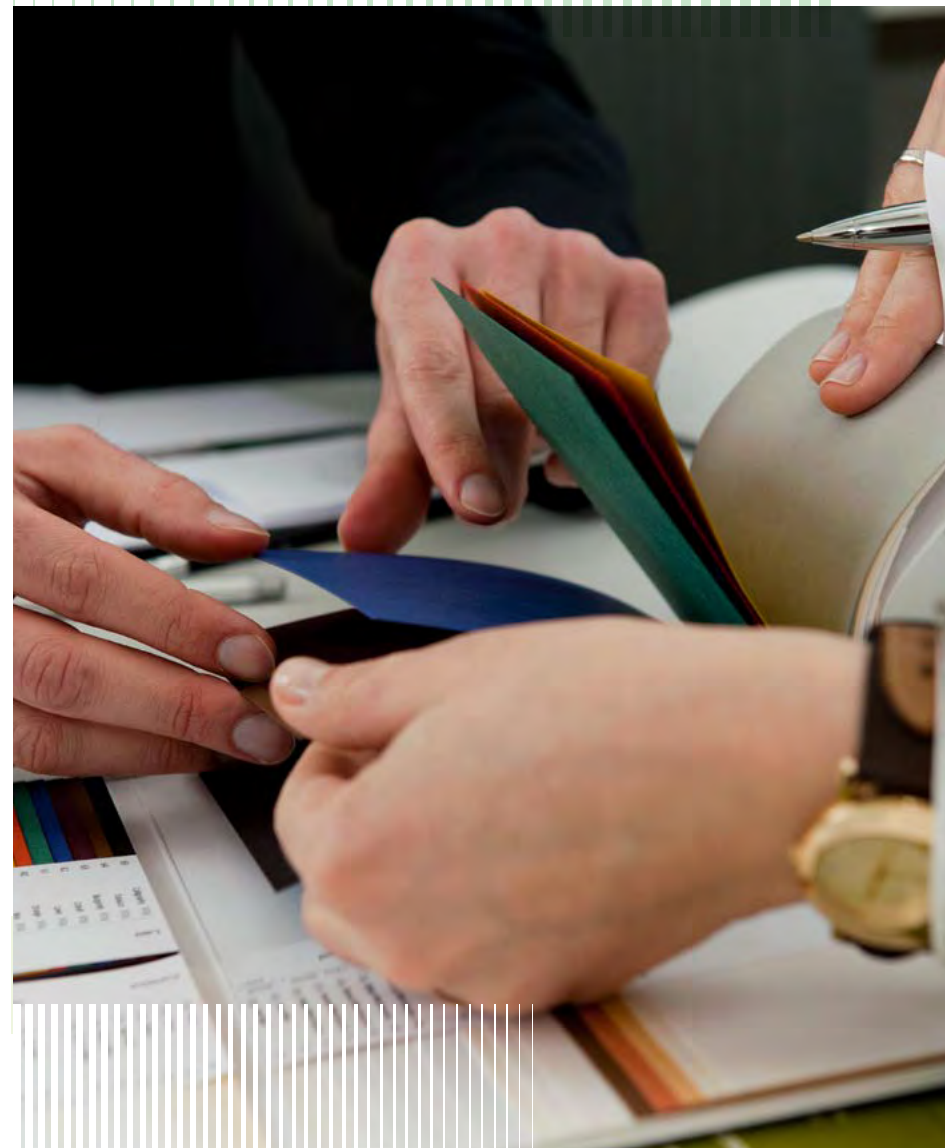
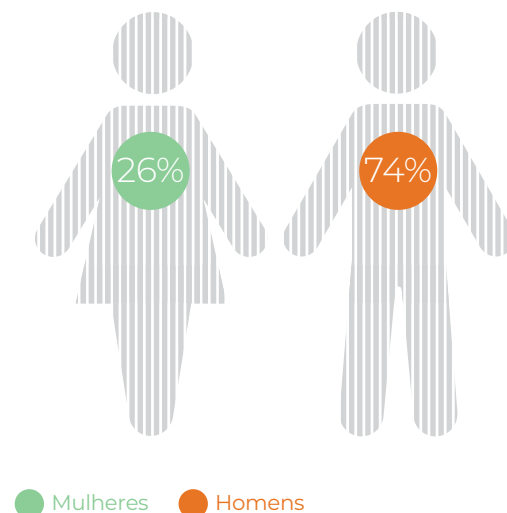
(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas: Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

Além da reestruturação da Inapa Deutschland, as variações nos restantes países baseiam-se em alterações na uniformização de conceitos e na reorganização das categorias funcionais, que são transversais a todas as empresas. Estas mudanças, iniciadas em 2022, foram amplamente divulgadas e uniformizadas no final de 2023.

Esta redefinição e organização de conceitos irá continuar em 2024 e possivelmente em 2025, o que sugere que poderão ocorrer mais ajustes e ligeiras alterações nos próximos anos.

Como mencionado anteriormente, este trabalho está a ser efetuado no âmbito da uniformização das práticas em todo o Grupo, e também no âmbito das ações definidas no plano de igualdade de género, nomeadamente na "Implementação de um sistema de análise e valorização de funções, procurando garantir critérios de valorização claros, objetivos e transparentes, de forma a respeitar o princípio (salário igual para trabalho igual ou de valor igual)".

Colaboradores na gestão do Grupo, por sexo



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – Igualdade de Género



Nos últimos anos foram estabelecidos pela liderança da Inapa diferentes objetivos e metas relacionadas com os ODS das Nações Unidas. Para o período de 2022-24 estabeleceu-se um objetivo relacionado com a promoção da paridade entre homens e mulheres em funções de gestão. Pretende-se que em 2023 e 2024, 40% das vagas de liderança¹ sejam preenchidas por elementos do género sub-representado.

Este ano o rácio do número de vagas de liderança preenchidas por membros do sexo sub-representado/vagas de liderança (%) ficou aquém da percentagem expectável, sendo apenas de 11%.

De um total global de 9 vagas em posições de liderança (1 mulher e 8 homens), apenas um país substituiu a vaga, igualmente por uma mulher, todas as restantes vagas, que corresponderam maioritariamente a saídas de homens, foram substituídas igualmente por homens.

Gender equality (% de vagas de liderança substituídas pelo sexo sub-representado)

Empresa	Headcount (jan 2023)		Total de vagas	Entradas		Saídas		Headcount (dez 2023)		Rácio
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
Portugal ²	13	26	2	0	2	0	1	13	27	0%
Inapa France	8	21	1	0	1	0	1	8	21	0%
Inapa Packaging (FR) ³	11	14	2	1	1	1	1	11	14	50%
Loos	2	1	0	0	0	0	0	2	1	0%
Korda	1	3	0	0	0	0	0	1	3	0%
Inapa Belgium	2	1	0	0	0	0	0	2	1	0%
Inapa ComPlott	0	6	1	0	1	0	0	0	7	0%
Inapa Deutschland	4	35	1	0	1	0	1	4	35	0%
Inapa Packaging (DE)	1	5	2	0	2	0	1	1	6	0%
Inapa Espanha	2	9	0	0	0	0	0	2	9	0%
Total	44	121	9	1	8	1	5	44	124	11%

Valores apenas para posições de liderança: Administração do Grupo; administração das empresas; diretores e gestores.
 Todas as saídas que não tiveram substituição de colaboradores, foram consideradas redução de headcount e não foram consideradas como vagas.
 (2) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.
 (3) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas: Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

(1) Posições de liderança incluem a administração do Grupo Inapa, as administrações das empresas do Grupo, diretores e gestores

Embora tenhamos como objetivo aumentar a paridade entre mulheres e homens em cargos de liderança, não fazemos discriminação nos processos de recrutamento ou nomeação interna. Adicionalmente, embora a nível global nos países e no Grupo, as mulheres serem o sexo sub-representado, em alguns países há áreas em que os homens em cargos de liderança estão em número inferior às mulheres. Essa desigualdade também é considerada em caso de vagas, recrutamento ou nomeação.

Desta forma, mantemos o objetivo anteriormente definido para 2024:

5.5. Igualdade de género

Objetivos	2023	2024
Promover a paridade entre homens e mulheres em posições de liderança ¹ – 40% das vagas de liderança serão preenchidas por membros do sexo sub-representado	40%	40%
Concretização	11%	
Unidade de medida: Número de vagas de liderança preenchidas por membros do sexo sub-representado/vagas de liderança (%)		
<small>(1) Valores apenas para posições de liderança: Administração do Grupo; Administração das empresas; diretores e gestores.</small>		

Rotatividade de colaboradores no Grupo

As aquisições e reestruturações realizadas na Alemanha, bem como pequenas reorganizações em outros países, contribuíram para alterações na taxa de rotatividade de um ano para o outro. Em 2023, a taxa de rotatividade global foi de 19%, o que representa um aumento em relação ao ano anterior (13%). Este aumento na taxa de rotatividade esteve diretamente relacionado com a reestruturação da Inapa Deutschland, que resultou numa redução significativa no número de colaboradores. Este ano, a taxa de rotatividade foi calculada utilizando a média simplificada².

Taxa de rotatividade de colaboradores no Grupo, por sexo e faixa etária

Critério	Número de saídas			Taxa de rotatividade		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Total	259	217	300	16%	13%	19%
Por sexo						
Mulheres	82	76	123	15%	14%	23%
Homens	177	141	177	16%	13%	17%
Por faixa etária						
<30 anos	22	42	49	18%	24%	31%
30-50 anos	110	82	122	15%	12%	18%
>50 anos	127	93	129	16%	12%	18%

A taxa de rotatividade é calculada pela divisão do número de colaboradores que saem durante o período do relatório pelo número total de colaboradores no final do período do relatório. Para 2023 a taxa foi calculada com a média simplificada de colaboradores ao longo do ano, em todos os países, para identificarmos a variação do ano, devido à redução elevada de headcounts na Alemanha.

(2) (Total de colaboradores ano n-1 + total de colaboradores ano n)/2

Os países que mais se destacam pela sua influência na taxa de rotatividade são a França, com particular ênfase na Loos (empresa recém-adquirida pelo Grupo), na Inapa France e na Inapa Packaging FR, e, de forma ainda mais pronunciada para o ano de 2023, a Alemanha, especialmente na Inapa Deutschland, devido à reestruturação iniciada em 2022, que teve um impacto significativo na redução do número de colaboradores ao longo do ano de 2023.

Em França, para além da aquisição da empresa Loos, também se registou uma elevada taxa de rotatividade na Inapa France, refletindo

as transformações no mercado de trabalho e nas relações laborais. Foi um ano marcado por diversos motivos para as saídas dos colaboradores, incluindo reformas, demissões por justa causa, negociações e rescisões contratuais.

Paralelamente foram criados sete novos cargos relacionados com o desenvolvimento de novos negócios, impulsionando o crescimento da organização e das operações após a implementação do SAP no início de 2023.

Os quadros seguintes mostram os números de entradas, saídas a taxa de rotatividade no Grupo.

Com maior detalhe, observamos, no quadro ao lado, as novas entradas por empresa, proporcionando uma compreensão mais aprofundada da análise realizada anteriormente.

Entradas de colaboradores no Grupo, por sexo e faixa etária

	2021	2022	2023	Varição 22/23
Total	103	158	140	-11%
Por sexo				
Mulheres	45	57	71	25%
Homens	58	101	69	-32%
Por faixa etária				
<30 anos	19	58	39	-33%
30-50 anos	64	76	77	1%
>50 anos	20	24	24	0%

Entradas de colaboradores no Grupo, por empresa

Empresa	Homens	Mulheres	Total
Portugal ¹	12	10	22
Inapa France	5	18	23
Inapa Packaging (FR) ²	13	13	26
Loos	2	2	4
Korda	0	0	0
Inapa Belgium	2	1	3
Inapa ComPlott	7	4	11
Inapa Deutschland	22	18	40
Inapa Packaging (DE)	5	4	9
Inapa España	1	1	2
Total	69	71	140

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas: Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

Saída de colaboradores no Grupo, por sexo e faixa etária

	2021	2022	2023	Varição 22/23
Total	259	217	300	38%
Por sexo				
Mulheres	82	76	123	62%
Homens	177	141	177	26%
Por faixa etária				
<30 anos	22	42	49	17%
30-50 anos	110	82	122	49%
>50 anos	127	93	129	39%

Para atrair novos colaboradores, a Inapa investe no *employer branding* através da participação em feiras de emprego e fóruns escolares. No contexto da retenção de talento, as empresas estão focadas em manter os colaboradores envolvidos, oferecendo-lhes boas condições de trabalho, programas de desenvolvimento profissional, iniciativas de bem-estar e promovendo um equilíbrio saudável entre a vida pessoal e profissional.

A motivação dos colaboradores é fomentada através da criação de um ambiente organizacional equilibrado, com algumas empresas a privilegiarem o trabalho remoto. Assegurar um propósito significativo para a missão de cada colaborador é uma prioridade constante, assim como o desenvolvimento de um ambiente de trabalho sereno e agradável. Algumas empresas também proporcionam oportunidades para melhorar o bem-estar físico

dos colaboradores, como aulas de ginástica e ioga nas suas instalações.

Outras estratégias de atração de talentos incluem: parcerias com numerosos intervenientes no mercado de trabalho a nível nacional e local, assim como como agências de trabalho temporário e associações de empregadores.

No contexto do Grupo e no âmbito do relatório de Igualdade de Género, estão planeados projetos que visam uma melhor compreensão do papel de todos os colaboradores na organização. Alguns países, como a França, já iniciaram a implementação deste tipo de projetos.

Variação de colaboradores por sexo

A Variação, da percentagem de mulheres sobre o total de colaboradores, de 2022 para 2023 foi de 2,1%. Enquanto que, a variação, da percentagem de homens sobre o total de colaboradores, no mesmo período, foi de 1,5%.*

Com algumas exceções, na maioria dos países, a proporção de entradas e saídas de mulheres e homens é idêntica. No entanto, observa-se uma proeminência de saídas de homens, o que se reflete nas percentagens anteriormente apresentadas, bem como no quadro seguinte.

Colaboradores, por sexo



● Mulheres ● Homens

Proporcional de entradas e saídas por sexo

	Entradas	Saídas
Mulheres	51%	42%
Homens	49%	58%

Adicionalmente, ao contrário do ano anterior, em 2023 houve um pequeno decréscimo de entradas de colaboradores com idade inferior a 30 anos.

(*). Verificar tabela de composição da equipa, por sexo e faixa etária

Proteção da maternidade e paternidade e assistência familiar

Tal como mencionado nos nossos relatórios anteriores, a proteção da maternidade e paternidade, não só é um direito dos colaboradores, mas também é parte integrante dos procedimentos que possibilitam um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, sendo um elemento fundamental para atrair jovens talentos qualificados.

Nas empresas do Grupo Inapa, é garantido que todos os colaboradores que regressam de uma licença parental assumem as suas funções anteriores ou uma função equivalente, mesmo quando são temporariamente substituídos durante a sua ausência. No entanto, em comparação com os anos anteriores, observamos uma ligeira diminuição na taxa de regresso ao trabalho.

No ano passado, em Portugal, todos os colaboradores que tiraram licença parental, regressaram nesse ano. Na Alemanha, país com a maior operação do Grupo, registou-se o maior número de licenças de maternidade e paternidade. Neste país, a licença parental é superior a um ano e pode estender-se até três anos ou mais, tornando-se difícil determinar com precisão a percentagem de colaboradores que gozaram a licença e regressaram no mesmo ano.

Taxa de regresso ao trabalho, por sexo

	Número de colaboradores			Peso por colaborador %		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Total	27	28	18	47%	57%	42%
Por sexo						
Mulheres	16	13	7	42%	46%	39%
Homens	11	15	11	58%	54%	61%

Licença parental e regresso

	Número de colaboradores			Quota feminina			Quota masculina		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Colaboradores com direito a licença parental	1 639	1 616	1 466	34%	34%	35%	66%	66%	65%
Colaboradores que tiraram licença parental durante o período abrangido pelo relatório	57	49	43	67%	69%	67%	33%	31%	33%
Colaboradores que regressaram ao trabalho depois de gozarem licença parental	27	28	18	59%	46%	39%	41%	54%	61%
Colaboradores que ainda estavam contratados 12 após o seu regresso de licença parental	13	24	25	31%	33%	40%	69%	67%	60%

A taxa de regresso ao trabalho é calculada da seguinte forma: (n.º de trabalhadores que regressam ao trabalho após licença parental)/(n.º total de colaboradores que tiraram licença parental durante o período abrangido pelo relatório).

Entre 2021 e 2023, houve uma diminuição de 12% no número de colaboradores que tiraram licença parental. Durante esse período, em média, cerca de 49% dos colaboradores que tiraram licença durante esses anos regressaram ao trabalho

após o término da licença parental. Isso indica que alguns colaboradores que tiraram licença em 2022, 2023 e até mesmo em 2021 em alguns países ainda não regressaram à empresa.

Igualdade salarial

Em algumas operações da Inapa, como na Alemanha, França e Espanha, as empresas são membros das associações patronais e estão vinculadas por acordos coletivos de trabalho, garantindo um sistema com base na confiança, respeito e justiça. Os acordos coletivos estabelecem o compromisso em relação à remuneração dos colaboradores.

Total de colaboradores cobertos por acordos coletivos ou outro tipo de acordos de negociação

Empresa	N.º de empregados cobertos por acordos coletivos	Headcounts	Rácio
Portugal ¹	0	196	0%
Inapa France	188	188	100%
Inapa Packaging (FR) ²	112	112	100%
Loos	0	0	0%
Korda	0	35	0%
Inapa Belgium	24	24	100%
Inapa ComPlott	0	67	0%
Inapa Deutschland	619	717	86%
Inapa Packaging (DE)	14	37	38%
Inapa Espanha	52	52	100%

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A. (excluindo comissão executiva e não executiva); Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas: Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

Nos restantes países, a definição da remuneração é feita através de uma comparação com o mercado tentando-se manter o equilíbrio na equidade interna.

Considerando as disparidades entre os diversos países e o grande número de categorias salariais existentes, torna-se difícil – ou até mesmo impossível – realizar uma comparação direta dos rendimentos entre mulheres e homens.

Além disso, uma análise global de todas as empresas não é viável, uma vez que muitos países têm uma representação reduzida de mulheres e/ou homens em certos cargos ou optam por não reportar dados por questões de confidencialidade.

O quadro seguinte dá-nos uma visão geral da proporção do salário base das mulheres em comparação com o salário base dos homens.

Rácio proporcional da remuneração base de mulheres vs. homens, por categoria e empresa

Empresa	Diretor/Head		Gestor		Outros grupos	
	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística
Portugal ¹	78%	(-) ¹	(-) ³	(-) ²	47%	(-) ²
Inapa France	75%	n.a	101%	n.a	91%	(-) ²
Inapa Packaging (FR) ²	n.a	n.a	85%	(-) ²	85%	98%
Loos	141%	n.a	n.a	n.a	42%	(-) ²
Korda	(-) ²	n.a	n.a	n.a	214%	n.a
Inapa Belgium	n.a	n.a	(-) ⁴	n.a	92%	(-) ²
Inapa ComPlott	(-) ²	n.a	(-) ²	n.a	70%	(-) ²
Inapa Deutschland	94%	n.a	(-) ²	n.a	93%	100%
Inapa Packaging (DE)	n.a	n.a	121%	n.a	81%	(-) ³
Inapa Espanha	(-) ⁴	(-) ⁴	(-) ²	n.a	69%	(-) ²

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa Portugal, Inapa Shared Center, Inapa Packaging e Inapa Comunicação Visual. Excluiu-se a administração do Grupo (comissão executiva e não executiva).

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

(-)¹ Razões de Privacidade (1 *Headcount*)

(-)² Nenhuma Mulher a este nível hierárquico

(-)³ Nenhum Homem a este nível hierárquico

(-)⁴ Baixo *Headcount*

No quadro apresentado na página anterior observamos um relativo equilíbrio nos rácios apresentados, com exceção de algumas empresas como as portuguesas, a Inapa Espanha e a Loos que, em “outras categorias”, têm rácios de salário proporcional das mulheres fase aos homens abaixo de 80%, indicando uma disparidade significativa onde as mulheres

ganham consideravelmente menos do que os homens. O mesmo padrão é observado ao analisar os rácios da remuneração total nessas empresas, como demonstrado no gráfico seguinte. É importante referir que a Loos entrou para o Grupo no final de 2022 e ainda está em processo de uniformização de práticas.

No geral, os números apresentados não refletem discriminação de remuneração de mulheres em relação aos homens. No entanto, cada vez mais, o Grupo está a trabalhar no sentido de entender melhor os rácios menos bons, por forma a obter uma maior paridade entre as remunerações, carreira, crescimento e desenvolvimento, de mulheres e homens a nível do Grupo.

Rácio proporcional da remuneração total de mulheres vs. homens, por categoria e empresa

Empresa	Diretor/Head		Gestor		Outros grupos	
	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística
Portugal ¹	74%	(-) ¹	(-) ³	(-) ²	66%	(-) ²
Inapa France	78%	n.a	108%	n.a	86%	(-) ²
Inapa Packaging (FR) ²	n.a	n.a	66%	(-) ²	99,8%	98%
Loos	48%	n.a	n.a	n.a	29%	(-) ²
Korda	(-) ²	n.a	n.a	n.a	186%	n.a
Inapa Belgium	n.a	n.a	(-) ⁴	n.a	91,9%	(-) ²
Inapa ComPlott	(-) ²	n.a	(-) ²	n.a	64%	(-) ²
Inapa Deutschland	94%	n.a	(-) ²	n.a	95%	88%
Inapa Packaging (DE)	n.a	n.a	117%	n.a	82%	(-) ³
Inapa Espanha	(-) ⁴	(-) ⁴	(-) ²	n.a	68%	(-) ²

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa Portugal, Inapa Shared Center, Inapa Packaging e Inapa Comunicação Visual. Excluiu-se a administração do Grupo (comissão executiva e não executiva).

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

(-)¹ Razões de Privacidade (1 *Headcount*)

(-)² Nenhuma Mulher a este nível hierárquico

(-)³ Nenhum Homem a este nível hierárquico

(-)⁴ Baixo *Headcount*



Neste relatório apresentamos os valores salariais por categoria funcional, um conceito que temos vindo a desenvolver desde 2022 e que está progressivamente a ganhar destaque, embora em alguns países, como Alemanha, Turquia e Bélgica, a transição está ainda em curso, não havendo uma organização precisa da informação dentro destas categorias, tal como vemos no quadro seguinte.

Rácio proporcional da remuneração base, de mulheres vs. homens, por grupo funcional e empresa

Empresa	Gestão de topo		Diretor/Head		Gestor		Coordenador/Especialista		Técnico/Team Leader		Suporte Administrativo		Operacionais/Administrativos	
	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística
Portugal ¹	(-) ²	n.a	78%	(-) ¹	(-) ¹	(-) ²	22%	(-) ²	94%	n.a	(-) ³	n.a	106%	57%
Inapa France	(-) ²	n.a	75%	n.a	101%	n.a	n.a	n.a	89%	(-) ²	88%	(-) ²	96%	(-) ²
Inapa Packaging (FR) ²	(-) ¹	n.a	n.a	n.a	85%	(-) ²	n.a	n.a	94%	n.a	107%	n.a	n.a	98%
Loos	n.a	n.a	141%	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	(-) ²	n.a	106%	n.a	n.a	(-) ²
Korda	(-) ¹	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	214%	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Inapa Belgium	(-) ¹	n.a	n.a	n.a	(-) ⁴	n.a	92%	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	(-) ²
Inapa ComPlott	n.a	n.a	(-) ²	n.a	(-) ²	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	70%	(-) ²
Inapa Deutschland	(-) ²	n.a	94%	n.a	(-) ²	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	93%	100%
Inapa Packaging (DE)	(-) ²	n.a	n.a	n.a	121%	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	81%	(-) ³
Inapa España	(-) ²	n.a	(-) ⁴	(-) ⁴	(-) ²	n.a	(-) ⁴	(-) ⁴	69%	n.a	n.a	(-) ²	(-) ⁴	(-) ²

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa Portugal, Inapa Shared Center, Inapa Packaging e Inapa Comunicação Visual. Excluiu-se a administração do Grupo (comissão executiva e não executiva).

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

(-)¹ Razões de Privacidade (1 Headcount)

(-)² Nenhuma Mulher a este nível hierárquico

(-)³ Nenhum Homem a este nível hierárquico

(-)⁴ Baixo Headcount

Rácio proporcional da remuneração total, de mulheres vs. homens, por grupo funcional e empresa

Empresa	Gestão de topo		Diretor/Head		Gestor		Coordenador/Especialista		Técnico/Team Leader		Suporte Administrativo		Operacionais/Administrativos	
	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística	Escritório	Logística
Portugal ¹	(-) ²	n.a	78%	(-) ¹	(-) ¹	(-) ²	22%	(-) ²	83%	n.a	(-) ³	n.a	104%	57%
Inapa France	(-) ²	n.a	78%	n.a	108%	n.a	n.a	n.a	87%	(-) ²	79%	(-) ²	96%	(-) ²
Inapa Packaging (FR) ²	(-) ¹	n.a	n.a	n.a	66%	(-) ²	n.a	n.a	43%	n.a	107%	n.a	n.a	98%
Loos	n.a	n.a	48%	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	(-) ²	n.a	57%	n.a	n.a	(-) ²
Korda	(-) ¹	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	186%	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Inapa Belgium	(-) ¹	n.a	n.a	n.a	(-) ⁴	n.a	91,9%	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	(-) ²
Inapa ComPlott	n.a	n.a	(-) ²	n.a	(-) ²	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	64%	(-) ²
Inapa Deutschland	(-) ²	n.a	84%	n.a	(-) ²	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	95%	88%
Inapa Packaging (DE)	(-) ²	n.a	n.a	n.a	117%	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	82%	(-) ³
Inapa España	(-) ²	n.a	(-) ⁴	(-) ⁴	(-) ²	n.a	(-) ⁴	n.a	68%	n.a	n.a	(-) ²	(-) ⁴	(-) ²

Não é feita a análise salarial da Administração do Grupo uma vez que já reportada nos capítulos anteriores.

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa Portugal, Inapa Shared Center, Inapa Packaging e Inapa Comunicação Visual. Excluiu-se a administração do Grupo (comissão executiva e não executiva).

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

(-)¹ Razões de Privacidade (1 *Headcount*)

(-)² Nenhuma Mulher a este nível hierárquico

(-)³ Nenhum Homem a este nível hierárquico

(-)⁴ Baixo *Headcount*

Como padrão, todos os administradores e gestores com salários não tabelados são remunerados com base num modelo que considera as suas responsabilidades pelas receitas e o seu nível de liderança. Esta regulamentação é aplicada de forma independente do sexo, género, idade, origem, identidade sexual, ideologia, religião ou quaisquer outras diferenças entre colaboradores.

No Grupo Inapa, os diretores e outros responsáveis de departamentos (*heads*) são categorizados como gestores seniores, excluindo-se a administração das empresas e do Grupo (comissão executiva e não executiva), bem como a gestão intermédia.



Para efeitos de comparação salarial, é importante mencionar que todos os gestores seniores na Inapa são considerados gestores "locais", uma vez que definimos como "local" todos os países onde a Inapa tem presença geográfica e operações significativas. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos gestores seniores nas diferentes empresas.

Proporção de gestores seniores provenientes das comunidades locais

Empresa	N.º de gestores seniores	Da comunidade local	Rácio de gestores seniores locais
Portugal ¹	18	18	100%
Inapa France	8	8	100%
Inapa Packaging (FR) ²	0	0	0%
Loos	3	3	100%
Korda	3	3	100%
Inapa Belgium	0	0	0%
Inapa ComPlott	2	2	100%
Inapa Deutschland	19	19	100%
Inapa Packaging (DE)	0	0	0%
Inapa Espanha	7	7	100%

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

Benefícios para os trabalhadores e as suas famílias

Por norma, o Grupo Inapa assegura que os colaboradores com salários mais baixos recebam uma remuneração superior ao salário mínimo legal das respetivas localidades, com base no seu desempenho.

Embora nem todos os países tenham um valor mínimo internamente definido ou padronizado, existe um patamar mínimo estabelecido, mesmo que de forma informal, para manter a equidade interna.

Quando existem acordos coletivos nas empresas, estes estabelecem o salário mínimo como ponto de partida da remuneração para as diferentes funções. Caso não haja tal acordo, o nível mínimo é determinado internamente, tendo em conta os valores de mercado de cada país para as funções em questão.

Nos países com operações do Grupo Inapa onde o salário mínimo é estipulado, os salários propostos inicialmente são superiores a esse valor, proporcionando aos colaboradores em funções mais básicas uma remuneração superior ao salário mínimo local, de acordo com o seu desempenho.

Rácio entre o salário normal de entrada e o salário mínimo legal

Empresa	Escritório	Logística
Portugal ¹	107%	103%
Inapa France	109%	102%
Inapa Packaging (FR) ²	106%	100%
Loos	106%	100%
Korda	100%	100%
Inapa Belgium	125%	106%
Inapa ComPlott	135%	112%
Inapa Deutschland	126%	124%
Inapa Packaging (DE)	116%	103%
Inapa Espanha	(-) ¹	(-) ¹

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

(-)¹ Sem salários de entrada normalizados em Espanha.

A par dos habituais benefícios sociais estatutários específicos do país, as empresas do Grupo oferecem incentivos adicionais, nomeadamente prestações pecuniárias variáveis pagas com base no desempenho pessoal extraordinário e no alcance de objetivos estabelecidos.



A tabela seguinte ilustra os benefícios específicos atribuídos aos colaboradores a tempo integral, por categoria, que não são concedidos aos colaboradores contratados a termo ou com contratos a tempo parcial, em várias operações do Grupo.

Distribuição de benefícios por tipologia de contrato

Empresa	Benefícios garantidos – Colaboradores a tempo inteiro								Benefícios garantidos – Colaboradores a termo certo/ <i>part-time</i>							
	Seguro de vida	Seguro de saúde	Proteção de defic. e incapac.	Licença parental	Esquema de pensão	Particip. em ações	Bónus	Outros benef.	Seguro de vida	Seguro de saúde	Proteção de defic. e incapac.	Licença parental	Esquema de pensão	Particip. em ações	Bónus	Outros benef.
Portugal ¹	X	X	-	X	-	-	X	-	-	X	X	X	-	-	-	-
Inapa France ²	-	X	X	X	X	-	X	X	X	-	-	-	-	X	-	-
Inapa Packaging (FR) ³	-	X	X	X	X	-	X	X	X	-	-	-	-	X	-	-
Loos	X	-	-	X	-	-	-	-	-	X	X	-	X	X	X	X
Korda	-	X	X	X	-	-	X	-	X	X	X	X	X	-	X	X
Inapa Belgium	X	-	X	X	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	X	X
Inapa ComPlott	X	X	-	X	X	-	X	X	-	-	X	-	-	X	-	-
Inapa Deutschland	X	X	-	X	X	-	X	X	-	-	X	-	-	X	-	-
Inapa Packaging (DE)	X	X	-	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-
Inapa España	-	-	-	X	-	-	X	-	X	X	X	-	X	X	-	X

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

(2) A Inapa France dá, aos colaboradores em regime de *part-time*, os mesmos benefícios que aos colaboradores a tempo inteiro, dando benefícios diferentes aos colaboradores a termo certo.

(3) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

Diálogo aberto

No último ano, a Inapa não alterou a sua política de diálogo construtivo e cooperativo com os seus colaboradores e respetivos órgãos representativos, continuando a observar, rigorosamente, todos os prazos legais de notificação em todas as matérias relativas aos representantes dos trabalhadores.

Uma vez que os regulamentos legais nacionais não estabelecem prazos específicos, esforçamo-nos por disponibilizar informações oportunas a fim de conferir aos representantes dos trabalhadores a oportunidade de se prepararem adequadamente para o diálogo.

O período característico de aviso prévio para colaboradores e para os seus representantes, relativamente a mudanças operacionais significativas que poderão afetá-los fundamentalmente, é entre duas semanas (França, Bélgica e Espanha), quatro semanas (Turquia), e oito semanas (Portugal). Em países como a França, Alemanha e Espanha, os acordos de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional fazem-se com os sindicatos de colaboradores, e/ou com os representantes dos colaboradores.

Comité de gestão de saúde e segurança ocupacional

Comité de sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	Nível	% Colaboradores representados pelo Comité
Portugal ⁽¹⁾	Regional	100%
Inapa France	Local e Global	100%
Inapa Packaging (FR) ⁽²⁾	Regional	(3)
Loos	Regional	(3)
Korda	Regional	0%
Inapa Belgium	Regional	(3)
Inapa ComPlott	Regional	100%
Inapa Deutschland	Local e Global	100%
Inapa Packaging (DE)	Regional	100%
Inapa España	Regional	100%

- (1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.
 (2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.
 (3) Não foram reportadas percentagens.



Serviços englobados nos Acordos de Regionais e Locais dos Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional

Empresa	Acordos globais							Acordos locais		
	Equipamento de proteção pessoal	Comités de colaboradores – empresa para segurança e saúde no trabalho	Representantes dos colaboradores, em assuntos de saúde e segurança no trabalho, em inspeções, auditorias e peritagem de acidentes	Formação e educação contínua	Procedimentos de queixas	Direitos legais para recusar trabalho que não é considerado seguro	Inspeções regulares	Adesão às estipulações da Direção Internacional do Trabalho (International Labour Organisation – ILO)	Medidas e procedimentos para a resolução de problemas	Obrigações relativas a normas de gestão predefinidas ou aos níveis operacionais a aplicar
Portugal ¹	X	X	X	X			X	X	-	-
Inapa France	X		X	X				X		
Inapa Packaging (FR) ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Loos	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Korda	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Inapa Belgium	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inapa ComPlott	X	X	X	X	X	X	X			
Inapa Deutschland	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Inapa Packaging (DE)	X	X	X	X	X	X	X			
Inapa España	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-

(1) Portugal inclui as empresas: Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.; Inapa Shared Center; Inapa Packaging; Inapa Comunicação Visual e Inapa Portugal.

(2) A Inapa Packaging (FR) inclui as empresas Inapa Packaging, Semaq e Embaltec.

2. Desenvolvimento dos Colaboradores

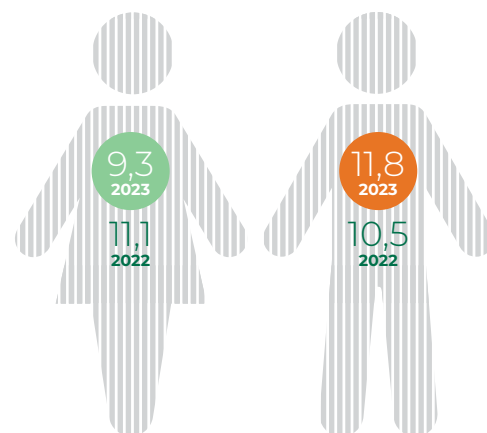
O nível de educação, conhecimento e competências é uma preocupação transversal no Grupo Inapa. No entanto, em determinados anos, devido a questões internas, nem sempre é viável proporcionar a formação e o desenvolvimento necessários aos colaboradores.

Em 2023, devido à reestruturação na maior operação do Grupo (Alemanha) e à implementação do sistema SAP em França (nomeadamente na Inapa France), a formação concentrou-se principalmente na capacitação de utilizadores-chave na ferramenta SAP, resultando numa redução do número de colaboradores a receber formação.

Formação e educação contínua – Horas de formação por sexo

Empresa	N.º de colaboradores a receber formação				Total de horas de programas de formação				Média de horas de formação e educação contínua por colaborador			
	2021	2022	2023	+/-	2021	2022	2023	+/-	2021	2022	2023	+/-
Mulheres	239	399	201	-50%	2 621	4 448	1 866	-58%	11,0	11,1	9,3	-17%
Homens	444	651	442	-32%	5 244	6 855	5 204	-24%	11,8	10,5	11,8	12%
TOTAL	683	1 050	643	-39%	7 865	11 303	7 070	-37%	4,2	11,5	11,0	-5%

Média de horas de formação, por formando e por sexo



● Mulheres ● Homens

Sendo a Alemanha a maior operação do Grupo, a redução no número de colaboradores que receberam formação (cerca de menos 45%) teve um impacto considerável nos números globais do Grupo. Dos 442 homens que receberam formação, 217 são colaboradores da Alemanha, e das 201 colaboradoras que receberam formação, 91 estão na Alemanha. Os restantes formandos distribuem-se pelos outros países, exceto Bélgica e Turquia onde não houve, este ano, esforços de formação.

No entanto, outros países também contribuíram para esta redução no número de formandos. Devido aos esforços concentrados na implementação do SAP, realizada em 2023, França teve uma redução de 81% no número de colaboradores que receberam formação. Da mesma forma, embora em menor escala, Espanha teve também uma redução de 34% no número de colaboradores que receberam formação.

O número de horas de formação também registou uma redução superior a 1 500 horas na Alemanha e em França, e uma redução superior a 400 horas em Espanha. Por outro lado, Portugal viu um aumento de 9% no número de formandos, duplicando o total de horas de formação de 527 para 1 144 horas por ano.

Como evidenciado, a formação ainda não é um processo uniforme em todo o Grupo, havendo países que mantêm um plano de formação estável, como é o caso da França, com uma oferta formativa centrada em três eixos principais (com base em necessidades expressas ao nível da empresa, ao nível do departamento ou individualmente através de levantamentos de necessidades e entrevistas profissionais). Na Alemanha, os esforços têm sido direcionados para uniformizar a cultura e os valores da empresa após a unificação, com ênfase na formação comportamental e de liderança. Em Portugal, foi elaborado um plano de formação para 2024 após um levantamento abrangente das necessidades de formação em todas as áreas, com o apoio dos gestores e avaliações internas de competências.

Há uma preocupação geral do Grupo em organizar os horários de formação de acordo com o horário laboral dos colaboradores, sempre que possível.

No que diz respeito ao tipo de formação que foi ministrada, muito dos programas e sessões visaram o desenvolvimento de competência específicas, comportamentais e técnicas nos colaboradores do Grupo.

O quadro seguinte mostra os tipos de programas efetuados pelas empresas do Grupo para o desenvolvimento de competências dos colaboradores bem como programas de assistência ao nível profissional dos colaboradores.

No que diz respeito a formação de direitos humanos, todos os colaboradores são informados sobre o Código de Conduta da Inapa, incluindo o compromisso da empresa com os Direitos Humanos e do Trabalho.

Tipo de formação efetuada no Grupo

Programas de assistência à transição

Programa de preparação da reforma (pré-reforma) através de formação e webinars – França e Alemanha

Planos de apoio na rescisão dos contratos de trabalho (*Severance Plans*) – quase todos os países.

Tipo e âmbito dos programas implementados e assistência prestada para o desenvolvimento de competências

Principais Programas de Desenvolvimento implementados:

Alemanha

- Licença de condução
- Formação de proteção contra incêndios
- Formação em excel
- *Fit for Future* (desenvolvimento de colaboradores juniores e de colaboradores com apetência de crescimento para determinadas funções)
- *Workshops Future@Inapa*
- Formação em saúde e segurança no trabalho
- Formação HP/Formação Roland (máquinas específicas do negócio da ComPlott)
- Formação sobre Reciclagem
- IOS - *Inapa Ordering System*
- Jornada de liderança (formação para gestores)
- Formações *Pepee Webshop*
- Formação sobre papel (sobretudo para os aprendizes estudantes)
- Formação SAP
- Formação de produtos (Packaging/ComPlott/Inapa Deutschland)
- Formação em armazém de empilhadoras (*Forklift Truck*)

Espanha

- Curso de condução segura
- Formação de *onboarding* para novos colaboradores
- Curso de formação de condução de empilhadoras elevatórias

França

- SAP
- Webinars

Portugal

- Diversidade e inclusão
- Competências de liderança
- Formação de segurança no trabalho (equipas de emergência, condução de empilhadoras, trabalhos em altura)
- Formações de produto

3. Promoção do Bem-estar Laboral



A formação e o comportamento dos colaboradores desempenham um papel crucial na redução de acidentes nos locais de trabalho.

O cumprimento das normas de segurança do trabalho é continuamente monitorizado e são promovidas condições de trabalho seguras e favoráveis para todos os colaboradores.

Na maioria das empresas do Grupo foram estabelecidos comités de segurança no trabalho, os quais, com a colaboração de especialistas externos, desenvolvem programas com medidas específicas para o local de trabalho e monitorizam a sua implementação. Adicionalmente, são oferecidas formações aos colaboradores e são realizadas ações preventivas para evitar acidentes de trabalho.

Em 2023, registou-se um aumento de 6 acidentes de trabalho em quase todos os países, incluindo a Alemanha (Packaging), Portugal, França (Packaging e Loos) e Bélgica. No entanto, houve uma redução significativa no número de acidentes na Alemanha, especialmente na Inapa Deutschland.

Os números apresentados abrangem diversos tipos de acidentes de trabalho, tendo existido apenas 2 acidentes de percurso (Alemanha).

A maioria dos ferimentos foram contusões, hematomas, lesões por esforço, lesão por estiramento, e ferimentos com cortes profundos e ligeiros. Em 2023 não existiram acidentes graves nem fatalidades.

Em 2022, a redução de acidentes em Portugal, atribui-se às várias medidas implementadas pelo novo responsável operacional do armazém da Inapa Portugal, muitas delas inexistentes até à data, devido à falta de recursos. Destacamos, em seguida, algumas dessas medidas:

- Briefings diários para medição e avaliação dos acidentes de trabalho e das medidas de segurança;
- Redução da velocidade das máquinas de 16 Km/h para 10 Km/h;
- Reorganização do layout do armazém, com restrições para armazenamento e circulação de peões;
- Reestruturação de layout para melhorar a visibilidade;
- Utilização de Walkie-talkies para comunicação no armazém;
- Reforço da sinalização para a circulação de carga e pedestres.

Na Inapa Packaging Portugal também foram introduzidas novas medidas de segurança,

incluindo novas regras de utilização das máquinas de corte elétricas.

Em 2023, em Portugal, os acidentes foram ligeiros, como entorses e esforços que agravaram condições de saúde pré-existentes, até então desconhecidas, não estando diretamente relacionados com condições de trabalho deficitárias. É, no entanto, visível, a necessidade de reforçar as ações de formação e sensibilização, sendo este um dos objetivos para 2024.

Em 2021, a Inapa Deutschland formou um Gabinete de Saúde e Segurança Ocupacional para centralizar o reporte de acidentes e aprimorar a gestão e prevenção dos mesmos, uma tarefa anteriormente conduzida de forma independente pelas diferentes empresas (Papier Union e Papyrus) antes da fusão. A criação deste gabinete tornou o reporte de acidentes mais rigoroso, reduzindo a margem para falhas. Como resultado, todos os acidentes passaram a ser reportados em 2021, resultando num aumento de número de acidentes nesse ano, visto que, até à data, a informação ficava perdida entre empresas.

Por outro lado, o novo gabinete de segurança e o gestor contratado para a sua coordenação viajam, pelas várias regiões realizando ações de formação para gestores e colaboradores, aumentando a

sensibilização para estes temas. Como resultado destas medidas, houve uma redução do número de acidentes, nomeadamente nas antigas instalações da Papier Union, devido à formação e esclarecimento sobre prevenção de acidentes. Estas ações provaram ser eficazes em 2022 e mantiveram a sua eficácia em 2023. Sendo a Inapa Deutschland a maior operação do Grupo, registou-se uma redução de 3 acidentes neste ano face ao ano anterior.

Noutras empresas – como a Inapa France –, aumentaram-se as ações preventivas em termos de gestos e postura. Foi implementado um período dedicado à segurança para os colaboradores do armazém. Em situações de conflito interno, recorre-se a um médico do trabalho que desempenha um papel de mediador para promover a compreensão entre as partes e um ambiente de trabalho pacífico. Adicionalmente, todos os anos é ministrada formação de prevenção, alertando para os riscos de acidentes de trabalho, tanto nas áreas logísticas (armazéns) como nos escritórios.

Por outro lado, empresas como a Inapa Packaging necessitam de reforçar as medidas de sensibilização e formação dos colaboradores, entre outras ações, para que o número de acidentes de trabalho entre numa curva decrescente.

Em 2023, além de um aumento no número de acidentes de trabalho, outras variáveis condicionaram os valores da taxa de incidência de acidentes de trabalho no Grupo. Esta taxa é calculada como a proporção do número de acidentes de trabalho em relação ao total de colaboradores e trabalhadores cuja responsabilidade é da Organização, no final do ano em questão, multiplicado por mil trabalhadores. A rotatividade do grupo, adicionada à reestruturação na Alemanha, que contribuiu para uma redução num curto espaço de tempo de cerca de 174 pessoas no número total de colaboradores, juntamente com o aumento de acidentes, colocou esta taxa perto dos valores de 2019, nos 22,9 acidentes por 1 000 colaboradores. No entanto, é importante notar que este foi um ano atípico.

Taxa de incidência¹ de acidentes de trabalho no Grupo



(1) Por 1 000 colaboradores e trabalhadores não colaboradores da Inapa, cuja responsabilidade é da Organização.

Taxa de incidência de acidentes de trabalho por 1 000 colaboradores

	Mulheres				Homens				Total		
	2021	2022	2023	+/-	2021	2022	2023	+/-	2021	2022	2023
Índice Médio de Acidentes do Grupo por 1 000 funcionários	12,3	9,0	5,8	-27%	32	25,5	19	-20%	25,4	19,6	22,9

Dada a reestruturação da Inapa na Alemanha que levou a uma descida imprevista de um número elevado de *headcounts* (cerca de 172), durante o ano. No cálculo da fórmula para 2023, utilizou-se a média de colaboradores durante o ano para todas as empresas do Grupo.

Número de acidentes de trabalho por tipologia e sexo

	Mulheres				Homens				Total			
	2021	2022	2023	+/-	2021	2022	2023	+/-	2021	2022	2023	+/-
N.º total de acidentes	7	5	8	60%	36	27	30	11%	43	32	38	19%
N.º de acidentes no trabalho	4	2	6	200%	31	23	30	30%	35	25	36	44%
N.º de acidentes de percurso	3	3	2	-33%	5	4	0	-100%	8	7	2	-71%
N.º de acidentes fatais	0	0	0	0%	0	0	0	0%	0	0	0	0%

Os números apresentados incluem vários tipos de lesão. Foram relatadas algumas lesões leves (nível de primeiros socorros).

Taxa de acidentes de trabalho registáveis por 1 milhão de horas de trabalho

	Mulheres				Homens				Total			
	2021	2022	2023	+/-	2021	2022	2023	+/-	2021	2022	2023	+/-
	8,2	6,0	11,8	96,7%	19,8	19,0	21,2	11,6%	16,1	14,9	18,2	22,1%

Os números apresentados incluem vários tipos de lesão. Foram relatadas algumas lesões leves (nível de primeiros socorros).



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

Nos últimos anos, a liderança do Grupo Inapa estabeleceu diversos objetivos e metas relacionadas com os ODS das Nações Unidas. Para o período de 2019-22 foi estabelecida a meta de melhorar o índice de acidentes de trabalho e doenças profissionais de todos os colaboradores da Inapa em 5% até 2022. O objetivo foi alcançado com uma redução da taxa de incidência média de acidentes de trabalho por 1 000 colaboradores de 22,4 para 19,6 (correspondente a uma redução de 12% neste indicador) no período em questão.

Até 2024, o objetivo é reduzir ainda mais este indicador para 18,0. No entanto, como referido anteriormente, devido a reestruturações e à ocorrência inevitável de acidentes de trabalho menos graves, o índice aumentou este ano. Apesar disso, o objetivo para 2024 permanece inalterado.

3.D. Saúde e Qualidade

Objetivos 2022-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Reduzir para 18,0, a "taxa de índice de Acidentes de trabalho por 1 000 colaboradores" até 2024	22,4	23,4	25,4	19,6	19,0	18,0	2 p.
Concretização					22,9		
Unidade de medida: Taxa de Incidência de Acidentes de Trabalho por 1 000 colaboradores.							

Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho

Em Portugal, assim como na Turquia e em Espanha, a implementação de um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho é uma das prioridades para garantir o bem-estar dos colaboradores.

Muitas empresas optam por recorrer a serviços especializados de empresas de saúde e segurança no trabalho para desenvolver e gerir, culminando numa abordagem que permite uma conformidade eficiente com os requisitos legais, inspeções e normas específicas de cada país. Esta escolha também proporciona uma manutenção contínua para garantir a eficácia e segurança no local de trabalho, assegurando assim um ambiente laboral seguro e em conformidade com os padrões exigidos.

Dentro do Grupo, a Alemanha destaca-se como o único país com um gestor de saúde e segurança no trabalho para toda a geografia, incluindo não só a Inapa Deutschland como a Inapa ComPlott e a Inapa Packaging. Este gestor desempenha um papel fundamental ao garantir a implementação eficaz de práticas em todas as regiões geográficas onde a empresa tem operação. Além disso, oferece formação específica a todos os colaboradores, assegurando que estejam devidamente informados e capacitados para lidar com questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho.

Serviços de saúde no trabalho

Na Alemanha – nas empresas Inapa Deutschland, Inapa ComPlott e Inapa Packaging – os médicos e especialistas em saúde e segurança no trabalho monitorizam os riscos específicos nos locais de trabalho das empresas, apoiando o cumprimento das responsabilidades legais locais. Oferecem aos colaboradores informação abrangente de forma a sensibilizá-los para identificar os perigos para a saúde e os riscos numa fase inicial.

Na Turquia, os serviços de saúde estão definidos como parte do plano de emergência e do relatório de avaliação de riscos, elaborado pelo especialista em saúde e segurança no trabalho.

Em França, no âmbito do bem-estar, são oferecidos aos colaboradores serviços de saúde como parte do pacote de benefícios. Anualmente, é recomendado aos colaboradores um conjunto de serviços para orientação no acesso aos cuidados de saúde, bem como soluções de prevenção e redução dos custos associados.

Adicionalmente, em França, é elaborado um documento de avaliação de riscos profissionais por departamento, no qual são identificados e avaliados os diferentes riscos profissionais que os colaboradores podem enfrentar. Este documento inclui medidas relacionadas com a prevenção de riscos, informação e formação, e é atualizado anualmente para garantir a sua relevância contínua.

4. Direitos Humanos

O respeito pelos direitos humanos é um valor fundamental para a Inapa. Devido à sua complexa cadeia de abastecimento internacional, o Grupo Inapa está exposto ao risco de ser confrontado, direta ou indiretamente, com violações da lei ou dos direitos humanos.

A Inapa compromete-se em assumir responsabilidades e a tomar medidas no que respeita às questões de direitos humanos, em linha com os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC), na Lei da Escravidão Moderna (MSA) e o Índice de Percepção da Corrupção (PCI).

Desde 2022, a Inapa alargou o âmbito do seu Programa de Monitorização da Cadeia de Abastecimento que cobre a grande maioria dos volumes de compras do Grupo.

A informação sobre o respeito pelos direitos humanos é disponibilizada a todas as partes interessadas do Grupo Inapa através das componentes deste relatório referentes à sustentabilidade.

Até ao momento, as violações dos direitos humanos têm sido reportadas à Comissão Executiva da Inapa como parte do relatório interno de risco, quando necessário. Não houve casos confirmados de violações dos direitos humanos no período abrangido pelo relatório.

Não discriminação

Como anteriormente mencionado, todos os colaboradores devem seguir as referências do Código de Conduta do Grupo, especialmente no que se refere a denúncias de situações de comportamentos impróprios e assédio em relação a colegas e terceiros.

Assim, cada colaborador tem a responsabilidade de denunciar ou comunicar qualquer situação antiética ou potencialmente prejudicial com a qual se depare ou da qual seja vítima. Se um colaborador suspeitar de uma possível violação do Código de Conduta da Inapa, tem o dever de a denunciar. O não cumprimento desta obrigação pode resultar em ação disciplinar. Qualquer denúncia de não conformidade será tratada de forma confidencial e, se solicitado, de maneira anónima.

Os administradores, diretores, gestores ou responsável pela ética do Grupo analisarão a possível situação de incumprimento denunciada e sugerirão o melhor curso de ação para a investigação. Também serão responsáveis por manter o processo confidencial e informar sobre o seu progresso e conclusões.

A Inapa valoriza a contribuição de colaboradores que identificam potenciais problemas que necessitam de ser abordados. Qualquer pessoa que denuncie uma situação de incumprimento será tratada com dignidade e respeito, e não será alvo de qualquer ação disciplinar ou retaliação por reportar de forma sincera e de boa-fé. Quaisquer atos de retaliação (ameaças, intimidação, exclusão, humilhação e levantamento de questões de forma maliciosa ou de má-fé) são considerados uma violação do Código de Conduta e não serão tolerados. No ano de 2023, não foram reportados no Grupo casos de assédio moral.

Trabalho infantil

Conforme descrito no Código de Conduta do Grupo, a Inapa está empenhada em apoiar e respeitar os direitos humanos, garantindo que não sejam violados nas suas operações, com as partes interessadas ou quaisquer outras relações comerciais, seguindo os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos e as convenções e tratados internacionais.

A Inapa compromete-se a) a não utilizar trabalho infantil ou forçado e condenar tais práticas por parte de terceiros; ii) a respeitar a liberdade de associação sindical; iii) a cumprir toda a legislação e regulamentação, especialmente no que diz respeito à segurança e higiene; iv) a garantir boas condições de trabalho; v) a promover uma compensação justa e a oferecer formação adequada aos seus colaboradores.

Todos os colaboradores da Inapa comprometem-se a trabalhar de acordo com os direitos humanos e com os princípios e direitos laborais estabelecidos.

5. Compromisso com a Comunidade

O Grupo Inapa está comprometido em desempenhar um papel ativo nas comunidades onde está presente, cultivando relações de confiança e promovendo o desenvolvimento sustentável do negócio.

Como é prática habitual, o Grupo Inapa retomou em 2023 a implementação de uma série de iniciativas e ações centradas nos três pilares da sustentabilidade (económico, social e ambiental). Dado o contexto atual, é de extrema importância continuar a apoiar as comunidades e regiões onde estamos inseridos.

Ibéria

Calendário Inapa 2024 - apresentação aos clientes, realizada em novembro de 2023

Este evento marca o sucesso contínuo de um projeto com mais de 10 anos, no qual os nossos clientes continuam a demonstrar o seu interesse em ver as 12 ideias associadas aos 12 meses do ano, a fim de observar como o papel se comporta em diversas aplicações.



A sessão teve lugar na Adega de Colares, em Sintra, proporcionando uma experiência única com prova de vinhos de origem local. Além da exposição do calendário 2024, foi também uma oportunidade para recordar os anos anteriores e celebrar esta longa jornada de parceria e colaboração.

Formação Estudantes

Ao longo do ano, proporcionamos apoio aos estudantes na preparação para a vida profissional, oferecendo-lhes a oportunidade de participarem em projetos reais. O nosso projeto conta com a parceria de várias instituições de ensino, nomeadamente ESDI, UEM, ESART, BARREIRA, ESAD CR, ESNE, ISMAT, ISEC, IPT e PUERTA BONITA.



Espanha

Integração Social no Mercado de Trabalho

Promovemos, ao longo do ano, a integração social e profissional das pessoas com deficiência, em colaboração com a instituição Ilunion.



Donativos

Em junho de 2023, em parceria com a Escola Profissional de Artes Gráficas e Comunicação Audiovisual IES Puerta Bonita-Madrid, foram realizadas doações de papel para auxiliar na formação dos estudantes, com o objetivo de oferecer recursos essenciais para o desenvolvimento das suas habilidades e conhecimentos. Além disso, em janeiro de 2024, foram realizadas Jornadas de Comunicação e Novas Tecnologias.

Estas atividades reforçam o nosso compromisso com a educação e o desenvolvimento profissional dos jovens talentos.

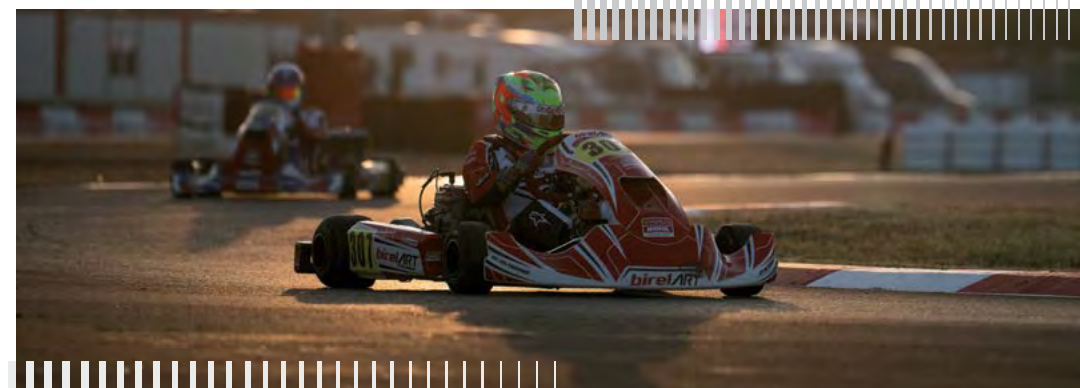
Patrocínio do Campeão Espanhol de Kart na Categoria Mini – Raúl Zunzarren

Desde o final de 2022 que a Inapa Espanha patrocina o jovem talento Raúl Zunzarren, que conquistou o título de Campeão Espanhol de Kart na categoria Mini. Oriundo de Navarra, Raúl compete com um novo modelo de kart, o FA de 60 cc, capaz de alcançar velocidades até 110 km/h. Estamos entusiasmados com esta parceria e ansiosos por acompanhar o seu percurso no mundo do automobilismo.

O Campeonato Espanhol de *Karting* é uma competição anual que reúne alguns dos melhores pilotos da modalidade em Espanha. Organizado pela Real Federação Espanhola de Automobilismo (RFEDA), o campeonato consiste em várias corridas ao longo do ano em diferentes circuitos em todo o país.

Esta competição é uma plataforma importante para jovens pilotos que procuram destacar-se no mundo do automobilismo e ascender na carreira. Além das categorias para jovens talentos, há também aulas para pilotos profissionais e amadores.

Os eventos do Campeonato Espanhol de *Karting* são altamente competitivos e atraem um grande número de espectadores e fãs, tanto presencialmente como através de transmissões online. A vitória neste campeonato é uma grande conquista e muitas vezes abre portas para futuras oportunidades no automobilismo profissional.





RACC: Curso de Condução Segura para maior Segurança na Viagem

Todos os membros da equipa de vendas da Inapa Espanha, bem como todos os colaboradores da empresa que utilizam veículos corporativos, participaram num curso de condução segura. É fundamental proporcionar formação e apoio contínuos às equipas de vendas para promover práticas de condução segura.

Este tipo de curso é altamente benéfico para melhorar as competências de condução e aumentar a segurança durante as viagens. Não só oferece conhecimentos práticos, mas também promove uma mentalidade de condução responsável e consciente.

Durante o curso, foram abordadas várias lições, tais como:

- Aprender a antecipar e evitar situações de risco na estrada, como travagens bruscas, distrações de outros condutores e condições climáticas adversas;

- Reagir a situações de emergência, como derrapagem, aquaplanagem ou rebentamento de pneus, e como manter o controlo do veículo;
- Dicas para se manter alerta e focado durante a condução, e como evitar fadiga e distrações na estrada;
- Conhecimento das leis e regras de trânsito, além de dicas para partilhar a via com segurança com outros utilizadores da via, como peões e ciclistas.

A segurança dos nossos colaboradores é de extrema importância para a Inapa Espanha. Os acidentes de trânsito podem resultar em lesões graves ou até fatais para os membros da equipa. Promover a condução segura ajuda a proteger a vida e a saúde dos colaboradores.

Além disso, os veículos comerciais são um ativo importante para a empresa. Manter a condução segura ajuda a reduzir o risco de danos aos veículos, o que, por sua vez, protege o investimento da empresa.

Portugal

Patrocínio da 10.ª Grande Conferência de Liderança Feminina – Inspiring Women

Em outubro de 2023, como parte dos esforços para promover a igualdade de género, o Grupo Inapa patrocinou a 10.ª Grande Conferência de Liderança Feminina, organizada pela Executiva. Estas conferências têm o propósito de inspirar mais mulheres a assumir funções de liderança e a desempenhar um papel mais decisivo na economia e na sociedade em geral. O evento contou com a participação do CEO do Grupo, Frederico Lupi, num painel dedicado ao tema "Os líderes como agentes de transformação".



Corrida Sempre Mulher

Uma vez mais, as empresas Inapa em Portugal demonstraram o seu compromisso com a saúde e o bem-estar das mulheres através da promoção de iniciativas desportivas e sustentáveis. Com este propósito, a InapaTeam marcou novamente presença na "Corrida Sempre Mulher", em outubro de 2023. Este evento tem o objetivo de angariar fundos para a Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama, além de sensibilizar o maior número possível de mulheres para a importância



da prevenção e deteção precoce desta doença. Ao convidar os colaboradores a participarem com um amigo (+1), o Grupo Inapa contribuiu com um donativo correspondente ao valor das inscrições realizadas.



Sponsorship Papies 2023

A Inapa patrocinou o evento anual Sponsorship Papies 2023, na categoria de papel reciclado. Este evento destaca os trabalhos realizados em papel reciclado, submetidos a um júri especializado. A Inapa atribui o prémio ao vencedor da categoria patrocinada durante o evento. A organização do evento – que em 2023 teve lugar no Casino da Figueira da Foz – foi conduzida pela revista DoPapel, pertencente à Pixelpower.

Donativo à Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas

A Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas é uma instituição de solidariedade social, uma ONG com sede em Oeiras, dedicada a atividades de apoio social para crianças de várias idades. Através do projeto "Famílias com Alma" tem o objetivo de reduzir o isolamento e promover a inclusão e capacitação.

Pelo segundo ano consecutivo, a Inapa contribuiu para esta causa através da oferta de papel, garantindo que as crianças desta instituição tenham papel para desenhar durante os seus tempos livres. Além disso, o papel fornecido pela Inapa é também utilizado nas áreas financeira e administrativa da instituição.



Formação Universidades 2023

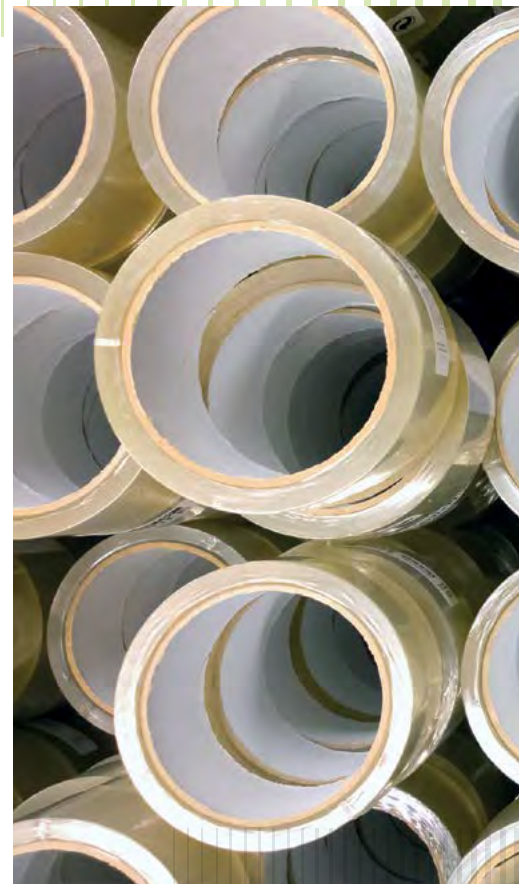
Esta iniciativa tem como objetivo preparar os estudantes de design para a sua futura carreira profissional, proporcionando-lhes a oportunidade de participar num projeto real. Com a colaboração de alunos de diversas Escolas de Design em Portugal e Espanha, resultou na submissão de cerca de 500 trabalhos por parte das escolas participantes.



Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família

No âmbito de uma iniciativa de responsabilidade social, as empresas Inapa Packaging e Inapa Viscom organizaram um evento de *teambuilding* que foi além da simples construção de relacionamentos entre equipas e colaboradores. A ação teve como objetivo principal contribuir para a Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família.

Cada equipa participante construiu uma bicicleta, totalizando seis bicicletas, destinadas a serem doadas a uma instituição que apoia meninas carenciadas. Este gesto permitirá que essas meninas tenham acesso diário a este meio de transporte para as suas atividades. Adicionalmente, foram também doadas duas caixas grandes de produtos não perecíveis, reforçando o compromisso das empresas em apoiar aqueles que mais necessitam na nossa comunidade.



Oferta de Material de *Packaging* à Associação Fénix

A Inapa Packaging contribuiu para a Associação Fénix, responsável pela atribuição dos Prémios Águila de Cinema, através da oferta de 100 caixas de cartão e fita adesiva. Esta doação visa apoiar a Associação na sua missão de promover e reconhecer o talento no cinema e nas curtas-metragens, enquanto ação cultural. Estamos orgulhosos de colaborar com esta iniciativa e de contribuir para o desenvolvimento e promoção da arte cinematográfica.

Apoio ao desenvolvimento integral das crianças

A Inapa Packaging realizou uma ação solidária em apoio ao Clube de Futebol Recreios do Algueirão, visando auxiliar crianças carenciadas a participarem em atividades desportivas e a desfrutarem de uma rotina saudável. Como parte deste compromisso, foram concedidas bolsas de estudo para a prática desportiva e fornecidos equipamentos desportivos essenciais.

Neste âmbito, a Inapa Packaging também contribuiu para o apoio à educação, oferecendo material escolar e outros bens a um agrupamento de escolas públicas na freguesia do Lumiar, em Lisboa.

Estas iniciativas refletem o compromisso contínuo da Inapa com o bem-estar das comunidades locais e o desenvolvimento integral das crianças.



Donativo às Comunidades Locais

Através do programa Ajudar@Inapa, lançado em dezembro, as empresas portuguesas do Grupo apoiaram duas instituições de solidariedade social localizadas nas comunidades próximas das instalações da Inapa em Portugal. Estas instituições desempenham um papel crucial no apoio às comunidades locais, especialmente em tempos de adversidade.

A intervenção da Inapa consistiu na recolha de donativos em espécie, com foco em bens essenciais para crianças dos 0 aos 16 anos, que foram doados a duas instituições de solidariedade social: a Casa das Cores, em Lisboa, e a Casa do Caminho, no Porto.



Alemanha

Benefícios da Inapa para os Colaboradores

Na Inapa Deutschland, valorizamos o bem-estar dos nossos colaboradores e o seu envolvimento em causas sociais. É por isso que oferecemos diversas iniciativas para apoiar o desenvolvimento pessoal e a solidariedade comunitária.

Um dos nossos programas permite que os colaboradores apoiem a clínica de reabilitação Katharinenhöhe, especializada no tratamento de crianças, adolescentes e jovens adultos com doenças crônicas graves, através de uma contribuição mensal, arredondando o valor do seu salário para valores totais, em que os centavos adicionais são encaminhados para a clínica.

Na Inapa Deutschland, oferecemos aos colaboradores a possibilidade de alugar uma bicicleta da empresa, conhecida como bicicleta de trabalho. Este benefício é concedido como parte do pacote salarial, sujeito a tributação mínima de acordo com as regulamentações fiscais.

Com a Inapa Hut em Ellmau (Tyrol, Áustria), a Inapa Deutschland oferece aos seus colaboradores uma casa de férias com aluguer acessível, desde 2023. Rodeados pela vista fantástica montanhosa dos Alpes Tiroleses, os colaboradores podem ir de férias com suas famílias e amigos e só têm que pagar 50,00 euros por noite.

Donativos de Papel

Em 2023, a Inapa Deutschland também apoiou o trabalho do Viva con Agua de St. Pauli e forneceu doações em papel. O relatório anual de 30 páginas da associação em formato DIN A5 foi impresso no enviro@polar. Os projetos de água apoiados pelo Viva con Agua são concebidos para serem sustentáveis e seguem o princípio WASH, por isso incluem sempre os componentes de saneamento e cuidados de higiene.



Por ocasião do 25.º aniversário, o Hamburg Leuchtfeuer Hospice em Hamburgo publicou um livro de receitas, que foi apoiado por doações em papel da Inapa Deutschland (ina®star e Condat Matt Périgord). As receitas foram compiladas pelos moradores, pela equipa de cozinha em tempo integral e voluntária e pelo Chefe de cuidados paliativos Ruprecht Schmidt.

A Inapa Deutschland utiliza papel Malmero para o feltro da revista "PrintProud" e recebe doações de Condat Matt Périgord. A revista tem como objetivo promover o interesse pelo papel e destina-se a editores, proprietários de agências, autores, produtores, diretores de arte e outros profissionais do setor.

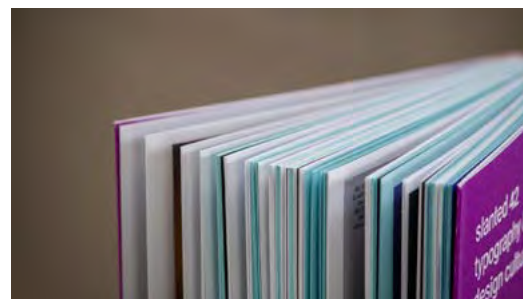


Imagem ilustrativa

Esta produção de livro também foi apoiada pela Inapa, com papel (Munken Kristall Rough): “Da página às páginas” - este livro contém informações essenciais para pessoas criativas sobre técnicas de dobragem, grampeamento e encadernação, permitindo a realização de produtos de impressão inovadores e transformando os sonhos do livro em realidade.



Os papéis lona®offset, lona®art and joly® foram usados para a “Slanted Magazine #42”. Aparece nesta edição a Slanted Publishers que mergulha fundo no mundo dos livros que ultrapassam fronteiras, rompem com a tradição e redescobrem a sua verdadeira essência.



Outras doações de papel foram realizadas para os seguintes projetos/instituições em 2023: exposição e livro “A City Becomes Colorful”, exposição e livro “Ding Dong”, revista gráfica, projeto de livro “In Love From”, embalagem de gin FMP, HTWG Konstanz, Potsdam University of Applied Sciences.

França

Melhoria do índice de Acidentes de Trabalho

Para melhorar o índice de acidentes de trabalho, foram implementadas algumas iniciativas com foco na promoção da saúde mental dos colaboradores e na prevenção de acidentes laborais, nomeadamente a criação de programas de formação em saúde mental, proporcionando aos colaboradores ferramentas e recursos para lidar com desafios psicológicos no ambiente de trabalho.

Foram estabelecidas ligações mais frequentes com os médicos do trabalho, com vista

a identificar precocemente sinais de fragilidade psicológica nos colaboradores e providenciar apoio e orientação adequados. Esta abordagem proativa permitirá reduzir a vulnerabilidade psicológica dos colaboradores, contribuindo assim para a diminuição da taxa de acidentes no local de trabalho.

Esta aposta na a saúde e segurança dos colaboradores reflete o compromisso da empresa com o bem-estar da sua equipa e a excelência operacional.



Escolas de Essonne

A Inapa France apoia uma organização que auxilia jovens que abandonaram a escola, com o objetivo de estimular positivamente, tanto de forma coletiva como individual, os elementos da turma, criando um vínculo significativo com estes jovens.



Como patrocinador, a Inapa France dedica tempo para conhecer e conversar com os estagiários da turma. Além disso, é convidada a liderar de 3 a 5 momentos-chave ao longo do ano, tais como: apresentação da empresa, orientação sobre o comportamento social esperado numa empresa, esclarecimento sobre os direitos e deveres dos colaboradores, ou desenvolvimento das competências verbais através de uma apresentação resumida do projeto profissional pelo jovem. São também organizados encontros com os jovens, que pretendem motiva-los e prepará-los para que encontrem uma carreira futura.

Luta contra o Cancro

Em colaboração com a Câmara Municipal, algumas empresas e a comunidade local de Saint-Sauveur-Sur-École, a Inapa France uniu esforços para apoiar uma associação de combate ao cancro, participando ativamente numa marcha para angariação de fundos.

Os fundos arrecadados durante a marcha foram entregues à Liga contra o Cancro, permitindo que esta organização continue a sua missão de apoio a pacientes, investigação e prevenção do cancro.



Dia do Desporto em prol do Cancro da Mama

O cancro da mama é uma das formas mais comuns de cancro entre as mulheres em todo o mundo, representando quase 25% de todos os cancros femininos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Em França, uma em cada oito mulheres é afetada por esta doença. Embora seja muito mais raro, o cancro da mama também pode afetar os homens.

Anualmente, são organizados diversos eventos de beneficência durante o mês de outubro, conhecido como o Mês da Ação contra o Cancro da Mama, o Outubro Rosa, com o propósito de angariar fundos para a investigação do cancro da mama e sensibilizar para esta causa. Entre as atividades realizadas, incluem-se corridas, leilões e outras iniciativas solidárias.

Neste âmbito, em 2023, os colaboradores da Inapa Semaq (Packaging France) uniram-se à Instituição Ruban Rose para participar em atividades de marcha ou corrida em apoio à luta contra o cancro da mama.

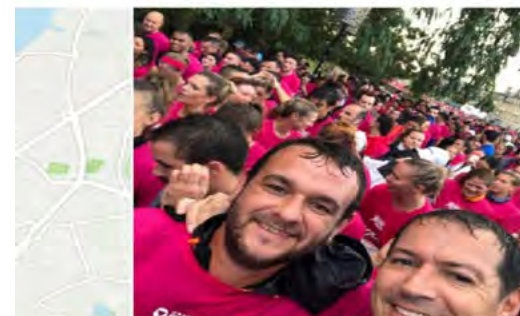


COURSE À PIED

6.56 km
Distance

00:39:07
Durée

05:57 min/km
Rythme moy.



Bélgica

Doação de produtos de higiene à Associação Animal SOS Wilde Dieren

Em 2023, a Inapa Belgium realizou uma doação de desinfetante à base de álcool, luvas descartáveis e máscaras de higiene à Associação Animal SOS Wilde Dieren, assegurando a saúde e segurança dos animais sob os cuidados da associação.



Projeto de ajuda internacional no Equador (Manabi)

A pobreza é um desafio significativo em Manabí, Equador. A região enfrenta também um elevado risco de desastres naturais, o que agrava as dificuldades das famílias locais. As normas culturais contribuem para níveis elevados de violência de género, com muitas raparigas a serem forçadas a abandonar a escola para se casarem ou enfrentarem gravidezes precoces.

À semelhança dos anos anteriores, a Inapa Belgium realizou ações de apoio, incluindo doações mensais, vouchers e programas de formação para crianças carenciadas no Equador, com o objetivo de melhorar a educação destas crianças.

O projeto de ajuda centra-se em várias áreas fundamentais, como a promoção dos direitos das jovens mulheres e raparigas, a proteção das crianças, a saúde sexual e reprodutiva e a preparação para catástrofes.





Este é o sétimo ano consecutivo que a Inapa publica o relatório de sustentabilidade, promovendo a transparência e a otimização das suas práticas, bem como a adoção de princípios de sustentabilidade, quer interna, quer externamente, junto dos seus colaboradores e *stakeholders*, respetivamente.

Este relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative – GRI 4.

As informações deste relatório abrangem o ano fiscal transato, de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.



INFORMAÇÃO ADICIONAL

Índice de GRI

GRI Standard	Descrição	Informação Disponível (Capítulo)
GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS 2022		
A organização e suas práticas de reporte		
2.1	Detalhes da organização	1, 3
2.2	Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização	1, 3
2.3	Período de reporte, frequência e pontos de contacto para questões sobre o relatório	1, IA
Atividades e trabalhadores		
2.6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	1, 5
2.7	Colaboradores	2, 7
2.8	Trabalhadores que não são colaboradores	7
Governança		
2.9	Estrutura de governança e sua composição	1, 4
2.10	Nomeação e seleção dos membros dos corpos sociais	1, 4, 5, 7
2.11	Presidente do principal órgão dos corpos sociais	1, 4, 5
2.12	Papel desempenhado pelo Presidente do principal órgão dos corpos sociais na supervisão da gestão dos Impactos	1, 4
2.13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	1, 4, 5
Estratégia, políticas e práticas		
2.14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	4, 5
2.15	Conflitos de interesse	4, 7
2.16	Comunicação de preocupações	4, 5
2.18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	4
2.19	Políticas de remuneração	4
2.20	Processo para determinação da remuneração	4
2.21	Proporção da remuneração total anual	4
2.22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	5
2.23	Compromissos de políticas	5, 7

GRI Standard	Descrição	Informação Disponível (Capítulo)
GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS 2022		
Estratégia, políticas e práticas		
2.26	Mecanismos para aconselhamento e levantamento de preocupações	1, 4, 5
2.28	Participação em associações	IA
Envolvimento com Stakeholders		
2.29	Abordagem para o envolvimento com <i>stakeholders</i>	5, 7
2.30	Acordos de contratação coletiva	7
GRI 3: ASPETOS MATERIAIS 2022		
2. Conteúdos sobre temas materiais		
3.1	Processo de definição de aspetos materiais	5
3.2	Lista de aspetos materiais	1, IA
3.3	Gestão dos aspetos materiais	1
GRI 200: ECONOMIA		
GRI 201: Desempenho Económico 2016		
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	2, 3
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas	1, 4
201-3	Obrigações do plano de benefícios definido e outros planos de reforma	3
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos por autoridades governamentais	NA
GRI 202: Presença no Mercado 2016		
202-1	Variação da proporção do salário inicial mais baixo comparado ao salário mínimo local	7
GRI 203: Impacto Económico Indireto 2016		
203-1	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	2
203-2	Impactos económicos indiretos significativos e extensão dos impactos	2, 7

IA: Informação Adicional.

GRI Standard	Descrição	Informação Disponível (Capítulo)
GRI 200: ECONOMIA		
GRI 204: Política de Compras 2016		
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	5
GRI 206: Concorrência Desleal 2016		
206-1	Número total de ações legais relacionadas a comportamento anticompetitivo, antitrust e práticas de monopólio	1
GRI 300: AMBIENTE		
GRI 301: Materiais 2016		
301-1	Materiais usados por peso ou volume	6
301-2	Materiais reciclados usados	6
301-3	Produtos recuperados e materiais de embalagem	6
GRI 302: Energia 2016		
302-1	Consumo de energia dentro da organização	6
302-2	Consumo de energia fora da organização	6
302-3	Intensidade energética	6
302-4	Redução do consumo de energia	6
302-5	Redução nos requisitos de energia para produtos e serviços	6
GRI 303: Água e Efluentes 2018		
303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado	6
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de efluentes	6
303-3	Captação de água	6
303-4	Efluentes	6
303-5	Consumo de água	6
GRI 304: Biodiversidade 2016		
304-1	Localização em áreas protegidas ou adjacentes e áreas de elevado índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	6
304-2	Impacto significativo de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	6
304-3	<i>Habitats</i> protegidos ou restaurados	6

GRI Standard	Descrição	Informação Disponível (Capítulo)
GRI 300: AMBIENTE		
GRI 305: Emissões 2016		
305-1	Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)	6
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2) provenientes da aquisição de energia elétrica ou térmica que é consumida pela organização	6
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	6
305-4	Intensidade das emissões de GEE	6
305-5	Redução das emissões de GEE	6
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	Durante o período em análise, não foram impostos quaisquer procedimentos ou multas por incumprimento de leis e/ou regulamentos ambientais no Grupo Inapa. De referir que também não foram identificados casos de efeitos negativos potenciais/reais significativos sobre o meio-ambiente associados a fornecedores.
305-7	Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas	
GRI 306: Resíduos 2020		
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	6
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	6
306-3	Resíduos gerados	6
306-4	Resíduos não destinados para disposição final	6
306-5	Resíduos destinados para disposição final	6
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais	5, 6
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de abastecimento e decisões tomadas	5, 6
GRI 400: SOCIAL		
GRI 401: Emprego 2016		
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	7
401-2	Benefícios oferecidos a colaboradores a tempo integral que não são oferecidos a colaboradores temporários ou de trabalho em período parcial	7
401-3	Licença de maternidade/paternidade	7



GRI Standard	Descrição	Informação Disponível (Capítulo)
GRI 400: SOCIAL		
GRI 402: Relações Laborais 2016		
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	7
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018		
403-1	Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional	7
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	7
403-3	Serviços de saúde ocupacional	7
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta, e comunicação sobre saúde e segurança ocupacional	7
403-5	Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	7
403-6	Promoção da saúde dos colaboradores e trabalhadores	Não obtivemos informação de reporte em grande parte dos países.
403-7	Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente relacionados com relações comerciais	7
403-8	Trabalhadores cobertos pelo sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	7
403-9	Acidentes de trabalho	7
403-10	Doenças profissionais	Não obtivemos informação de reporte em grande parte dos países. Pelo que entendemos que não existiram no período em análise.
GRI 404: Capacitação e Educação 2016		
404-1	Média de horas de formação por ano por colaborador	7
404-2	Programas para melhorar as competências dos colaboradores e programas de assistência de transição de carreira	7
404-3	Porcentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliações de desempenho e desenvolvimento de carreira	De uma forma geral, a maioria das funções está sujeita a uma avaliação através de diversas ferramentas: avaliação de desempenho; <i>feedback</i> 360°; avaliação de equipa; controlo de <i>targets</i> , entre outros, dependendo da empresa. O Grupo continua a trabalhar no sentido de uniformizar práticas de avaliação.

GRI Standard	Descrição	Informação Disponível (Capítulo)
GRI 400: SOCIAL		
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		
405-1	Diversidade nos órgãos de governança e colaboradores	4, 7
405-2	Proporção de salário base e remuneração de mulheres vs. homens	7
GRI 406: Não Discriminação 2016		
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Não temos conhecimento de registos, nem da existência de casos de discriminação ou de medidas corretivas para o efeito.
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016		
407-1	Operações e fornecedores em que o direito de exercer a liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Não temos conhecimento da existência de registos de operações e de fornecedores em que os colaboradores não possam exercer o seu direito à liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar em risco.
GRI 408: Trabalho Infantil 2016		
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho infantil	Não temos conhecimento da existência de registos de casos de operações e de fornecedores com risco significativo de trabalho infantil.
GRI 409: Trabalho Forçado ou Compulsório 2016		
409-1	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou compulsório	Não temos conhecimento da existência de registos de operações e de fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou compulsório.
GRI 410: Práticas de Segurança 2016		
410-1	Pessoal de segurança com formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	França, Turquia e Espanha dão formação de políticas de direitos humanos a pessoal de segurança. Portugal dá formação dessa temática a todos os colaboradores, a qual será abrangente para "não colaboradores" a trabalhar nas instalações da Inapa. Os restantes países (Alemanha e Bélgica) irão também iniciar a referida formação.
GRI 411: Direitos dos Povos Indígenas 2016		
411-1	Casos de violações envolvendo direitos dos povos indígenas	Durante o período em análise não foram reportados acidentes relacionados com a violação dos direitos das comunidades indígenas.

GRI Standard	Descrição	Informação Disponível (Capítulo)
GRI 400: SOCIAL		
GRI 413: Comunidades Locais 2016		
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	Não temos conhecimento da existência de programas ou procedimentos sistemáticos formais para o envolvimento com as comunidades locais, avaliação de impacto ou desenvolvimento de programas. A introdução deste tipo de medidas ainda não está prevista.
413-2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	Não temos conhecimento da existência de operações em locais com um real/potencial risco significativo capaz de provocar efeitos adversos ou mesmo negativos nas comunidades locais.
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016		
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	5
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	5
GRI 415: Políticas Públicas 2016		
415-1	Contribuições Políticas	Durante o período em análise, não foram realizadas contribuições monetárias e não monetárias diretas ou indiretas.
GRI 416: Saúde e Segurança do Cliente 2016		
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança de categorias de produtos e serviços	100% das nossas categorias de produtos e serviços foram examinadas quanto aos seus efeitos na saúde e segurança em todo o ciclo de vida.
416-2	Casos de não conformidade relativos a impactos na saúde e segurança de produtos e serviços	Durante o período em análise, não houve violações de regulamentos ou códigos voluntários em relação ao impacto de produtos e serviços na saúde e segurança.
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016		
417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	A origem, o conteúdo e a utilização segura de produtos e serviços, bem como a eliminação do produto, são critérios exigidos nos procedimentos da Inapa para informação e rotulagem de produtos e serviços. 6 - Taxa de produtos ecológicos avaliados quanto ao cumprimento dos critérios de origem. 1, 4, 6 - Avaliação do risco e impacto ambiental na análise dos fatores de risco estratégico.

GRI Standard	Descrição	Informação Disponível (Capítulo)
417-2	Casos de não conformidade relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços	Não houve incidentes de não conformidade com regulamentos e/ou códigos relacionados com informações e rotulagem de produtos e serviços.
417-3	Casos de não conformidade relativos a comunicações de marketing	Durante o período em análise, a Inapa esteve em conformidade com todos os regulamentos ou códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
GRI 400: SOCIAL		
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016		
418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	Durante o período em análise não foram reportadas queixas à nossa organização sobre a proteção da privacidade de clientes ou relativas à violação da proteção de dados.



Taxonomia

Enquadramento

A União Europeia tem vindo a desenvolver esforços no sentido de para clarificar e uniformizar os critérios que definem se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental, nomeadamente com o objetivo de facilitar a alocação de recursos financeiros a investimentos sustentáveis.

Neste contexto, foi publicado o Regulamento UE 2020/852, que veio definir a Taxonomia da União Europeia (Taxonomia UE), reconhecendo como ambientalmente sustentáveis para fins de investimento as atividades económicas que:

- Contribuem substancialmente para pelo menos um dos seis objetivos ambientais:
 - i) mitigação das alterações climáticas;
 - ii) adaptação às alterações climáticas;
 - iii) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
 - iv) transição para uma economia circular;
 - v) prevenção e controlo da poluição;
 - vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais;
- Garantem o cumprimento das salvaguardas mínimas sociais, cumulativamente, em tema de Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

As atividades económicas que se considera poderem contribuir para cada um dos seis objetivos ambientais – denominadas “atividades elegíveis” – e os critérios técnicos que cada atividade deve cumprir para se considerar de acordo com a Taxonomia UE, são definidos através de atos delegados.

Em dezembro de 2021, foi publicado o Ato Delegado Clima (Regulamento Delegado UE 2021/2139), que estabelece o primeiro conjunto de atividades e critérios técnicos de avaliação relativos a uma contribuição substancial para a mitigação e para a adaptação às alterações climáticas. Em fevereiro de 2022, a Comissão Europeia apresentou um Ato Delegado Complementar que inclui, em condições estritas, atividades específicas de energia nuclear e de gás na lista de atividades económicas abrangidas pela Taxonomia. O *draft* foi formalmente adotado a 9 de março de 2022 (Regulamento 2022/1214) e publicado no Jornal Oficial a 15 de julho de 2022. É aplicável desde o dia 1 de janeiro de 2023. De acordo com o Ato Delegado Complementar as empresas abrangidas devem divulgar informações adicionais relativamente às suas atividades nestes dois setores (energia nuclear e gás natural).

Estes Atos deverão ser sujeitos a revisões regulares, com a inclusão de atividades adicionais e atualização dos critérios técnicos de avaliação de elegibilidade.

Em 2021, as empresas não financeiras reportaram as suas atividades elegíveis para a Taxonomia relativamente às atividades listadas no Ato Delegado Clima (contribuição para os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas). Sobre essas atividades foi reportada a elegibilidade das atividades económicas, em termos de Volume de Negócios, OPEX e CAPEX. Para o ano fiscal de 2022, além das atividades elegíveis, as empresas não financeiras - como é o caso da Inapa - tiveram que avaliar e relatar o alinhamento dessas atividades com a aplicação de critérios técnicos e padrões sociais mínimos.

Em junho de 2023, a Comissão Europeia adotou o Ato Delegado Taxonomia Ambiental e introduziu alterações ao regulamento existente que incluem um conjunto de novos requisitos da taxonomia da UE para as atividades económicas, contribuindo substancialmente para um ou mais objetivos ambientais. Para o exercício financeiro de 2023, os KPIs devem abranger seis objetivos ambientais relativos à elegibilidade da taxonomia.

Neste âmbito, o Grupo divulga, no seu reporte de 2023, os resultados inerentes à análise de elegibilidade e alinhamento das suas atividades económicas.

Análise de elegibilidade

Da análise efetuada às atividades do Grupo Inapa, e tendo em conta as atividades previstas nos anexos I e II do referido Regulamento Delegado UE 2021/2139 (Ato Delegado Clima), foram identificadas como elegíveis as atividades apresentadas na tabela que se segue, relativamente ao seu contributo para o objetivo de mitigação das alterações climáticas.

Importa referir que a atividade de distribuição da Inapa não está no centro da legislação da Taxonomia Europeia. Por isso, os indicadores relacionados com as atividades elegíveis para 2023 são baixos, não se apresentando valores relativos ao Volume de Negócios das atividades elegíveis.

Entre os objetivos ambientais definidos no artigo 9.º do Regulamento da UE 2020/852,

a transição para uma economia circular é uma área a que o Grupo Inapa se dedica de forma muito empenhada desde há muito: 94% dos resíduos gerados nas operações são reciclados ou aproveitados para recuperação energética, até 15% das paletes utilizadas para transportar as encomendas dos clientes são reaproveitados, uma parte significativa dos materiais de embalagem utilizados nos armazéns logísticos são recursos renováveis.

Os projetos em conformidade com as prioridades do Regulamento Taxonomia da UE fazem parte da sustentabilidade estratégica da Inapa para o período de 2022-2024, no que diz respeito, em particular, aos objetivos da gestão da água e da economia circular: reutilização de produtos em fim de vida, retenção de águas pluviais e prevenção de fugas de água.

Código	Atividade	Descrição
6.15	Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público hipocarbónico	Carregadores elétricos
6.5	Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Veículos elétricos na frota de veículos ligeiros de passageiros
6.6	Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Frota própria de camiões de baixa emissão e otimização de frota e rotas
7.6	Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	Painéis fotovoltaicos

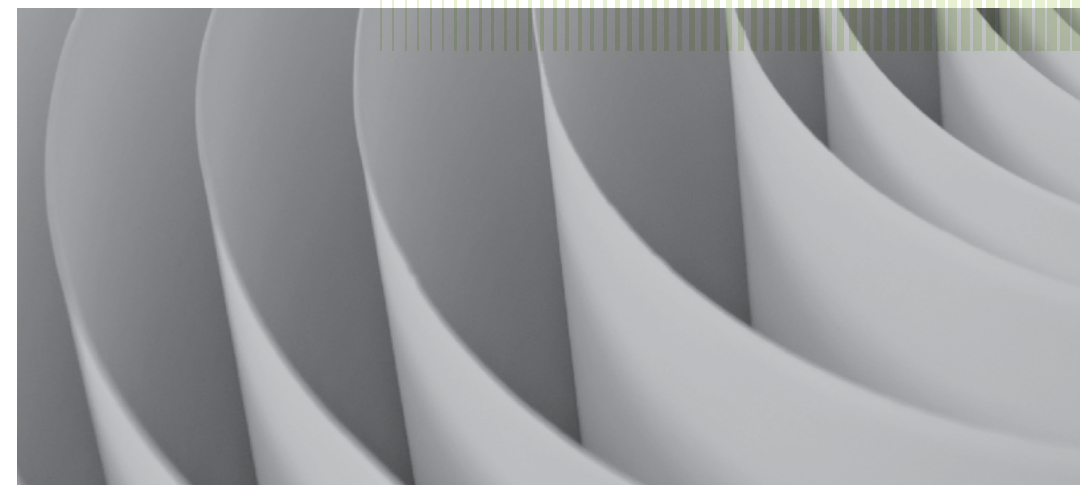
Análise do alinhamento

A Inapa desenvolveu a análise de alinhamento da Taxonomia com base na interpretação do Regulamento de Taxonomia, do Ato Delegado Clima e das normas disponibilizadas pela Comissão Europeia.

Para determinar a percentagem de alinhamento, a Inapa avaliou para cada atividade os critérios de “contributo substancial” e de “não prejudicar significativamente (DNSH)”, tendo concluído que as atividades 6.15, 6.5, 6.6 e 7.6 estão alinhadas com os objetivos ambientais da Taxonomia.

Quanto ao cumprimento das Salvaguardas Mínimas, a análise foi efetuada ao nível do Grupo, tendo-se concluído pela garantia de conformidade nas várias áreas (Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa), conforme detalhado no presente relatório.

Nas páginas seguintes apresentam-se os KPI da Inapa, relativamente à Taxonomia da União Europeia - 1) Volume de Negócios, 2) CAPEX e 3) OPEX.



KPI Taxonomia EU (1/3): Volume de Negócios

Atividades Económicas	Descrição	Código	Volume de negócios (K€)	Proporção do volume de negócios (%)	Critérios de “Contributo Substancial”						Critérios NPS (Não Prejudicar Significativamente)						Salvaguardas mínimas	Proporção do volume de negócio alinhada pela taxonomia (%)	Atividade capacitante/Atividade de transição	
					Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular	Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular	Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas				
A - Taxonomia - Atividades elegíveis																				
A.1 - Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																				
Infraestruturas para transportes rodoviários e transportes públicos de baixo carbono	Carregadores elétricos	6.15	0,0	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Veículos elétricos na frota de veículos ligeiros de passageiros	6.5	0,0	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Frota própria de camiões de baixa emissão	6.6	0,0	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energias renováveis	Painéis fotovoltaicos	7.6	0,0	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)			0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	
Das quais, capacitantes			0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	
Das quais, de transição			0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	
B - Taxonomia - Atividades não elegíveis																				
Volume de negócios das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)			995 085,9	100,0%																
Total Volume de Negócios (A+B)			995 085,9	100,0%																

Legenda:

S – Sim, atividade elegível para a taxonomia e alinhada com a taxonomia e com o objetivo ambiental relevante
 N – Não, atividade elegível para efeitos de taxonomia mas não alinhada com o objetivo ambiental relevante
 N/EL – Não elegível, atividade não elegível do ponto de vista da taxonomia para o objetivo ambiental relevante
 C – Capacitante
 T – Transição

KPI Taxonomia EU (2/3): CAPEX

Atividades Económicas	Descrição	Código	CAPEX absoluto (K€)	Proporção de CAPEX (%)	Critérios de “Contributo Substancial”					Critérios NPS (Não Prejudicar Significativamente)					Salvaguardas mínimas	Proporção de CAPEX alinhada pela taxonomia (%)	Atividade capacitante/ Atividade de transição			
					Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular	Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular				Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas	
A - Taxonomia - Atividades elegíveis																				
A.1 - Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																				
Infraestruturas para transportes rodoviários e transportes públicos de baixo carbono	Carregadores elétricos	6.15	3,1	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Veículos elétricos na frota de veículos ligeiros de passageiros	6.5	115,5	0,5%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,5%	C
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Frota própria de camiões de baixa emissão	6.6	1 678,5	7,2%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	7,2%	C
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energias renováveis	Painéis fotovoltaicos	7.6	0,0	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C
CAPEX das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)			1 797,2	7,7%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	7,7%	
Das quais, capacitantes			1 797,2	7,7%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	7,7%	
Das quais, de transição			0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	
B - Taxonomia - Atividades não elegíveis																				
CAPEX das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)			21 533,6	92,3%																
Total CAPEX (A+B)			23 330,7	100%																

Legenda:

S – Sim, atividade elegível para a taxonomia e alinhada com a taxonomia e com o objetivo ambiental relevante
 N – Não, atividade elegível para efeitos de taxonomia mas não alinhada com o objetivo ambiental relevante
 N/EL – Não elegível, atividade não elegível do ponto de vista da taxonomia para o objetivo ambiental relevante
 C – Capacitante
 T – Transição

KPI Taxonomia EU (3/3): OPEX

Atividades Económicas	Descrição	Código	OPEX absoluto (k€)	Proporção de OPEX (%)	Critérios de “Contributo Substancial”					Critérios NPS (Não Prejudicar Significativamente)					Proporção de OPEX alinhada pela taxonomia (%)	Atividade capacitante/Atividade de transição				
					Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular	Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular			Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas	Salvaguardas mínimas	
A - Taxonomia - Atividades elegíveis																				
A.1 - Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																				
Infraestruturas para transportes rodoviários e transportes públicos de baixo carbono	Carregadores elétricos	6.15	0,0	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0%	C
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Veículos elétricos na frota de veículos ligeiros de passageiros	6.5	0,0	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0%	C
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Frota própria de camiões de baixa emissão	6.6	617,8	17,8%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	17,8%	C
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energias renováveis	Painéis fotovoltaicos	7.6	0,0	0,0%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0%	C
OPEX das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)			617,8	17,8%	17,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	17,8%	
Das quais, capacitantes			617,8	17,8%	17,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	17,8%	
Das quais, de transição			0,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0%	
B - Taxonomia - Atividades não elegíveis																				
OPEX das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)			2 854,1	82,2%																
Total OPEX (A+B)			3 471,9	100,0%																

Legenda:

S – Sim, atividade elegível para a taxonomia e alinhada com a taxonomia e com o objetivo ambiental relevante
 N – Não, atividade elegível para efeitos de taxonomia mas não alinhada com o objetivo ambiental relevante
 N/EL – Não elegível, atividade não elegível do ponto de vista da taxonomia para o objetivo ambiental relevante
 C – Capacitante
 T – Transição

Metodologia

Tal como definido pela Taxonomia UE, os valores reportados foram calculados de acordo com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), em vigor em 1 de janeiro de 2023 e conforme adotadas pela União Europeia.

A Taxonomia UE exige que as empresas divulguem a forma como evitaram a duplicação na consideração das atividades económicas elegíveis (numerador), ou seja, na determinação do volume de negócios, despesas de capital e despesas de exploração.

A Inapa apurou as despesas elegíveis tendo por base a sua contabilidade financeira, garantindo que os elementos de custo foram considerados uma única vez no cálculo dos indicadores.

Os valores considerados como elegíveis dizem essencialmente respeito a adições de ativos de direitos de uso relativos à frota própria de camiões de baixa emissão.

Os valores totais considerados (denominadores do cálculo do rácio das atividades elegíveis) foram determinados da seguinte forma:

- **Volume de Negócios:** Corresponde ao montante consolidado de vendas, prestações de serviços e outros rendimentos, determinado com base nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2023 (Nota 25 das Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2023);
- **CAPEX:** Corresponde ao somatório das aquisições de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e ativos sob direitos de uso realizadas em 2023 (Notas 7 e 9 das Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2023);
- **OPEX:** Corresponde aos seguintes gastos apurados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2023: gastos com manutenção e reparação de edifícios e outros ativos fixos e gastos com locação de curto prazo ("Short Term Leases").



Participação em Associações e Entidades

O Grupo Inapa é um membro da Associação Europeia de Distribuidores de Papel EUGROPA (www.eugropa.com).



Informação e Contactos

Pedidos de informação complementares ou esclarecimentos adicionais sobre este documento podem ser enviados para:

Miguel Loureiro

Investor Relations & Business Development Manager

miguel.loureiro@inapa.pt

+351 213 823 007

Jean-Philippe Folly

Compliance & Sustainability Officer

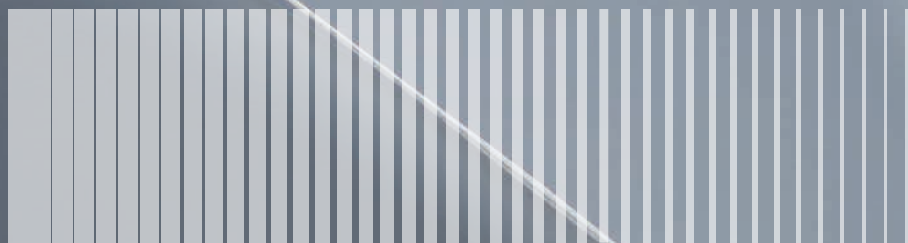
jean-philippe.folly@inapa.fr

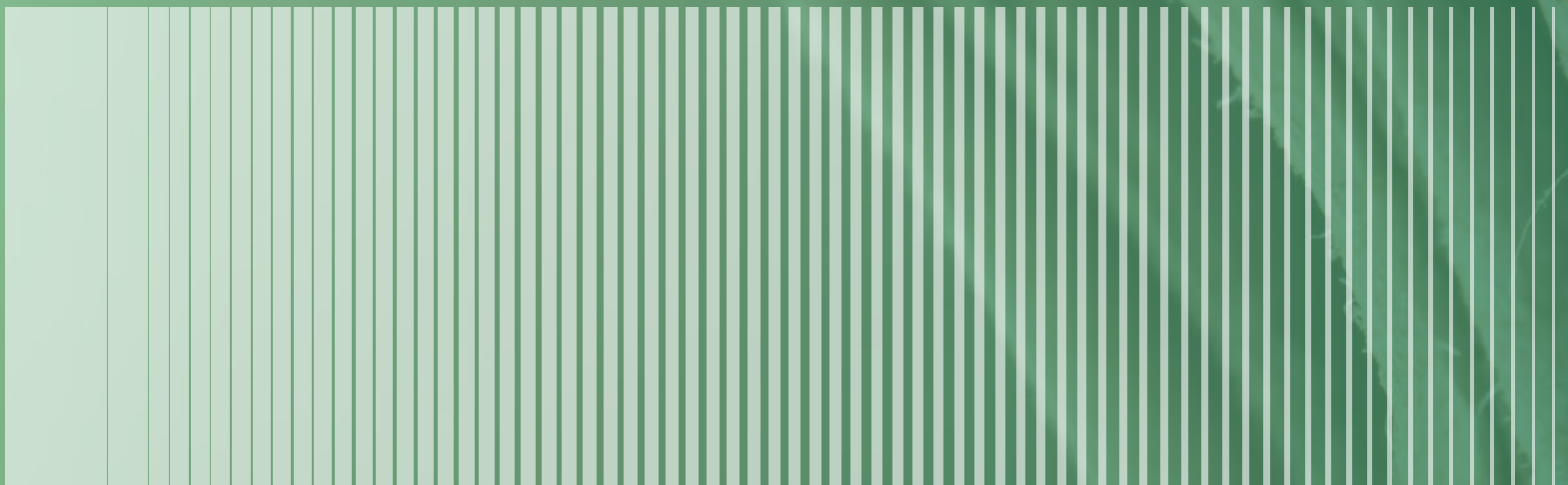
+33 674 806 478



IMPROVING THE WORLD

To the future





w w w · i n a p a · c o m

Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Rua das Cerejeiras, 5-11
Vale Flores - S. Pedro de Penaferrim
2710-632 Sintra

inapa

IMPROVING
THE WORLD

